



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DAVID MELO VAN DEN BRULE

**JUSTIÇA SOCIOESPACIAL E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO
PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANOS NO MUNICÍPIO DE
JUAZEIRO DO NORTE - CE**

**RECIFE
2020**

DAVID MELO VAN DEN BRULE

**JUSTIÇA SOCIOESPACIAL E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO
PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANOS NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO
NORTE - CE**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito à obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas Regionais e Socioespaciais Contemporâneas.

Orientador: Dr. Jan Bitoun

RECIFE

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

V217j Van den Brule, David Melo.
Justiça socioespacial e a participação popular no planejamento e gestão
urbanos no município de Juazeiro do Norte - CE / David Melo van den
Brule. – 2020.
348 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Jan Bitoun.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2020.
Inclui referências e apêndices.

1. Geografia. 2. Crescimento urbano – Juazeiro do Norte (CE). 3.
Planejamento urbano – Participação do cidadão. 4. Brasil. [Estatuto da
cidade (2001)]. 5. Justiça social. I. Bitoun, Jan (Orientador). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

(BCFCH2020-095)

DAVID MELO VAN DEN BRULE

**JUSTIÇA SOCIOESPACIAL E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO
PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANOS NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO
NORTE – CE**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovado em: 17/02/2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jan Bitoun (Orientador – Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Dra. Alcindo José de Sá (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Dr. Daniel Abreu de Azevedo (Examinador Externo)
Universidade de Brasília

Dr. Rodrigo Dutra Gomes (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Dr. Orlando Alves dos Santos Junior (Examinador Externo)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho à minha mãe Terezinha Melo por sua dedicação a todos esses meus anos vividos e por sua amizade sincera e leal. A meu pai Ticiano José (in memoriam) por toda a inspiração. A minha esposa Jamilly van den Brule pela sua força moral, dedicação ao trabalho que tanto admiro e pela geração do “coração que Deus nos deu” que é Livia, nossa filha. Aos meus filhos Josué e Livia, minha herança moral, com o símbolo da União: luz, paz e amor. A todos aqueles e aquelas que buscam fazer a justiça e a paz no mundo florescer.

AGRADECIMENTOS

Ao Sol que ilumina esse planeta e não deixa ele acabar na escuridão, nos dando a cada dia uma nova oportunidade de fazer melhor do que já fizemos; a força da Natureza (água, fogo, terra, ar), sem ela nenhum de nós estaríamos contando uma história sobre o viver e o aprender.

A todos meu ancestrais, o reconhecimento de onde viemos se transforma em respeito e gratidão. O que nos honra possibilita sonhar com dias melhores.

Aos amigos Ícaro, Judson e Geislan, nosso “Timeto”: ainda em São Raimundo Nonato-PI conversávamos sobre o sonho do doutorado. Aquela força animadora nos possibilitou acreditar em melhoria profissional.

A meu orientador Jan Bitoun. Jan, sua sapiência e simplicidade me encantam, como gostaria que o mundo tivesse mais professores assim, com conhecimento e sem arrogância. Grande abraço, e grato por todas as leituras, conversas, orientações e observações.

A UFPE por toda estrutura, desde o secretário (Eduardo), que gentilmente e prontamente me atendeu em todos os meus anseios, aos colegas de curso, aos professores e grupos de pesquisa, minha gratidão.

A instituição de fomento (CAPES), pelo auxílio financeiro, certo de que sem ele, esse trabalho, nesses moldes, não teria sido possível.

Aos examinadores deste trabalho, que gentilmente aceitaram meu convite. Caríssimos, grato pela contribuição de vocês (Alcindo, Daniel, Rodrigo e Orlando).

A todas autoras e todos autores, teóricos e pesquisadores que contribuem com o pensamento científico. Sem eles nossa visão seria empobrecida.

Aos meus alunos e alunas da UESPI.

Aos meus amigos, amigas e familiares, por todo apoio e incentivo prestado.

A todos os meus entrevistados, que lograram um brilho significativo neste trabalho.

A fera na arte da cartografia, Vitor Camacho, que confeccionou os mapas desta tese, e ao amigo Celso, que também elaborou um mapa para nosso trabalho.

Ao amigo Ranieri, parceiro de ideais, por seu jeito amigo e por sua leitura atenta aos capítulos deste trabalho.

A Joelmir Pinho, com quem tive a honra de trabalhar na Prefeitura de Juazeiro do Norte e a quem presto minha admiração.

Ao amigo Roberto Brito, que prontamente leu o meu manuscrito e me incentivou com palavras de amizade e confiança. A Michael Marques que fez a gentilha de elaborar o abstract.

Ao amigo, irmão e padrinho de casamento Luís André, por todo o incentivo, ouvido amigo e pela correção gramatical de algumas partes deste trabalho. Estendo também os agradecimentos a Sylvia, sua esposa, pelo pensamento positivo e incentivo.

A experiência que tive quando trabalhei na prefeitura de Juazeiro do Norte-CE, por indicação de Cláudio Smalley, quando ainda estava terminando o mestrado.

A tia Ceíça, por todo apoio prestado em Recife, com espaço para dormir, boas conversas, alimentação, incentivo e, acima de tudo, pelo exemplo de pessoa que a senhora é. O que também me marcou foi o simples fato de a senhora sempre me perguntar se eu estava precisando de alguma coisa, vi que com uma simples pergunta podemos marcar presença no coração das pessoas.

Aos meus tios Eduardo, Everardo e Érico, pela amizade e apoio financeiro quando eu precisei. Gratidão! Nem todo mundo possui essa riqueza de poder contar com vocês.

Ao meu padrinho, tio Antônio, e a minha madrinha, Suely Aguiar, pelo exemplo e amizade.

Aos meus filhos, Josué e Lívia, pela esperança e por toda alegria vivida. Desejo do fundo do meu coração que vocês se realizem em todos os sentidos nesta vida. Contem comigo, amo vocês!

Em especial a minha mãe, que saiu de Juazeiro do Norte para morar em Recife comigo (no período em que eu estava cursando as disciplinas). Mãe, seu carinho, apoio, dedicação para com minha pessoa é de emocionar, tão belo exemplo guardo em meu peito e em minhas memórias. Como costumo dizer: a senhora me ensinou a amar! O incentivo, o ouvido amigo nas horas difíceis e sua dedicação me possibilitaram um tempo maior, para que eu pudesse me dedicar a esse trabalho. Eterna gratidão!

A minha esposa Jamilly, por toda dedicação prestada no cotidiano, conselhos, correção gramatical, suporte financeiro, afeto, pelos belos dias vividos. Quero registrar que a sua disponibilidade para morar na cidade de Juazeiro do Norte – para ficarmos próximos do meu filho Josué e do campo de pesquisa – foi grandiosa. Grato por tudo! Reconhecidamente, sem você esse trabalho não teria sido possível. Certo de que o nosso encontro em Recife foi uma dádiva, agora lembro das palavras de Cecília Meireles: “as pessoas que estão com você nas noites mais escuras, são aquelas que merecem estar ao seu lado nos dias mais iluminados”. Amo você! E vamos celebrar a vida, o nosso encontro e as nossas vitórias!

Certo de que o reconhecimento é uma característica da justiça. Agradeço a todas as ferramentas, estruturas, pessoas, narrativas e condições que possibilitaram esse trabalho existir.

Se por algum lapso de memória alguém não foi lembrado, peço a possibilidade de compreensão.

“Conhecer os outros é sabedoria; conhecer a si mesmo é iluminação. Dominar os outros exige força; dominar a si mesmo exige concentração” (LAO TSU, Tao Te Ching XXXIII, apud GROF, S. 1997, p. 15).

RESUMO

A cidade é o espaço das constantes trocas comerciais, da oferta de serviços especializados, da concentração habitacional, do planejamento e da gestão pública. A crescente urbanização apresenta diversos problemas como: a violência, o egoísmo, a indiferença, o descumprimento da lei, as desigualdades, a corrupção, baixos salários, déficit de moradias, desemprego, ausência de infraestrutura, degradação ambiental, entre outros. No entanto, em diversos documentos (Constituição Federal, Estatuto da Cidade, Leis Orgânicas, Planos Diretores) com força de lei, a justiça aparece como um valor social recorrente. A gestão e o planejamento urbanos, em consonância com o Estatuto da Cidade, comumente buscam assegurar à justiça social e tem como objetivo o desenvolvimento urbano, mas é preciso saber quais são os conteúdos subjacentes dessas palavras. Aqui defende-se a ideia de que a participação popular no planejamento e gestão urbanos é considerada como um critério da justiça socioespacial. Entretanto, os conteúdos da justiça devem ser preenchidos através da avaliação das características, peculiaridades, necessidades e propósitos de cada lugar; equalizar isso é uma grande tarefa das políticas públicas. Para saber mais sobre esse aspecto é necessário pesquisar quais conflitos vestem o desenvolvimento urbano e quais prioridades são consideradas para qualificá-lo como bom e melhor. Esta tese apresenta como objetivo principal avaliar o processo de incorporação (ou não) da participação popular no planejamento urbano do município de Juazeiro do Norte-CE. Busca-se identificar como a questão do desenvolvimento urbano e da justiça/injustiça foi considerada em documentos oficiais, bem como na concepção de pessoas que participaram e de pessoas que não participaram diretamente das gestões municipais. Como recorte analítico partimos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (elaborado no período de 1997 a 2000), passando pela tentativa de revisão (nos anos de 2009 a 2012), e, finalmente, chegando à atualidade (2016-2019), buscando considerar a concepção de munícipes que foram entrevistados. O pressuposto deste trabalho é que um objetivo social coerente em um planejamento urbano, com vias a um desenvolvimento urbano, é a justiça socioespacial. A justiça social – em seu conteúdo substantivo – deve considerar o contexto espacial e a justiça espacial – em seu conteúdo subjacente – deve considerar as concepções de vida boa (bem-estar). Para isso, o meio adequado é através da participação popular. Se a concepção fundamental na definição de justiça considera um tipo de vida boa (bem-estar), a capacidade de sentir a dor do outro e a prioridade do bem comum, isso significa que o modo como constituímos um desenvolvimento urbano necessitará desvelar os anseios daqueles que o decidem, porém, a capacidade decisória em nossa sociedade está confinada a poucos, causando

prejuízo àqueles que não decidem. Assim, o próprio modelo de democracia representativa não é ameaçado, legitimando práticas participativas que privilegiam uma pequena parcela da população e uma diminuta porção da cidade. Como consequência, a cidade é vista como mercadoria, os espaços de carência são observados sumariamente e os desejos e aspirações populares não são incorporados.

Palavras-chave: Desenvolvimento Urbano. Plano Diretor. Estatuto da Cidade. Proposta Metodológica. Associações. Juazeiro do Norte-CE.

ABSTRACT

The city is the space for constant trade, for bidding of specialized services, housing concentration, planning and public management. The growing urbanization presents several problems: violence, selfishness (indifference), non-compliance with the law, inequalities, corruption, low wages, housing shortage, unemployment, lack of infrastructure, environmental degradation, among others. However, in various documents (Federal Constitution, City Statute, Organic Laws, Master Plans) with force of law, justice appears as a coherent social value. Urban management and planning, in line with the City Statute, commonly seek to ensure social justice and aim at urban development, but one must know what the underlying contents of these words are. Here we defend the idea that popular participation in urban planning and management is considered as a criterion of socio-spatial justice, a central object of this work. However, the contents of justice must be filled by assessing the characteristics, peculiarities, needs and priorities of each place. Equalizing this is a big task of public policy. To learn more about this aspect it is necessary to research which conflicts wear urban development and which priorities are considered to qualify it as good and better. This thesis presents as main objective to evaluate the process of incorporation (or not) of popular participation in the urban planning of Juazeiro do Norte-CE. It seeks to identify how the issue of urban development and justice/injustice was considered in official documents, as well as in the conception of people who participated and people who did not participate directly in municipal management. As an analytical cut we start from the Urban Development Master Plan (elaborated from 1997 to 2000), undergoing the attempt of revision (from 2009 to 2012), and finally reaching the present time (2016-2019), trying to consider the conception of citizens who were interviewed. The assumption of this work is that a coherent social objective in urban planning, leading to urban development, is socio-spatial justice. Social justice - in its substantive content - must consider the spatial context and the justice space - in its underlying content - must consider the conceptions of the good life (welfare). For this, the appropriate medium is through popular participation. If the fundamental conception in the definition of justice considers a type of good life (welfare), the ability to feel the pain of the other and the priority of the common good over the individual good, means that the way we constitute urban development will need to unveil the yearnings of those who decide, but the decision-making capacity in our society is confined to a few, causing harm to those who do not. Thus, the very model of representative democracy itself is not threatened, legitimizing participatory practices that privilege a small portion of the population and a tiny portion of the

city. As a consequence, the city is seen as a commodity, spaces of need are briefly observed, and popular desires and aspirations are not incorporated.

Keywords: Urban Development. Master plan. City Statute. Methodological Proposal. Associations. Juazeiro do Norte-CE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organizações da sociedade civil de Juazeiro do Norte em 2018.....	40
Figura 2 - Blog do PDP	158
Figura 3 - Logomarca do Plano Diretor Participativo (PDP).....	159
Figura 4 - Estratégia de divulgação do PDP	159

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Romaria Largo da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	94
Fotografia 2 - Romaria Largo da Basílica Santuário Nossa Senhora das Dores	94
Fotografia 3 - Rotatória que liga Juazeiro do Norte as cidades de Barbalha e Crato no bairro Triângulo	99
Fotografia 4 - Crescimento Vertical Bairro Triângulo	100
Fotografia 5 - Capacitação da equipe técnica.....	175
Fotografia 6 - Momento Coffee break	175
Fotografia 7 - Equipe técnica em aula de campo.....	175
Fotografia 8 - Núcleo gestor em aula de campo	176
Fotografia 9 - Equipe técnica em aula de campo.....	176
Fotografia 10 - Parque Ecológico das Timbaúbas.....	176
Fotografia 11 - Capacitação do Conselho Municipal do Plano Diretor	183
Fotografia 12 - Fachada de casa	242
Fotografia 13 - Espaço Público abandonado	242
Fotografia 14 - Lixo e entulho na calçada e na rua	242
Fotografia 15 - Moradia no Bairro Frei Damião	243
Fotografia 16 - Rua com pouca acessibilidade	243
Fotografia 17 - Casa de Jô Araújo com alguns produtos de uma oficina realizada pela associação	245
Fotografia 18 - Associação Comunitária do Bairro Frei Damião.....	245
Fotografia 19 - Ambiente interno da Associação	245

Fotografia 20 - Moradia Precária no bairro Triângulo	248
Fotografia 21 - Concentração vertical bairro Triângulo	250
Fotografia 22 - Área obsoleta e crescimento vertical Bairro Triângulo	251
Fotografia 23 - Crescimento horizontal bairro Triângulo	251
Fotografia 24 - Casa estreita.....	252
Fotografia 25 - Obstrução na calçada	252
Fotografia 26 - Lixo na calçada.....	252
Fotografia 27 - Construção de marquise e obstrução da calçada	253
Fotografia 28 - Postes de alta tensão sendo retirados após reivindicação dos moradores.....	253
Fotografia 29 - Associação Educativa e Cultural Asa Branca: Pátio (à esquerda) e Sala de Música (à direita).....	254
Fotografia 30 - Sala de Mediação de Conflitos (à esquerda) e Cozinha (à direita).....	255
Fotografia 31 - Associação Educativa e Cultural Asa Branca: Escritório (à esquerda) e Sala de Dança (à direita)	255
Fotografia 32 - Moradia Precária no bairro Triângulo	259
Fotografia 33 - Calçada obstruída	262
Fotografia 34 - Moradias no bairro Pedrinhas.....	263
Fotografia 35 - Bairro Pedrinhas	263
Fotografia 36 - Lixo na rua.....	263
Fotografia 37 - Lixo acumulado nos fundos da Associação Comunitária Partilhando Vida .	264
Fotografia 38 - Interior da Associação Comunitária Partilhando Vida e Crianças estudando	267
Fotografia 39 - Espaço interno da ACP Vida	267

Fotografia 40 - Chácara no bairro Lagoa Seca e Moradia Precária no bairro Triângulo	268
Fotografia 41 - Estrada de areia no bairro Campo Alegre.....	270
Fotografia 42 - Estradas e condições de moradia no bairro Campo Alegre	271
Fotografia 43 - Vista do bairro Campo Alegre.....	271
Fotografia 44 - Centro Comunitário de Arte, Cultura, Esporte e Cidadania	271
Fotografia 45 - Maria Rosário Fátima Sousa e seus netos integrantes do centro comunitário	272
Fotografia 46 - Moradia Precária no bairro Triângulo	275
Fotografia 47 - Bairro São José	278
Fotografia 48 - Passarela que gera acesso às escolas	278
Fotografia 49 - Obstrução da calçada	279
Fotografia 50 - Casa do Francisco (líder da associação)	279
Fotografia 51 - Moradia Precária no bairro Triângulo	282

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Expansão territorial urbana de Juazeiro do Norte (1872-2017).....	98
Gráfico 2 – Croquis para Proposta de Unidade de Vizinhaça	106
Gráfico 3 - Relatório de Questões: módulo conceito do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município de Horizonte-CE (2000).....	109
Gráfico 4 - Processo de elaboração participativa do PDDU	129
Gráfico 5 - Proposta de organização e estrutura de gestão colegiada e participativa do plano diretor	131
Gráfico 6 - Avanços jurídicos e institucionais e os planos diretores.....	145
Gráfico 7 - Evolução de Planos Diretores de 2001 a 2009 no universo de municípios com obrigatoriedade de elaboração.....	146
Gráfico 8 - Evolução de Planos Diretores no Brasil de 2001 a 2009	146
Gráfico 9 - Convite entregue ao CMPD	182
Gráfico 10 - Camisas do Plano Diretor Participativo (PDP).....	184
Gráfico 11 - Certificado CMPD	184
Gráfico 12 - Diferença entre igualdade e equidade	213
Gráfico 13 - Evolução da quantidade de OSCs por ano de fundação em Juazeiro do Norte-CE	227
Gráfico 14 - Distribuição das Organizações da Sociedade Civil por área de atuação	228
Gráfico 15 - Classificação das Associações Juazeiro do Norte-CE de 2012	229
Gráfico 16 - Mosaico I: contraste da desigualdade socioespacial	235
Gráfico 17 - Mosaico II: contraste da desigualdade socioespacial.....	236

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Densidade Demográfica de Juazeiro do Norte (2010)	96
Mapa 2 - Eleições Municipais de 2008: votação por bairro	149
Mapa 3 - Localização das subprefeituras do município de Juazeiro do Norte-CE.....	151
Mapa 4 - Coleta de lixo de Juazeiro do Norte em 2010	197
Mapa 5 - Domicílios ligados a rede geral de abastecimento de água em Juazeiro do Norte 2010	198
Mapa 6 - Domicílios ligados a rede geral de abastecimento de esgotamento sanitário em Juazeiro do Norte 2010.....	199
Mapa 7 - Rendimento médio mensal dos responsáveis em Juazeiro do Norte.....	200
Mapa 8 - Responsáveis sem rendimento mensal de Juazeiro do Norte.....	201
Mapa 9 - Vulnerabilidade de infraestrutura urbana.....	203
Mapa 10 - Eleições votação por bairro: votos do PT (lado esquerdo) e votos do PMDB (lado direito) de Juazeiro do Norte (2008-2012)	206
Mapa 11 - Conselhos, ONGs e Sindicatos 2011	230
Mapa 12 - Associações 2011	231
Mapa 13 - Associações, Conselhos, ONGs e Sindicatos.....	232
Mapa 14 - Distribuição espacial dos Centros de Referências e Assistência Social	295
Mapa 15 - Distribuição espacial do Conselho Municipal de Assistência Social.....	296

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese das perspectivas de justiça	46
Quadro 2 - Estado da Arte Justiça/Injustiça na Geografia Internacional	67
Quadro 3 - Estado da Arte Justiça/Injustiça na Geografia brasileira e em língua vernácula ...	68
Quadro 4 - Entrevistados da pesquisa	102
Quadro 5 - Compreensão do Ambiente Competitivo	111
Quadro 6 - Síntese da concepção de Desenvolvimento Urbano no PDDU	112
Quadro 7 - Concepção de mundo do desenvolvimento urbano para os entrevistados	116
Quadro 8 - Metas Gerais do Plano Estratégico do Município de Juazeiro Do Norte.....	118
Quadro 9 - Visão da justiça/injustiça com base no PDDU	122
Quadro 10 - Concepções de mundo Justiça/injustiça	126
Quadro 11 - Aspectos positivos e problemas na participação, vistos sob o ângulo dos entrevistados	139
Quadro 12 - Eventos com a sociedade política e civil no processo de revisão do PDDU	161
Quadro 13 - Concepções de Mundo (valores) do Estatuto da Cidade e da Proposta Metodológica	167
Quadro 14 - Distribuição dos participantes do curso: Secretaria/Órgão do Governo Municipal	173
Quadro 15 - Quantidade de Conselhos no Brasil em 2011.....	179
Quadro 16 - Proporção entre poder público e sociedade civil na composição do Conselho Municipal da Cidade ou similar	181
Quadro 17 - Síntese dos obstáculos para efetuar a participação popular na gestão e na revisão do PDDU	189

Quadro 18 - Síntese dos obstáculos para efetuar a participação popular na gestão visto por pessoas que não estavam na gestão	190
Quadro 19 - População por bairro em Juazeiro do Norte-CE (2010).....	196
Quadro 20 - Valor do rendimento nominal mensal médio dos domicílios particulares urbanos com rendimento domiciliar (Reais) Juazeiro do Norte-CE	202
Quadro 21 - Concepções de mundo, desenvolvimento urbano e visão da justiça/injustiça ...	217
Quadro 22 - Informativo dos líderes e das associações.....	240
Quadro 23 - Concepção de Mundo e visão da justiça/injustiça (Jozelucia)	249
Quadro 24 - Concepção de Mundo e visão da justiça/injustiça (Aurineide).....	261
Quadro 25 - Concepção de Mundo e visão da justiça/injustiça (Fátima).....	269
Quadro 26 - Concepção de mundo e visão da justiça/injustiça (Rosário)	277
Quadro 27 - Concepção de mundo e visão da justiça/injustiça (Francisco).....	283
Quadro 28 - Síntese das Concepções de mundo das lideranças comunitárias: desenvolvimento urbano e visão da justiça/injustiça.....	284
Quadro 29 - Concepção de Mundo e visão da Justiça/injustiça (David Harvey)	302
Quadro 30 - Concepção de Mundo e visão da justiça/injustiça (Edward Soja)	303
Quadro 31 - Concepção de Mundo e visão da justiça/injustiça (Marcelo Lopes de Souza) ..	304
Quadro 32 - Percepção dos elementos da participação popular na visão das lideranças	307
Quadro 33 – Aspectos gerais destacados na concepção de mundo da justiça, injustiça e do desenvolvimento urbano	319

LISTA DE ABREVIATURAS

ACPVIDA	Associação Comunitária Partilhando Vida
ACS	Agente Comunitária de Saúde
AVBEM	Associação dos Voluntários para o bem comum
BIRD	Banco Mundial
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CCACEC	Centro Comunitário de Arte, Cultura, Esporte e Cidadania
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEF	Caixa Econômica Federal
CEUV	Centro de Unidade de Vizinhaça
CF	Constituição Federal
CMAS	Conselhos Municipais da Assistência Social
CMPD	Conselho Municipal do Plano Diretor
CMPDU	Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social
DEMUTRAN	Departamento Municipal de Trânsito e de Transportes
DAM	Documento de Arrecadação Municipal
EC	Estatuto da Cidade
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
EPUCA	Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa
FNRU	Fórum Nacional da Reforma Urbana
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FECECE	Federação das Associações Comunitárias
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições do Ensino Superior
IFCE	Instituto Federal do Cariri
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização não Governamental

PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDS	Partido Democrático Social
PEA	População Economicamente Ativa
PFL	Partido da Frente Liberal
PGM	Procuradoria Geral do Município
PIB	Produto Interno Bruto
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Prourb	Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos do Ceará
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSF	Programa Saúde da Família
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
Seplad	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
Seplad/PMJN	Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de Juazeiro do Norte
Seastc	Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania
SEASTC	Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretaria de Cultura
SEHAB	Secretaria de Habitação
SEINE	Secretaria de Infraestrutura
SEINFRA	Secretaria Municipal de Infraestrutura
SEFIN	Secretaria de Finanças
SEJU	Secretaria de Esporte e Juventude
SEMASP	Secretaria de Meio Ambiente, Serviços Públicos e Agricultura
SEMASPA	Secretaria de Meio Ambiente, Serviços Públicos e Agricultura
SEST/SENAT	Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SETUR	Secretaria de Turismo e Romaria

SHRU	Seminário de Habitação pela Reforma Urbana
SME	Secretaria de Educação
STF	Supremo Tribunal Federal
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UCLA	Universidade da Califórnia, Los Angeles
UNICEF	Anuário Estatístico do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
URCA	Universidade Regional do Cariri
USP	Universidade de São Paulo
UV	Unidade de Vizinhança
ZCSE	Zona Comercial e de Serviços Especiais
ZE	Zona Especial
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
ZI	Zona Industrial
ZR	Zona Residencial
ZRU	Zona de Renovação Urbana
ZUM	Zona de Uso Misto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	27
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
2	POLÍTICA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA	41
2.1	PANORAMA DAS PERSPECTIVAS DA JUSTIÇA.....	43
2.2	JUSTIÇA NA GEOGRAFIA	50
2.3	JUSTIÇA ESPACIAL E A GEOGRAFIA BRASILEIRA.....	59
2.4	DA JUSTIÇA ESPACIAL AO DIREITO À CIDADE	65
2.5	JUSTIÇA E A IDEIA DE UMA PEDAGOGIA URBANA.....	70
3	CONCEPÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO ESTRATÉGICO E SUA PRÁTICA EM JUAZEIRO DO NORTE	85
3.1	PLANEJAMENTO CAMPO DE LUTA	85
3.2	O LÓCUS DA PESQUISA: JUAZEIRO DO NORTE-CE	93
3.3	CONCEPÇÕES, VALORES E INTERESSES NO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE JUAZEIRO DO NORTE-CE.....	102
3.4	A PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE JUAZEIRO DO NORTE	127
4	PLANEJAMENTO E GESTÃO NO GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE-CE (2009-2012).....	142
4.1	ESTATUTO DA CIDADE E PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO	143
4.2	GESTÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT).....	148
4.3	DESCENTRALIZAÇÃO TERRITORIAL: A CURTA EXPERIÊNCIA DAS SUBPREFEITURAS.....	150
4.4	A TENTATIVA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO	154

4.5	PROPOSTA METODOLÓGICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO.....	157
4.5.1	Estratégia de comunicação	157
4.5.2	Participação Popular.....	160
4.6	CONCEPÇÕES ORIENTADORAS DA PROPOSTA METODOLÓGICA	164
4.7	CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA E DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO.....	172
4.8	PRINCIPAIS OBSTÁCULOS À PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	185
4.9	A INDISSOCIABILIDADE DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E JUSTIÇA SOCIOESPACIAL	192
4.10	DESEJOS E ASPIRAÇÕES DE NOSSOS ENTREVISTADOS	212
4.10.1	Considerações Parciais.....	220
5	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: AS ASSOCIAÇÕES E O SIGNIFICADO EM COMUM.....	224
5.1	ASSOCIATIVISMO EM JUAZEIRO DO NORTE	225
5.2	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	233
5.3	SOLIDARIEDADES INVISÍVEIS.....	237
5.4	BAIRRO FREI DAMIÃO.....	241
5.4.1	Associação Comunitária do Bairro Frei Damião	244
5.4.2	Concepção de mundo: a palavra e a imagem por Jozelucia Araújo.....	247
5.5	BAIRRO TRIÂNGULO.....	250
5.6	ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL ASA BRANCA.....	254
5.6.1	Concepção de mundo: a palavra e a imagem por Aurineide	259
5.7	BAIRRO PEDRINHAS	262
5.7.1	Associação Comunitária Partilhando Vida (ACP Vida)	264
5.7.2	Concepção de mundo: a palavra e a imagem por Fátima	267

5.8	BAIRRO CAMPO ALEGRE	269
5.8.1	Centro Comunitário de Arte, Cultura, Esporte e Cidadania.....	271
5.8.2	Concepção de mundo: a palavra e a imagem por Rosário	275
5.9	BAIRRO SÃO JOSÉ.....	277
5.9.1	Associação Produtiva dos Moradores do bairro São José e Adjacência	279
5.9.2	Concepção de mundo: a palavra e a imagem por Francisco	281
5.10	A LUTA POR UM BEM COMUM.....	285
5.11	ELEMENTOS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA VISÃO DA LIDERANÇA DAS ASSOCIAÇÕES.....	305
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	313
	REFERÊNCIAS	323
	APÊNDICE A – QUADRO GERAL DAS CONCEPÇÕES DA JUSTIÇA.....	338
	APÊNDICE B – QUADRO GERAL DAS CONCEPÇÕES DA INJUSTIÇA .	341
	APÊNDICE C – QUADRO GERAL DAS CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO	344
	APÊNDICE D – QUADRO GERAL DOS ENTREVISTADOS.....	348

1 INTRODUÇÃO

Esta tese nasce de uma inquietação¹, após observar a negligência com documentos legais, em específico Plano Diretor e Estatuto da Cidade, no município de Juazeiro do Norte, interior cearense. À época, como servidor público, pude ver mais de perto as desigualdades de poder decisório e o quanto há para progredir na produção de um planejamento urbano mais incluyente.

Aquela experiência possibilitou perceber diversas fragilidades no setor público municipal, como: alta rotatividade dos servidores; a não continuidade de planos e programas; morosidade nas ações; certa ausência de qualificação técnica da equipe e, consequentemente, pouco conhecimento das leis do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (doravante denominado de PDDU); cobrança insuficiente do legislativo ao executivo e pouco comprometimento da fiscalização (diante de acordos políticos); desarticulação do Conselho Municipal do Plano Diretor; descrença dos cidadãos nos políticos e nas políticas públicas; enfraquecimento das lutas (devido à tirania do dinheiro); e ausência da participação popular nos processos decisórios.

Um momento de destaque ocorreu em 2011, quando estava reunido com alguns subprefeitos para apresentar a proposta participativa de revisão do PDDU, após minha fala, um dos subprefeitos exclamou: “por que você não faz uma tese? Pois o que vejo é que as pessoas vão para as reuniões porque o Prefeito vai estar lá, se o prefeito não estiver quase ninguém vai”. Claro que se tratava do tema da participação, porém, de uma participação não cívica, mas uma participação por algum tipo de dependência. Dessa forma, despertou em mim o tema da justiça/injustiça e suas exigências: igualdade/desigualdade; razão/emoção; imparcialidade/parcialidade; escolhas (individuais/coletivas).

Em conversa com o orientador, vimos que o conceito-chave a ser aprofundado no trabalho era o de justiça. É comum nas acepções cotidianas sabermos da importância da justiça para o ordenamento social, mas a quem cabe dizer o que é justo ou injusto? Quais as medidas e valores subordinados a este conceito? Este é o âmago do diálogo público e também do desenvolvimento urbano. Aqui, buscou-se abrir frentes para discutir as experiências participativas, ao considerar as concepções de mundo dos sujeitos urbanos em Juazeiro do

¹ Quando estive como servidor público à frente da Coordenadoria de Planejamento Urbano da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplad) da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte-CE (2011-2012).

Norte-CE, delimitando-se conceitualmente no temário do planejamento urbano, o que invoca pensar sobre esse aspecto com vias à justiça socioespacial.

Esta tese apresenta como objetivo principal avaliar o processo de incorporação, ou não, da participação popular no planejamento urbano do município de Juazeiro do Norte-CE. Busca-se identificar como a questão do desenvolvimento urbano e da justiça/injustiça foi considerada em documentos oficiais, bem como na concepção de pessoas que participaram e de pessoas que não participaram diretamente das gestões municipais.

Como recorte analítico partimos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, elaborado na gestão do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no período de (1997-2000); passando pela tentativa de revisão do PDDU na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), nos anos de (2009-2012); e, finalmente, chegando à atualidade (2016-2019²), ao considerar a concepção de munícipes que foram entrevistados.

Quando o tema de estudo de um pesquisador é o urbano, ele claramente se depara com a necessidade de um saber mais amplo e não restrito a uma única área do saber. Para Capel³ “se hace indispensable una aproximación amplia, que parta de la disciplina que se cultiva y de las propias tradiciones intelectuales, pero que esté abierta a otras, que sea al mismo tiempo, si es preciso, interdisciplinaria y multidisciplinaria” (2010). Sobre a perspectiva dos estudos urbanos, Lefebvre destacou que “o fenômeno urbano, tomado em sua amplitude, não pertence a nenhuma ciência especializada (LEFEBVRE, 1999, p. 57). David Harvey (1980) também destaca a necessidade de um enfoque para além da miopia disciplinar⁴, admitindo a imaginação sociológica e a imaginação geográfica no trato das questões gerais da cidade. Na realidade, nenhuma disciplina vive sozinha.

Na pesquisa investigativa sobre o estudo geográfico da cidade no Brasil, Maurício de Almeida Abreu observou que “os recortes epistemológicos não são absolutos, isto é, nem toda produção intelectual se encaixa precisamente num único tipo de orientação teórico-metodológica” (1994, p. 248). A Geografia teve distintas fases, rupturas e mudanças, sendo o escopo aqui discutido oriundo e herdeiro da geografia crítica – iniciada em fins dos anos 1960 e início de 1970, que considera essencial a questão social, é oriunda de um momento em que o

² Essa periodização não segue o fluxo da observação de uma gestão pública da política municipal local, apenas revela o período da pesquisa no qual realizamos as entrevistas.

³ A página não pode ser indicada, pois o mesmo não tem numeração. Veja no link: <http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo_bkp/geocritica2010/07.htm>

⁴ “Estudos inter, multi e intradisciplinares são potencialmente revolucionários [...] Formulações genuinamente revolucionárias não podem ter base disciplinar específica; elas devem referir-se a todos os aspectos relevantes da realidade material (HARVEY, 1980, p. 128).

próprio conceito de espaço é redefinido⁵, onde deixa de se pensar apenas na organização e localização geográfica, para pensar também a produção: o porquê e o para que da mesma. Esse movimento ficou conhecido como “spatial turn”⁶, cuja agitação procurou desvendar e denunciar as injustiças socioespaciais⁷, na busca pela transformação do *status quo* e reivindicação dos direitos civis.

Atualmente, o mundo está se tornando cada vez mais urbanizado e a maioria das pessoas vivem nas cidades e, de alguma maneira, são influenciadas pelo modo de vida urbano. A crescente urbanização apresenta diversos problemas: violência, poluição, individualismo exacerbado, indiferença, desigualdades, corrupção, baixos salários, déficit de moradias, desemprego, ausência de infraestrutura, degradação ambiental etc.

A cidade é o espaço das constantes trocas comerciais, da oferta de serviços especializados, da concentração habitacional, do planejamento e da gestão pública. O século XXI apresenta-se cada vez mais tecnificado e, destacam-se o dinheiro e a informação em sua produção. Concomitante a isso, continua sendo o lugar da formação e reprodução de valores, da construção de identidades e da busca por justiça.

De acordo com Aristóteles, toda “cidade é um tipo de associação, e toda associação é estabelecida tendo em vista algum bem (pois os homens sempre agem visando a algo que consideram ser um bem)” (ARISTÓTELES, 2006, p. 53). No âmbito público contemporâneo, não se fala somente de uma única associação, muito menos de um único bem a ser perseguido. Diante disso, vêm à tona os conflitos de interesses, a pluralidade de valores, o grau participativo nas decisões públicas e como equalizar os objetivos da sociedade para uma cidade em um planejamento urbano.

Em diversos documentos (Constituição Federal, Estatuto da Cidade, Leis Orgânicas, Planos Diretores) com força de lei, a justiça aparece como um valor social coerente a ser assegurado. O planejamento e a gestão⁸ urbanos, em consonância com o Estatuto da Cidade, comumente busca assegurar à justiça social e tem como objetivo o desenvolvimento urbano,

⁵ Para saber mais, ler VAN DEN BRULE 2017, no qual é examinado, de maneira preliminar, o conceito de espaço nas diferentes matrizes geográfica.

⁶ O próprio conceito de espaço dentro deste horizonte não é algo consensual. Para saber mais consulte: (CARLOS, 2011, 2015); (GOTTDIENER, 2010); (HARVEY, 1980; 2014); (LEFEBVRE, 2006); (SANTOS, 2004 [1978], 2006 [1996]), (SOJA, 1993; 2014); entre outros.

⁷ Não se pretende, aqui, entrar no debate ontológico que envolve o conceito de espaço e, consequentemente, o uso da grafia “socioespacial” ou “sócio-espacial”. Optou-se, portanto, utilizar a orientação da nova ortografia brasileira.

⁸ SOUZA afirma: “o planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação ao menos em parte [...] das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir” (2001, p.46). Estes devem ser vistos como complementares e indissociáveis.

mas é preciso saber quais são os conteúdos subjacentes dessas palavras. Segundo Miguel, no livro “Democracia e representação: territórios em disputa”, é registrado o seguinte questionamento:

Justiça entra na discussão em registro próximo ao do senso comum, como sendo simplesmente uma questão de dar a cada um o que lhe é de direito. Esse entendimento, no entanto, é questionado pelos debates no âmbito da teoria da justiça, que mostram que a formulação até pode ser aceita por todos, mas resta uma profunda controvérsia sobre o significado de seus termos: quem se qualifica para participar deste “cada um” e o que é o “de direito” que lhe deve ser concedido (MIGUEL, 2013, p. 269-270).

A definição de justiça é difícil e permanece em aberto, o que não invalida sua busca, especialmente numa sociedade como a brasileira, em que as assimetrias de poder de influência nas decisões manifestam-se com bastante vigor.

Do ponto de vista teórico, político e filosófico não há consenso do que seja justiça. Esse conceito é permeado por diversas perspectivas⁹, algumas delas são: utilitarismo, liberalismo, igualitarismo, libertarismo, comunitarismo, multiculturalismo, dentre outras. Cada qual com suas potencialidades e limitações.

Do ponto de vista prático, a pouca evidência de participação popular no planejamento e gestão urbanos e as dificuldades em traçar um objetivo social coerente (bem comum) em um planejamento urbano é um problema para a constituição de uma ordem normativa. O consenso talvez seja uma das coisas mais difíceis para a humanidade, devido à heterogeneidade de experiências e da perspectiva individual na forma de avaliá-las.

Sob a proposta da reforma urbana chegou-se ao Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257 de 2001) que é composto por cinco capítulos: um deles dedicado ao Plano Diretor e outro à Gestão Democrática. A mencionada lei estabelece as diretrizes para a política urbana do país nos níveis federal, estadual e municipal, e regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Essa lei obriga os municípios, que já apresentaram seus Planos Diretores, que elaborem a sua revisão. O art. 40. § 3º do Estatuto diz que: “a lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos” (BRASIL, 2011).

Em Juazeiro do Norte, o PDDU foi elaborado pelo consórcio VBA/Espaço Plano e promulgado pela primeira vez no ano 2000. Plano volumoso contendo aproximadamente 969 páginas. O PDDU local apresenta os seguintes documentos: Plano de Estruturação Urbana; Plano Estratégico; Relatório Modulo Questões; Estratégia de Implementação; Lei de

⁹ Consultar: MAFFETTONE (2005); GARGARELLA (2008); FERES (2010); RAMMÊ (2012); MIGUEL (2014).

Organização Territorial; Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo; Código de Obras e Posturas; Lei do Plano Diretor; Lei do Sistema Viário; Projeto 01 Roteiro da Fé; Projeto 02 Anel Pericentral; Projeto 03 Subsistema Troncal – Trecho Centro Horto; Projeto 04 Parque das Timbaúbas; Projeto 05 Ordenamento da Unidade de Vizinhança (projeto piloto UV Centro) e os anexos como fichas; mapas e croquis. O município juazeirense, assim como os demais municípios nas condições citadas na lei, necessita proceder à revisão do plano diretor e, caso não a realize, o prefeito incorre em improbidade administrativa; conforme a lei citada.

Na perspectiva da gestão, foi com as administrações do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciadas nos anos oitenta (em alguns municípios), que houve registro dos maiores avanços, no que diz respeito à participação popular na gestão das cidades. Nessas experiências se destacam práticas de descentralização territorial, aumento da participação e atendimento às demandas populares. “No Brasil, os projetos de gestão participativa iniciados nos anos oitenta, se situam no momento histórico vivenciado pelo Estado brasileiro quando da democratização do país” (LEAL, 2003, p. 26). Na cidade de Juazeiro do Norte, a primeira vez em que o PT assumiu a gestão municipal foi no ano de 2009, com a eleição do prefeito Manoel Raimundo de Santana Neto (2009-2012), cujo mandato corresponde a um dos recortes analíticos e temporais desta pesquisa.

Uma tentativa para essa revisão do Plano Diretor¹⁰ ocorreu na gestão supracitada, por meio da Coordenação de Planejamento Urbano, que fez parte da estrutura organizacional da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplad), criada em março de 2011. Essa coordenadoria assumiu como objetivo revisar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do município em questão e abraçou a diretriz de transformá-lo em Plano Diretor Participativo, porém, essa incumbência foi interrompida na troca da gestão. A equipe ainda produziu um material técnico, chamado “Proposta Metodológica do Processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juazeiro do Norte-CE” (2011-2012), o qual será analisado.

No que toca à participação popular, são diversos os entraves para sua plena efetivação: seja o modo como a urbanização acontece, seja por questões políticas e/ou econômicas ligadas ao auto interesse – manifestado na ausência de vontade política em comunicar e dialogar com a população – seja pela própria apatia da população, considerando o descrédito com os políticos, devido aos índices de corrupção, entre outras razões.

¹⁰ É preciso possuir uma visão crítica (cf. VILLAÇA, 2005) acerca dos planos diretores, e perceber que esses mecanismos são apenas alguns dos necessários para legitimar a diminuição das injustiças sociais no espaço urbano, mas não se trata, por si só, de uma lei de transformação e modificação profunda do *status quo*.

Observa-se que a participação possui diversas causas e ideais, desde o interesse próprio para ampliar seus bens pessoais, até as lutas contra as diversas injustiças manifestadas. Porém, existe uma abismal diferença de poder e atuação política, como foi observado por Villaça (2005):

O que raramente aparece é que os grupos e classes sociais têm não só poderes político e econômico muito diferentes, mas também diferentes métodos de atuação, diferentes canais de acesso ao poder e, principalmente – algo que se procura sempre esconder – diferentes interesses (VILLAÇA, p. 50).

A participação torna-se condição essencial para a efetivação da democracia, cumprimento da lei e construção da mesma. “A principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa: educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos” (PATEMAN, 1992, p.60-61). É importante salientar que a participação também pode servir como elemento de dominação, ou seja, não estamos defendendo que necessariamente a participação provocará a justiça socioespacial, apenas que ela poderá se constituir como um critério para combater as injustiças.

De modo geral é possível perceber diversos ideais e valores em torno da cidade, separados e distintos em suas formas de avaliar. I. A cidade como mercadoria (ideário do empreendedorismo urbano); II. A cidade em busca de reduzir as desigualdades (ideário da reforma urbana). De um lado, o empreendedorismo urbano, que vê a cidade como mercadoria. Aqui, destaque para o marketing urbano e a valorização da economia com a ideia de cidade-empresa, permeada pelo modelo de planejamento estratégico por meio da parceria público-privada e adota como valor prioritário a liberdade. Esse viés adere ao neoliberalismo, oriundo da globalização, da terceirização e, normalmente, a participação se vincula aos interesses pessoais e/ou individuais. Do outro lado, tem-se aquele que provém da reforma urbana, busca a redução da desigualdade e a correção das injustiças por meio da perspectiva distributiva da riqueza, da renda e do poder. O novo modelo preconiza a ampliação da democracia, por meio de mecanismos participativos de controle social e tem por objetivo o bem-estar, a cidadania ativa e a justiça social entendida como garantia de direitos como: moradia, saúde, educação, cultura, transporte, trabalho, entre outros.

Neste sentido, essa tese considera a relevância da participação popular como forma de contribuir para diminuir as injustiças socioespaciais, devido ao seu papel na construção do conhecimento das diferentes condições socioespaciais. Então, como questão principal tem-se: porquê, como, por quem e onde a justiça socioespacial deverá ser assegurada em um

planejamento urbano com vias a um desenvolvimento urbano; e, quais são as concepções subjacentes a essas ideias?

Como questões secundárias: qual o propósito de um desenvolvimento urbano? A definição desse propósito em uma sociedade democrática envolve diferentes concepções de mundo e, nesse intento, a justiça socioespacial pode ser um objetivo social coerente? E, com base em pesquisas teórica e empírica, o que se pode entender do que ela diz respeito?

Acerca dos processos participativos de planejamento, da justiça/injustiça e do desenvolvimento urbanos – na visão de gestores, políticos (vereadores, prefeito) e líderes de associações – quais são os obstáculos, desejos e aspirações?

Levando-se em conta a elaboração do PDDU e as políticas de planejamento centrado nesse mesmo instrumento, qual foi o grau de participação popular e quais são as concepções de mundo, no que diz respeito ao desenvolvimento urbano e a justiça e injustiça?

A relação da política municipal com a população continua apenas uma atividade aos moldes tradicionais (democracia representativa), ou a participação preconizada no Estatuto da Cidade (via participação direta) configurou-se como uma opção para o novo modelo de planejamento e gestão urbanos (2009-2012)?

Os grupos sociais possuem conectividade e convergências identitárias em torno de superação das injustiças socioespaciais ou as principais reivindicações ficam isoladas e restritas aos aspectos pontuais dos grupos? E quais são as principais concepções acerca do desenvolvimento urbano, da justiça e injustiça?

Partindo desses questionamentos, esta tese delimita-se conceitualmente no temário do desenvolvimento urbano com foco no papel da participação popular na busca por justiça e redução das injustiças socioespaciais. Diferente do que ocorre em nível nacional, há uma escassez de trabalhos científicos com o tema da participação popular no planejamento e gestão urbanos em cidades intermediárias, lacuna ainda maior quando se trata do município de Juazeiro do Norte.

Meu pressuposto inicial é que um objetivo social coerente em um planejamento urbano, com vias a um desenvolvimento urbano, é a justiça socioespacial. A justiça social em seu conteúdo substantivo deve considerar o contexto espacial, e a justiça espacial em seu conteúdo subjacente deve considerar as concepções de vida boa (bem-estar) e, para tal, o meio adequado é através da participação popular. A ideia de participação popular é de que todos podem participar, não há um sujeito privilegiado, como, por exemplo, prefeitos, especialistas ou elite local. O que se precisa saber é que participação popular exige a ampliação da capacidade decisória. Porém a participação popular não é uma exigência prioritária, a maioria dos

entrevistados querem mais que o governo funcione do que possuem a percepção de que para funcionar deve haver algum tipo de controle social. Então mesmo que alguns sujeitos e documentos citem a participação como algo valioso, inexistente uma consistência participativa no planejamento e gestão urbanos como forma de controle social para assegurar a vida boa (bem-estar).

Logo, se as visões de mundo entre as pessoas pesquisadas e os documentos legais se acham tão díspares e, portanto, possuindo poucas semelhanças – torna-se uma dificuldade para coadunar um valor substantivo de justiça socioespacial favorável a um desenvolvimento urbano, dessa forma, a marca de nossa sociedade atual é o conflito. Neste sentido, é preferível abrir o diálogo e investigar o que é o bem do outro através das políticas participativas, ou seja, o tema da participação no planejamento e gestão da cidade em busca de justiça recai sobre os conflitos entre ideais de sociedade e de vida boa (bem-estar), os quais estão vinculadas às concepções de mundo influenciadas constantemente por seus valores, sob o prisma do contexto espaço-temporal.

Na democracia, entendida como sistema político em que diferentes atores possuem o direito ao diálogo e as decisões públicas, podem coexistir razões conflitantes de justiça com raciocínios razoáveis, diferindo na escala de valores, propósitos e visões de mundo. Este é um problema teórico, político, filosófico e também prático, pois embora muitas pessoas aceitem justiça como algo prioritário e bom, não está claro o que poderiam ou deveriam dizer com isso em seu raciocínio prático. Se a concepção fundamental na definição de justiça considera um tipo de vida boa (bem-estar), a capacidade de sentir a dor do outro e a prioridade do bem comum em detrimento do bem individual, isso significa que o modo como constituímos um desenvolvimento urbano necessitará desvelar os anseios daqueles que o decidem, mas, no entanto, a capacidade decisória em nossa sociedade está confinada a poucos, causando prejuízo àqueles que não decidem, posto que nossas escolhas estão diretamente inclinadas às nossas concepções de mundo.

Assim, o próprio modelo de democracia representativa não é ameaçado, legitimando práticas participativas que privilegiam uma pequena parcela da população e uma diminuta porção da cidade. Portanto, consolidando o não rompimento com as práticas que demonstram a insuficiente participação popular. Como consequência, a cidade é vista como mercadoria, os espaços de carência são observados sumariamente e os desejos e aspirações popular não são incorporados.

A tese que o leitor tem em mãos busca, com base teórica e empírica, fornecer um quadro fundamentado para apresentar a perspectiva multidimensional da justiça socioespacial, dentro

de um planejamento urbano participativo com vias a um desenvolvimento urbano. Este quadro deve ser contrastado e retificado pelo contexto espaço-temporal, pois o desenvolvimento não é algo estabelecido a priori, mas um esforço coletivo em permanente reflexão de sua própria construção.

Para atender ao propósito da tese, organizamos o raciocínio em quatro capítulos. O primeiro apresenta as diversas perspectivas da justiça, busca esclarecer o significado do termo por meio da filosofia política e observa como ele foi tratado na geografia; para tanto, identificou-se como diferentes autores tratam a questão, quais são os valores subjacentes e qual sua abordagem central. O capítulo é finalizado com um quadro-síntese, nele representado o valor da justiça/injustiça sob à guisa de contribuir com o pensamento geográfico moral e ético, para, ao longo da tese, pensar uma justiça socioespacial multidimensional no planejamento urbano, com vias a um desenvolvimento urbano.

No capítulo segundo, investiga-se em que medida houve a incorporação ou não da participação popular na elaboração do PDDU de Juazeiro do Norte, nos anos 2000. Como parâmetro avaliativo interpelou-se: quais os principais interesses e valores contidos na concepção de desenvolvimento urbano no PDDU; qual tipo de cidade o PDDU aspirou; como as questões da justiça/injustiça foram apresentadas; e quais as principais soluções oferecidas naquele documento.

Iniciamos com o pressuposto de que o PDDU incorpora as questões físicas do espaço, prioriza o desenvolvimento no viés do crescimento econômico, o qual corresponde mais aos grupos abastados, e promove um modelo de cidade como mercadoria, na qual negligencia espaços que são pouco atraentes para investimentos empresariais, deixando, assim, ausentes os conflitos sociais e a participação popular.

No terceiro capítulo objetivou-se analisar em que medida a política participativa empregada sob a responsabilidade do prefeito Manoel Raimundo de Santana Neto, do Partido dos Trabalhadores, incorporou os novos valores de uma gestão democrática preconizados no Estatuto da Cidade. Neste intento tratamos de identificar as concepções de desenvolvimento urbano e justiça/injustiça inseridas no Estatuto da Cidade, na Proposta Metodológica de revisão do PDDU e na visão das pessoas que participaram da gestão e de algumas que não participaram diretamente.

Para isso, questionou-se: quais foram os obstáculos da participação naquela época; quais são os valores envolvidos na visão do que seja desenvolvimento urbano; qual a concepção acerca dos processos participativos no planejamento urbano; como as pessoas perceberam as principais dificuldades para fazer a revisão e como as questões da justiça (atitudes valorizadas) e injustiças

(atitudes rejeitadas) foram tratadas. Neste capítulo também buscou-se evidenciar como a desigualdade socioespacial se apresentava naquele período (2010), mostrando bairros com carências, por meio dos mapas segundo critérios físicos-urbanísticos e sociais.

Como pressuposto creditou-se que a política participativa implementada sob a responsabilidade do prefeito Manoel Raimundo de Santana Neto (PT) permaneceu mais aos moldes tradicionais (democracia representativa) do que atendeu ao novo modelo preconizado pelo Estatuto da Cidade (democracia direta), e que, mesmo com um corpo técnico favorável à participação popular, pouco conseguiu avançar no que a lei preconiza. No entanto, os valores inseridos na Proposta Metodológica de Revisão do Plano Diretor se aproximam daqueles preconizados pelo Estatuto da Cidade, e ambos possuem compreensões semelhantes sobre o desenvolvimento urbano, justiça/injustiça e modelo participativo. As principais dificuldades naquela época foram a ausência de recursos materiais, quadro técnico reduzido e com pouco conhecimento na temática do planejamento urbano participativo, que envolve uma pedagogia emancipatória.

No quarto capítulo buscou-se identificar quais são os agentes da sociedade civil que se organizam coletivamente (associações de diversas origens) e expressar queixas, exigências, desejos e aspirações, especialmente quando se trata das questões do desenvolvimento urbano, da justiça/injustiça e da participação popular no planejamento e gestão urbanos.

Como pressuposto, sugeriu-se que os grupos sociais não possuem conectividade e convergências identitárias, em torno de superar as injustiças socioespaciais, e as principais reivindicações ficam isoladas e restritas a aspectos pontuais dos grupos. Então, a prática participativa exige coerência e alinhamento de um bem comum a ser perseguido pelos grupos, a fim de manterem suas escolhas em face a outros grupos de interesses na cidade fracassará devido a sua própria ausência de mobilização e ausência de um bem comum coletivo para além das próprias associações.

No que diz respeito à ideia de justiça/injustiça, desenvolvimento urbano e participação popular, levanta-se o pressuposto de que essas concepções estão ancoradas dentro do marco capitalista, limitando-se mais à busca dos bens e serviços favoráveis ao bem-estar, do que mesmo a algum tipo de reconhecimento ao direito à diferença ou à ruptura de algum tipo de estigma socioespacial. Assim, os líderes acreditam na economia como solução para os problemas, e não promovem práticas participativas, as quais ficam restritas à associação, numa espécie de solidariedade interna, própria das necessidades do grupo, e não no sentido mais amplo de controle social.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No âmbito de suas pesquisas e investigações, os recursos de que mais frequentemente poderão lançar mão para capturar os **desejos e as aspirações dos usuários** e moradores serão os inquéritos (entrevistas e questionários) e a observação de campo. Essa é, no entanto, obviamente, uma situação acadêmica – sem prejuízo de sua legitimidade intrínseca –, e não um processo político público (SOUZA, 2006, p.142, grifo nosso).

A análise apresentada nesta tese faz referência a uma estrutura socioespacial específica: o município de Juazeiro do Norte, qualificado através das concepções de mundo inseridas em documentos legais e dos nossos entrevistados que caracterizam uma dada sociedade no início do século XXI.

Para tal tarefa os pressupostos metodológicos foram: leitura de produção acadêmica, uso de entrevistas, elaboração de mapas, leitura de documentos técnicos e uso de informações em sites.

Um dos procedimentos metodológicos realizados foi a pesquisa bibliográfica envolvendo um esforço de elaborar dois estados da arte (um na filosofia política e outro na geografia), de modo a privilegiar a análise dos conceitos fundamentais que dão conta do tema proposto, e sua aproximação com a realidade em questão.

As entrevistas desempenharam parte central neste trabalho, por meio delas, buscamos captar os principais problemas, valores, interesses e propósitos nas questões do desenvolvimento urbano, da justiça/injustiça e da participação no planejamento e gestão urbanos. De acordo com Duarte (2009), as entrevistas “são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados” (p. 215).

Nossa pesquisa buscou identificar pessoas considerando três momentos diferentes e quatro grupos de entrevistados. No processo de entrevista solicitava indicações de pessoas relevantes para o tema trabalhado. Primeiro, os que estiveram presentes de alguma forma na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (2000). Segundo, pessoas ligados a gestão de (2009-2012). E, no terceiro, líderes comunitários (representantes de associações). Além desses momentos, tivemos um grupo de entrevistados que contou com a participação de vereadores, para tratar de temas que perpassam o conteúdo de todo o trabalho, contabilizando um total de 42 pessoas entrevistadas com um arquivo de transcrição que somou 804 páginas,

extraindo-se apenas o essencial para atingirmos os objetivos propostos, ficando, portanto, uma quantidade de material significativa a ser abordado em outros trabalhos.

Para realizarmos essas entrevistas de forma semiestruturada elaboramos três roteiros específicos - um para políticos e técnicos, outro para pessoas que não participaram diretamente da gestão e outro para os líderes das associações. Aqui, privilegiamos a pesquisa qualitativa na forma da análise de conteúdo, mesmo reconhecendo que toda pesquisa qualitativa possui também um caráter quantitativo e vice-versa. Como a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos, não seria justo falar em análise no singular, sendo o termo correto análises, no entanto a pesquisa visou focar na análise de conteúdo com base em temas. Ao centrar-se no tema, elaboramos unidades de registro por núcleo de sentido, depois da categorização, procedemos descrição, interpretação e a inferência.

Nas palavras de Bardin a análise de conteúdo é

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade (BARDIN, 2011, p. 15).

Veja que esta análise busca recortar, no conjunto das entrevistas, os principais conteúdos através do tema escolhido. Assim obter visão de conjunto, observar as particularidades, sistematizá-las, descrever, classificar e dialogar com teorias para fazer as principais inferências na construção do trabalho, e, quando necessário se utilizou das contribuições de: Moraes (2003) Colognese e Mélo (1998); Lavvine e Dionne (1999); Gomes (2009); Minayo (2009); Bouer (2002). Destaque para a sistematização e explicação da análise temática em Gomes (2009) no texto “Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa”, texto este que compõe o livro “Pesquisa Social: teoria, método e criatividade”, organizado por Maria Cecília de Souza.

Para saber quais são e onde se localizam os diversos agentes que se organizam coletivamente nesta cidade, como: associações; sindicatos; conselhos; ong’s; etc. Procuramos, nos arquivos da prefeitura e em sites dados que pudessem servir para elaboração de mapas, no intuito de compreender a espacialização desses diversos grupos.

No capítulo primeiro, a metodologia envolveu essencialmente a pesquisa bibliográfica em livros na filosofia política e na geografia, recorreremos também a leitura de artigos em uma pesquisa bibliográfica, através de textos disponibilizados na internet e em alguns periódicos (A1, A2, B1 e B2) da geografia disponibilizados na Plataforma Sucupira.

No capítulo segundo, fizemos pesquisa teórica sobre o tema do planejamento urbano e, para a leitura do PDDU, selecionamos a análise de conteúdo com base na técnica da análise temática e elaboramos três núcleos de sentido: desenvolvimento urbano, justiça e injustiça; para avaliar as principais concepções. A partir desse recorte temático, construímos o quadro concepção de mundo e visão da justiça/injustiça.

No capítulo terceiro fizemos a leitura do Estatuto da Cidade e da Proposta Metodológica, realizamos entrevistas com gestores da época (prefeito, secretários e técnicos), tomamos nota dos relatórios produzidos pelo Núcleo Gestor de revisão do PDDU e quando necessário recorremos a leis e decretos. Quanto à desigualdade socioespacial foram elaborados, com os dados do censo 2010 realizado pelo IBGE, os seguintes mapas: coleta de lixo, déficit no abastecimento de água, déficit no esgotamento sanitário, rendimento médio, sem rendimento e vulnerabilidade de infraestrutura urbana (tendo em vista as variáveis do entorno).

No capítulo quarto, como metodologia destacam-se dois momentos. O primeiro versa sobre a elaboração dos dados quantitativos para localizar quais os agentes que se organizam coletivamente. O segundo é sobre dados qualitativos, a partir de entrevistas com líderes das associações e da manifestação de seus desejos e aspirações.

Após situar esses agentes, escolhemos alguns líderes comunitários, ao considerarmos a conjugação dos seguintes aspectos: a pesquisa quantitativa, a vulnerabilidade dos bairros, a incidência populacional e a indicação de alguns agentes à medida que realizamos o trabalho de campo. Dessa forma, a escolha não foi uma amostra simples e nem aleatória. Foi utilizada uma metodologia de escolha direcionada.

Quanto às identificações das organizações, concretizaram-se três pesquisas:

I – Dados da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de Juazeiro do Norte (Seplad/PMJN) de 2011: foi elaborado na Seplad/PMJN, justamente com o apoio de outras secretarias, em especial da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania (Seastc), uma lista com um universo total de 809 organizações da sociedade civil, dentre elas: conselho, fundação, instituição, associações, entre outras. Contando com 122 associações, dentre elas, 78 associações comunitárias.

II – Dados do site do governo (IPEA) (2018): universo total de 806 registros, entre eles constam: Associação, Conselho, Escola, Fundação, Federação, ONG, totalizando 200 associações. Dessa quantidade de associações, fizemos um recorte entre associações de bairro, comunitária, beneficente, de pessoas com deficiências, comerciantes, moradores e encontramos um total de aproximadamente 36.

III – Dados do site da câmara dos vereadores: identificamos na lei entre 1997 a 2012, 195 títulos de utilidade pública, dentre os quais foram encontradas 39 associações comunitárias ou de moradores.

Por encontrar um maior número de associações através da primeira lista e optarmos por sua proximidade no tempo com os dados do IBGE, os mapas que foram elaborados utilizaram o arquivo da Seplad/PMJN. Mesmo que os dados da segunda lista fossem mais atuais, houve objeções a eles devido aos erros de localização de certas organizações da sociedade civil, a saber:

Figura 1 - Organizações da sociedade civil de Juazeiro do Norte em 2018



Fonte: Retirado do Site do Mapa das Organizações da Sociedade Civil¹¹.

¹¹ Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/resultado-consulta.html?municipio=2307304>. Acesso em: 20 set. 2019.

2 POLÍTICA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA

O espaço é político. O espaço não é um *objeto científico* descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico. Se esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto, “puramente” formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já foi objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios. O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico (LEFEBVRE, 2008, p. 61-62).

A palavra possui significado a partir do contexto narrativo e pode ter mais de um sentido, em especial aquelas com um conteúdo moral, por exemplo: política, justiça, desenvolvimento, liberdade, felicidade etc. Compreender os termos de acordo com o sentido que o emissor buscou utilizar, e não com base nos valores pessoais, é uma das tarefas do diálogo.

Conforme Aristóteles, a política é a arte mestra, pois define o que os cidadãos irão aprender, pontua as diretrizes do bem comum e diz quais valores a serem almejados pela comunidade. Segundo ele, a “política utiliza as demais ciências e, por outro lado, legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência deve abranger as das outras, de modo que essa finalidade será o bem humano” (ARISTÓTELES, 1991, p. 3).

Norberto Bobbio, no dicionário de política, considera que a Política é “derivado do adjetivo originado de *pólis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, consequentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo sociável e social” (BOBBIO, 1998, p. 954). Corroborando com este sentido, Marilena Chauí considera “a política, uma palavra grega derivada de *pólis*, a cidade ou a vida política, entendida como atividade pública a respeito dos interesses e bens da cidade e dos direitos dos cidadãos” (CHAUÍ, 2016, p. 3).

São aspectos da política: a arte de estabelecer limites, propor uma direção a seguir, fazer uso de escolha, resolver conflitos. Está inserida no âmbito das questões do Estado, possui um bem público em disputa, permanece prenhe de poder e contém uma dimensão territorial.

Quem ou quais atores vão ter o poder de decidir sobre fins e valores no regime democrático? O tema do poder é de suma importância, tem mais poder aquele que é capaz de influenciar mais do que é influenciado. O sociólogo espanhol Manuel Castells, teoriza sobre esse tema em sua obra “o poder da comunicação”, o autor destaca que o poder é algo fundamental na sociedade e para ele:

[...] a sociedade é definida em torno de valores e instituições e o que é valorizado e institucionalizado é definido pelas relações de poder. O poder é a capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outro(s) ator(es) social(is) de formas que favoreçam a vontade, os interesses e os valores do ator que detém o poder. O

poder é exercido por meio de coerção (ou a possibilidade de coerção) e/ou pela construção de significado com base em discursos por meio dos quais os atores sociais orientam suas ações. As relações de poder são marcadas pela dominação, que é o poder entranhado nas instituições da sociedade (CASTELLS, 2015, p. 57).

O nascimento da política, para Marilena Chauí (entre outros) é obra dos Gregos, figura quando surge o espaço público, “por meio da invenção do direito e da lei (isto é, a instituição dos tribunais) e da criação de instituições públicas de deliberação e decisão (isto é, as assembleias e os senados)” (CHAUÍ, 2016, p. 2). Como pontua a autora, é nesse momento que ocorre a separação do poder político, antes vinculado aos chefes das seguintes instituições: familiar, militar e religiosa (CHAUÍ, 2016).

Milton Santos também destaca a importância do estado da técnica e da política para a compreensão do mundo atual (século XXI). Para o autor, a política é a “arte de pensar as mudanças e de criar as condições para torná-las efetivas” (SANTOS, 2006, p. 14).

Fábio Konder Comparato, no livro “Ética: direito, moral e religião no mundo moderno” (2006), considera que ambos os filósofos gregos (Platão e Aristóteles) estão de acordo que a felicidade é a finalidade da pólis e essa coaduna com a virtude da justiça. Segundo sua leitura de Platão, o objetivo da arte política para o filósofo “é tornar os homens mais justos, vale dizer, mais felizes” (COMPARATO, 2006, p. 102).

De acordo com Aristóteles, os objetivos da ciência política só podem ser alcançados por meio da ação e essa ação tem como finalidade a felicidade, o bem viver, que também é viver com virtudes, ou seja, ser justo (ARISTÓTELES, 1991).

Esse primeiro entendimento ocupou certo período da humanidade, no entanto, na era moderna e no capitalismo contemporâneo. Comparato observou:

Na era moderna, ao contrário, com muita frequência, a concepção teórica da política e a organização constitucional do Estado visam a fins particulares, e priorizam certas e determinadas atividades humanas – a militar, a religiosa ou a econômica, por exemplo – em detrimento de outras. No Estado capitalista contemporâneo, não é a política que organiza e regula a economia, mas sim o contrário. A finalidade da organização estatal, apregoada pelos intelectuais orgânicos do regime e moldada pelos representantes políticos das classes dominantes nas Constituições e nas leis, consiste em facilitar e garantir o livre exercício da atividade empresarial, sustentando-se que todas as demais classes de cidadãos teriam vantagens com isto (COMPARATO, 2006, p.100).

Para Norberto Bobbio a política não possui um fim único, pois atualmente;

[...] a Política não tem fins perpetuamente estabelecidos, e muito menos um fim que os compreenda a todos e que possa ser considerado como o seu verdadeiro fim: os fins da Política são tantos quantas são as metas que um

grupo organizado se propõe, de acordo com os tempos e circunstâncias (BOBBIO, 1998, p. 957).

No mesmo verbete, em linhas adiante, Norberto Bobbio explica que a política pode ter um fim mínimo, como: “ordem pública nas relações internas e a defesa da integridade nacional nas relações de um Estado com os outros Estados” (BOBBIO, 1998, p. 958).

Essa é uma questão defendida entre liberais, porém outras visões abordam aspectos diferentes como já se viu acima, ao mesmo tempo, a justiça talvez consista no valor em comum a ser estabelecido, para diversas perspectivas, como finalidade para a política. Após uma imersão sobre o que é justiça, viu-se que existe uma pluralidade de valores e perspectivas dessa.

Se, como foi visto acima, a justiça parece o valor a ser assegurado no seio da sociedade democrática como possibilidade para o desenvolvimento de uma boa política, então deve ficar claro que tipo de justiça é essa, quais são seus critérios e qual o significado de seus valores subjacentes, sejam eles: liberdade, igualdade ou felicidade.

2.1 PANORAMA DAS PERSPECTIVAS DA JUSTIÇA

Posto a observar com mais atenção, o entendimento do que venha a ser justiça é muito mais ardiloso do que aparentemente se julga. Em entrevista, o economista e filósofo austríaco Friedrich Hayek também pontuou sobre esse assunto:

[...] as pessoas não sabem o que querem dizer quando falam sobre justiça social, elas têm situações específicas em mente, e elas esperam que, se demandarem justiça social, alguém cuidaria de todas as pessoas que estão em necessidade ou algo do tipo. Mas a frase “justiça social” não tem significado, porque nem duas pessoas conseguem concordar o que realmente isso quer dizer. Eu acredito, como eu disse no prefácio, eu tinha escrito um capítulo bastante diferente sobre o assunto, tentando por o [conceito] em prática em um caso específico atrás do outro, até que eu descobri que a frase não tinha conteúdo, que as pessoas não sabiam realmente o que queriam dizer com isso. E o apelo à palavra “justiça” era apenas porque ela era uma palavra bastante eficiente e atraente; mas justiça é essencialmente um atributo a ação humana individual, e uma situação como tal não pode ser justa ou injusta. Portanto, é em última instância uma confusão lógica. Não é que eu seja contra, mas eu digo que não há significado¹².

A crítica ao uso do termo justiça é pertinente, mas o autor é radical ao considerar que essa seja um atributo da esfera individual e não possui significado. Será que seus critérios podem ser encontrados através do diálogo?

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9OEUW0fdAeo>. Acesso em: 18 dez. 2015.

A ideia de justiça na história da sociedade é um tema de primeira ordem, mas não há um comum acordo sobre o que se trata. Encontra-se diversas perspectivas teóricas, são algumas delas: Intuicionismo, Perfeccionismo, Utilitarismo, Libertarianismo, Igualitarismo, Liberalismo, Marxismo, Comunitarismo, Multiculturalismo, Feminismo, Pós-colonialismo, Republicanismo, Reconhecimento e Capacidades etc.

O livro “As teorias da justiça de Platão a Rawls” de Sebastiano Maffettone e Salvatore Veca (2005) aborda quatro momentos. O primeiro apresenta a justiça dos antigos com textos de Platão e Aristóteles, o segundo, a justiça dos modernos, destaca-se Thomas Hobbes, John Locke, David Hume, Jean Jacques Rousseau e Immanuel Kant, a terceira fase, a justiça e questão social, três autores são inseridos Jeremy Bentham, John Stuart Mill e Karl Marx, na quarta parte: a justiça dos contemporâneos, com textos de Henry Sidgwick, Erminio Juvalta, Hart, Hayek e John Rawls.

Um panorama do que é justiça pode ser abordado de diversas formas, uma delas é apresentar via autores e a outra é vincular o conceito e seus princípios as teorias existentes. No que rege as teorias, o livro “As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política” de Roberto Gargarella (2008), o autor trabalha com seis abordagens, são elas: 1. A teoria da Justiça de John Rawls; 2. A teoria da justiça como uma teoria insuficientemente liberal; 3. A teoria da justiça como uma teoria insuficientemente igualitária; 4. Marxismo analítico e teoria da justiça; 5. O embate comunitarista; 6. O republicanismo.

Will Kymlicka (2006) autor de “Teoria política contemporânea”, abordou (na primeira edição) também seis teorias, as quais: 1. Utilitarismo; 2. A igualdade liberal; 3. Libertarismo; 4. Marxismo; 5. Comunitarismo; 6. Feminismo. Na segunda edição, ainda sem tradução para o português, o autor inseriu mais dois aportes teóricos: 7. Teoria da cidadania e 8. Multiculturalismo.

No livro “Teoria política contemporânea: uma introdução” de João Feres Júnior e Thamy Pogrebinski (2010), destaca-se as seguintes teorias da justiça: 1. Justiça e Liberalismo; 2. Igualitarismo e Welfarismo; 3. Libertarismo; 4. Comunitarismo; no quinto ponto os autores colocam três vertentes, 5. Multiculturalismo, Feminismo e Pós-colonialismo e, por último, a teoria dedicada ao conceito de reconhecimento, a qual configura também uma contribuição para a teoria da justiça. Cada aporte desse é ancorado em razões que defendem um modo coerente de pensar o que é justiça.

Alguns teóricos optaram por expor seu conteúdo de outro modo. John Rawls (2003) buscou aprimorar o contrato social com base em Locke, Rousseau e Kant, o autor critica as

teorias do Intuicionismo, do Perfeccionismo e do Utilitarismo e propôs uma via alternativa conhecida por Justiça como equidade.

Amartya Sen (2011), vê dois grupos de pensamento, oriundos do período iluminista, o primeiro é a vertente contratualista com destaque para autores como: Thomas Hobbes; John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Immanuel Kant, entre outros. A segunda linha, na qual o autor se inclui, opta pela via comparativa, com autores como Smith, Condorcet, Wollstonecraft, Bentham, Marx e John Stuart Mill.

Michael Sandel (2012) em “Justiça: o que é a coisa certa a fazer”, divide três linhas de abordagens, a primeira decorrente do utilitarismo, prima pela maximização do bem-estar, a segunda com base na liberdade, divide-se em dois grupos, a) os libertários e os b) igualitários na busca de equidade e a terceira, defendida pelo autor, é a da virtude cívica, caminho regido com influência Aristotélica.

Alasdair MacIntyre (2008) mostrou a justiça nas diversas tradições, primeiro com a dos antigos, na versão Homérica, passando por Platão e Aristóteles, depois no medievo com Santo Agostinho e São Tomás de Aquino e mais recente com a visão de Frances Hutcheson e David Hume, passando pelo liberalismo ao desfilar suas principais críticas, o autor ficou conhecido por recuperar o debate da justiça sob a ética das virtudes.

Mencionado essa quantidade de teorias e autores (ver quadro síntese), tem-se claro que o conceito tratado não é de fácil exame. Para cada aspecto avaliado, a justiça manifesta como uma proporção, uma medida certa das coisas nas coisas. É comum ouvir as expressões, cada caso é um caso e cada cabeça uma sentença, frases populares, mas pertinentes para saber as dificuldades que o tema impõe.

São, no entanto, conceitos indissociáveis das compreensões que se tenha de justiça: verdade; ser humano; igualdade; liberdade; vida boa; o que é o bem; qual é a finalidade de viver em sociedade. Outro aspecto a ser considerado na questão da justiça é como formamos nosso raciocínio, e como o diálogo pode ser alvo de sua busca.

Assim, fizemos um quadro síntese sobre as perspectivas da justiça como forma de gerar uma ideia da densidade temática que a questão envolve. O propósito desse quadro é apresentar um resumo das diversas perspectivas da justiça para o leitor. Os problemas de um quadro desse tipo são vários, e um deles diz respeito ao reducionismo; esse quadro não evidenciou obras recentes e novas releituras, conflitos e polêmicas das perspectivas apresentadas, ficando apenas o básico. É comum que em um quadro desse tipo, autores não se sintam enquadrados no campo inserido, porém, é importante alertar que essa inserção tem muito a ver com um plano de escala das perspectivas do que seus parâmetros subordinados e conceitos subjacentes.

Quadro 1 – Síntese das perspectivas de justiça

(continua)

PERSPECTIVA	AUTORES	CONTEÚDOS	VALORES	OBRAS	MÁXIMA/ABORDAGEM
Intuicionismo	Brian Barry; G. E. Moore; H. A. Princhards; H. J. McCloskey	Equilibrar princípios concorrentes; Capacidades intuitivas;	Intuição; Pluralidade de princípios fundamentais;	MOORE, Principia Ethica. 1903. H. J. McCloskey Meta-Ethics and Normative Ethics, 1969.	Não existem critérios para decidir qual é a ênfase apropriada a ser dada a princípios rivais de justiça, é preciso intuição para equilibrar os princípios concorrentes.
Perfeccionismo	Aristóteles; Nietzsche;	Ideal Mérito Virtude Metafísica	Perfeccionismo; Talentos; Teleológica Hedonismo; Eudaimonismo	HOLLINGSDALE, Nietzsche: The Man and His Philosophy, 1965. ARISTÓTELES, Ética a Nicômaco; ARISTÓTELES, A política;	Algumas pessoas possuem direitos devido aos seus talentos o que possibilitam a fazer atividades mais complexas; Atribuir direitos como modo de atingir a excelência humana;
Utilitarismo	Jeremy Bentham; John Stuart Mill; Henry Sidgwick;	Maximização do bem-estar; Felicidade (aumentar o prazer e diminuir a dor)	Utilidade Bem-estar Prazer	SIDGWICK, The Methods of Ethics, 1874. BENTHAM, The principles of Morals and Legislation, 1789. MILL, On liberty, 1859. MILL, Utilitarianism, 1861.	Ato ou procedimento moralmente correto é aquele que produz a maior satisfação para os membros da sociedade.
Libertarianismo	Robert Nozick; Friedrich Hayek; Milton Friedman; Murray Rothbard;	Estado Mínimo Liberdade individual Rejeição ao paternalismo;	Liberdade Estado Mínimo Livre mercado	NOZICK, Anarquia, Estado e utopia, 1974. ROTHBARD, A Ética da Liberdade, 1982. HAYEK, A miragem da justiça social. 1985.	O direito de fazer o que bem quiser com aquilo que lhe pertença, desde que seja respeitado o direito dos outros de agir da mesma forma
Igualitarismo	Ronald Dworkin; Michael Walzer; Amartya Sen;	Igualdade de recursos; Igualdade complexa; Igualdade de bem-estar	Igualdade	DWORKIN, A virtude soberana, 2000. WALZER, Esferas da justiça. 2003. SEN, Desigualdade reexaminada. 2001.	1. Princípio da importância igual: é importante, de um ponto de vista objetivo, que as vidas humanas sejam bem-sucedidas e não desperdiçadas. 2. Princípio da responsabilidade especial: a própria pessoa é responsável pelo sucesso da vida humana (DWORKIN, <i>apud</i> JÚNIOR e POGREBINSCHI, 2010, p. 44).

Quadro 1 – Síntese das perspectivas de justiça

(continua)

Liberalismo	John Rawls;	Neutralidade do Estado Sistema de Cooperação; Sociedade bem-ordenada; Estrutura básica da sociedade; Posição original; Consenso sobreposto; Limites do juízo; Pluralismo razoável; Princípio da diferença;	Contrato social; I – Liberdade II - Igualdade	RAWLS, Teoria da Justiça. 1971. RAWLS, Justiça como equidade: uma reformulação. 1989 [2003]. RAWLS, Liberalismo político. 1993. RAWLS, Justiça e democracia, 2000.	Cada pessoa tem o mesmo direito irrevogável a um esquema plenamente adequado de liberdades básicas iguais que seja compatível com o mesmo esquema de liberdades para todos; As desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições: primeiro, devem estar vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades; e, em segundo lugar, têm de beneficiar ao máximo os membros menos favorecidos da sociedade (o princípio de diferença) (RAWLS, 2003, p.60).
Comunitarismo	Charles Taylor; Michael Walzer; Michael Sandel; Alasdair MacIntyre;	Busca de um Têlos; um propósito; Prioridade para concepção de bem; Narrativa de vida	Bem comum; Comunidade; Participação; Virtudes;	SANDEL, Liberalismo e os limites da justiça, 1982. SANDEL, Justiça: o que a coisa certa a fazer?, 2009. TAYLOR, Hegel e a sociedade moderna 1979. WALZER, As esferas da justiça 1983. MACINTYRE, Depois da virtude 1983; MACINTYRE, Justiça qual a racionalidade, 1988.	Dar aquilo que lhe é devido; “Questões de justiça são indissociáveis de concepções divergentes de honra e virtude, orgulho e reconhecimento. Justiça não é apenas a forma certa de distribuir as coisas. Ela também diz respeito à forma certa de avaliar as coisas” (SANDEL, 2012, p. 322-323).
Multiculturalismo	Will Kymlicka; Joseph Raz; David Miller;	Diversidade cultural; Grupos minoritários;	Políticas da diferença; Políticas da identidade; Autonomia individual; Paridade de participação;	KYMLICKA, Multicultural Citizenship, 1995. KYMLICKA, Contemporary political philosophy na introduction, 2002.	Restrições internas ao grupo para garantir seus direitos e sobrevivência do mesmo face à sociedade, evitando discriminação e desrespeito.

Quadro 1 – Síntese das perspectivas de justiça

(continua)

Feminismo	Mary Wollstonecraft; Frances Wright; Sarah Grimké; Elizabeth Cady Stanton; Maria Stewart; Donna Haraway;	Igualdade de direitos; Evita essencialismos e se opõe as relações binárias: mente/corpo; homem/mulher;	Androginia; Crítica ao princípio patriarcal; Crítica a família tradicional;	WOLLSTONECRAFT, A Vindication of the Right of Woman, 1792. BEAUVOIR, segundo sexo, 1949. DALY, Beyond God the Father, 1973.	As tarefas domésticas e o cuidado com a prole devem ser igualmente partilhados.
Pós-colonialismo	Edward Said; Michael Foucault; Edward Soja; David Harvey; Marcelo Lopes de Souza;	Espaço Geográfico; Discriminação cultural; Linguística espacial; Assimetrias de poder;	Lócus de enunciação da teoria; Localização do indivíduo; Crítica às grandes narrativas;	SAID, Orientalism, 1978. SOJA, En busca de la justicia espacial, 2014. HARVEY, Justiça social e a cidade, 1973. HARVEY, O direito à cidade, 2012. SOUZA, Prisão e a agora, 2006.	Articulada por autores que falam a partir de lugares que foram ou são metrópoles coloniais. Valorização do contexto espaço-temporal.
Marxismo	Karl Marx; Friedrich Engels; Philippe van Parijs; Robert van der Veen;	Críticas ao capitalismo; Eliminar a escassez material; Eliminar a Mais-valia	Socialização dos meios de produção; Abolição da propriedade privada;	Marx, Crítica ao programa de Gotha, 1891.	Deve-se tomar de cada um segundo sua capacidade e dar a cada um segundo suas necessidades.
Reconhecimento	Axel Honneth; Iris Marion Young; Nancy Fraser	Esfera emotiva; Estima social; Esfera jurídico-moral. Movimentos sociais;	Reconhecimento individual e social é o elemento chave	HONNETH, luta por reconhecimento, 2003. HONNETH direito à liberdade, 2011	Justiça, em seu significado, é completamente dependente da relação com os valores éticos; pois sem a fundamentação mediante uma ideia do bem, a exigência de nos comportarmos de maneira "justa" para com as outras pessoas nada significa (HONNETH, 2015, p. 122).

Quadro 1 – Síntese das perspectivas de justiça

(conclusão)

Capacidades	Amartya Sen; Martha Nussbaum;	Identificar as injustiças; Pode existir mais de uma razão distinta de justiça; Racionalidade; Imparcialidade; Não tem como propósito identificar os fins da boa vida.	Oportunidades; Liberdade; Igualdade; Capacidades básicas;	SEN, A ideia de justiça, 2009. NUSSBAUM, Las Fronteras de La Justicia, 2006.	A justiça está fundamentalmente conectada ao modo como as pessoas vivem. A natureza da justiça está no diálogo através da argumentação racional, sob o uso da objetividade e da imparcialidade.

Fonte: GARGARELLA (2008); HONNET (2015); JÚNIOR; POGREBINSCHI (2010); KYMLICKA (2006); MAFFETTONE; VECA (2005); RAMMÊ (2012); RAWLS, 2003 (2008); SANDEL (2012); SEN (2011);

2.2 JUSTIÇA NA GEOGRAFIA

Os primeiros registros do uso do termo justiça espacial datam dos anos 1970, aparecendo em um período específico no seio da ciência geográfica. O entendimento do que seja justiça espacial, entretanto, encontra-se inserido de uma forma não explícita, ou seja, falar da origem do termo justiça espacial é mais fácil do que apontar o tratamento ético por trás das diversas perspectivas que a geografia indiretamente abordou. Uma análise desse conceito poderá conter estudos desde a *pólis* Grega, vinculando a ideia de democracia como um princípio da justiça delimitada espacialmente.

A ideia de “justiça espacial” às vezes aparece como cidade justa, justiça territorial, justiça social e a cidade, justiça ambiental, direito à cidade, equidade territorial, territórios injustos, urbanização injusta, cidade justa, etc. Tais expressões nem sempre aparecem como sinônimas, mas versam sobre o mesmo tema. Sobre isso, pontuou Soja:

Os discursos sobre a justiça territorial, o direito à cidade, a geografia da justiça social e a urbanização da injustiça foram avanços importantes na conceituação da espacialidade da (in)justiça, embora nenhum dos que a ela contribuíram jamais utilizara o termo específico “justiça espacial”¹³ (2014, p. 126, tradução nossa).

De modo mais abrangente, na geografia alguns autores fazem referência ao tema da justiça. Georges Mauco, na França em 1938, na defesa de uma justiça, mesmo que em um viés autoritário. Outro francês, Jean Gottmann, em seu livro “La Politique des États et leur géographie” de 1951 na ideia de repartição equitativa dos recursos geográficos e Isaiah Bowman, nos EUA, com o intuito de abordar a justiça entre as nações. Esses autores são vozes isoladas dentro da geografia (BRENNETOT, 2011).

Um grande número de geógrafos associados à pesquisa aplicada, nos anos 1950, adotou o utilitarismo como ética e filosofia política para as escolhas no planejamento urbano. Essa perspectiva tem como busca prioritária a maximização social do bem-estar individual, a qual é bastante criticada pela geografia humana crítica radical, visto que nutre dependência, valoriza a propriedade privada, fortalece o imperialismo, amplia desigualdades e sustenta ainda mais injustiças.

¹³ “Los discursos sobre justicia territorial, el derecho a la ciudad, la geografía de la justicia social y la urbanización de la injusticia fueron importantes avances en la conceptualización de la espacialidad de la (in)justicia, aunque ninguno de los que contribuyeron a ello utilizara jamás el término específico “justicia espacial” (SOJA, 2014, p. 126).

A inquieta década de 1960 teve a cidade como epicentro para as manifestações sociais. Eram visíveis as desigualdades na apropriação dos benefícios da vida moderna. Com o intuito de buscar compreender as vozes destoantes e atuar sobre essas condições, desenvolveram-se, dentro da geografia humana crítica radical, três correntes entrelaçadas sobre os aspectos geográficos da (in)justiça, são elas:

Justiça espacial como tal, enfatizando uma dialética, mas equilibrada entre a causalidade social e a espacial. Outra utilizou a expressão justiça territorial e seguiu duas direções: uma delas construiu uma formulação liberal baseada nos estudos geográficos de desigualdade e bem estar social, e a outra adotando um caminho mais radical através da geografia marxista com os estudos críticos da urbanização da injustiça. Ziguezagueando entre essas duas correntes anteriores, surgiram as ideias de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade¹⁴ [...] (SOJA, 2014, p. 123, tradução nossa).

Buscando o que existe escrito em língua inglesa, Soja (2014) encontrou três aparições do uso específico do termo justiça espacial. Primeiro em 1973, com a tese de doutorado de John O’Laughlin¹⁵, dez anos depois no trabalho do geógrafo G. H. Pirie com “On Spatial Justice” e outra apenas no ano de 1994, com a publicação de Steven Flusty “Building Paranoia”. Em francês, encontra-se o artigo de Alain Raynaud publicado em 1978, intitulado “Justice Spatiale et État: L'exemple des États-Unis”¹⁶ e Rochefort Renée com “Espace et justice sociale”¹⁷ – este último autor trata das ambiguidades e limites da noção de justiça espacial.

Quanto ao tema da justiça e sua espacialidade, aparece, de início, evidenciado por justiça territorial pelo urbanista Bleddyn Davies (1968) em seu livro “Social needs and resources in local services” (Harvey 1980, Soja, 2014). Esse conceito foi atualizado por David Harvey em sua obra “Justiça Social e a Cidade”, publicado em 1973, trabalho que impulsionou o debate da justiça dentro da ciência geográfica.

A primeira parte, intitulada “Formulações Liberais”, propõe o conceito da justiça distributiva territorial, no qual provê uma discussão com a “Teoria da Justiça” de John Rawls

¹⁴ “La justicia espacial como tal, haciendo hincapié en una dialéctica más equilibrada entre la causalidad social y la espacial. Otra empezó con la noción de justicia territorial y siguió dos direcciones: una de ellas construyendo una formulación liberal basada en los estudios geográficos de desigualdad y bienestar social, y la otra adoptando un camino más radical a través de la geografía marxista hacia los estudios críticos de la urbanización de la injusticia. Ziguezagueando entre estas dos corrientes, una tercera surge de las ideas de Henri Lefebvre sobre el derecho a la ciudad. [...] (SOJA, 2014, p.123).

¹⁵ “Justiça Espacial e o Eleitor Negro Americano: A Dimensão Territorial da Política Urbana” (SOJA, 2009, p. 4, tradução nossa). Spatial justice and the Black American Voter: The Territorial Dimension of Urban Politics. Disponível em: <http://www.jssj.org/article/la-ville-et-la-justice-spatiale/>. Acesso em: 9 jun. 2016.

¹⁶ Disponível em: https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1978_num_7_1_1762?q=justice+spatiale. Acesso em: 7 jul. 2019.

¹⁷ Disponível em: https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1978_num_7_4_1842?q=Rochefort+Ren%C3%A9+Espace+et+justice+sociale. Acesso em: 7 jul. 2019.

(1971). Na segunda parte, “Formulações Socialistas”, coloca que “a produção é distribuição e que a eficiência é equidade na distribuição”, problemática não considerada por Rawls. Nessa segunda parte, Harvey enriquece a análise ao assimilar os conceitos com base no método de análise marxista.

No ano de 1975, Richard Peet publica o artigo “Inequality and Poverty: a marxist-geographic theory”. Ainda na década de 70, David Marshall Smith publica alguns trabalhos, em especial, “Human geography a welfare approach”, em 1977, no qual busca revelar um ponto de vista geográfico sobre o tema do bem-estar social, em especial a segunda parte do livro, que trata da questão da justiça social e da igualdade. Em 1977 cerca de 40 participantes debatem na França o tema da justiça social e o espaço, dentre eles, David Harvey, Antoine S. Bailly, Paul Claval, Renée Rochefort e Christian Kesteloot¹⁸. Também em 1977, outra obra de destaque foi “Geography and Inequality”, escrita por Coates, Knox e Johnston (BRENNETOT, 2011; SOJA, 2014). Neste período “a reflexão sobre justiça social e espaço está, portanto, no centro da nova geografia humana¹⁹” (CLAVAL, 1978, p. 305, tradução nossa). Como visto, pontual é o tratamento unitário do termo justiça espacial. As primeiras menções ao termo aparecem ainda bastante associadas à questão da igualdade na distribuição dos recursos, benfeitorias e serviços e a luta por eliminar a desigualdade e a pobreza.

Os anos 1980, marcados pelo debate entre liberalismo e comunitarismo, envolveram questões como universalismo ético versus relativismo cultural nas formulações do que é justiça. Na geografia, a produção diminui, no entanto, encontram-se obras importantes, como: “Société, espace et justice” (1981) de Alain Reynaud; “Géographie du bien-être” de Antoine Bailly (1981), “On Spatial Justice” (1983) de G. H. Pirie; “Geography, Inequality and Society” (1987) de David Smith, entre outras. Porém nessa década, “no geral, a teorização da justiça espacial não aparece como uma prioridade” (BRENNETOT²⁰, 2011, p. 115-134, tradução nossa).

Bailly com a obra supracitada, questiona as visões abstrata e universalista da justiça e propõe defender a variedade cultural, desse modo, antecipa as críticas comunitárias e faz aporte no horizonte humanista (BRENNETOT, 2011). No Brasil, no ano de 1987, um livro representativo para o tema em tela foi publicado pelo geógrafo Milton Santos, sob o título de

¹⁸ O leitor pode encontrar tais artigos disponível em: https://www.persee.fr/issue/spgeo_0046-2497_1978_num_7_4. Acesso em: 7 jul. 2019.

¹⁹ “la réflexion sur la justice sociale et l'espace est donc au coeur de la nouvelle géographie humaine” (CLAVAL, 1978, p. 305). Disponível em: https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1978_num_7_4_1840. Acesso em: 12 jul. 2019.

²⁰ “Dans l'ensemble, la théorisation de la justice spatiale n'apparaît pas comme une priorité”. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-Annales-de-geographie-2011-2-page-115.htm>. Acesso em: 9 jun. 2018.

“O espaço do cidadão”. Uma crítica contundente à redução do cidadão a mero consumidor revela sua pretensão de ser um cidadão integral. Sua visão de justiça social situa-se no tratamento distributivo geográfico que atenda a população por inteiro, com aqueles bens e serviços mínimos como o “direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna” (SANTOS, 2007, p.19). Nessa publicação a concentração de riqueza e a desigualdade são colocadas como injustiças. Em outro momento, quando Santos fala da justiça, remete à justiça jurídica. De fato, o autor não aprofunda o conceito de justiça, embora sua reflexão sobre o tema seja colocada em outro *modus operandi*: libertar-se da alienação é o caminho para descobrir o que é justo ou injusto. Apoiado em diversos autores, dentre eles G. Markus e J. P. Sartre, assinala caminhos para a desalienação do ser humano. Do primeiro retira a ideia de ser ativo e do segundo considera que o homem deve lutar contra o meio que o formou em busca da liberdade.

Nos anos 1990 há um renascimento da incorporação da justiça nos textos geográficos, um dos responsáveis para esse reaparecimento foi David Harvey, com o artigo intitulado “Social justice, postmodernism and the City”, de 1991. Pouco tempo depois publica “Justice, nature & the Geography of difference” em 1996. Nesse intervalo, David Smith publica em 1994 o livro, “Geography and Social Justice: Social Justice in a Changing World”, no qual debateu diversas correntes da filosofia política, como: igualitarismo, utilitarismo, liberalismo, contratualismo, marxismo, comunitarismo e feminismo.

A obra “Justice and the politics of difference” de 1990 da filósofa Iris Marion Young tem boa receptividade entre os geógrafos e suas cinco formas de opressão²¹ são citadas repetida vezes. Destaque também para a coletânea “The Urbanization of Injustice” de 1996, organizada por Andy Merrifield e Erik Swyngedouw. Nesse livro participam também Susan Fainstein, David Harvey, Doreen Massey, Neil Smith e Edward Soja. Na década de 1990, destaque também para o trabalho de Steven Flusty “Building Paranoia” (1994), obra que foi influente para Soja em sua busca por estudos sobre justiça espacial.

Bernard Bret é outro geógrafo que vem desde meados dos anos 1990 se debruçando sobre esse conceito e, em algumas publicações, tem o território brasileiro como alvo de análise à luz da teoria da justiça de John Rawls, abordando o conceito equidade territorial.

Para lembrar fazemos uso das palavras de Dikeç;

²¹ São consideradas como injustiças. 1. Exploração; 2. Marginalização; 3. Falta de poder; 4. Imperialismo cultural; e 5. Violência (SOJA 2014; LAMBONY 2017).

Recapitulando: o engajamento da geografia com a justiça social começou com uma preocupação exclusiva sobre a distribuição em um espaço cartesiano (Davies, 1968); continuou com ênfase na produção, no funcionamento da cidade capitalista e nas geografias irregulares do capitalismo (Harvey, 1973; 1996); mudou o foco celebrando a identidade e a diferença, e uma ênfase não na justiça e no consenso, mas na injustiça e nos dissensos (Gleeson, 1998; Harvey, 1992; Merrifield, 1997; Merrifield e Swyngedouw, 1997); e acabou, por enquanto, com uma problematização da preocupação com a diferença, e uma busca por laços universais de solidariedade²² (DIKEÇ, 2001, p. 1786, tradução nossa).

No final dos anos 1990, David M. Smith se esforça para ampliar uma nova interface disciplinar com a aproximação da geografia com a ética e a moral. Neste aspecto trabalha com a ideia de virtudes humanas e faz um resgate de como esse tema foi desenvolvido na geografia. Assim, destaca a preocupação com a finalidade do desenvolvimento, reflexões sobre a vida boa, o certo e o errado, justiça, lugares de cuidado, bons lugares, entre outros temas (SMITH, 1997, 1999, 2001, 2007). Ainda nessa temática, cabe ressaltar as contribuições de Yi-Fu Tuan, James David Proctor, Robert David Sack, Arnaud Brennetot, entre outros.

Edward Soja no ano de 2000 publica o livro “Postmetrópolis: Estudos críticos sobre las ciudades y las regiones”, cujo epílogo aborda o tema da justiça espacial e faz uma aproximação da democracia regional com a justiça espacial, ao incorporar as ideias da filósofa Iris Marion Young.

No âmbito da filosofia política, John Rawls, com seu liberalismo, foi um dos responsáveis pelo reavivamento do tema justiça nos anos 70. Consequentemente os anos 80 foram marcados pela construção de um debate entre liberais e comunitários²³, enquanto na década de 90 houve uma afirmação da pluralidade das teorias da justiça (Feminismo, Reconhecimento, Pós-colonialismo) que, como força-tarefa, serviram para justificar o direito à

²² “To recapitulate: geography’s engagement with social justice started with an exclusive concern on distribution in a Cartesian space (Davies, 1968); continued with an emphasis on production, the workings of the capitalist city, and uneven geographies of capitalism (Harvey, 1973; 1996); shifted focus with a celebration of identity and difference, and an emphasis not on justice and consensus, but on injustice and dissensos (Gleeson, 1998; Harvey, 1992; Merrifield, 1997; Merrifield and Swyngedouw, 1997); and ended up, for the moment, with a problematization of the preoccupation with difference, and a search for universal bonds of solidarity (Smith, 1997; 2000)”. (DIKEÇ, 2001, p. 1786). Disponível em: <https://hal-enpc.archives-ouvertes.fr/hal-01258169/document>. Acesso em: 19 jun. 2016.

²³ Alasdair MacIntyre aponta para a pluralidade de sistemas de valor nas sociedades modernas e o entrave que isso representa para a legitimação das instituições liberais. Segundo o autor, a incomensurabilidade dos diferentes sistemas de valor, isto é, o fato de que eles não são mutuamente inteligíveis (por exemplo: o protestante não consegue compreender plenamente as razões do católico, esses dois rejeitam as razões do muçulmano, e as três doutrinas escandalizam os ateus e céticos. O dissenso religioso é somente um caso. A mesma ininteligibilidade pode se dar no campo das doutrinas políticas, como, por exemplo, entre liberais igualitários e comunitaristas, ou entre liberais e comunistas etc.) leva as instituições que administram a justiça a produzirem decisões por meio de acordos nos quais as partes têm perdas e ganhos, mas nunca atingem um consenso moral (JÚNIOR, POGREBINSCHI, 2010, p. 89).

diferença. O multiculturalismo aparece como alternativa possível, pois havia uma certa insuficiência para responder às questões da justiça em um mundo globalizado. Naquela época, teorias pós-coloniais ganharam força sob inspiração de autores como Michel Foucault e Edward Said ambos influentes no pensamento de Edward Soja, no momento em que a categoria espaço passa a ter um significado explicativo proeminente em outras ciências.

A atualidade (nomeia-se atualidade o período que se inicia no século XXI em diante), é o momento em há uma disseminação ainda maior do uso do termo justiça espacial, mas com predominância da expressão direito à cidade. Como na atualidade a gama de trabalhos aumentou consideravelmente, abordaremos aqueles pertinentes ao resgate conceitual da justiça espacial. Entretanto, “os usos dos conceitos de justiça espacial e direito à cidade estão tão entrelaçados de tal maneira em seu uso contemporâneo que está cada vez mais complicado falar deles de forma separada”²⁴ (SOJA, 2014, p. 140, tradução nossa).

Justiça na atualidade é um tema que tem destaque na filosofia política, obras como: “Justiça como equidade: uma reformulação” de 2003, obra póstuma de John Rawls; “Justiça: o que é fazer a coisa certa?” de Michael Sandel de 2008; “A ideia de Justiça” de Amartya Sen de 2009; “Direito à liberdade” de Axel Honneth de 2011; entre outras, assinalaram contribuições importantes para o debate.

Na geografia internacional, Mustafa Dikeç publica em 2001 o artigo sob o título “Justiça e imaginação espacial”. Nesse trabalho, Dikeç lança mão da noção de justiça espacial aliada a “três noções: a dialética espacial da injustiça, o direito à cidade e o direito à diferença”²⁵ (DIKEÇ, 2001, p. 1785, tradução nossa). Segundo o autor, conceituar justiça espacial envolve uma visão dialética do espaço, visto como processo de produção social que é conflituoso. Essa visão é uma crítica à perspectiva distributiva, mesmo que isso não signifique seu abandono por completo, pois Dikeç procura conciliá-la sem a tornar exclusiva, e com essa finalidade usa a noção do filósofo político Étienne Balibar de igualdade e liberdade. Aos moldes lefebvriano, Mustafa Dikeç reivindica o direito à cidade, o direito à vida urbana, à participação ativa na vida política e a ruptura com a sociedade burocrática do consumo dirigido. Quando trata do direito à diferença, advoga o direito de resistir, a construir outro modo de vida, segundo ele, “a noção de justiça espacial é uma crítica da exclusão sistemática, da dominação e da opressão e destinada a cultivar novas sensibilidades que animariam as ações contra a injustiça embutida

²⁴ “Los dos conceptos, justicia espacial y derecho a la ciudad, se han entrelazado de tal manera en su uso contemporáneo que es cada vez más complicado hablar de ellos por separado” (SOJA, 2014, p. 140).

²⁵ “Three notions: the spatial dialectics of injustice, the right to the city, and the right to difference” (DIKEÇ, 2001, p. 1785).

no espaço e na dinâmica espacial²⁶” (DIKEÇ, 2001, p. 1793, tradução nossa). Seu ponto chave envolve observar os mecanismos que provocam a segregação e a concentração de pobreza em determinados locais.

A revista bilíngue *Justice Spatiale Spatial Justice*, foi criada em 2009 na França, como fruto da continuidade do simpósio “Justiça e injustiça espacial” ocorrido em março de 2008, na Universidade em que Henri Lefebvre foi professor (Paris Ouest Nanterre). Segundo seus editores (Fred Dufaux, Philippe Gervais-Lambony, Sonia Lehman-Frisch, Sophie Moreau, 2009²⁷), a mesma articula o conceito de justiça espacial com aqueles de “produção de espaço” e “direito à cidade”, de Henri Lefebvre. Com perspectiva multidisciplinar e afeita à pluralidade de concepções de justiça, a revista promove um interessante debate sobre o tema e se torna um alvo de destaque para a divulgação científica, pois toda sua divulgação permanece gratuita. Na sua primeira edição contou com a participação de Edward Soja, Lisa Brawley, Bernard Bret, Peter Marcuse, Susan S. Fainstein e Mustafa Dikeç. Esses textos foram posteriormente publicados no livro “Justice et injustices spatiales” organizado por Bernard Bret, Philippe Gervais-Lambony, Claire Hancock e Frédéric Landy²⁸, no ano de 2010. Destacamos os principais traços de alguns desses trabalhos quando se referem ao conceito justiça espacial.

É com Edward Soja que a revista inaugura seu primeiro número, para ele;

A (in)justiça espacial pode ser vista como resultado e processo, como geografias ou padrões de distribuição que são em si justos/injustos e da mesma forma como os processos produzem esses resultados. É relativamente fácil descobrir exemplos de injustiça espacial descritivamente, mas é muito mais difícil identificar e entender os processos subjacentes que produzem geografias injustas²⁹ (SOJA, 2009, p. 3, tradução nossa).

Soja, diferente de alguns autores, propõe como premissa básica o entendimento da ontologia espacial. As ideias contidas no texto do autor serão aprofundadas no livro “Em busca da justiça espacial” de 2010³⁰, no qual, para formular sua teoria da justiça espacial, promove

²⁶ “The notion of spatial justice is a critique of systematic exclusion, domination, and oppression; a critique aimed at cultivating new sensibilities that would animate actions towards injustice embedded in space and spatial dynamics” (DIKEÇ, 2001, p. 1793).

²⁷ Disponível em: <http://www.jssj.org>. Acesso em: 19 jul. 2019.

²⁸ Disponível em: <https://books.openedition.org/pupo/391>. Acesso em: 12 mar. 2017.

²⁹ “The specific term “justice” has developed a particularly strong hold on the public and political imagination in comparison to such alternatives as “freedom,” with its now strongly conservative overtones, “equality,” given the impact of a more cultural politics of difference, and the search for universal human rights, detached from specific time and place” (SOJA, 2009, p. 3). Disponível em: <http://www.jssj.org/wp-content/uploads/2012/12/JSSJ1-1en4.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.

³⁰ O leitor mais interessado pode conhecer mais um pouco através de nossa resenha do livro de Soja (2010) publicado em: VAN DEN BRULE, David. Justiça espacial e novas demarcações (Resenha: SOJA, Edward. En busca de la justicia espacial. 2014). *Acta Geográfica*, v. 12, p. 234-238, 2018. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/5161/2605>. Acesso em: 16 mar. 2019.

um resgate das ideias de Henri Lefebvre e David Harvey. Soja, por sua vez, identifica inúmeras injustiças espaciais, como: o racismo, o fundamentalismo religioso, as questões de gênero, a ausência equitativa de transporte coletivo, entre outras.

Peter Marcuse no artigo “La justice spatiale: à la fois résultante et cause de l'injustice sociale” publicado na revista supracitada, quando trata do tema (in)justiça espacial, afirma que a dimensão distributiva é necessária, mas não suficiente para abordar os termos essenciais da injustiça espacial. Para ele “uma boa cidade não deve ser simplesmente uma cidade caracterizada pela igualdade distributiva, mas uma cidade que apoia o desenvolvimento de cada indivíduo e de todos indivíduos³¹” [...] (MARCUSE, 2009, p. 2, tradução nossa). O autor utiliza como ponto de partida a análise da injustiça espacial e destaca duas formas: a primeira é a negação da liberdade que pode ocorrer, por exemplo, através do processo de segregação e guetização; a segunda versa sobre a distribuição desigual. Para ele:

Injustiça espacial é resultado de uma injustiça social mais ampla. As injustiças sociais sempre têm uma dimensão espacial, e não podemos enfrentar as injustiças sociais sem também abordar sua dimensão espacial [...] os remédios espaciais são necessários, mas não suficientes para remediar as injustiças espaciais – muito menos a injustiça social³² (MARCUSE, 2009, p. 3, tradução nossa)³³.

Susan Fainstein, em 2009, publica o artigo “Justiça espacial e planejamento” no qual o termo espaço está implícito em sua discussão e não há uma abordagem explícita da justiça espacial. A autora trata da questão da participação, deliberação e democracia dentro do planejamento urbano, com influência da teoria comunicativa de Habermas. Assim, considera que em uma deliberação justa os participantes devem estar em certas condições de igualdade, bem como a participação é condição para obtermos um resultado justo. Todo processo deliberativo que “exclua as pessoas que serão afetadas pela decisão não é justo” (FAINSTEIN, 2009, p. 3, tradução nossa). A autora fala de três aspectos da justiça urbana, igualdade material,

³¹ “But a good city should not be simply a city with distributional equity, but one that supports the full development of each individual and of all individuals” (MARCUSE, 2009). Disponível em: <http://www.jssj.org/article/la-justice-spatiale-a-la-fois-resultante-et-cause-de-linjustice-sociale/#note1>. Acesso em: 19 jun. 2017.

³² “Spatial injustice is derivative of broader social injustice [...] Social injustices always have a spatial aspect, and social injustices cannot be addressed without also addressing their spatial aspect [...] Spatial remedies are necessary but not sufficient to remedy spatial injustices – let alone social injustice”. (MARCUSE, 2009). Disponível em: <http://www.jssj.org/article/la-justice-spatiale-a-la-fois-resultante-et-cause-de-linjustice-sociale/#note1>. Acesso em: 19 jun. 2017.

³³ Em 2009 Marcuse contribui novamente para o enriquecimento do tema ao editar e publicar juntamente com James Connolly, Johannes Novy, Ingrid Olivo, Cruz Potter e Justin Steil o livro “Searching for the just city: Debates in urban theory and practice”. Neste livro colaboram Susan S. Fainstein, David Harvey, Mustafa Dikeç entre outros. É interessante notar, um texto da brasileira Erminia Maricato com o seguinte título: “Fighting for just cities in capitalism’s periphery”. Vejamos que justiça espacial é abordada no livro e no artigo, mas não é central na sua análise, em primeiro plano aparece a noção de cidade justa e as diversas formas de injustiça espacial.

diversidade e democracia (2009) e reconhece que em casos particulares essas questões podem colidir ou exigir compensações. Fainstein ainda analisa e verifica o quão desigual foi a participação cidadã no Plano Diretor de Nova York, e no final do texto indica soluções para promover a democracia. Segundo ela, os planos devem ser elaborados juntamente com a população da área afetada, porém, os moradores do bairro não devem ser os únicos árbitros do futuro daquele ambiente. Quanto aos projetos em áreas pouco habitadas ou desabitadas, deve considerar a ampla consulta aos representantes dos grupos urbanos (FAINSTEIN, 2009).

Outro autor de realce é Bernard Bret, que recentemente tem sido inspirado pela obra de John Rawls e parte da ideia de que a organização do espaço a fim de garantir a igualdade de acesso a todos é impossível. De acordo com Bret:

A noção de justiça espacial não deve ser entendida como justiça entre lugares, mas como a dimensão espacial da justiça entre as pessoas [...] A justiça espacial não se limita à justiça distributiva, isto é, à distribuição de bens, benefícios e encargos da vida coletiva. Além do fato de que a organização territorial tem efeitos sobre o exercício da democracia, a justiça espacial também diz respeito ao arcabouço territorial oferecido ao respeito das identidades individuais e coletivas. A estigmatização de um lugar pode realmente prejudicar a imagem de quem mora lá e minar sua autoestima (BRET, 2015, p.1-2, tradução nossa³⁴).

Bernard Bret se utiliza do princípio da diferença de John Rawls³⁵ para pensar o planejamento espacial e as questões da desigualdade na distribuição dos equipamentos e serviços. Desse modo, propõe maximizar as condições dos menos favorecidos. Em 2016, Bret publica o livro “Pour une géographie du juste: Lire les territoires à la lumière de la philosophie morale de John Rawls”, o qual busca aplicar a moral rawlsiana às questões espaciais.

Arnaud Brennetot, em “Pour une géoéthique: Éléments d’analyse des conceptions de la justice spatiale” (artigo publicado em 2010³⁶), procura equalizar o discurso da justiça espacial através da geoética, ao observar os valores que compõem cada sociedade. O pesquisador propõe analisar a justiça espacial com base em quatro valores: propriedade, equidade, tolerância e

³⁴ La notion de justice spatiale ne doit pas être entendue comme une justice entre les lieux, mais comme la dimension spatiale de la justice entre les hommes. [...] La justice spatiale ne se limite pas à la justice distributive, c'est-à-dire à la répartition des biens, des avantages et des charges de la vie collective. Outre que l'organisation du territoire a des effets sur l'exercice de la démocratie, la justice spatiale concerne aussi le cadre territorial offert au respect des identités individuelles et collectives. La stigmatisation d'un lieu peut en effet nuire à l'image de celui qui y habite et porter atteinte chez lui à l'estime de soi. (BRET, 2015, p. 1-2). Disponível em: <http://geoconfluences.ens-lyon.fr/informations-scientifiques/a-la-une/notion-a-la-une/notion-a-la-une-justice-spatiale>. Acesso em: 19 jun. 2017.

³⁵ “O princípio de diferença exige que por maiores que sejam as desigualdades em termos de renda e riqueza, e por mais que as pessoas queiram trabalhar para ganhar uma parte maior da produção, as desigualdades existentes devem efetivamente beneficiar os menos favorecidos” (RAWLS, 2003, p. 89).

³⁶ Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-espace-geographique-2010-1-page-75.htm?contenu=article>. Acesso em: 19 jun. 2017.

harmonia. Para isso, indica como metodologia conhecer a opinião pública através de entrevistas, votos, etc.

David Harvey novamente participa do debate, agora usando o conceito de direito à cidade, e publica em 2012 o livro: “Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana”. No prefácio dialoga com as ideias do “direito à cidade” de Henri Lefebvre. Harvey levanta a problemática de que “a própria definição de ‘direito à cidade’ é objeto de uma luta, e essa luta deve ser concomitante com a luta por materializá-lo” (HARVEY, 2012, p. 19). Deste último utilizaremos essa argumentação como premissa básica para desenvolvimento da pesquisa.

Podemos citar ainda outros trabalhos que tratam o tema em tela, como “Ciudad, sociedad, justicia: un enfoque espacial y cultural”, organizado por Alain Musset e publicado em 2010; “Justice et injustices environnementales”, dirigido por David Blanchon, Jean Gardin e Sophie Moreau, publicado em 2012; “Ségrégation et justice spatiale”, de 2013, organizado por Sylvie Fol, Sonia Lehman-Frisch, Marianne Morange; A coleção espaço e justiça, organizador por Frédéric Dufaux e Philippe Gervais-Lambony; o livro “Justice Spatiale et Politiques Territoriales”, organizado por Dufaux, F. e Philifert, P., de 2013; A tese defendida em Lisboa em 2014 por André Carmo com o título “Cidade & Cidadania (através da Arte) o Teatro do Oprimido na Região Metropolitana de Lisboa”; o livro “Spatial Justice: Body, Lawscape, Atmosphere, publicado em 2015, do professor de direito Andreas Philippopoulos-Mihalopoulos; Danny Dorling com o livro “Injustice: Why Social Inequality Still Persists”, de 2015; o livro de Guadalupe Granero Realini “Territorios de la Desigualdad Política Urbana y Justicia Espacial”, de 2017; entre outros.

O leitor interessado em aprofundar essa bibliografia também pode encontrar amparo em algumas revistas, disponível em: <https://www.persee.fr/>; <http://www.jssj.org/>; <https://www.cairn.info/>; <https://journals.openedition.org/>; <http://www.hypergeo.eu/>; Quanto a primeira revista citada (Persée) é interessante notar sua recente digitalização (2019) de textos oriundos da década de 70, revista conta com um acervo histórico salutar (desde 1972 à 2019), somando 47 anos de acompanhamento da produção geográfica disponível de forma online e gratuita.

2.3 JUSTIÇA ESPACIAL E A GEOGRAFIA BRASILEIRA

A aparição e uso do termo justiça espacial aqui no Brasil é recente, mas sua busca, como já advertimos, é mais antiga. Com o objetivo de promover um estado da arte, iremos apresentar

alguns trabalhos na geografia brasileira e alguns publicados em língua portuguesa, sobre o tema da justiça espacial, buscando identificar os diversos usos e sentidos. Entretanto, observou-se que a produção brasileira, de certo modo, ainda é tímida.

Alguns autores trabalham, dentro desta perspectiva, ora abordando a justiça, ora o direito à cidade, mas ainda são poucos os trabalhos com o uso do termo “justiça espacial” propriamente dito. Quanto à questão da justiça, Marcelo Lopes de Souza oferece, quiçá, o maior aprofundamento político-filosófico para o tema em tela. No que toca ao tema do direito à cidade, Ana Fani Alessandri Carlos se destaca. No entanto, notou-se que grande parte da literatura sobre o tema é estrangeira.

O primeiro trabalho encontrado vem como resultado de uma pesquisa de pós doutorado realizada pela arquiteta e urbanista Teresa de Jesus Peixoto Faria, sob o título de “Justiça espacial como referência para análise de políticas públicas, no Brasil?”. Publicado no ano de 2011, a autora trabalha na perspectiva da justiça como equidade e combate às desigualdades sociais no meio urbano e, sob tal ótica, analisa a ação do Estado e sua capacidade de solucionar tais desigualdades. Vai em autores como Bernard Bret, Alain Musset, Gervais-Lambony, Dufaux, Edward Soja, Henri Lefebvre entre outros. Seu estudo de caso são as favelas do Rio de Janeiro, no contexto da organização dos megaeventos esportivos (FARIA, 2011, 2013).

Em 2012, Ivaldo Lima publica “Entre a geopolítica do sentido e a justiça territorial: inteligências cidadãos no Equador e no México”. No artigo, o autor reconhece a relevância da relação entre espaço, política e ética. A justiça espacial aparece como sinônimo de justiça territorial e trabalha com a ideia de direito à diferença, pois, para ele, um aprofundamento no conceito de justiça territorial, deve-se ao reconhecimento dos direitos sociais e à concepção de território autônomo. O autor argumenta a favor do princípio da responsabilidade de Hans Jonas para trabalhar com a ideia de justiça espacial e recorre a valores como solidariedade, respeito, autonomia e liberdade (LIMA, 2012).

Igor Catalão, em 2013, publica sua tese intitulada “Diferença, dispersão e fragmentação socioespacial: explorações metropolitanas em Brasília e Curitiba”, na qual trata do tema da justiça espacial na linha da redistribuição equitativa da renda, bens e serviços urbanos, como, por exemplo, o acesso à rede geral de abastecimento de água; à rede geral de esgoto e ao rendimento salarial. Outro aspecto destacado no entendimento da justiça espacial é que ela deve ser pensada “como meio de recuperar o contrato social de vida coletiva da cidade, ampliado neste momento para um contrato de vida urbana mais complexo, focado no consentimento da alteridade, portanto das diferenças” (CATALÃO, 2013, p. 157-158). Catalão se utiliza de autores como Henri Lefebvre, Edward Soja e Lisa Brawley.

Paulo Miguel Madeira e Mário Vale, ambos da Universidade de Lisboa (de Portugal), publicam no ano de 2015 na revista GEOUSP: Espaço e tempo, o artigo “Desigualdade e espaço no capitalismo contemporâneo: uma questão de (in)justiça territorial?”. Esse trabalho buscou mostrar a aplicação à escala regional (União Europeia) do conceito de justiça espacial. Os autores vão em H. Lefebvre e D. Harvey, passando por E. Soja, G. H. Prie e P. Marcuse para discutir a gênese da ideia de justiça territorial e/ou espacial, versando também sobre a ideia do direito à cidade. O autor, para tratar da justiça espacial/territorial, utiliza como parâmetro avaliativo o bem-estar econômico e as desigualdades de desenvolvimento.

Em 2016, Ivaldo Lima publica novamente sobre o tema da Justiça espacial, agora propondo um diálogo com a teoria da complexidade de Edgar Morin. Nesse artigo o autor coaduna o conceito de justiça territorial ou espacial com a ideia de direito e recupera aspectos do primeiro trabalho (2011), citado anteriormente. Ao inserir o conceito de território dentro do paradigma sistêmico, o professor propõe que sua análise leve em consideração suas múltiplas escalas.

Lima (2016), considera importante somar a perspectiva da redistribuição com a do reconhecimento, e finaliza, apoiado na filósofa Adela Cortina, com a possibilidade de uma política territorial ética sob o horizonte da justiça e da felicidade através do sujeito autônomo e solidário. Lima volta a publicar, no mesmo ano, o artigo “A geopolítica da favela: desafios atuais da justiça territorial no Rio de Janeiro” na revista Cidades (volume 13, número 22), com o tema “Justiça e Direito: um debate sobre o urbano”. Nesse trabalho, o autor coloca a ideia de justiça espacial dentro do horizonte epistêmico do direito à cidade justa e utiliza o conceito de sociedade decente de Avishai Margalit. Acrescenta, além da redistribuição, reconhecimento e representação à categoria do encontro (de inspiração Lefebvrina) e faz uso da lista de direitos sociais propostos por Jordi Borja, como: moradia, espaço público monumentalidade, beleza, identidade coletiva, mobilidade, justiça local, segurança, diferença, qualidade do meio ambiente, acessibilidade, entre outros. Para ele “justiça territorial deve ser respaldada pelos princípios éticos da solidariedade/hospitalidade, do respeito e da responsabilidade, do cuidado e do comprometimento, além, e principalmente da decência” (LIMA, 2016, p. 8). Lima é um dos poucos autores brasileiros que faz uma ligação explícita da ética e da moral com a Geografia. Em outro momento, sob forte influência de Mustafa Dikeç, assume: “a noção de justiça espacial [territorial] é uma crítica à sistemática exclusão, dominação e opressão” (DIKEÇ, 2011 *apud* LIMA, 2016, p. 33). O autor caminha para uma geografia legal crítica indo na geografia de Nick Blomley.

Esse número 22 de 2016 da Revista Cidades conta com outro trabalho que trata do termo justiça espacial, o artigo “Políticas públicas no espaço”. Escrito por Arlete Moysés Rodrigues, remete, inicialmente, ao entendimento de justiça espacial como igualdade aos bens e serviços favoráveis à vida (água, luz, transporte e meios de consumo coletivo). A justiça espacial é vista como potencializadora do direito à cidade. Apoiada nas ideias de Lefebvre e Harvey, a autora vê a produção do espaço (no modo de produção capitalista) como algo inerentemente injusto e critica toda política pública que não interfere na acumulação de capital e não toca na questão da propriedade privada. A autora acredita que, mesmo dentro desse modo de produção, existem algumas ações que, de alguma forma, podem promover a justiça espacial, como exemplo: a regularização fundiária de interesse social e o provimento de infraestrutura de serviços. Rodrigues ainda cita a importância das lutas sociais e, como elemento-chave, a ideia de participação dos movimentos populares na elaboração de leis e normas, mesmo que a lei, ao considerar que todos são iguais, cometa uma injustiça espacial (RODRIGUES, 2016).

Ainda no ano de 2016 encontramos a publicação do artigo por Márcia da Silva e Liamar Bonatti Zorzanello sob o título “O processo de emancipação político-administrativa como propulsor de justiça espacial: o caso de Goioxim e Marquinho no estado do Paraná”. Nessa publicação o termo aparece baseado em E. Soja (2009), vinculado à distribuição equitativa das necessidades sociais básicas, como, por exemplo, saúde, educação e infraestrutura como aspectos salutar para a manutenção da dignidade humana. A perspectiva adotada insere o combate às injustiças como prioridade e coloca como necessidade ouvir a população como um requisito da justiça espacial. Conclui o texto observando que a emancipação política e administrativa de novos municípios (no caso estudado) contribuiu para a justiça espacial (ZORZANELLO; SILVA, 2016).

Em 2017, Antônio Ângelo Martins Fonseca, publica “Justiça espacial e comarcas no estado da Bahia”. Apoiar-se no conceito de espaço de Milton Santos ao apresentar a justiça espacial vinculada à abordagem da distribuição equitativa, tendo como foco a organização e distribuição de serviços jurídicos no espaço, e também nas formulações de Bernard Bret, ao tratar da equidade territorial. Ainda em 2017, participa como editor do livro “*Digital cities and Spatial justice*”³⁷.

³⁷ “Este livro é uma coletânea com 25 artigos apresentados durante a realização da IGU Urban Commission Annual Meeting - Urban Challenges in a complex World - Digital cities and spatial justice, realizada em Salvador entre os dias 06 e 11 de agosto de 2017”, no qual o uso explícito do termo justiça espacial aparece raramente. Encontra-se duas aparições, no texto de Fonseca “contexts and contents of recent metropolization in Brazil since the cration os the Metropolitan Region of Feira de Santana Bahia – Brazil” e no texto de Glória da Anunciação Alves “The struggle fot the right to the city”. Disponível em: <http://www.leste.igeo.ufba.br/?q=publicacoes/livros>. Acesso em: 16 jul. 2019.

Ainda no ano de 2017, Ângelo Serpa, no artigo intitulado “Justiça espacial e cidade digital: espaço como meio operacional no Brasil” coloca a ideia de injustiça espacial associada às “desigualdades de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, especialmente no tocante à acessibilidade a esse novo meio técnico-científico-informacional” (SERPA, 2017, p. 421). Neste sentido, insere a localização e a cidadania como aspectos valiosos para a análise da justiça espacial. O autor, ao usar o conceito justiça espacial, demonstra não ter feito uma pesquisa tão profunda sobre o assunto, sendo o mais próximo do tema, em seu referencial teórico, o livro “O direito à cidade” de Henri Lefebvre e “Espaço do cidadão” de Milton Santos. Sobre o uso específico do termo justiça espacial, não citou nenhum autor que trabalha com a temática.

A publicação de Wagner Costa Ribeiro revela a busca de confluência com o tema da justiça espacial. Em seu artigo “Justiça espacial e justiça socioambiental: uma primeira aproximação”, publicado no ano de 2017, defende a ideia de que “para refletir sobre a justiça espacial é fundamental entender o processo de reprodução do espaço geográfico” (RIBEIRO, 2017, p. 153). Propõe pensar a justiça espacial como uma condição equânime na distribuição dos equipamentos urbanos de uso coletivo em busca de bem-estar comum. Ainda na construção da ideia do tema em tela, questiona quais atores são capazes de definir os rumos sociais. Ele adota como critérios para pensar a justiça e a injustiça espacial a valorização espacial, o diálogo do Estado com os moradores, a localização, o respeito à obra do outro, a representatividade identitária e a consideração da área de intervenção da ação Estado (RIBEIRO, 2017).

Glória da Anunciação Alves publica em 2017 o artigo “Privação, justiça espacial e direito à cidade” no livro “Justiça espacial e o direito à cidade”. Neste, justiça espacial aparece como um conceito menor do que a ideia força do direito à cidade sob inspiração lefebvriana. A autora concebe a justiça espacial dentro da perspectiva distributiva dos bens necessários à vida, situa-se dentro do marco legal do sistema capitalista e não põe a propriedade privada em questão, logo, o fundamental é minimizar as desigualdades socioespaciais. Para ir além dessa dimensão, que para autora é insuficiente, ela faz uso do conceito direito à cidade, colocando como um novo projeto de sociedade; não mais dentro do modelo capitalista de produção. Segundo ela, com base nas ideias de Henri Lefebvre;

O direito à cidade levaria a sociedade [...] a lutar para além de suas necessidades essenciais básicas, a lutar pela apropriação de tudo que é socialmente produzido [...] lutar não apenas para sua inserção (sem negá-la) como consumidores nesta sociedade, mas pela superação dessa condição, buscando colocar também na pauta da produção espacial os seus planos, sonhos e desejos. [...] (ALVES, 2017, p. 170-171).

Apesar desses três textos (a seguir) não serem de geógrafos brasileiros, tornam-se importantes pois são publicações feitas aqui no Brasil e em língua portuguesa, disseminando ainda mais o tema na academia brasileira.

Andreas Philippopoulos-Mihalopoulos publica em português seu artigo “Quem tem medo do espaço? Direito, geografia e justiça espacial” em 2017³⁸. Com enfoque inter e transdisciplinar, propõe a pensar a teoria da justiça sob a perspectiva da espacialização. O autor, com formação em direito, demonstra-se familiarizado com a geografia, citando autores como: Edward Soja, David Harvey, Derek Gregory, Nicholas Blomley, Mustafa Dikeç e Doreen Massey. Por meio de D. Massey, utiliza a compreensão do espaço ofertada no livro “Pelo espaço: Uma nova política da espacialidade”. Mihalopoulos critica a visão da justiça espacial que reduz esse tema à questão distributiva. Para ele a “espacialidade é uma posição ética” (PHILIPPOPOULOS-MIHALOPOULOS, 2017, p. 648). A justiça espacial se apresenta como um conceito paradoxal e, portanto, deve ser pensada “em termos de corporeidade e espacialidade” (PHILIPPOPOULOS-MIHALOPOULOS, 2017, p. 654).

O geógrafo francês Philippe Gervais-Lambony publica, em 2017, “Justiça Espacial, experiências e pistas de pesquisa”. O autor destaca, como ponto de partida, o sentimento de injustiça, seja ela no nível da desigualdade ou das tensões identitárias, e ainda considera e dá importância à diversidade das definições tanto de justiça social como de espaço. Usa Henri Lefebvre para trazer a noção de que o espaço é político e ideológico, dialoga também com Iris Marion Young e Nancy Fraser. O autor examina a justiça espacial em diversas escalas e considera a pluralidade de concepções. Conclui o texto indicando o retorno à triplicidade do conceito de espaço, proposto por Lefebvre, e adota o pensamento sobre o direito à cidade. Em sua análise inclui a abordagem da justiça distributiva, do reconhecimento e da justiça procedimental. Para Gervais-Lambony “um espaço justo seria, então, aquele que é produzido no respeito dessa relação ontológica do humano e do lugar (2017, p. 129).

A professora Núria Benach, em seu artigo “Da desigualdade social à justiça espacial”, destaca a justiça como um processo, e não um fim em si mesma. Para a autora, o termo só possui sentido fora da academia, e em sua análise leva em consideração a busca para entender as verdadeiras causas da desigualdade socioespacial, e nos faz pensar que o termo direito à cidade perdeu potência, pois comumente os autores atuais não colocam em questão a lógica

³⁸ Publicado no Brasil na Revista do Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, o qual foi também noticiado pelo Observatório das Metrópoles em 2018. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net.br/wp/quem-tem-medo-do-espaço-direito-geografia-e-justica-espacial/>. Acesso em: 17 jul. 2019.

global da urbanização capitalista. Termina o texto também fazendo referência a Henri Lefebvre e sua tríade na concepção do espaço: percebido, concebido e vivido.

Ainda no ano de 2017, na Universidade de São Paulo (USP), ocorreu o XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, que contou com uma Sessão Livre intitulada “Justiça espacial: sentidos, (contra) usos, fronteiras”, coordenado por Thiago A. P. Hoshina, da UFPR do Observatório das Metrópoles, e contou com a debatedora Rosa Moura (pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA).

Em 2018, o trabalho de Márcia da Silva, juntamente com seu orientando de mestrado Gabriel Plaviak da Silva, intitulado “Políticas públicas, justiça espacial e o programa minha casa minha vida (PMCMV) em Guarapuava, Paraná, Brasil”. Esse texto visa compreender a justiça espacial com base em David Harvey e Edward Soja, e apresenta o termo justiça espacial dentro da perspectiva da distribuição equitativa na prestação dos seguintes serviços: saúde; saneamento; coleta de lixo; estrutura das vias de acesso ao bairro e distância do bairro com relação aos serviços especializados.

Destacam-se também, em língua inglesa, as publicações de brasileiros como: Ermínia Maricato e João Sette Whitaker Ferreira. Ambos dialogam com a temática referida, com os artigos: “Justice et injustice spatiales: le cas du Brésil” (2008) e “Le Brésil, injustices spatiales et combat pour la justice spatiale³⁹ (2013)”. A autora ainda participou, de 2009 a 2014, do corpo editorial da revista *Justice Spatiale/Spatial Justice*, referência no tema, como já citado anteriormente.

2.4 DA JUSTIÇA ESPACIAL AO DIREITO À CIDADE

Na visão de Soja (2014), as matrizes mais profícuas da noção de justiça espacial estão contidas nas obras de David Harvey e Henri Lefebvre, que tem inspirado diversos autores. De certo modo, até o presente momento, prezamos indicações bibliográficas referentes apenas aos autores que trabalham com o uso do termo “justiça espacial”, mas quando há variação no termo, ao usar direito à cidade, justiça social, justiça ambiental, a lista de autores e obras aumenta consideravelmente.

³⁹ Capítulo do livro “Justice spatiale et politique territoriales”, organizado por Frédéric Defaux e Pascale Philifert, publicado em 2013.

Segundo Soja, “com o seu início por volta do ano 2000, a ideia do direito à cidade começou a ter sucesso como tema de produção escrita, conferências e encontros acadêmicos e, cada vez mais, como um conceito mobilizador para a organização e ação social e política”⁴⁰ (2014, p. 152, tradução nossa). Direito à cidade em sua forma atual, de um modo geral, se manifesta como lutas contra a opressão capitalista e uma de suas linhas de combate se manifesta na busca pela ampliação da participação popular no planejamento e na gestão da cidade.

Quanto à temática da justiça social e/ou direito à cidade nas ciências sociais e na geografia, podemos citar alguns trabalhos, como: “Cidades para tod@s propostas e experiência pelo direito à cidade”, publicado em 2010, com o texto de Peter Marcuse e Jordi Borja. Marcelo Lopes de Souza, com a publicação de “A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão da cidade” de 2006. Diversos são outros textos que o autor publica direta ou indiretamente sobre o tema, como por exemplo o artigo “Do Direito à cidade ao direito ao planeta”, publicado em 2014. O autor volta a comunicar sobre o tema com o uso do conceito de justiça ambiental, em Souza (2015).

Autores como Neil Brenner, Mustafa Dikec, Mark Purcell e Horácio Capel também escreveram sobre o direito à cidade. Aqui no Brasil, podemos citar: Ana Fani Alessandri Carlos, Arlete Moyses Rodrigues, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Orlando Alves dos Santos Junior, Raquel Rolnik, entre outros. É preciso entender que as exigências - e a compreensão - do que seja direito à cidade, não são homogêneas entre estes autores.

A seguir, foi elaborado um quadro síntese da justiça/injustiça com autores/ano, valores e ideia força dentro do panorama da justiça na Geografia internacional e na Geografia nacional.

⁴⁰ Com sus inicios alrededor del año 2000, la idea del derecho a la ciudad empezó a tener éxito como tema de producción escrita, conferencias y encuentros académicos y, cada vez más, como concepto movilizador para la organización y la acción social y política. (SOJA, 2014, p. 152). Eventos importantes aconteceram, como: Fórum Social Mundial que acontece desde 2001; Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006 que produziu a Carta Mundial pelo Direito à Cidade, entre outros.

Quadro 2 - Estado da Arte Justiça/Injustiça na Geografia Internacional

AUTOR	ANO	VALOR	IDEIA FORÇA
Dikeç	2001	Direito à cidade Direito à diferença	Crítica a exclusão sistemática, dominação e opressão. Combate a segregação e a pobreza.
Soja	2009/2010	Direito à cidade Direito à identidade Nova consciência espacial	Identifica o modo de produção capitalista como causa das geografias injustas. Crítica as desigualdades e reivindica o direito à cidade.
Marcuse	2009	Equidade distributiva Combate a segregação	Uma boa cidade não deve ser simplesmente uma cidade caracterizada pela igualdade distributiva, mas uma cidade que apoia o desenvolvimento de cada indivíduo e de todos indivíduos.
Fanstein	2009	Igualdade material, diversidade e democracia	Participação no Planejamento Urbano
Brennetot	2010	Propriedade Equidade Harmonia Tolerância	Propõe pensar diversas dimensões da justiça espacial a partir de um pluralismo Geoético.
Harvey	2012	Direito à cidade Direito à redefinir a noção de direito à cidade	Direito ao uso do capital excedente. Ruptura com o modo de produção capitalista.
Bernard Bret	2015	Distribuição equitativa Exercício da democracia Respeito as identidades individuais e coletiva	A noção de justiça espacial não deve ser entendida como justiça entre lugares, mas como a dimensão espacial da justiça entre as pessoas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 3 - Estado da Arte Justiça/Injustiça na Geografia brasileira e em língua vernácula

AUTOR(A)	ANO	VALOR	IDEIA FORÇA
Souza, Marcelo	2006/2008	Autonomia	Um processo (aberto, não predeterminado, ainda que animado por valores e vontades conscientes) de mudança para melhor. É uma incessante busca por mais justiça social e melhor qualidade de vida sobre a base da autonomia individual e coletiva.
Faria, Teresa	2011	Igualdade	Combate às desigualdades
Lima, Ivaldo	2012/2016	Direito à diferença Direitos sociais	Solidariedade, responsabilidade, sociedade decente, cuidado e liberdade
Catalão, Igor	2013	Igualdade	Redistribuição equitativa da renda, bens e serviços Reconhecimento a diferença
Madeira, Miguel e Vale, Mário	2015	Direito à cidade	Combate às desigualdades
Rodrigues, Arlete	2016	Direito à cidade Participação popular	Crítica à propriedade privada
Silva Márcia e Zorzanello, Liamar	2016	Igualdade	Necessidade de ouvir a população
Fonseca, Antônio	2017	Igualdade	Distribuição equitativa dos serviços
Serpa, Ângelo	2017	Igualdade	Distribuição equitativa das novas tecnologias da informação e comunicação
Ribeiro, Wagner	2017	Igualdade	Distribuição equitativa dos equipamentos urbanos
Alves, Glória	2017	Direito à cidade	É preciso ir para além da ideia de justiça espacial, ou seja, ideia força do direito à cidade aos moldes Lefebvrino
Philippopoulos-Mihalopoulos, Andreas	2017	Repensar a dimensão jurídica e espacial; Inter e transdisciplinar	Dimensão da corporeidade e espacialidade
Gervais-Lambony, Philippe	2017	Igualdade Identidade	Combate as injustiças
Benach, Núria	2017	Igualdade	Combate às desigualdade; propõe ruptura com o capital
Silva, Márcia e Silva, Gabriel	2018	Igualdade	Distribuição equitativa na prestação de serviços de saúde, coleta de lixo, etc.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Posto isso, consideramos cinco linhas de trabalho, o que não significa que elas não possam dialogar ou que inexista cruzamento e interseções entre elas, ao mesmo tempo temos encontros e desencontros quanto ao tema tratado, seja no aspecto ético, seja no aspecto do entendimento do que é o espaço. O tema pode aparecer sob diversas ênfases, classificamos as seguintes:

I. Linha de pesquisa associada à perspectiva da distribuição equitativa dos bens e serviços favoráveis à dignidade humana e a seu bem-estar, denunciando as desigualdades de acesso a esses bens. Perspectiva essa ancorada dentro do marco do capitalismo, tendo o Estado como fio condutor de ações justas e injustas localizadas no espaço.

II. Perspectiva associa a justiça espacial ao reconhecimento identitário, defende o direito à diferença, luta contra a opressão, a humilhação e a estigmatização dos lugares. Neste sentido, o Estado deveria ouvir os diversos grupos em seus reais interesses e propósitos, e incorporá-los na produção das políticas públicas. Essa perspectiva aborda um novo modo de viver e denuncia a ausência paritária no campo das decisões dos rumos da cidade.

III. Linha que adota como paradigma uma ruptura com o modelo capitalista, pois reconhece que dentro desse marco não há justiça, e propõe pensar uma nova sociedade. Abordagem baseada na ideia força do direito à cidade, do filósofo e marxista Henri Lefebvre, e das críticas de David Harvey ao capital.

IV. Um polo da justiça espacial sob o prisma da ética. Nessa linha, destacam-se as contribuições, especialmente de: David Smith e Arnaud Brennetot. Essa abordagem reflete sobre as questões da vida boa e de aspectos como harmonia social, lugares de cuidado, entre outros.

V. Horizonte anarquista liderado por Marcelo Lopes de Souza, que trabalha com a perspectiva desenvolvimento sócio-espacial positivo, ancorado nos valores da autonomia individual e coletiva para além do marco institucional do capitalismo.

É preciso notar que, dentro dessas grandes linhas existem diversas nuances. Em cada linha é possível trabalhar as principais atitudes valorizadas e as atitudes rejeitadas. É preciso ressaltar que na elaboração do estado da arte apresentam-se algumas questões:

I. No resumo das ideias, pode-se enaltecer alguns aspectos em detrimento de outros e gerar novos olhares e novas polêmicas, pois em todo recorte há perda que pode ser considerada valiosa.

- II. Ao assumir como verdadeiro alguns aspectos, valida-se algo que merecia uma pesquisa minuciosa, levando a entender que algumas premissas poderão conter erros.
- III. Tem-se a problemática da dimensão interpretativa e da criação de nomenclaturas para falar de cada tradição o que gera uma nova linguagem.
- IV. Considera a influência do conteúdo moral e valorativo de cada autor no significado subjacente das palavras.
- V. Alguns autores não se vinculam apenas a uma linha de abordagem, pois percebem a possibilidade e necessidade de alargar os horizontes, enquanto outros acreditam que isso poderá provocar contradições e equívocos.

2.5 JUSTIÇA E A IDEIA DE UMA PEDAGOGIA URBANA

Considerando todo o apanhado teórico listado em nossa pesquisa bibliográfica, esses (Harvey, Soja e Souza) serão os que selecionaremos com maior destaque para contribuir na compreensão dos aspectos empíricos. Agora, para finalizarmos esse capítulo, revelaremos algumas compreensões que chegamos e, propõe-se a ideia da pedagogia urbana como forma propícia para trabalhar o paradigma da justiça.

Sabidamente, MacIntyre levanta as questões: justiça de quem? Qual a racionalidade? Qualquer estudo sério e profundo sobre a justiça e os problemas sociais, envolve pesquisa sobre a natureza e formação do conhecimento.

Harvey também percebeu esse aspecto ao elaborar tópicos como a natureza da teoria, a natureza do espaço, a natureza da justiça social e a natureza do urbanismo no livro de 1973, *Justiça Social e a Cidade*. Naquele livro, encontra-se uma abordagem do que seja ciência, sob os aspectos da Teoria do *status quo*; a teoria contra-revolucionária e teoria revolucionária. A primeira “se apoia na realidade que deseja descrever e que representa” [...] mas, tendo atribuído *status* universal de verdade às proposições que contêm, é capaz de produzir políticas prescritivas que podem resultar somente na perpetuação do *status quo*”. A segunda mais obscurece do que esclarece, ofusca a realidade, aparece atraente, apresenta-se como modismo, não aborda assuntos fundamentais e impede a mudança. A terceira “provê a perspectiva para criar a verdade mais do que para encontrá-la”. Para Harvey “uma teoria revolucionária é formulada dialeticamente e pode trazer o conflito e a contradição dentro de si” (1980, p. 130).

Ao teorizar a justiça espacial, Soja considerou que:

Todas as teorias estão enraizadas em hipóteses ontológicas sobre a existência humana e a natureza do mundo em que vivemos. Estas hipóteses sobre o ser-

no-mundo, que os ontologistas chamam de *Dasein* ou *être-là* (presença, existência) funcionam como axiomas (SOJA, 2014, p. 109, tradução nossa⁴¹).

Axioma ganha a conotação de uma afirmação indemonstrável sobre a existência humana e a natureza do mundo em que vivemos, porém, dado como algo possível e é um “consenso” inicial, que serve como ponto de partida para a construção teórica. A concepção de ser humano subjaz direta e indiretamente ao entendimento de ciência nas ciências humanas.

Para pensar a teoria da justiça espacial o autor convoca seis aspectos:

- Teorizar a própria teoria;
- Construir uma nova ontologia do espaço;
- Teorizar a justiça;
- Examinar os debates históricos sobre a justiça espacial;
- Centrar-se no pensamento de David Harvey e a urbanização da injustiça;
- Desenvolver e ampliar as ideias de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade (SOJA, 2014, p. 107, tradução nossa⁴²).

O teórico destaca cinco formas de conhecimento: 1. Prática; 2. Teoria; 3. Ontologia; 4. Concreto; 5. Abstração. Sendo que nenhuma é mais importante que a outra. Segundo ele,

a teoria constitui em si mesma uma ponte entre as esferas mais abstratas da ontologia e a epistemologia, que, respectivamente, fazem afirmações sobre a essência do ser humano no mundo e desenvolvem formas de assegurar que nosso conhecimento do mundo é fidedigno (SOJA, 2014, p.107, tradução nossa⁴³).

Para o debate da teoria o autor valida a importância do método, a formulação de raciocínios indutivo e dedutivo, além de observar a existência das diferentes teorias normativa, científica – ou positiva – e crítica⁴⁴, propondo uma teoria crítica através da perspectiva espacial. Vejamos a seguir:

⁴¹ Todas las teorías están arraigadas en hipótesis ontológicas sobre la existencia humana y la naturaleza del mundo en el que vivimos. Estas hipótesis sobre el ser-en-el-mundo, que los ontólogos llaman *Dasein* o *être-là* (ser ahí, existencia) funcionan a modo de axiomas. (SOJA, 2014, p. 109).

⁴² Teorizar la propia teoría; Construir una nueva ontología del espacio; Teorizar la justicia; Examinar los debates históricos sobre la justicia espacial; Centrarse en el planteamiento de David Harvey y la urbanización de la injusticia; Desarrollar y extender las ideas de Henri Lefebvre sobre el derecho a la ciudad (SOJA, 2014, p. 107).

⁴³ La teoría constituye en sí misma un puente entre las esferas más abstractas de la ontología y la epistemología, las cuales confeccionan respectivamente afirmaciones sobre la esencia del ser humano-en-el-mundo y desarrollan formas de asegurar que nuestro conocimiento del mundo es fidedigno; (SOJA, 2014, p. 107).

⁴⁴ Soja explica que “A teoria normativa repousa sobre o poder do raciocínio lógico apoiado por objetivos morais ou éticos. Baseia-se em declarações do que deveria ser, o que é desejável ou indesejável. A teoria científica faz afirmações positivas (portanto, positivistas) sobre o que é, o que realmente existe e busca verificação ou falsificação empírica com base em alguma forma do método científico” (SOJA, 2010, p. 108, tradução nossa). Para compreender melhor tal parágrafo tivemos que recorrer a leitura do original (em inglês). A seguir: “normative theory rests on the power of logical reasoning backed by moral or ethical objectives. It builds on statements of what ought to be, what is desirable or undesirable. Scientific theory makes positive (hence positivist) statements

Embora eu não rejeite o pensamento científico ou normativo e tente combinar, mais do que escolher, entre epistemologias materialistas e idealistas, minha abordagem para a construção de teoria funciona tanto para a aplicação prática quanto para a ontologia e às suposições necessárias sobre como o mundo deve ser, a fim de que saibamos de fato alguma coisa. Isto é, o objetivo é obter qualquer conhecimento em primeiro lugar (SOJA, 2014, p. 109, tradução nossa⁴⁵).

O geógrafo parte de duas respostas ontológicas, a primeira é o direito de estarmos vivos e a segunda que somos seres sociais, a derivação disso, ou seja, as especificidades, os modos de vida, os conhecimentos adquiridos dessas questões, não são ontológicos, são como ele diz: “contingências específicas que surgem fundamentalmente da natureza social de nossa existência” (SOJA, 2014, p. 109, tradução nossa⁴⁶) e alerta que o conhecimento que temos hoje é traçado “quase inconscientemente pelas hipóteses ontológicas” (SOJA, 2014, p. 109, tradução nossa⁴⁷).

Do ponto de vista teórico, Souza (2018), compreende que a

a teorização não é um luxo, muito menos um acessório supérfluo, mas sim a busca – estrategicamente crucial – de ler o mundo a partir da perspectiva local, regional e “nacional”, ou de ler o geral com base no particular, para enriquecer a própria leitura do geral e afirmar a dignidade epistêmica e político-existencial do particular, recoloca-se o problema de como produzir agendas de pesquisa e arcabouços teórico-conceituais e metodológicos “próprio” que mantenham raízes firmadas no conhecimento das necessidades e lutas locais, regionais e “nacionais” sem, por outro lado, abdicar da comunicação e da troca intelectual em escala intelectual⁴⁸ (SOUZA, 2018, p. 411).

Souza, quando pensa sobre a teoria, chama a atenção para a aquisição de um pensamento balanceado e complexo, e destaca que “as ciências não existem ‘flutuando’ em um mundo intelectual independente dos indivíduos concretos que são seus portadores” (SOUZA, 2018a, p. 301). Caracterizando assim a importância dos aspectos éticos e morais na produção do conhecimento.

about what is, what actually exists, and seeks empirical verification or falsification based on some form of the scientific method (SOJA, 2010, p. 108).

⁴⁵ “Mi planteamiento sobre la construcción teórica se mueve tanto hacia la aplicación práctica como hacia la ontología y las bases necesarias sobre qué apariencia debe tener el mundo para que nosotros sepamos algo sobre él, esto es, para obtener algún conocimiento en primer lugar” (SOJA, 2014, p. 109).

⁴⁶ “Son contingencias especificadas que surgen de la naturaleza fundamentalmente social de nuestra existencia” (SOJA, 2014, p. 109).

⁴⁷ “casi inconscientemente por las hipótesis ontológicas” (SOJA, 2014, p. 109).

⁴⁸ Acredito que o autor quis dizer internacional.

“Como, então, podemos raciocinar claramente no disputado terreno da justiça e da injustiça, da igualdade e da desigualdade, dos direitos individuais e do bem comum?” (SANDEL, 2009, p 37). Essa é a pergunta que diversos teóricos da justiça costumam fazer.

Ao observar essas questões, Will Kymlicka considerou que “a justiça é antes uma questão de interpretação cultural do que de argumentação filosófica” (KYMLICKA, 2006, p. 10). Na afirmação de Kymlicka, a interpretação e a argumentação estão presentes, mesmo que seja em uma relação hierárquica, contudo, são aspectos significativos para o tema em tela. Maffettone e Veca perceberam que as questões de justiça “são, na verdade, questões de justificação” (2005, p. XII). Sendo o conhecimento da realidade observada imprescindível para explicação cada vez mais condizente ou não com as decisões e atitudes escolhidas, no entanto, como considerou Pedro Demo “na verdade, não captamos a realidade, mas a interpretamos. Interpretar significa aceitar que na análise do fenômeno aparecem elementos que são menos do fenômeno do que do analista. [...]” (DEMO, 1983, p. 46).

Assim, na atualidade, os indivíduos nascem em uma sociedade com pluralidade de valores, contudo, cada grupo ou instituição possui uma coesão mínima para sustentar ideias e valores em comum, aos quais os indivíduos os reproduzem em primeira ordem, sendo possível transpor quando se chega a um certo nível de maturidade, exercendo-a por meio da argumentação e do exame reflexivo.

Na produção do valor, o que ocorre é uma relação dialética entre instituições existentes e sociedade. Os valores das instituições se convertem em valores para os integrantes, ao modo que as diversas relações são capazes de modificar as instituições. De um lado, tem-se o poder que sustenta e faz permanecer algum valor social, do outro, e fazendo contraponto àquele valor institucionalizado, existe o contra poder que levanta interesses e valores diferentes. O processo como se dá isso ocorre primeiramente pela aquisição da linguagem, é por meio da linguagem em comum que acontece a comunicação. É preciso compartilhar significados para que ela seja satisfatória, segundo Castells “a construção de significado na mente das pessoas é uma fonte de poder mais decisiva e estável (2013, p. 14). E um dos mecanismos de exercer o poder é por meio do controle do Estado.

A imersão no conceito de justiça através da pesquisa bibliográfica promoveu a compreensão de que podem coexistir razões conflitantes de justiça com raciocínios razoáveis, diferindo na escala de valores propósitos e visões de mundo e não há padrão independente e neutro para avaliar as questões de justiça, pois, partimos de alguma premissa e ela é sempre localizável. Nesse sentido, saímos da retórica do consenso e entramos no pantanoso terreno dos conflitos. O que normalmente ocorre em um debate público é a abstração dos contextos que

envolvem as crenças dos indivíduos, impedindo “que o debate se estenda aos princípios fundamentais que informam as crenças de fundo” (MACINTYRE, 1991, p. 13).

A justiça está submetida aos valores sociais presentes em um dado momento, por isso, nossa base está ancorada no que aprendemos ao longo da jornada. O saber do grupo e o saber do indivíduo influenciam de maneira significativa na avaliação e consideração de qual é a medida certa das coisas.

É preciso uma diferenciação entre julgar e avaliar para o raciocínio prático sobre o ponto de partida da justiça. Essa consideração insere uma gama significativa para avançar no intento de saber como abordar o tema da justiça. Julgar é uma afirmação que não derivou da investigação, aqui tem o sentido de afirmar sem antes conhecer, sem pesquisar. Julgar é algo comum no cotidiano. Entretanto, avaliar envolve auscultar, perquirir, investigar, perguntar, indagar sobre a realidade, é algo propositivo, diferente de julgar que é algo afirmativo, avaliar leva a reflexão, porém julgar leva a precipitação. Por isso que o virtuoso avalia, não julga.

Justiça é ponderar conflitos e, quando alcançada, tende ao equilíbrio; é cortar excesso e eliminar a escassez, promove a paz e a dignidade humana. Tempo e espaço são duas instâncias significativas para a avaliação da justiça. Apenas o possuidor de virtudes é qualificado para aplicá-la com destreza e clareza, ingredientes fundamentais são diálogo, conhecimento e compreensão. Sem isso não é possível entender o outro, pois considera que parte significativa da atitude justa seja o melhor entendimento do bem do outro. Para reconhecer o bem do outro, deve-se entender qual é seu contexto espaço temporal e quais são os seus valores na medida em que observa o que os cidadãos valorizam.

A justiça normalmente é correlacionada com a lei à medida que seu cumprimento corresponde a atos justos e sua violação a atos injustos. Entretanto, boa parte da discussão que se fez aqui é algo mais abrangente. Para Soja não é diferente, segundo ele, pensar a justiça envolve dialogar com questões da democracia, da cidadania, dos direitos fundamentais e do que faz a vida ser significativa. Sua efetivação completa, assim como a igualdade completa, são inatingíveis (SOJA, 2014). O autor revela de forma perspicaz a seguinte ideia-chave:

Todos nós experimentamos de uma forma ou outra os efeitos negativos de geografias injustas. Isso faz com que as lutas pelo espaço e pelo direito à cidade sejam potencialmente uma poderosa fonte de identidade, determinação e efetividade compartilhadas para mudar o mundo para melhor. Esta pode ser a lição política mais importante que pode ser aprendida com o desenvolvimento de uma teoria espacial da justiça (SOJA, 2014, p. 156 tradução nossa⁴⁹).

⁴⁹ Todos experimentamos de una forma u otra los efectos negativos de las geografías injustas. Esto provoca que las luchas por el espacio y el derecho a la ciudad sean potencialmente una poderosa fuente de identidad compartida,

Assim, qualquer negligência com algo valioso e razoável para uma pessoa é um ato de injustiça. Esse aspecto envolve:

1. Refletir sobre os modos como a verdade se apresenta;
2. Refletir sobre a ética das virtudes;
3. Analisar o contexto espaço-temporal;
4. Gerar condições para que o diálogo exista;
5. Reconhecer a possibilidade da existência de valores conflitantes, mas que apresentam raciocínios razoáveis.

Para isso postula a ideia de uma pedagogia urbana, perspectiva que envolve “práticas educativas geradoras de novos comportamentos e valores [...] e possibilitem o fortalecimento da virtude, da ética, da solidariedade” [...] (JUNIOR, CHRISTOVÃO E NOVAES, 2011, p. 6). Nessa compreensão, o ser humano é visto como um ser inconcluso. A participação na pedagogia urbana envolve uma participação “lúcida e com conhecimento de causa” (SOUZA, 2006, p. 267) e como concepção complementar evidencia a importância da narrativa de vida e considera o lugar de fala dos sujeitos e em qual contexto socioespacial ele foi construído.

A comunicação da avaliação do que seja justo ou injusto está baseada no entendimento mútuo e a questão semântica é de importância significativa, pois para que aconteça esse diálogo é necessário o entendimento recíproco subjacente ao significado das palavras. Recomendamos uma conceituação entre dialogar e conversar, aprendemos a conversar, mas pouco aprendemos a dialogar. Conversar é quando duas pessoas ou mais convergem em interesses e falam sobre temas de identidade em comum, porém dialogar envolve falas contrárias, valores em conflito, por vezes premissas divergentes e para o exercício do diálogo é fundamental o tripé amor, humildade e fé como alertou Paulo Freire em “Pedagogia do Oprimido”.

A linha pedagógica que norteou algumas capacitações do Estado foi a postura dialógica de Paulo Freire, a exemplo da proposta do “Programa Interdisciplinar de Formação Políticas Públicas e Direito à Cidade: curso de formação de agentes sociais e conselheiros municipais”, organizada por Santos Junior, Christovão e Novaes, segundo eles:

A partir dessa concepção, pode-se dizer que abordar o papel educativo da cidade é discutir as condições para a constituição de agentes sociais e para o desenvolvimento da participação sociopolítica na gestão das políticas públicas. A nosso ver, uma dessas condições estaria ligada à promoção de universos sociais nos quais possam surgir e se desenvolver práticas educativas geradoras de novos comportamentos e valores que rompam com a hegemonia

neoliberal e possibilitem o fortalecimento da virtude, da ética, da solidariedade e da moral na política, na perspectiva da justiça social, da democracia, do direito à cidade e de novas utopias societárias. Em suma, novos comportamentos sociopolíticos fundados na solidariedade e novas utopias de sociedade só encontrariam possibilidades de ocorrer caso se criassem e se desenvolvessem os meios institucionais e sociais para tanto (2011, p. 6).

Em outra publicação⁵⁰, Novaes (2011), em “Educação crítica e gestão democrática das cidades: a experiência de capacitação no âmbito do projeto de avaliação e capacitação para a implementação dos planos diretores participativos”, referência certa influência de Paulo Freire. De acordo com a autora, a cidade educadora é propiciada através da “dinâmica de participação sócio-política, especificamente a cultura associativa de cada coletividade; aos valores de reciprocidade, confiança mútua, solidariedade compartilhados; e aos processos de construção de identidades coletivas” (NOVAES, 2011, p. 283).

Em uma publicação mais recente⁵¹ vimos Santos Junior, Novaes, Lacerda e Werneck trabalharem com a concepção histórica do ser humano e educação permanente de Paulo Freire, o qual reconhece o caráter inconcluso do ser humano.

Souza, também sob inspiração de Freire, propõe pensar uma pedagogia urbana ao versar sobre a ideia do planejador, como educador libertário. Segundo ele:

O planejador, como “educador libertário”, apre(e)nde o “saber local” e se abre para o núcleo de bom senso deste. Ele aguça a sua sensibilidade e se dispõe a questionar coisas que aprendeu, de modelos explicativos a leis vigentes... Esse planejador-educador não se limita a “adestrar” o educando ou, aproveitando a metáfora da “educação bancária” empregada por Paulo Freire, a “depositar” em sua mente conteúdos impostos sem discussão.

A “pedagogia urbana” advogada pelo autor pode compreender diversas atividades e frentes de ação. O objetivo central é, sempre, o de ajudar a organizar e preparar a sociedade para uma participação lúcida e com conhecimento de causa, informando e colaborando para ampliar a consciência de direitos, das crianças e adolescentes aos adultos (SOUZA, 2006, p. 266-267).

O autor deste trabalho também chegou a publicar sobre a temática com um capítulo em um livro sob o título: “Pedagogia Urbana: uma aprendizagem orientada para as virtudes”⁵² através do qual ensaiou uma ideia da pedagogia urbana. Naquele âmbito defendíamos que:

Em qualquer prática pedagógica é fundamental ter clara a noção de ser humano e a finalidade do viver em sociedade. “Convém sempre explicitar a

⁵⁰ Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas, cujos organizadores são: Orlando Alves dos Santos Junior e Daniel Todtmann Montandon.

⁵¹ Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais (2017).

⁵² VAN DEN BRULE, David. Pedagogia Urbana: uma aprendizagem orientada para as virtudes. In: Jean Carlos Ferreira de Lima; Péricles Alves Batista; Wellington Alves Aragão. (Org.). Geografia em interfaces: diálogos e reflexões entre ensino, cidade, ambiente e turismo. 1ed. João Pessoa: Ideia, 2017, v. 1, p. 189-206.

imagem de ser humano subjacente em nossas visões de mundo, em nossos projetos e em nossas práticas” (BOFF, 2014, p. 41). Poucos são os homens que levam essa questão a sério. Nietzsche já destacava: “[...] nós, que somos homens do conhecimento, não conhecemos a nós próprios; [...] e não sem ter motivo. Nunca nós nos procuramos: como poderia, então que nos encontrássemos algum dia?” (NIETZSCHE, 1998, p. 5); (VAN DEN BRULE, 2017, p. 195).

Considerando as proposições acima, podemos observar, de acordo com os autores, a defesa dos seguintes comportamentos e valores para o estabelecimento do diálogo público:

- a) Fortalecimento da reflexão sobre a ética das virtudes;
- b) Trabalhar na perspectiva da justiça social, da democracia e do direito à cidade;
- c) Aguçar a solidariedade, a reciprocidade e a confiança mútua;
- d) Apreender o saber local;
- e) Possuir capacidade de examinar, refletir e problematizar;
- f) Promover uma participação lúcida e com conhecimento de causa;
- g) Ampliar a consciência dos direitos.

Propomos destacar como ponto de partida uma reflexão sobre a ideia de ser humano. A ideia de pessoa humana em John Rawls aparece como ser ahistórico, ignora a posição social e suas características pessoais, ou seja, fora de um contexto (espaço-temporal). Na realidade, advogamos que o sujeito não raciocina sem seu aparato espacial e temporal, pois ele é ao mesmo tempo histórico, espacial e social, não podendo se desvincular de suas próprias conexões estabelecidas durante a vida, pois a própria ideia de justiça e a vontade de chegar a ela é uma questão humana que envolve crenças, costumes e valores. Assim, a desavença vem de o que é ser humano e do ponto de partida para chegar aos princípios de justiça.

Rawls rejeita a visão metafísica de pessoa e propõe uma visão política. Primeiro, ele considera que os cidadãos são livres para escolher uma concepção do bem, segundo, afirma que as pessoas são capazes de mudar e rever seus pontos de vista se assim desejarem, e o terceiro aspecto diz respeito à possibilidade dos mesmos assumirem compromissos (RAWLS, 1993, 2003).

De acordo com o autor, os cidadãos enquanto pessoas livres “reivindicam o direito de considerar sua própria pessoa independente de – e não identificada com – qualquer concepção específica desse tipo ou do sistema de fins últimos associados a essa concepção” (RAWLS, 1993, p. 73).

Para o autor, o tipo de vida que a pessoa leva para a vida privada não importa para os propósitos da vida pública. Segundo ele, “Saulo de Tarso e São Paulo, o Apóstolo, são a mesma pessoa. A conversão é irrelevante para nossa identidade pública ou institucional” (RAWLS, 1993, p. 75). É sabido que John Rawls está falando do comportamento do Estado perante os sujeitos e seus valores, mas mesmo considerando esse aspecto, reconhecemos que o Estado é preenchido por valores, formado por pessoas e é um produto histórico e socioespacial, o ser humano que trabalha no Estado também carrega em suas atitudes seus valores pessoais e isso o tornará um servidor ou servidora cortez ou não, atento as leis ou não, favorável a um modo de realizar o trabalho ou não. Essa defesa de Rawls considera que é possível o Estado ser neutro e indiferente aos valores pessoais, mas na prática isso inexistente, pois sabemos dos privilégios e favorecimentos no setor público.

Logo, esse é um problema avaliativo no argumento de Rawls, pois a mudança de vida do sujeito influenciará diretamente na sua participação e reivindicações comunitárias, o seu novo saber guiará maneiras de lidar com o Estado e/ou ser representante de algum grupo o torna ativo ou passivo, capaz de desejar mudanças das quais antes não compartilhava, possibilita ver erros que anteriormente não eram compreendidos como algo prejudicial para a vida em sociedade. Para essa questão, Amartya Sen oferece um exemplo, a seguir:

Ashoka [...] tinha começado como um imperador severo e violento, mas passou por uma importante conversão moral e política depois de se revoltar com a barbaridade que viu em sua própria guerra vitoriosa contra um território ainda não conquistado na Índia (Kalinga, que hoje é Orissa). Decidiu mudar suas prioridades morais e políticas, abraçou os ensinamentos da não violência de Gautama Buda, gradualmente dissolveu seu exército e começou a libertar os escravos e os aprendizes, e assumiu o papel de um professor de moral, mais do que o de um forte governante (SEN, 2011, p. 107).

Sandel observou que os aspectos religiosos ocupam parte das decisões e julgamentos que fazemos em nossas decisões públicas, o autor lembra que alguns homens como Abraham Lincoln, Martin Luther King entre outros, levaram um arsenal de valores para a vida pública, influenciando suas atitudes ao valorar algo em prol de sua fé. Para Sandel, “dizer que homens e mulheres não deveriam levar sua ‘moral pessoal’ para os debates sobre políticas públicas é um absurdo. Nossa lei é, por definição, uma codificação da moralidade, grande parte dela fundamentada na tradição judaico-cristã” (SANDEL, 2012, p. 307).

Aqui, rejeita-se a visão política de pessoa em Rawls e se propõe uma concepção complexa do sujeito. A condição humana revela-se como um dos maiores enigmas da vida. O ser carrega partículas do cosmo e o mistério do mundo, o qual possui uma singularidade construída através da sua identidade na relação com os outros. Edgar Morin considera que “nós,

viventes, e, por conseguinte, humanos, filhos das águas, da Terra e do Sol, somos um feto da diáspora cósmica, algumas migalhas da existência solar, uma ínfima brotação da existência terrestre” (MORIN, 2008, p. 38).

Para compreender a noção complexa de sujeito proposta por Morin (2008), deve-se apreciar o conceito de autonomia, a relação indivíduo e sociedade, o princípio da unidade subjetiva e objetiva, o princípio da permanência da autorreferência e os princípios de exclusão e inclusão.

O primeiro possui proximidade com as ideias comunitaristas, observe que a autonomia deve ser encarada como circunscrita a um grupo, a um tempo/espaço.

Quanto a nós, seres culturais e sociais, só podemos ser autônomos a partir de uma dependência original em relação à cultura, em relação a uma língua, em relação a um saber. A autonomia não é possível em termos absolutos, mas em termos relacionais e relativos (MORIN, 2008, p. 118).

O segundo aspecto é a noção indissociável do indivíduo/sociedade; para ele, são noções complementares e não antagônicas. Morin leva em consideração um duplo aspecto, somos produto de uma sociedade e também produtores, “são as interações entre indivíduos que produzem a sociedade; mas a sociedade, com sua cultura, suas normas, retroage sobre os indivíduos humanos e os produz enquanto indivíduos sociais dotados de uma cultura” (MORIN, 2008, p. 119).

O terceiro e o quarto dizem respeito aos dois princípios de identidade, o primeiro é a unidade subjetiva/objetiva do sujeito e o segundo é a permanência da autorreferência. O primeiro princípio “comporta a capacidade de se referir ao mesmo tempo a *si* (auto-referência) e ao mundo exterior (exo-referência)”. O segundo princípio observa que o eu é capaz de auto referenciar mesmo depois de profunda transformação, de outro modo, as partes constitutivas do eu mudam, mas sua essência permanece.

No princípio da inclusão, o eu é um nós. No princípio da exclusão, o eu é único. Segundo Morin, “posso inscrever *nós* em meu *Eu*, como eu posso incluir meu *Eu* em um *nós* [...] temos todos, em nós, este duplo princípio” (MORIN 2008, p. 122). Ele conclui, “é preciso conceber o sujeito como aquele que dá unidade e invariância a uma pluralidade de personagens, de caracteres, de potencialidades” [...] (MORIN, 2008, p. 128).

Nesse sentido, o sujeito político visto pela visão liberal corre sérios riscos de cair sobre si mesmo e não ver o quanto do grupo e do seu ambiente formativo pertence a ele. Para conhecer mais sobre este aspecto teríamos que adentrar profundamente no terreno da psicanálise e da neurociência, bem como nas diversas filosofias sobre o que é o ser humano.

Ainda na década de oitenta, Sandel publicou “Liberalismo e os limites da justiça” (1982), expondo críticas à proposta de Rawls. O autor não foi o único a criticar o liberalismo político proposto por Rawls e a impossibilidade de o indivíduo deixar de lado seus ideais e suas noções pessoais para pensar a prioridade do certo em detrimento do que é bom, tal como Rawls havia imaginado. De acordo com Sandel, “não podemos raciocinar sobre justiça deixando de lado aquilo que almejamos e a que estamos ligados” (SANDEL, 2012, p. 272).

Ao buscar eliminar as possíveis vantagens que inevitavelmente ocorrerão, Rawls, através da posição original e do véu de ignorância, estabelece uma base equânime para pensar os pressupostos da justiça e suas instituições básicas, porém, o véu de ignorância significa ignorar os fatos concretos.

Na entrevista concedida ao jornal Gazeta,⁵³ Michael Sandel expõe motivos contra a visão prioritária da liberdade e da neutralidade do Estado proposto pelos liberais. Para ele, não é aceitável decidir sobre questões políticas importantes sem considerar valores morais, isso provocou um esvaziamento moral e espiritual na política, como consequência levou a condução da vida social pelas forças de mercado, o que de forma alguma evoca neutralidade (SANDEL, 2017).

Sandel propõe dialogar com a ideia de narrativa de vida cunhada por Alasdair MacIntyre, segundo o qual fazemos parte de uma tradição, somos membros de uma comunidade e participantes de grupos. A observação para isso vem dos diversos exemplos abordados no livro, entretanto, Sandel conclui:

Se, no entanto, prevalecer a concepção narrativa da ação moral, ou seja, a de que o indivíduo se define como tal a partir da história na qual se vê inserido, talvez valha a pena reconsiderar a noção de justiça de Aristóteles. Se deliberar sobre o que é bom para mim envolve refletir sobre o que é bom para as comunidades às quais minha identidade está ligada, talvez a ideia de neutralidade seja equivocada. Pode não ser possível, nem mesmo desejável, deliberar sobre justiça sem deliberar sobre a vida boa (SANDEL, 2012, p. 296).

Sandel busca em Alasdair MacIntyre, no livro “depois da virtude” de 1981, a concepção de narrativa do indivíduo. Inspirado nesse, afirma que “a deliberação moral tem mais a ver com a interpretação da história da minha vida do que com o exercício da minha vontade. Ela envolve escolha, mas a escolha resulta da interpretação; ela não é um ato soberano de vontade” (SANDEL, 2012, p. 274).

⁵³ Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/dia-de-classico/ideia-da-semana-a-politica-nao-pode-ser-neutra-entrevista-com-michael-sandel/>. Acesso em: 10 de jun. de 2017.

De certa forma, podemos compreender que estamos marcados por traços dos grupos em que nascemos e que vivemos seja como repulsa, seja como afirmação, pois a construção de nossos valores acontece nesse espectro.

Will Kymlicka, em *Filosofia Política Contemporânea* (2006), oferece um sério e interessante debate sobre os comunitaristas e os liberais. Na reflexão sobre o eu desonerado, o autor argumenta que os comunitaristas possuem diversos argumentos contra a visão liberal, a saber: I – é uma concepção vazia; II – viola nossa percepção; III – ignora o eu inserido nas práticas comunitárias e IV – para o comunitarista o valor individual é conquistado no meio social sob a confirmação e reconhecimento de outras pessoas (KYMLICKA, 2006).

O debate em torno da justiça envolve, dentre outras coisas, o que ambas as perspectivas consideram o que seja liberdade, o quanto a comunidade ou grupo influenciam nos valores pessoais e em que medida a pessoa pode se libertar das amarras sociais e é capaz de refletir sobre seu ser e transpor valores próprios do grupo.

Para os liberais, o “eu” antecede os seus fins, já para os comunitaristas os fins antecedem o “eu”, a influência de um sobre o outro é uma relação dialética que precisa ser examinada com muito cuidado, pois, em que medida pode-se afirmar o rompimento de um sobre o outro? A resposta deverá considerar qual o nível de maturidade em que o indivíduo se encontra e quais as circunstâncias e valores o seu grupo está embebido.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman considera que a sociedade precede o indivíduo. A formação do indivíduo é social e parte de um grupo, seja através da família, do trabalho, da religião, entre outros. A personalidade vai se formando, e isso é fluxo contínuo e se estende por toda a vida. O autor argumenta contra a ideia de que existem pessoas capazes de realizar o que outras jamais seriam apropriadas a executar; para ele, tal crença corrobora para prosseguir a desigualdade. Bauman critica a crença de que as diferenças de talentos, capacidades e faculdades individuais sejam naturais. Negar em absoluto que alguns indivíduos teriam destreza maior (em algumas atividades) do que outros, seria um erro. Mas, o que as teorias da aprendizagem proporcionaram foi a compreensão de que o desenvolvimento do indivíduo não ocorre sem interferência do meio, não se dá no vazio, pelo contrário, é realizado sob posse de uma linguagem em comum, portanto, a pergunta a fazer é: qual o ambiente mais favorável para um desenvolvimento bom e cada vez melhor para o indivíduo/sociedade?

Prestam-se ao esclarecimento do desenvolvimento do indivíduo os argumentos de Teles, quando diz que

[...] o indivíduo nasce dentro de uma série concêntrica de grupos, alguns maiores, outros menores, como a família, o grupo local, nacional, etc. Nestes

grupos ele se integra, formando, dentro de suas estruturas, a estrutura de sua personalidade. Deles ele recebe os seus valores que não são apenas uma “preferência” ou um “desejo”, mas, como explicam Murray e Kluckhohn, uma formulação do desejável, dos padrões do “deve” e do “precisa”, que influencia a ação (TELES, 2001, p. 31-32, grifo do autor).

Para o liberal, o indivíduo é capaz de questionar seus vínculos e valores e distanciar-se deles se assim o desejar, sendo a pergunta “quem eu quero ser” primordial; enquanto o comunitarista adverte que esses vínculos e valores são essenciais para a constituição da identidade do ser. Neste caso a pergunta é “quem eu sou”?

Para os liberais, a questão a respeito da boa vida requer que façamos um julgamento a respeito do tipo de pessoa que desejamos ser ou nos tornar. Para os comunitários, porém, a questão requer que descubramos o que já somos. Para os comunitários, a questão relevante não é “o que eu deveria ser, que tipo de vida eu deveria levar?”, mas Quem sou eu? O eu chega a seus fins não por escolha, mas por descoberta, não escolhendo aquilo que já está dado (isso seria ininteligível), mas refletindo sobre si mesmo e investigando sua natureza constitutiva, discernindo suas leis e imperativos e reconhecendo como seus os seus objetivos” (SANDEL, 1982, p. 58, *apud* KYMLICKA, 2006, p. 273).

Para a ciência geográfica, a pergunta seria de qual lugar falo? O lugar onde a pessoa se encontra é o ponto de partida e isso influencia, possibilita ou limita o teor de suas escolhas e onde pretende chegar, ao mesmo tempo que revela as condições desiguais da sociedade. Localizar o indivíduo, os grupos sociais e caracterizar dentro do contexto espaço/temporal é primordial para uma avaliação sobre os modos de examinar a justiça socioespacial. É nesse sentido que consideramos válida a reflexão de Milton Santos quando reflete o quanto as formas espaciais dão potência ou minimizam as “capacidades” humanas.

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (SANTOS, 2007, p. 107).

Parafraseando MacIntyre, uma reflexão que termina concluindo “por onde começar”, parece não ter muito a dizer, “entretanto, afinal de contas, Descartes pode estar certo sobre uma coisa: em filosofia, saber como começar é a mais difícil de todas as tarefas” (MACINTYRE, p.

430) ou na companhia de Boaventura Sousa Santos, quando cita Rousseau ao formular a seguinte pergunta: “há alguma relação entre a ciência e a virtude?” (2008, p. 16).

Diante disso, três perguntas são imprescindíveis:

I) O porquê de nossas crenças? Essa pergunta suscita a questão da produção do espaço em que vivemos e o entendimento de mundo, o que nos leva a uma pergunta secundária: a partir de onde aprendemos? Assim, a leitura espacial torna-se imprescindível para o juízo do mundo atual;

II) De onde vem a coragem de nosso ser para uma mudança positiva para melhor? Esse questionamento levanta o *status* da esperança, do sonho, da união, da busca pelo direito, e a ética da virtude se apresenta como uma possibilidade;

III) Será que estamos certos? Essa problemática coloca as questões dos valores da sociedade, e o caráter da justiça se apresenta como um paradigma para as nossas decisões.

As escolhas, por sua vez, estão diretamente ligadas à questão dos valores, o que incide sobre como os sujeitos os constroem ou simplesmente os reproduzem, baseado em crenças formuladas e aprendidas através de estímulos (positivos e/ou negativos) que estão diretamente articulados com a produção e reprodução do espaço mediante as instituições (família, escola, religião, trabalho, mídia, lazer etc). Dessa forma, o valor social adquirido é fruto da aprovação ou reprovação das práticas em meio ao grupo no qual o indivíduo está inserido. Nesse sentido, é possível que através do comprometimento com o exame constante e a reflexão profunda validada através do diálogo, do estímulo à virtude e da valorização do bem comum, o caráter da justiça poderá se apresentar como um parâmetro para as decisões.

No entanto, Milton Santos, em a *Natureza do Espaço*, revela proposições de Antony Giddens as quais observa:

Giddens (1978, p. 81) também propõe distinguir entre intenção e propósito. A intenção é central na prática diária, enquanto o propósito supõe ambições ou projetos de longo prazo. Todavia, ele lembra o fato de que raramente os homens agem com um fim claro na cabeça. É, aliás, frequente que nossas ações se dêem sem que antes haja uma clareza em nosso espírito. E isto é ainda mais válido hoje do que há alguns decênios atrás. Basta lembrar, por exemplo, a noção e a realidade do consumo, tão sensível aos impulsos, graças a incitações da publicidade (SANTOS, 2006, p. 79).

Assim, de maneira resumida, podemos distinguir três atitudes no desenvolvimento da maturidade do ser humano, são elas: egoísmo, respeito e serviço à vida. Na primeira atitude o indivíduo age de maneira egoísta, pensando, primeiramente, em sua sobrevivência e em seus interesses, considerando apenas suas crenças e metas. Na segunda atitude o sujeito aprende a reconhecer o outro, agindo com base na ética que respeita a lei e o contrato social em que inicia

o processo de construção do diálogo. A terceira, a mais alta no desenvolvimento do sujeito, é caracterizada pela realização de atitudes amorosas, a serviço da vida, momento em que o fenômeno compreensivo e solidário atua com mais intensidade. A atitude de união exige muito mais compreensão do que imaginamos. Nota-se que o desenvolvimento saudável advoga um equilíbrio dessas maneiras, pois existem situações em que o ser deve ser colocado em primeiro plano, em outras, o altruísmo é a principal fonte para o agir. Tudo isso depende de um sério escrutínio do contexto socioespacial no qual o sujeito está inserido.

Posto isto, no próximo capítulo iremos pensar o planejamento urbano centrado no PDDU. O planejamento é uma ação. Planejar não é apenas pensar, refletir, mas reunir pessoas em torno de ideais. Planejar é buscar diálogos às vezes divergentes para colocar entendimentos e metas em comum acordo, com objetivos e prioridades. Mesmo reconhecendo que em alguns casos o diálogo não seja possível, pois para que o mesmo exista, é necessário um ambiente adequado e isso exige uma atitude motivada e renovada, um olhar constante para o presente e o entendimento das lições que o passado ofertou. Pensar prognósticos exige ver limites e possibilidades, alcances e desafios, demanda conhecimento do espaço social, das atitudes e dos valores. Esse desafio de planejar deve contar com um esforço de clarividência⁵⁴ que “é uma virtude que se adquire pela intuição, mas sobretudo pelo estudo, tentar ver a partir do presente o que se projeta no futuro” (SANTOS, 2000).

⁵⁴ Milton Santos em entrevista a Silvio Tendler, no documentário Por uma outra Globalização.

3 CONCEPÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO ESTRATÉGICO E SUA PRÁTICA EM JUAZEIRO DO NORTE

Os objetivos deste capítulo são: estudar criticamente a incorporação (ou não) da participação popular na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (doravante PDDU) de Juazeiro do Norte-CE nos anos 2000.

Aqui buscamos responder levando em consideração a elaboração do primeiro Plano Diretor e as políticas de planejamento centrado nesse mesmo instrumento: quais valores e interesses atravessam a concepção de desenvolvimento urbano do PDDU, qual tipo de cidade o PDDU almejou; como as questões da justiça/injustiça e desigualdades foram apresentadas e suas principais soluções.

Iniciamos conjecturando que o PDDU incorpora as questões físicas do espaço, prioriza o desenvolvimento no viés do crescimento econômico corresponde mais aos grupos abastados e promove um modelo de cidade como mercadoria que negligencia espaço, pouco atraente para investimento empresarial e deixa de lado os conflitos sociais e a participação popular.

Como já mencionado, nosso recorte temporal/temático opera dentro dos marcos da sociedade urbana brasileira e do movimento da Reforma Urbana, mobilizado historicamente nas grandes cidades, cujo legado serviu para a construção de normas legais e deu importância à participação, inclusive em cidades médias e pequenas.

No primeiro momento, mostraremos os valores do PDDU e no segundo as concepções de mundo de algumas pessoas que participaram da elaboração do Plano. Antes adentramos em alguns aspectos que marcam o ideário do planejamento estratégico e, por outro lado, o movimento da reforma urbana.

3.1 PLANEJAMENTO CAMPO DE LUTA

A vida só pode ser compreendida, olhando-se para trás, mas só pode ser vivida, olhando-se para frente (Soren Kierkegaard⁵⁵).

Não é razoável a sociedade estabelecer como ideal de um planejamento urbano a injustiça como meta, mas bastante razoável a defesa coerente da justiça como valor a ser assegurado e objetivado no planejamento urbano. Viu-se que a justiça possui um conteúdo

⁵⁵ Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MjEy/>. Acesso em: 21 ago. 2019.

subjacente e que apresenta diversos conflitos de valores, às vezes incompatíveis, mas, ao mesmo tempo, podendo ser apresentados de maneira razoável.

O planejamento urbano não é uma área restrita do conhecimento, inclui os mais diversos profissionais nessa atividade⁵⁶. Planejar leva à reflexão sobre a cidade que queremos, seus problemas e suas contradições. O Planejamento é uma qualidade da ação pensante e possui, no mínimo, duas dimensões, as condições materiais existentes e as relações sociais, a primeira bastante desigual e a segunda bastante conflitante. Por vezes, a prática de planejar se concretiza em projetos, planos, e até formaliza leis, e visa à ação futura com vias a objetivar algum tipo de “desenvolvimento”, e para isso organiza a conjuntura de um dado presente para atingir suas metas.

O planejamento aplicado ao Estado surgiu devido aos problemas gerados em decorrência do processo de revolução industrial (primeiramente na Inglaterra) e do vertiginoso crescimento urbano. No caso europeu nasceu no século XIX, ligado a três aspectos: à busca da resolução dos problemas concernentes à crescente cidade industrial – quando recebeu o nome de planejamento urbano; o planejamento social com vias à conquista do bem-estar proposto pelo Estado; à de base econômica, sob a formulação da economia política clássica. (ESCOBAR, 2000). Segundo Escobar, ocorre que “desde o fim do século XVIII, o planejamento esteve inextricavelmente ligado ao progresso da modernidade ocidental” (ESCOBAR, 2000, p. 211).

Em um período mais recente, segundo Harvey, o planejamento ganha um perfil mais ousado após a década de 1960, nas palavras do autor:

A passagem do modelo a abordagem “administrativa”, tão característica da década de 1960, deu lugar a formas de ação iniciadoras e “empreendedoras” nas décadas de 1970 e 1980. Nos anos recentes, em particular, parece haver um consenso geral emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico (HARVEY, 2005, p. 167).

Surge desse novo contexto urbano, a saída de um regime fordista para um regime de acumulação flexível⁵⁷, no qual o empreendedorismo urbano impulsionou essa transformação. Esse novo modelo de regime urbano tem como fundamentos a desregulamentação, a produção

⁵⁶ Para saber mais sobre o seu caráter multidimensional ver Norma Lacerda no artigo, “o campo do planejamento urbano e regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade”. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4171>. Acesso em: 1 jun. de 2016.

⁵⁷ Ver: Harvey em “a condição Pós Moderna de 1989” e Abramo em seu ensaio intitulado “a regulação urbana e o regime urbano: a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital” de 1995.

flexível e a inserção na globalização. A finança passa a operar com mais facilidade no espaço por meio da flexibilidade e da informação.

A construção de um espaço para atender essas características se tornava cada vez mais imprescindível, o que possibilitou entrar na era da concorrência urbana (competição entre cidades). Com essa finalidade, o planejamento estratégico, inspirado pelo planejamento empresarial, passou a tratar as cidades como empresas e desenvolveu o marketing urbano.

O modelo de planejamento para atender esse ideário ficou conhecido como Planejamento Estratégico, surgido na década de 1980 nos Estados Unidos⁵⁸, em seguida adotado na Espanha⁵⁹, onde ficou bastante conhecido, devido aos Jogos Olímpicos de Barcelona de 1992, chega na América Latina no início dos anos noventa, primeiramente no Rio de Janeiro e depois em Curitiba (VAINER 2000; SOUZA 2006, 2008; SÁNCHEZ, 2010; HARVEY 2001). Vainer considera que o planejamento estratégico esteve:

Inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School, o planejamento estratégico, segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas (2000, p. 76).

As questões urbanas mudam no tempo e espaço. Com o período técnico científico informacional, momento dos grandes eventos, a questão da competitividade urbana ganhou contornos cada vez mais sofisticados. Aumentaram-se os serviços de consultorias que já se faziam presentes após segunda guerra, as cidades, ao assumirem esse modelo, passam a buscar o elo cada vez mais estreito entre ciência e informação.

A abertura para o mercado internacional e os novos meios de comunicação possibilitaram o crescimento vultoso da propaganda, sendo atualmente um dos maiores gastos mundiais. A imagem da cidade eficiente e conectada se faz de suma importância para o seu crescimento. Borja e Castells destacaram:

[...] assim que uma região do mundo se articula à economia global, dinamizando sua economia e sociedade locais, a instalação de um nó urbano para serviços avançados se torna um pré-requisito e é invariavelmente organizada em torno de um aeroporto internacional, sistema de telecomunicações por satélite, hotéis de luxo com sistemas de segurança adequados, apoio de secretariado em língua inglesa, empresas financeiras e de consultoria familiarizadas com a região, escritórios governamentais locais e regionais capazes de fornecer informações e infraestrutura para apoiar investidores internacionais e um mercado de trabalho local com pessoal

⁵⁸ Na Harvard Business School (uma das escolas de pós-graduação da Universidade Harvard) em São Francisco.

⁵⁹ Final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

especializados em serviços avançados e infraestrutura tecnológica (1997, p. 51, tradução nossa⁶⁰).

As cidades mais inseridas nesse processo são comandadas por um espaço-tempo global⁶¹ que, ao medir o tempo em fluxos de capitais, perde em observar possíveis grandezas em outras esferas da vida. Assim obteve-se inclusão a nível global e exclusão a nível local. Vainer (2000) destaca ainda alguns elementos necessários para o capital avançar mediante o planejamento estratégico: o estabelecimento de consensos, a consciência de crise e o sentimento de patriotismo.

Sánchez (2010), em “a reinvenção das cidades para o mercado mundial”, afirma o papel preponderante da mídia para disseminar o novo modelo. A competição entre as cidades estava instalada, o principal atrativo é o “novo” e a tecnologia responde com um arsenal cada vez maior de objetos, tornados obsoletos em pouco tempo.

O novo empreendedorismo promove a articulação público-privada. O Estado assume o risco da atividade empreendedora e prioriza avanços econômicos (indústria, mercado local, redução salarial, requalificação) em detrimento dos gastos sociais (educação, saúde, moradia) (HARVEY, 2005). Por outro lado, Villaça aponta que no Brasil “a década de 1990 foi selecionada como fim de um período na história do planejamento urbano brasileiro porque marca o início do seu processo de politização, fruto do avanço da consciência e organização populares” (VILLAÇA, 2010, p. 235).

Autores como Harvey⁶² (2005), Santos⁶³ (2007) e Souza⁶⁴ (2008) veem que o planejamento urbano não deve ser descartado ou negligenciado por ter sido predominantemente

⁶⁰ Em inglês: Moreover, as soon as a region in the world becomes articulated into the global economy, thereby dynamizing its local economy and society, the setting up of an urban node for advanced services becomes a prerequisite, and it is invariably organized around an international airport, a satellite-telecommunications system, luxury hotels with appropriate security systems, English-language secretarial support, financial and consultancy firms familiar with the region, local and regional government offices capable of providing information and infrastructure to back up international investors and a local labour market having personnel skilled in advanced services and technological infrastructure.

⁶¹ O que Milton Santos (2006) nomeou como a convergência dos momentos, característica do nosso tempo.

⁶² No entanto, a perspectiva crítica sobre o empreendedorismo urbano não revela apenas seus instrumentos negativos, mas também sua potencialidade para se transformar numa prática corporativa urbana progressista, dotada de um forte sentido geopolítico de como construir alianças e ligações pelo espaço, de modo a mitigar, quando não desafiar, a dinâmica hegemônica da acumulação capitalista, para dominar a geografia histórica da vida social (HARVEY, 2005, p. 190).

⁶³ Condenamos simplesmente aquele planejamento que é o do capital. Desejamos vê-lo substituído por outro basicamente preocupado com a sociedade como um todo e não com aqueles já privilegiados (SANTOS, 2007, p. 34).

⁶⁴ Marcelo Lopes de Souza também é contrário ao abandono do planejamento, o mesmo não está interessado no planejamento voltado para o mercado, sua ideia é inserir o planejamento autêntico, em uma perspectiva que inclui a autogestão (2008).

um instrumento legítimo do capital e/ou de um pequeno grupo para satisfazer seus interesses. O problema não está no planejamento em si, mas na visão de mundo estabelecida e nos valores que o compuseram.

Há na realidade uma descrença no planejamento estatal. Como foi visto, a concepção de planejamento envolve um ideal de desenvolvimento. Autores como Vainer (2000), Souza (2006, 2008), entre outros, têm insistido na descentralização do poder e na promoção de uma democracia direta como forma de assegurar alguns valores e combater o empresariamento das cidades.

Nesse sentido, o planejamento urbano institucionalizado representa os valores de uma elite em uma época, seja nas concepções de embelezamento no início do século, seja no urbanismo dos planos diretores de base técnica e científica ou no planejamento estratégico concebido para a competição entre as cidades.

Em oposição a esse modo de elaborar planos, surge a luta pela reforma urbana, movimento social que visa minimizar os problemas citadinos sob o critério da democracia participativa na luta pelo direito à cidade. Um marco importante aqui no Brasil foi o Seminário de Habitação pela Reforma Urbana (SHRU) no ano de 1963. Naquele momento, o país estava prestes a entrar em uma ditadura militar o que, posteriormente, impediu maiores avanços na lei.

Jan Bitoun destaca que “no final dos anos 50 e no início dos anos 60, houve no Brasil movimentos sociais em prol das “reformas de base”: Reforma Sanitária, Reforma da Educação, Reforma da Assistência Social, Reforma Agrária e Reforma Urbana” (2007, p. 4). Villaça observou que “os anos de 1970 marcam uma nova etapa na consciência popular urbana no Brasil, com o fortalecimento dos movimentos populares” (2010, p. 231). Souza observou:

[...] as origens da reforma urbana, com significado progressista que passou a ter, em grande parte, mais tarde, parecem remontar aos anos 60. Muito embora a expressão reforma urbana seja bem mais antiga do que isso, ela conheceu, assim, uma captura por um ideário de esquerda tardiamente. [...] Esse momento, que vai dos anos 60 até o começo ou meados da década de 80, pode ser apelidado de “pré-história” da reforma urbana, porquanto, ainda que o núcleo da ideia já estivesse presente, com o seu conteúdo crítico de busca de maior justiça social no espaço urbano, um *ideário* mais amplo, que fosse bem além da questão da habitação e incluísse reflexões sobre instrumentos, só viria a se constituir duas décadas após o encontro de Petrópolis (2008, p. 155-157).

Esse movimento, em busca de reforma sob vários aspectos, evidenciou o sentimento de profunda insatisfação popular com os mais diferentes níveis de desigualdade, sejam elas, econômicas, capacidade de decisão, infraestrutura, moradia entre outras.

Em 1987, entidades de classe, movimentos sociais, movimentos populares, ONGs, organizaram o primeiro Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), com destaque para as três exigências: direito à cidade - entendido como universalização de acesso aos bens urbanos; gestão democrática da cidade, como forma de garantir a participação popular no planejamento e gestão das cidades; e função social da cidade e da propriedade. Essas medidas previam a inversão de prioridades dos investimentos públicos para as camadas populares. Nessa perspectiva, valoriza-se a dimensão da justiça como igualdade na distribuição dos bens e serviços e a participação como condição necessária, tendo como finalidade o bem-estar.

Fruto desses movimentos, foi elaborada uma emenda popular que, mais à frente, teve uma reduzida parte de seus anseios incorporados na Constituição de 1988, com dois artigos – 182 e 183 – onde destacou como objetivo da política urbana: “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (CF, 1988, p. 40), e inseriu a obrigatoriedade do Plano Diretor como instrumento para garantir a política de desenvolvimento urbano para cidades com mais de vinte mil habitantes (CF, 1988).

De acordo com Grazia,

O texto constitucional conciliou os interesses dos setores populares subordinando-os ao Plano Diretor. De certa forma, os movimentos populares estão cobertos de razão quando dizem que o PD não foi uma conquista popular. [...]. Porém, por outro lado, o Plano Diretor é hoje um instrumento constitucional revestido com outra roupagem, com novas características, a partir desses dois elementos conquistados pelos setores populares (1990, p. 11).

Quanto a redemocratização, Avritzer observou:

A redemocratização no Brasil ocorreu através de um pacto restrito entre o partido de oposição, o PMDB e uma facção do partido de apoio ao regime autoritário, o PDS. Uma nova Constituição democrática foi promulgada em 1988 e eleições regulares para presidente têm ocorrido desde 1989 (2002, p. 570).

Limitar o poder e equalizar a pluralidade de valores na produção do espaço é uma questão pública. No preâmbulo da Constituição Federal de 1988, tem-se como valores supremos o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. Aqui considera-se o princípio utilizado por Souza, quando disse:

[...] os instrumentos de planejamento (urbano ou qualquer outro) e as rotinas de gestão (idem), por mais relevantes e criativos que sejam, só adquirem plena legitimidade ao terem a sua operacionalização e a sua implementação debatidas, deliberadas e monitoradas pelos cidadãos (SOUZA, 2006, p. 33).

Em linhas gerais, Manuel Castells (2016) frisa que a democracia liberal propõe direitos básicos, liberdade de associação, elaboração e execução de leis, separação dos poderes executivo, legislativo e judiciário, eleições livres e periódicas, delegação do poder dos cidadãos aos representantes eleitos. Para Marilena Chauí, são características da democracia liberal: “baseado na ideia de cidadania organizada em partidos políticos, e se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade dos governantes e nas soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais” (CHAUÍ, 2016, p. 5). O Brasil possui um regime democrático presidencialista multipartidário, constituindo-se uma República Federativa formada por Estados, Municípios e Distrito Federal e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
 - II - a cidadania;
 - III - a dignidade da pessoa humana;
 - IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
 - V - o pluralismo político.
- Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição (CF, 1988, p. 5).

Como possibilidade de democracia direta, a Constituição Federal lança mão, no Artigo 14, do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular, como recursos participativos. Contraditoriamente, após a Constituição de 1988, só foram realizados apenas dois plebiscitos a nível nacional.

Compreende-se que a democracia deveria ser um sistema político pelo qual é possível oferecer oportunidade às mais diferentes classes, ao diálogo e às decisões públicas, sendo a busca por justiça um de seus critérios, a começar por quem, ou, quais agentes vão ter direito ao poder decisório e quais concepções irão guiar a política normativa.

No século XX, o sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos, faz distinção de dois modelos de democracia a considerar: a concepção hegemônica (democracia representativa) e a contra hegemônica (democracia participativa). Em linhas gerais, ele aborda a democracia hegemônica como um modelo liberal, reduz o debate à questão eleitoral e sua elite “ver com bons olhos” a apatia política. Já a concepção contra hegemônica visa ao aprofundamento democrático, é anticapitalista, anticolonialista, antipatriarcal, tem base nos movimentos sociais e busca renovar a agenda política (SOUSA, 2002; 2016). O primeiro modelo é caracterizado por uma participação de baixa intensidade, enquanto o segundo, ao incorporar movimentos sociais, conselhos, associações e poder descentralizado, apresenta um conteúdo participativo mais intenso.

É possível perceber diversos ideais e valores em torno da cidade, separados e distintos, em suas formas de avaliar o sentido e a razão de ser a vida na cidade; elementos esses a serem debatidos no cenário do planejamento urbano com vias ao seu desenvolvimento. Santos Junior (2007) observou dois paradigmas: a cidade mercado e a cidade direito.

No primeiro polo, tem-se a democracia representativa sob o prisma da política liberal alicerçada no planejamento estratégico, sob o *modus operandi* do empreendedorismo urbano, o qual vê a cidade como mercadoria, adota como valor prioritário a liberdade, entendida como a possibilidade de livre iniciativa e da garantia da propriedade privada. Esse modelo tem a economia como mola mestra das decisões políticas (como medida de sucesso ou fracasso), o cidadão é visto como um consumidor. Há estímulo à competitividade entre as cidades, busca-se inserção no cenário da globalização com investimento direcionado para às tecnologias e turismo, adota a modernização como meta, aumento do endividamento público, pouca interferência do Estado na economia; a iniciativa privada aparece em primeiro plano, busca-se referência em cidades modelos e a participação, quando ocorre, acontece sob a forma da coerção, manipulação, informação, consulta e/ou no máximo cooptação que são expressões da democracia representativa.

No outro polo, tem-se a possibilidade da incorporação da participação popular, surge primeiro nos grandes centros como consequência da urbanização excludente. É representada pelo teor progressista da reforma urbana, quando luta por descentralização do poder, fortalecimento de grupos minoritários, combate à injustiça social. Vê na desigualdade um problema chave a ser resolvido, tem como valor prioritário a igualdade e o bem-estar, amplia os mecanismos de participação no planejamento e gestão urbanos. É redistributiva, prioriza as necessidades coletivas, luta contra a exclusão social e está inclinada a um modelo mais igualitário de vida urbana. A justiça social é um valor prioritário, como consequência, os cidadãos são vistos como usuários que possuem o direito de decidir na condução de seus destinos. São ainda características desse paradigma: o investimento em moradia, acessibilidade, infraestrutura, transporte coletivo e equipamentos urbanos, priorizando os espaços públicos; critica o caráter técnico do planejamento urbano e considera a pluralidade dos modos de vida.

Nesse segundo polo, o Plano Diretor poderá se tornar um instrumento de luta pela reforma urbana ao tratar as contradições urbanas. Segundo Grazia:

[...] lembramos que o PD é apenas um instrumento que se articulado a outros e renovado seu conteúdo poderá se transformar em um instrumento que acumule forças na luta pela Reforma Urbana. Poderá ser também um meio para setores populares e progressistas iniciarem um processo de análise global da cidade e participarem efetivamente de sua gestão, produzindo no processo de negociação novas políticas públicas que respondam aos interesses dos

cidadãos que reivindicam justiça social e democratização da cidade (GRAZIA, 1990, p. 12).

Neste sentido, deve-se incluir a singularidade dos espaços vividos e possuir uma linguagem clara e simples. O Plano Diretor pode incorporar os demais planos de governo, contribuir para diminuir a segregação e a exclusão social, preservar o meio ambiente e as práticas culturais. Regularização fundiária, estabelecimento de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), dentre outros instrumentos, são formas ligadas à luta pelo direito à cidade (Grazia, 1990; Ribeiro e Cardoso, 2012; Souza, 2006, 2008; Pereira, 2015; Junior, 2007; Leal, 2003; Rolnik, 2009; Vainer, 2000; Sanches, 2010; Harvey 2001).

3.2 O LÓCUS DA PESQUISA: JUAZEIRO DO NORTE-CE

A produção e dinâmica encontrada no espaço urbano de Juazeiro do Norte, uma cidade intermediária, estão inseridas dentro do modelo de produção capitalista, em um país semiperiférico como o Brasil. Há uma miríade de conflitos de interesses e uma inclinação para que alguns agentes influenciem mais na sua organização e reconfiguração interna, do que outros.

O *locus* de investigação dessa pesquisa é a cidade de Juazeiro do Norte. Situada em uma posição estratégica, na região do Cariri, sul do Estado do Ceará, no atual recorte administrativo do Nordeste brasileiro localiza-se em seu centro geográfico. Forma, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (doravante denominado IBGE), um arranjo populacional com os municípios de Crato e Barbalha⁶⁵. Para Souza, “uma *aglomeração urbana* se forma quando duas ou mais cidades passam a atuar como um minissistema urbano em escala local, ou seja, seus vínculos se tornam muitíssimo fortes” (SOUZA, 2008, p. 32).

Conhecida como centro de religiosidade popular, sua imagem é facilmente vinculada ao padre Cícero Romão Batista e ao fenômeno das Romarias que anualmente recebem aproximadamente 2,5 milhões de visitantes⁶⁶. Segundo dados do IBGE, a população urbana em 1991 era de 164.922 residentes. Subiu para 202.227 em 2000, para 240.128 em 2010, correspondendo a 96,07% do total da população municipal. Estima-se que, em 2019, tinha um

⁶⁵ IBGE, Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99700.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

⁶⁶ COSTA, André. Diário do Nordeste, Cariri Regional. 18 out. 2015. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/suplementos/cariri-regional/visitas-sao-2-5-milhoes-por-ano-1.1411545>. Acesso em: 12 set. 2017.

total de aproximadamente 274.207⁶⁷ habitantes. Esse crescimento urbano é também um crescimento de produtores e consumidores, de necessidades e conflitos.

A seguir, imagens que revelam o fenômeno das romarias.

Fotografia 1 - Romaria Largo da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



Fonte: Augusto Pessoa, 2010.

Fotografia 2 - Romaria Largo da Basílica Santuário Nossa Senhora das Dores



Fonte: Augusto Pessoa, 2018.

Sua área administrativa de 248,558 km², conta com a sede municipal e mais dois distritos: Marrocos e Padre Cícero (ambos criados em 1938). Em 2010 apresentou uma

⁶⁷ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama>. Acesso em: 11 jan. 2020.

densidade populacional⁶⁸ de 1.006,91 hab/km² especializado em 36 bairros⁶⁹. Em 2013, o setor terciário representou 86,56% do Produto Interno Bruto (PIB⁷⁰) municipal, a indústria 12,96% e o setor da agropecuária apenas 0,48%. Possui relevante influência para a Região Metropolitana do Cariri, institucionalizada em julho de 2009⁷¹ por Lei complementar nº78, e conta com projeção populacional para o ano de 2017, segundo o IBGE, em torno de 601.817 habitantes⁷² na região supracitada. Juazeiro do Norte-CE se sobressai com o maior PIB e população (44,92%), esboçando um centro de referência para diversos municípios próximos.

A seguir, o Mapa 1 da densidade demográfica com dados do IBGE de 2010.

⁶⁸ IBGE, Sinopse do Censo demográfico 2010, Ceará. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=23&dados=21>. Acesso em: 12 set. 2017.

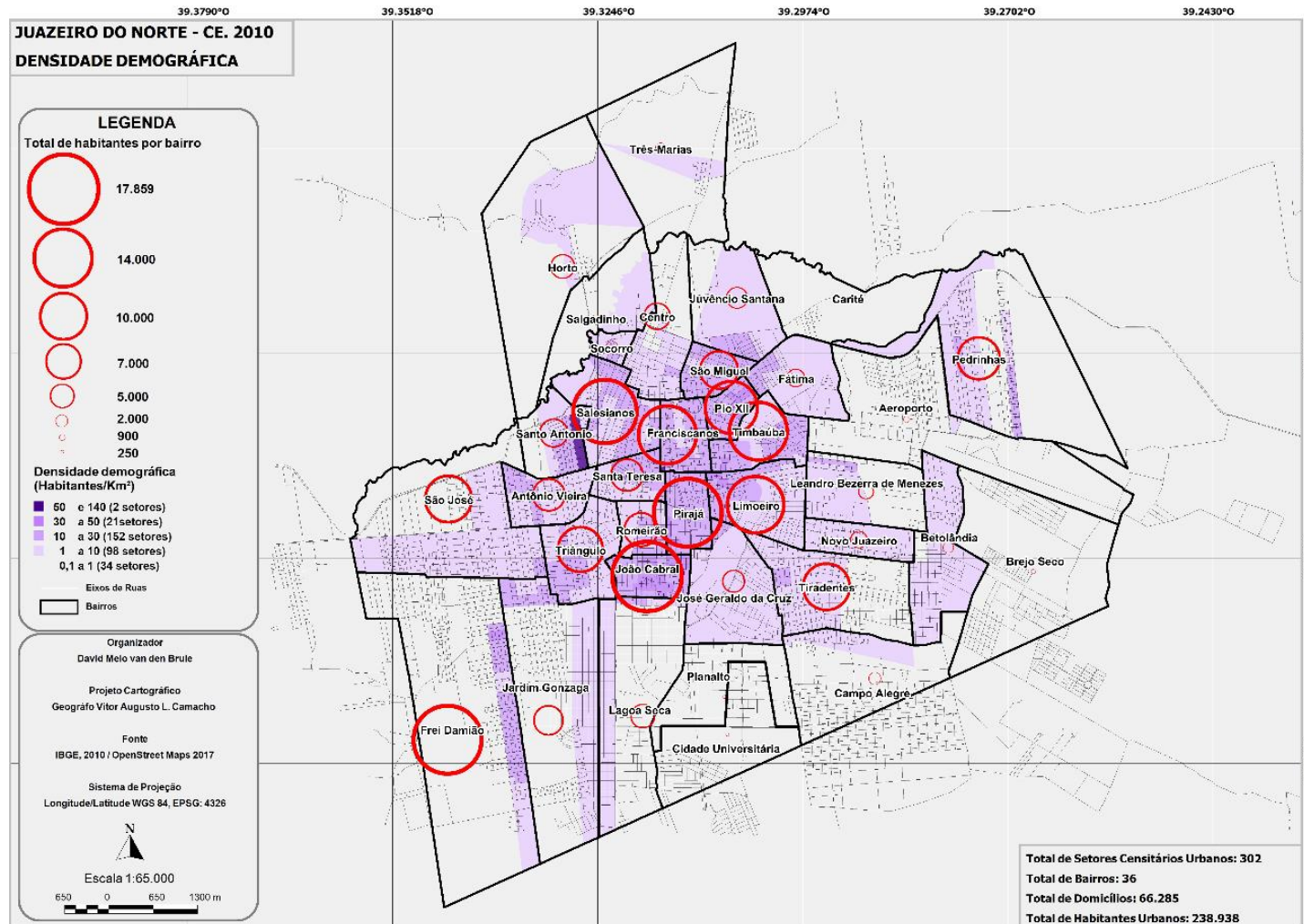
⁶⁹ Alterado pela Lei Municipal nº 4.945 de 18 de Março de 2019. Atualmente somando 43 bairros. Disponível em: <https://juazeiro.ce.gov.br/www2/Legislacao/2019/LEI%20N%204945-2019-Altera%20o%20Perimetro%20Urbano%20e%20a%20divisao%20de%20Bairros%20da%20Cidade%20de%20Juazeiro%20do%20Norte%20e%20estabelece%20as%20Sedes%20dos%20Distritos%20de%20Padre%20Cicero%20e%20Marrocos.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020.

⁷⁰ IBGE, *apud* IPECE, Perfil Básico Municipal. Disponível em: www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2016/Juazeiro_do_Norte.pdf. Acesso em: 12 set. 2017.

⁷¹ Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20090703/do20090703p01.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

⁷² FONTE: IBGE, Cidades@ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>. Acesso em: 12 set. 2017.

Mapa 1 - Densidade Demográfica de Juazeiro do Norte (2010)

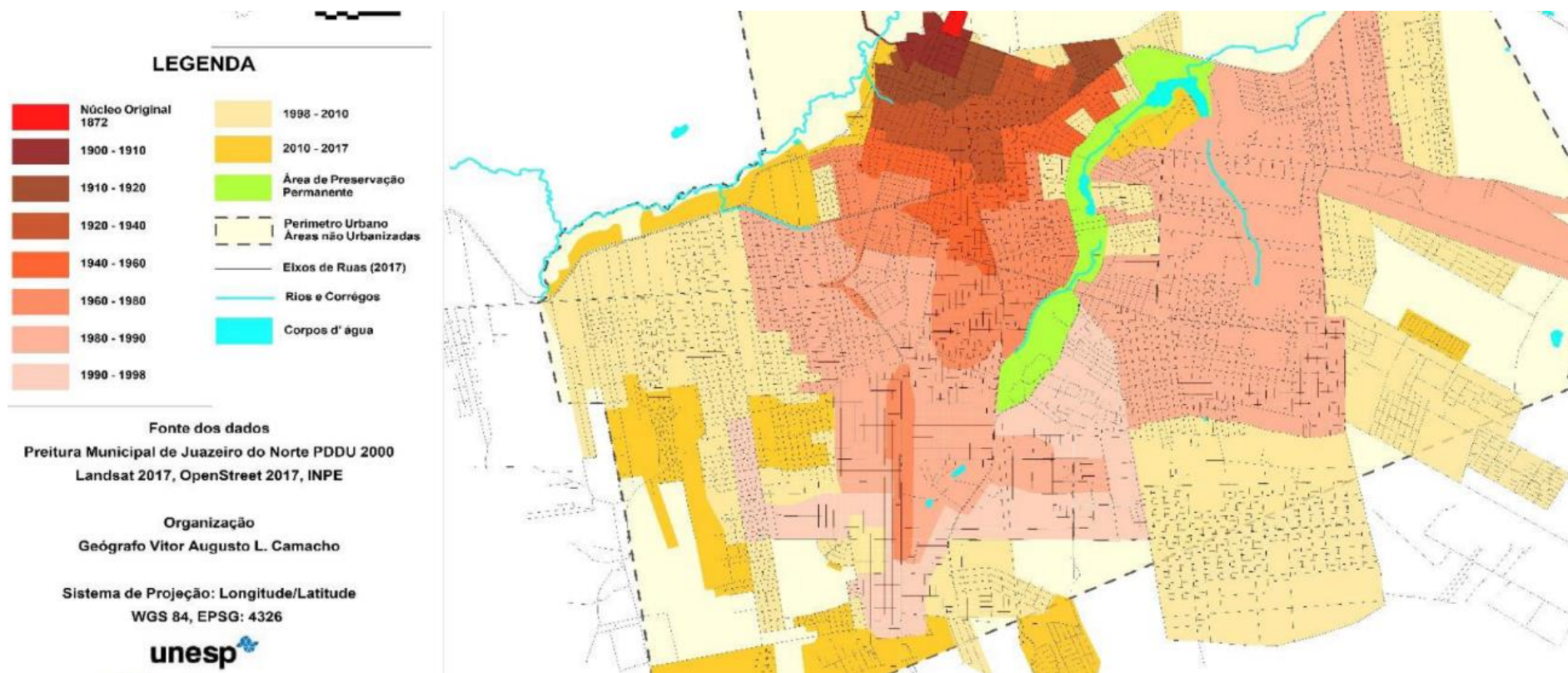


FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Adaptado por: CAMACHO, Vitor; VAN DEN BRULE, David Melo, 2017.

Para entender o processo de estruturação urbana de Juazeiro do Norte-CE, Pereira (2014) enseja a seguinte periodização — o primeiro vai de 1870 à 1930, o segundo de 1930 à 1980 e o terceiro de 1980 aos dias atuais. Esse terceiro período corresponde,

[...] à consolidação desta cidade como um nó fundamental da rede de cidades do ponto de vista econômico, político e funcional. É a fase em que Juazeiro do Norte se transforma na principal cidade do sul do Estado do Ceará. Chega ao fim a ditadura militar no Brasil e o Estado do Ceará é o primeiro a por em prática formas de governo neoliberais com o conhecido “Governo das Mudanças”. Novas lógicas são incorporadas por novos agentes na produção do espaço urbano de Juazeiro do Norte (PEREIRA, 2014, p. 38).

Gráfico 1 - Expansão territorial urbana de Juazeiro do Norte (1872-2017)



FONTE: PEREIRA, 2018, p.98.

Em 1997 foi construído o primeiro Shopping da cidade, posteriormente, em 2012, foi inaugurada sua ampliação. Empreendimento este que expressou novos padrões de investimentos. A década de 2000 em diante também é marcada pela chegada de Instituições do Ensino Superior (IES). Atualmente a cidade conta com mais de cinquenta cursos universitários ganhando notoriedade como maior centro universitário do interior cearense, vale menção às 4 instituições públicas de Educação Superior (URCA, UFCA, IFCE e Fatec).

O levantamento realizado por Amora e Nascimento (2011), tem por base a movimentação das pessoas que se deslocam em transportes coletivos de cidades vizinhas para Juazeiro do Norte, os autores observaram que 36% das pessoas procuram educação do ensino superior, em segundo lugar aparece a procura por serviços de saúde com 33%. Em 2011 foi inaugurado pelo Governo do Estado o Hospital Regional do Cariri, o qual passou a oferecer a realização de exames complexos, o que anteriormente era feito apenas na capital (Fortaleza) distante 514,3 km via BR-116.

Somado a isso, grandes lojas povoaram a terra de Padre Cícero (como popularmente é chamada), relevo para inauguração da Lojas Americanas em 2006, e a chegada dos hipermercados, como: Atacadão (2009); Hiper Bompreço (2011); Maxxi Atacado (2012) e Assaí (2013). Fatores que aqueceram o mercado imobiliário e a construção civil e deram suporte a novas formas de consumo. Para Milton Santos, no período atual “há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado” (SANTOS, 2006, p.19).

A seguir fotografias que revelam um pouco do abordado:

Fotografia 3 - Rotatória que liga Juazeiro do Norte as cidades de Barbalha e Crato no bairro Triângulo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Na área onde fica localizado o Shopping Center e o Hospital Regional observamos o crescimento vertical.

Fotografia 4 - Crescimento Vertical Bairro Triângulo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

As dinâmicas modernizantes atraem cada vez mais investimentos financeiros de ordem pública e privada para esta cidade. O aeroporto Orlando Bezerra de Menezes que já havia recebido uma expansão em 2014⁷³ agora conta com mais investimentos para uma nova ampliação⁷⁴. Somando embarques e desembarques, em 2006 foi registrado um movimento anual de 110.309 passageiros; uma década após, contou com um crescimento para 534.712 passageiros em 2016⁷⁵. O que faz essa ser não apenas um polo de franca religiosidade, mas também anuncia uma dinâmica urbana cada vez mais intensa. A revista Exame, com a matéria sob o título “O novo mapa do consumo⁷⁶”, em 2012, coloca que,

[...] a cidade agora ostenta 17 concessionárias de carros (metade nem existia ali em 2007) e um dos maiores shopping centers do interior do Nordeste. De acordo com o IBGE, em 2000, 44% da população economicamente ativa estava sem renda em Juazeiro do Norte. Em 2010, essa taxa já tinha caído para 34%. Em 2011, o município foi o segundo que mais criou empregos no interior do Nordeste — boa parte deles surgiu na construção civil (STEFANO E CRUZ, 2012, s/n).

⁷³ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/11/governo-conclui-expansao-do-aeroporto-de-juazeiro-do-norte>. Acesso em 14 set. 2017.

⁷⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/aeroporto-de-juazeiro-do-norte-no-ceara-recebera-r-30-milhoes-para-reforma-e-ampliacao.ghtml>. Acesso em: 14 set. 2017.

⁷⁵ FONTE: Pesquisado no Anuário Estatístico Operacional de 2010 e 2016. Disponível em: <http://www.infraero.gov.br/images/stories/Estatistica/anuario/final.pdf>. e http://www.infraero.gov.br/images/stories/Estatistica/anuario/anuario_2016.pdf. Acesso em 14 set. 2017.

⁷⁶ Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/o-novo-mapa-do-consumo/>. Acesso em: 13 set. 2017.

Outro exemplo da reestruturação do espaço urbano e a consequente ampliação da dinâmica da mesma nesta cidade tem sido o da construção civil. Uma matéria jornalística, do dia 26 de dezembro de 2012, elaborada por Thiago Aguiar⁷⁷, cita que atualmente existem “cerca de 13 torres acima de dez pavimentos em construção” na cidade, somando-se a isso foi construído o maior conjunto habitacional do programa Minha Casa, Minha Vida do interior do Nordeste, onde foram entregues 1.280 casas à população de baixa renda, na medida em que crescem novos loteamentos e condomínios fechados, característica marcante das cidades médias. Novos empreendimentos vieram e outras moradias populares foram inauguradas.

Nos reportando a um cenário mais atual, em matéria publicada no Diário do Nordeste em 21 de dezembro de 2019, temos:

A verticalização e criação de condomínios em Juazeiro do Norte cresceram mais de 1.000% nos últimos nove anos, segundo revela levantamento do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci). Até 2010, eram registradas 407 unidades - 252 residenciais e 155 salas comerciais - na terra do Padre Cícero. Em 2019, até novembro, este número saltou para 4.309 unidades - das quais 3.062 residenciais e 1.247 comerciais. Apesar da crise econômica ter freado a execução de novos projetos nos últimos cinco anos, a expectativa do setor imobiliário é de crescimento a partir do ano que vem (RODRIGUES, Antônio. Verticalização de Juazeiro do Norte cresce mais de 1.000% em 9 anos. **Diário do Nordeste**. 27 dez. 2019).

As cidades intermediárias estão inseridas, direta ou indiretamente, em um processo de globalização que lhes confere um caráter de inserção na competitividade local, regional, nacional e/ou internacional. As dinâmicas territoriais nestes espaços também apresentam problemas e conflitos: o desemprego ainda é severo, a violência é crescente, as desigualdades socioespaciais são inúmeras e a insatisfação se faz presente. Segundo dados estatísticos do IBGE (censo 2010) 42,4% da população de Juazeiro do Norte possuíam rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 47,2% dos domicílios possuem esgotamento sanitário e apenas 11,6% dos domicílios urbanos situam-se em logradouros com a presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio⁷⁸.

O crescimento acelerado, concentrado e desigual tem provocado a disseminação dessas características mencionadas. Por conseguinte, a gestão de recursos e as prioridades com os gastos do dinheiro público ganham um destino que atende principalmente “às necessidades geográficas das grandes empresas, acabando por afetar toda a sociedade, já que desse modo a despesa pública ganha um perfil largamente desfavorável à solução de problemas sociais e

⁷⁷Disponível em: <http://www.vejajuazeiro.com.br/boom-imobiliario-mais-aquecido-do-que-nunca-em-juazeiro-do-norte/>. Acesso em: 13 set. 2017.

⁷⁸Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama>. Acesso em: 12 set. 2017.

locais” (SANTOS, 2006, p.336). O desenvolvimento urbano promovido por esse modelo tem no crescimento econômico e modernização tecnológica seu propósito.

3.3 CONCEPÇÕES, VALORES E INTERESSES NO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE JUAZEIRO DO NORTE-CE

Ao considerarmos o conjunto de valores conflitantes que atravessam nossas relações sociais, qual a visão de mundo predominante que o PDDU assume? Elegemos o seguinte pressuposto: o PDDU incorpora as questões físicas do espaço, prioriza o desenvolvimento no viés do crescimento econômico ao qual corresponde mais aos grupos abastados, promove um modelo de cidade como mercadoria, negligencia o espaço pouco atraente para investimento empresarial e deixa de lado os conflitos sociais e a participação popular.

Como já abordado, nossa metodologia, através da análise de conteúdo, com a técnica da análise temática, priorizou três categorias conceituais observáveis no PDDU: desenvolvimento urbano; justiça e injustiça. Quanto às entrevistas, nesta primeira etapa do trabalho iremos registrar oito, sendo três pessoas da equipe técnica do PDDU, mais três pessoas que participaram na elaboração do Plano (mas não estiveram compondo a equipe técnica, com o nome no documento final) e dois vereadores daquele período. A seguir o quadro com os entrevistados:

Quadro 4 – Entrevistados da pesquisa

(continua)

NOME⁷⁹	FORMAÇÃO
Augusto Capibaribe	É doutor em Ciência da Educação (2010) e professor do curso de Arquitetura e Urbanismo na Fametro na cidade de Fortaleza. Foi professor substituto da Universidade Regional do Cariri (URCA) em 2008 e trabalhou na administração (na equipe técnica municipal na elaboração do Plano Diretor), ocupando a função de coordenador do Prourb e do PDDU. Atualmente faz seu segundo doutorado (início em 2015).
Pautília Ferraz	Participou da elaboração do PDDU como assistente social, profissão na qual atuou durante trinta anos (1986-2017) na prefeitura, tempo em que esteve em diversos setores da administração municipal. Atualmente leciona na Faculdade Leão Sampaio e encontra-se aposentada pelo Município.

⁷⁹ Nossos entrevistados autorizaram a citação original de seus nomes, apenas o *Fulano quis manter seu nome em sigilo.

Quadro 4 – Entrevistados da pesquisa

(conclusão)

Mário Bem	Engenheiro civil, concursado da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte-CE, trabalha na prefeitura há pouco mais de 32 anos. Participou na elaboração do PDDU. Mário foi também secretário em diversas ocasiões.
Fulano	Advogado que participou na elaboração do Fundo Municipal do Plano Diretor e da criação do Conselho Municipal do Plano Diretor. Ele destaca que sua participação foi mais técnica.
Celestino	Foi participante atuante na elaboração PDDU como representante da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). Prestes a completar 70 anos o vice-prefeito, engenheiro mecânico e empresário José Roberto Celestino mostra toda uma disposição e interesse na vida pública. Ele foi uma das pessoas mais citadas quanto à nossa investigação sobre a participação no Plano Diretor.
Romão	Formado em Ciências Exatas e Biológicas, graduando em Administração de Empresa e técnico em Agropecuária. Participou do movimento comunitário popular, luta esta que culminou na Constituição de 1988. Foi líder comunitário do bairro Romeirão e do bairro Frei Damião. Foi ainda presidente da Federação das Associações Comunitárias (FECECE) e participou de vários conselhos de controle social. Romão ainda cita que foi secretário na cidade de Salgueiro e professor.
Eraldo	Foi vereador no período de 1997 a 2000, é ativista ambiental, graduado em Fisioterapia e conta com experiência nos serviços públicos municipal, estadual e federal.
Eridan	Atuou como vereadora no período de 1997 a 2000 e foi chefe de gabinete em vários governos (intercalado), provavelmente somando um total aproximadamente de uns 16 anos.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Na gestão do prefeito Mauro Sampaio⁸⁰ (1996-2000) foi elaborado pelo consórcio VBA/Espaço Plano, em parceria com a administração municipal de Juazeiro do Norte e

⁸⁰ José Mauro Castelo Branco nasceu em Fortaleza no ano de 1927 e faleceu em 2015. Foi médico e prefeito de Juazeiro do Norte-CE em dois momentos. No primeiro momento, um marco de sua gestão foi a construção da Estátua do Padre Cícero na colina do Horto em 1969. Foi ainda deputado federal cinco vezes, ocupou vaga na

comunidade local, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), legitimado por meio da lei em setembro de 2000. O trabalho foi desenvolvido no governo de Tasso Jereissati dentro do programa de ações do Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos do Ceará (Prourb⁸¹) e contou com a coordenação geral de três arquitetos, sendo o mais citado Fausto Nilo Costa Júnior.

O Plano Diretor foi compreendido como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, está composto por alguns documentos e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento econômico sustentável com justiça social e assegurar melhor qualidade de vida para seus habitantes (CEARÁ, 2000). Seus objetivos fundamentais são:

- I - Realizar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de seu território, de forma a assegurar o bem-estar de seus habitantes.
- II - Estimular a expansão do mercado de trabalho e das atividades produtivas.
- III - Propiciar melhores condições de acesso da população à moradia, ao trabalho, ao lazer, à cultura, aos transportes e aos equipamentos e serviços urbanos.
- IV - Promover o crescimento da cidade, compatibilizando sua estrutura urbana ao crescimento demográfico social e econômico previsto compatibilizar a estrutura urbana da cidade ao crescimento demográfico previsto.
- V - Distribuir a densidade demográfica em áreas urbanizadas, de forma a proporcionar maior eficiência na distribuição dos serviços públicos à comunidade.
- VI - Estabelecer mecanismos de participação da comunidade no planejamento urbano e na fiscalização de sua execução.
- VII - Estabelecer padrões básicos de urbanização, estimulando, inclusive, a reurbanização de áreas deterioradas.
- VIII - Promover o desenvolvimento da cidade, adotando como referencial de planejamento e gestão a Unidade de Vizinhança (UV).
- IX - Preservar, conservar e recuperar as áreas e edificações de valor histórico, paisagístico, cultural e natural.
- X - Implantar um sistema integrado de planejamento e de democratização da gestão urbana, tendo como referencial a UV.
- XI - Disciplinar o uso e ocupação do solo, compatibilizando-os com o meio ambiente e a infraestrutura disponível.
- XII - Promover a universalização do ensino fundamental com garantia de qualidade (CEARÁ, 2000d, p. 8-9).

Câmara de Deputados de 1975 a 1995 e participou da constituinte de 1988. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Mauro_Castelo_Branco_Sampaio>

⁸¹ O Governo do Estado do Ceará, em parceria com as prefeituras municipais e com o apoio do Banco Mundial (BIRD), instituiu o Projeto Cidades do Ceará. O objetivo maior do Prourb é ser o instrumento viabilizador da estruturação urbana de um conjunto de 44 municípios cearenses, visando dar suporte ao desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentado, melhorando a qualidade de vida da população e tornando as cidades competitivas para atrair indústrias, impulsionar a agricultura irrigada e incrementar o turismo. Disponível em: <<http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/SDLR-PDDU/principal/gerados/index.asp>> Acesso em: 15 fev. 2016.

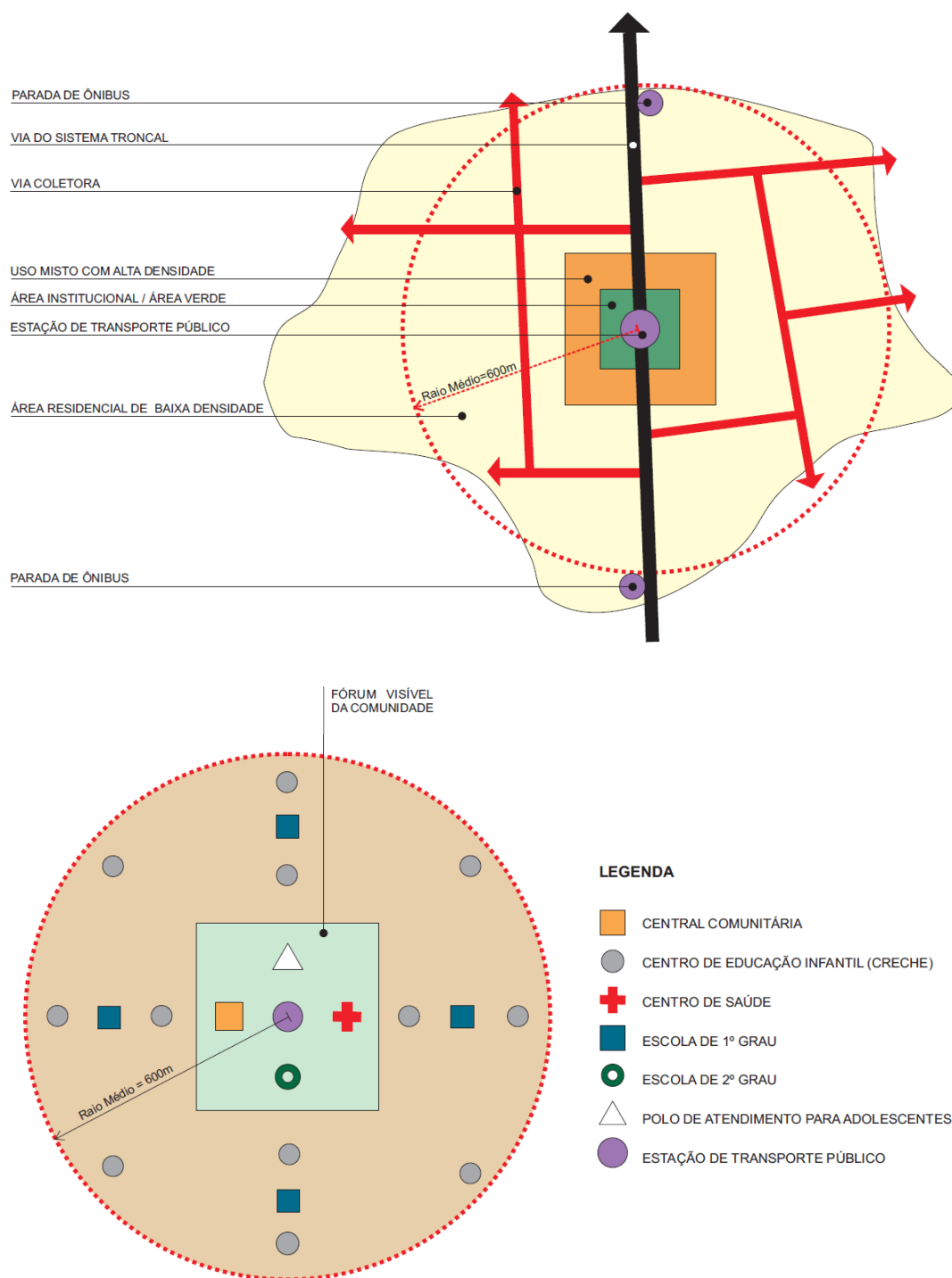
De acordo com o PDDU, as zonas da cidade estão divididas da seguinte maneira: Zona Residencial (ZR), subdividida em quatro categorias de densidade, uso e ocupação do solo: ZR1, ZR2, ZR3 e ZR4; Zona Comercial e de Serviços Especiais (ZCSE); Zona de Uso Misto (ZUM); Centro de Unidade de Vizinhança (CEUV); Zona de Renovação Urbana (ZRU); Zona Industrial (ZI); e Zona Especial (ZE), subdividida em: ZE1, ZE2, ZE3, ZE4 e ZE5, essas últimas só identificam áreas de proteção e preservação ambiental e um parque urbano.

O Plano Diretor do município de Juazeiro do Norte-CE se utilizou da proposta de organizar a cidade em Unidades de Vizinhança. No artigo 2º da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 2.570 de 08 de setembro de 2000) diz: “a cidade de Juazeiro do Norte configurar-se-á espacialmente como um conjunto de Unidades de Vizinhança, interligadas entre si por um Sistema de Transporte Público” (CEARÁ, 2000b, p. 7). Na visão de Fulano, o PDDU foi estruturado dentro da chamada Unidade de Vizinhança. Para ele nunca foi possível colocar em prática a Unidade de Vizinhança “em função de não ter existido por parte da gestão pública interesse em praticar o Plano Diretor [...] a Unidade de Vizinhança nunca houve. Nunca houve essa preocupação” (Entrevista realizada com Fulano, advogado que participou na elaboração da legislação do PDDU de Juazeiro do Norte-CE, em outubro de 2018).

A perspectiva era que a Unidade de Vizinhança pudesse promover um maior controle social da comunidade, minimizar custos de transportes e, em um raio médio de 600 m, oferecer serviços essenciais, como: central comunitária; centro de educação infantil (creche); centro de saúde; escola de 1º e 2º grau; polo de atendimento para adolescentes; estação de transporte público, incluindo o comércio de abastecimento, o lazer, a saúde, a educação, a segurança. O Plano estabeleceu 37 Unidades de Vizinhança através da Lei de Organização Territorial (Lei 2.569 de 2000), onde previa núcleos habitacionais de 7.000 a 15.000 habitantes. A previsão foi de que as Unidades de Vizinhança fossem implementadas em 240 meses (concluída no ano de 2020), porém a proposta da Unidade de Vizinhança foi iniciada apenas no papel.

A seguir figuras do modelo esquemático para a proposta de Unidade de Vizinhança:

Gráfico 2 – Croquis para Proposta de Unidade de Vizinhaça



Fonte: CEARÁ, 2000.

Segundo Mário Bem, engenheiro civil, o projeto da Unidade de Vizinhaça é algo valioso, mas ao mesmo tempo observa sua inoperância em alguns bairros, como no caso do bairro Centro, onde se deveria demolir algumas construções. Na visão dele, as Unidades de Vizinhaça:

Foram criadas, a maior parte, em locais já urbanizados que não teriam a mínima condição de se mexer. Por exemplo, uma unidade de vizinhança hoje, pelo projeto, seria no BEC que hoje é Bradesco, na Rua Conceição (no bairro Centro), então não tinha a mínima condição de se implantar uma unidade de vizinhança ali, porque aquela estrutura já está toda implantada, toda desenvolvida. Teve outras situações de unidades de vizinhanças impraticáveis. Então, isso daí ficou só no papel mesmo. [...] A unidade de vizinhança é impraticável e possivelmente isso passou despercebido. O pessoal entusiasmado em querer participar, em querer ajudar, terminou cometendo alguns enganos (Entrevista realizada com Mário Bem, da equipe técnica municipal do PDDU de Juazeiro do Norte-CE, em junho de 2018).

A assistente social Pautília Ferraz também criticou a ideia da Unidade de Vizinhança, afirmando que era uma ideia romantizada, pois nas ruas de Juazeiro, estreitas como são, nem ambulância passava. (Entrevista realizada com Pautília Ferraz, da equipe técnica municipal do PDDU de Juazeiro do Norte-CE, em junho de 2018).

Assim, encontra-se diante de mais um exemplo daquilo que Villaça classifica como “as ilusões do plano diretor”. Ao criticar, o autor ironiza que muitos colocam os planos diretores como a salvação da cidade. Sobre as propostas contidas em um plano diretor de São Paulo, ele diz:

No entanto esse rol de maravilhas não passa de promessa, como se as boas intenções do Plano Diretor tivessem o mágico poder de garantir tudo (ou maior parte), do que ele “prevê”. Como essas promessas podem ser levadas a sério se elas se baseiam em um instrumento que, legitimamente, (*) jamais - jamais - vigorou na cidade ou teve qualquer efeito sobre ela? Que jamais vigorou - com tal amplitude e variedade de promessas - em nenhuma cidade do país! (2005, p. 14).

O Plano Diretor também é tido como instrumento de desenvolvimento e ordenamento das funções sociais da cidade. Para isso, o documento traçou diretrizes (físico, social, econômico, ambiental) de acordo com as “necessidades da comunidade local” (CEARÁ, 2000d, p. 39). Conforme o documento, a ideia de desenvolvimento está condicionada ao princípio de sustentabilidade, segundo os escritos do próprio Plano:

Nas palavras de Gregory Bateson, o que mais conta para o projeto de uma cultura sustentável é a ecologia, entendida como uma rede balanceada e adaptativa, ajustada entre os produtos da mente humana e os processos da natureza. Dessa forma, a condição estratégica para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida urbana decorrerão do ajustamento entre o cenário natural devidamente preservado e o ambiente cultural [...] (CEARÁ, 2000f, p. 15-16).

Jan Bitoun (2001) analisa os planos estratégicos elaborados na Região Metropolitana do Recife e atenta para o contexto do final dos anos 90 que evidencia a disseminação da ideia de

cidades sustentáveis proposta pelo Banco Mundial. Segundo o professor, tornava requisito no tratamento dado à ideia de desenvolvimento nos planos estratégicos se reportar ao conceito de desenvolvimento sustentável, entendimento este permeado com algumas variações que, segundo ele, “quando se torna um amolecido consenso, uma referência ritual que não incomoda a ninguém, perde o seu valor” (BITOUN, 2001, p. 306). Para Souza (2008), a “sustentabilidade almejada não atrita com a aceitação tácita do modelo civilizatório capitalista como contexto geral” (2008, p. 146).

No Plano Estratégico, foram considerados cinco elementos formadores do município: base social (saúde, educação, lazer e segurança); base econômica (Produto Interno Bruto – PIB, emprego); base institucional (pública: finanças, organização; privada: sociedade civil organizada, cultura); base natural (posição geográfica, relevo, solo, clima, recursos naturais) e base urbana demográfica (população e infraestrutura de serviços); (CEARÁ, 2000g).

Quanto à cidade que queremos, encontra-se: “uma cidade com alto nível de acessibilidade social aos bens e aos serviços para todos os seus moradores, realçando sua herança histórica, preservando seu ambiente natural e promovendo o conforto da vida urbana com justiça e equidade” (CEARÁ, 2000h, p. 04). Ao mesmo tempo em que propõe ações onde a cidade deva ser empreendedora, moderna e cosmopolita, e buscar ampliar a atratividade, promover lugares de concentração de investimento e dinamização da vida econômica.

Para isso, traçou 4 linhas estratégicas:

Linha Estratégica 1: Juazeiro do Norte deverá ser um importante centro de turismo religioso da América Latina.

Linha Estratégica 2: Juazeiro do Norte deverá ser um centro comercial regional de qualidade.

Linha Estratégica 3: Juazeiro do Norte deverá ter uma economia industrial forte e descentralizada, com produtos de valor agregado cada vez maior.

Linha Estratégica 4: Juazeiro do Norte deverá ser um município atraente e equilibrado física e socialmente (CEARÁ, 2000g, p. 52).

Logo em seguida, busca trabalhar a ideia de desenvolvimento econômico com justiça social, de acordo com o PDDU:

O Município de Juazeiro do Norte deve obter seu desenvolvimento econômico sustentável com justiça social através da oferta de serviços de turismo e outros serviços de qualidade e de produtos industrializados de valor agregado cada vez maior, fornecendo aos moradores e visitantes uma cidade atraente e equilibrada física e socialmente (CEARÁ, 2000g, p. 52).

Em razão dessas linhas estratégicas, pode-se afirmar que o modelo adotado prioriza os aspectos do mercado através do desenvolvimento do turismo, do centro comercial e do investimento industrial. Esse modelo de gerenciamento, como observou Harvey (2005),

prioriza a parceria público-privada, “em que a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento e novo investimentos diretos ou novas fontes de emprego” (p. 172). Aspecto este também destacado no Relatório de Questões Módulo Conceito “encorajar parcerias institucionais e financeiras para um melhor aproveitamento das atividades ligadas ao comércio, contribuindo para o desenvolvimento econômico” (CEARÁ, 2000h, p. 107).

Para o acompanhamento da Linha Estratégica 4, pontuou os seguintes indicadores: frequência de atividades culturais; índice Gini; renda familiar; expectativa de vida; taxa de analfabetismo; nível de escolaridade; renda per capita; taxa de desemprego; distribuição espacial da população (CEARÁ, 2000g). Esse aspecto demonstra o caráter híbrido do planejamento estratégico. Na medida em que prioriza a cidade mercado, volta a atenção para alguns problemas sociais, porém suas soluções se prestam a acreditar piamente na promessa do desenvolvimento econômico. Observe que para alcançar a cidade “que queremos” estabeleceu seis metas: I. Obter a condição estratégica para o desenvolvimento; II. Gerenciar o crescimento; III. Desenvolver e manter uma imagem positiva da cidade; IV. Criar e manter vizinhanças saudáveis e diversificadas em toda a cidade e nos distritos; V. Proteger a qualidade do sistema ambiental; VI. Promover serviços públicos igualitários e eficientes (CEARÁ, 2000h). Essas são as mesmas metas encontradas em outros Plano Diretores promovido pelo Prourb, a exemplo do município de Horizonte. Veja a seguir a imagem:

Gráfico 3 - Relatório de Questões: módulo conceito do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município de Horizonte-CE (2000)

RELATÓRIO DE QUESTÕES / MÓDULO CONCEITO		PDDU HORIZONTE
5.1	META 1 – OBTER A CONDIÇÃO ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO	72
5.2	META 2 – GERENCIAR O CRESCIMENTO	73
5.3	META 3 – DESENVOLVER E MANTER UMA IMAGEM POSITIVA DA CIDADE	74
5.4	META 4 – CRIAR E MANTER VIZINHANÇAS SAUDÁVEIS E DIVERSIFICADAS EM TODA A CIDADE E NOS DISTRITOS	76
5.5	META 5 – PROTEGER A QUALIDADE DO SISTEMA AMBIENTAL	77
5.6	META 6 – SERVIÇOS PÚBLICOS IGUALITÁRIOS E EFICIENTES	77

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE, 2000.

No caso de Juazeiro do Norte foram cinco os projetos estruturantes aprovados, os quais seguem em ordem de prioridade: 1. Roteiro da Fé; 2. Sistema Troncal de Transporte e Acessibilidade (Anel Pericentral – Eixo Beira Trilho); 3. Sistema Troncal de Transporte e Acessibilidade – Trecho Centro / Horto; 4. Parque das Timbaúbas – 2ª Etapa; 5. Unidade de Vizinhança Piloto – UV Centro.

Quanto ao planejamento, utilizou-se da linguagem do Planejamento Estratégico, como: estratégia, planejamento estratégico, diagnóstico, forças competitivas, ambiente competitivo, diversificação, desempenho econômico e social, municípios concorrentes, quem são os clientes, como tem evoluído o mercado, sucesso, dentre outras.

Veja o quadro abaixo, como exemplo de como o PDDU pensou em concretizar o “desenvolvimento econômico sustentável com justiça social” (CEARÁ, 2000g, p. 18):

Quadro 5 - Compreensão do Ambiente Competitivo

ESTRUTURA	DESEMPENHO	CONDUTA
OFERTA • Que produtos/serviços o Município oferece ao mercado? • Quais são os principais municípios concorrentes? DEMANDA • Onde estão e quem são os clientes desses produtos/serviços? • Como tem evoluído o mercado desses produtos/serviços?	Como têm se comportado os principais indicadores de desempenho econômico e social?	Quais padrões de conduta municipal existem ou podem ser identificados entre os concorrentes para suportar um bom desenvolvimento econômico e social?
CHOQUES EXTERNOS		
Quais mudanças/tendências podem alterar a posição competitiva do Município? • Tecnologia • Legislação • Comportamento social • Projetos governamentais/privados • Novos concorrentes • Política		

Fonte: Equipe de Planejamento Estratégico/PDDU de Juazeiro do Norte, 2000.

Segundo o PDDU, os principais concorrentes do município de Juazeiro do Norte são Crato e Barbalha (municípios conurbados), Brejo Santo e Iguatu (municípios relativamente próximos) e Sobral, Fortaleza e Canindé (um pouco mais distantes), todos no Ceará.

No Plano Estratégico (com dados de 1995/1996), contém seis quadros comparativos com seus principais concorrentes, considerando a base natural (quadro 11), base urbana e demográfica (quadro 12), base institucional (quadro 13), base social (quadro 14), base econômica (quadro 15) e indicadores socioeconômicos (quadro 16)⁸².

O mesmo Plano Estratégico, baseado em “a vantagem competitiva das nações” de Michael Porter, oferece um quadro com elementos para o sucesso do desenvolvimento

⁸² Quadro 11: Precipitação pluviométrica, fertilidade do solo, reservas exploráveis de águas subterrâneas, reservas medidas água mineral. Quadro 12: População, densidade demográfica, taxa média de crescimento populacional, taxa de urbanização, abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, densidade telefônica, agências bancárias, agências dos Correios. Quadro 13: Número de entidades de classe, receita orçamentária. Quadro 14: Salas de aula por habitantes, professores por 100 alunos, leitos por 100 habitantes, consultas médicas por habitantes, cobertura vacinal infantil. Quadro 15: PIB, (primário, secundário e terciário). Quadro 16: PIB per capita, índice gini renda, taxa de analfabetismo (população de 11 a 17 anos), taxa de mortalidade infantil. (CEARÁ, 2000g, p. 39-43).

econômico e social de um município. Essas condutas versam, especialmente, sobre o investimento educacional e tecnológico, visando o desenvolvimento econômico, a melhoria da infraestrutura, a universalização do ensino e o atendimento de qualidade na saúde.

Ainda no cenário das soluções, com dados de 1998, propõe-se que o município deve investir nos seus principais setores econômicos, como: turismo religioso; comércio varejista; industriais (utensílios de alumínio; artesanato; joias; móveis; couros); confecções e calçados (CEARÁ, 2000g). Na sequência, o quadro síntese da concepção de desenvolvimento urbano no PDDU.

Quadro 6 - Síntese da concepção de Desenvolvimento Urbano no PDDU

PDDU	DESENVOLVIMENTO URBANO (ASPECTOS VALORIZADOS)
	Atendimento de qualidade na saúde Bem-estar Centro comercial Desenvolvimento econômico sustentável Disciplinar o uso e ocupação do solo Distribuir a densidade demográfica Economia Industrial Educação Estabelecer mecanismos de participação da comunidade Estimular a expansão do mercado de trabalho e das atividades produtivas Garantir as funções sociais da cidade Implantar sistema integrado de planejamento e de democratização da gestão urbana Justiça social Melhorar as condições de acesso à moradia, ao trabalho, ao lazer, à cultura, aos transportes e aos equipamentos urbanos Município atraente e equilibrado física e socialmente Preservar, conservar e recuperar as áreas e edificações de valor histórico, paisagístico, cultural e natural. Promover a universalização do ensino fundamental com garantia de qualidade Promover conforto da vida urbana Promover o crescimento da cidade Promover serviços públicos igualitários e eficientes Proporcionar maior eficiência na distribuição dos serviços públicos Qualidade de vida Reurbanizar áreas deterioradas Tecnologia Turismo religioso Unidade de Vizinhança Universalização do ensino

Fonte: elaborado pelo autor, 2019.

Na visão dos entrevistados – os três primeiros relatos são de pessoas da equipe técnica, depois apresento a visão de mais três que participaram na elaboração do PDDU, mas não participaram oficialmente da equipe técnica e os dois últimos foram vereadores na época –, o desenvolvimento urbano se configura com alguns aspectos. A seguir, as principais ideias de Augusto Nilo Capibaribe sobre a concepção de desenvolvimento urbano:

- a) Tratar a política ambiental e o direito ambiental;
- b) Controlar o uso do solo, limitando o poder do mercado imobiliário;
- c) Promover acessibilidade em todos os aspectos;
- d) Gerar maior credibilidade às lideranças populares;
- e) Atuar e buscar melhorar o espaço na escala da rua e do bairro;
- f) Aplicar Unidades de Vizinhança;
- g) Implementar políticas públicas que possam promover uma cidade mais humana e mais saudável;
- h) Estabelecer Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);
- i) Estabelecer qualidade de vida e igualdade social;
- j) Preservar o patrimônio;
- k) Valorizar o espaço público;
- l) Proteger a população de baixa renda;
- m) Investir na caminhabilidade da cidade (Entrevista realizada com Augusto Capibaribe, Arquiteto/Coordenador do Prourb e PDDU de Juazeiro do Norte-CE, em abril de 2018).

Sobre esse aspecto (concepção de desenvolvimento urbano) quando perguntamos a Pautília Ferraz ela pontuou:

Primeiro é tornar a cidade acessível, e aí, acessível, leia-se acesso geográfico mesmo. Porque Juazeiro é uma cidade que tem uma realidade, acho que pela própria romaria, de mais de quinze mil pessoas surdas. [...]. O acesso físico é péssimo em Juazeiro. Você para andar numa rua São Pedro, que é uma rua de comércio, você sobe e desce várias vezes, e se você tiver alguma espécie de perda de locomoção é horrível [...]. Juazeiro cresceu mesmo quando as próprias políticas federais começaram a se destacar. Aí a cidade começou a andar. Não era por falta de projetos, mas a realidade desse país é uma realidade antes de 2000 e depois de 2000. A gente fazia projetos e eles ficavam engavetados. Algo andava se tivesse um deputado que tinha um lobby muito bom, aí ele conseguia uma parte daquele recurso. Mas não se prestava contas, era uma coisa muito incipiente e muito desagregadora na realidade. A gente tem uma história de políticas públicas que vem depois de 2000, 2002. Mas essas políticas públicas vêm sendo implementadas ainda, várias políticas. Por exemplo, eu trabalhei com a política da mulher, a política da segurança alimentar, então são coisas muito jovens. E, assim, esse acesso, essas vontades, essas necessidades, elas eram colocadas, mas elas não tinham eco

(Entrevista realizada com Pautília Ferraz da equipe técnica municipal do PDDU de Juazeiro do Norte-CE, em junho de 2018).

Na visão de Mário Bem (engenheiro Civil):

O desenvolvimento urbano, ele é importante, mas, para que ele atenda a população no todo é importante que todos os setores participem, porque você só construir uma avenida, construir um viaduto, construir uma ponte, resolve parcialmente algum problema de fluxo, alguma coisa, mas, no geral, não resolve o problema da população. Não é só fazer ponte, não é só fazer avenida, não é só fazer estrada, certo? Então a coisa é muito mais abrangente, precisa-se ouvir a população no todo, porque as necessidades da população, elas são diversas. É importante que se tenha um maior número possível, a maior diversidade dentro da população para que a gente consiga fazer um projeto que atenda a todos (Entrevista realizada com Mário Bem da equipe técnica municipal do PDDU de Juazeiro do Norte-CE, em junho de 2018).

De acordo com Fulano, que teve participação ativa na elaboração do PDDU,

O propósito do desenvolvimento urbano no meu entendimento é o conforto para o cidadão e para cidadã, e esse conforto se dá através de vários mecanismos. O grau de satisfação meu não é o mesmo que o seu. Mas eu compreendo que todo esforço tem o sentido da felicidade do ser humano de estar naquele ambiente gostando, achando que ali é o lugar dele. Esse é o meu pensamento, e todo esforço tem que ser nessa direção, não é? Mas... (Entrevista realizada com Fulano, advogado que colaborou com a elaboração da legislação do PDDU, em outubro de 2018).

Na visão de José Roberto Celestino, o desenvolvimento ocorre quando cada um exerce seu ofício, e todos possam usufruir dos benefícios da coletividade. Para ele, o desenvolvimento está relacionado à geração de emprego, a potencializar a vocação econômica da cidade, ao aumento da renda per capita, à melhoria da infraestrutura da cidade. Ele cita, com destaque especial, o aeroporto e a implantação das faculdades do Ensino Superior. (Entrevista realizada com Celestino, vice-prefeito, em março de 2018).

Para Romão França, que foi Presidente da Federação das Associações Comunitárias de Juazeiro do Norte,

[...] Ter uma cidade aonde as pessoas se sintam felizes, que os espaços urbanos sejam um cartão de visita para acolher esse público flutuante que dobra a população diariamente em Juazeiro, pessoal que num raio de 300 km, 400 km vem diariamente ao Juazeiro fazer suas compras, visitar, fazer suas romarias. Sonho que o Juazeiro seja uma cidade acolhedora e que os espaços urbanos sejam revitalizados, mas acima de tudo mantidos cada dia mais bonitos, e que as políticas públicas sejam respeitadas. Isso é um grande sonho. Acredito que não é pedir muito, é o sonho das pessoas, que se respeite os direitos de todos, que se sintam todos acolhidos e que cada um tenha a oportunidade de viver bem (Entrevista realizada com Romão França em setembro de 2016).

Para os vereadores da época:

Primeiro tem que ter uma política de gestão e planejamento. O poder público tem que ser mais eficiente. Então, uma forma é o fortalecimento dos equipamentos públicos, da profissionalização do serviço público, das secretarias, com a intercomunicação entre elas. [...]. A cidade tem que ser planejada para o conforto do cidadão. Enquanto você não humanizar essas relações, aí você não vai ter revolução. No meu entender, a propriedade tem que cumprir sua função social, tem que cumprir sua função ambiental. [...]. Eu me arrepio todinho quando eu vejo dizer que o Brasil está crescendo tantos por cento ao ano, está dando tantos empregos. Sim! Mas esse tipo de desenvolvimento ele é sustentável? Até quando? Até quando as estruturas vão aguentar? Então defendo o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis e não da forma como está posto pelo sistema. Está errado (Entrevista realizada com o vereador e ativista ambiental Eraldo Oliveira em junho de 2018).

De acordo com Eridan de Almeida, a função do poder público é gerar emprego, mas ela nota que na cidade de Juazeiro do Norte as pessoas estão com pouca qualificação. Nesse sentido, o seu pensamento revela que é preciso mudar a consciência para observar que a educação pode ser solução. Nas palavras da vereadora “começa pelas famílias, que é a base, trabalhar o setor de educação. O papel de um professor é de uma grande importância para o futuro [...] o professor prepara aquele público [...] eu sempre pensei assim: preparar o jovem na sua totalidade”. (Entrevista realizada com a vereadora Eridan de Almeida em junho de 2018).

Em geral, o desenvolvimento urbano segundo a ótica dos entrevistados acontece sob diversas perspectivas (educacional, acessibilidade, infraestrutura, qualidade de vida, crescimento econômico, implementação de bons projetos, geração de oportunidades, aperfeiçoamento da administração pública e preparação para o mercado de trabalho). A felicidade aparece reverberando sob esses aspectos citados. Apenas um entrevistado mencionou a premissa de ouvir a maior diversidade de cidadãos para estabelecer um projeto que atenda a todos. Apenas um entrevistado questiona e critica o modelo de desenvolvimento econômico vigente, enquanto outro cita a possibilidade de limitar o poder do mercado imobiliário. Desse modo, a concepção de desenvolvimento urbano não está meramente e exclusivamente atrelada ao ideal da cidade mercado como valor prioritário. Ainda assim, elementos de um outro polo (democracia direta) são vistos timidamente. Em síntese, nas reflexões oferecidas, reforçam o destaque para a proximidade (vivência pessoal) e o autointeresse na formulação das concepções de mundo. Pode-se conferir com o quadro:

Quadro 7 - Concepção de mundo do desenvolvimento urbano para os entrevistados

(continua)

ENTREVISTADO	DESENVOLVIMENTO URBANO (Aspectos valorizados)
Augusto Capibaribe	Aplicar Unidades de Vizinhança Atuar e buscar melhorar o espaço na escala da rua e do bairro Controlar o uso do solo, limitando o poder do mercado imobiliário Estabelecer qualidade de vida e igualdade social Estabelecer Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Gerar maior credibilidade às lideranças populares Implementar políticas públicas que possam promover uma cidade mais humana e mais saudável Investir na caminhabilidade da cidade Preservar o patrimônio Promover acessibilidade em todos os aspectos Proteger a população de baixa renda Tratar a política ambiental e o direito ambiental Valorizar o espaço público
Pautília Ferraz	Acesso à educação Emancipação da mulher Segurança alimentar Tornar a cidade acessível (melhoramento da infraestrutura)
Mário Bem	Ouvir a população em maior diversidade possível Participação de todos os setores Projeto que atenda a todos
Fulano	Conforto para os cidadãos Proporcionar a felicidade do ser humano de estar naquele ambiente
Celestino	Aumento da renda per capita Exercício do ofício Geração de emprego Implantação das faculdades do Ensino Superior Investir no aeroporto Melhoria da infraestrutura Potencializar a vocação econômica da cidade Usufruir dos benefícios da coletividade

Quadro 7 - Concepção de mundo do desenvolvimento urbano para os entrevistados (conclusão)	
Romão	Construção de espaço para acolher público flutuante Felicidade Garantir as políticas públicas Respeitar o direito de todos Revitalização dos espaços urbanos
Eraldo (vereador)	Cumprimento da função ambiental Cumprimento da função social da propriedade Desenvolvimento econômico em bases sustentáveis Fortalecimento dos equipamentos públicos Gerar conforto para o cidadão Humanizar as relações Poder público eficiente Profissionalização do serviço público Ter uma política de gestão e planejamento
Eridan (vereadora)	Gerar emprego Investimento na educação Investir na base familiar Melhoramento da qualificação profissional

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

No que toca ao outro núcleo de sentido (justiça/injustiça), o conceito é mencionado treze vezes, no sentido relatado a seguir: O PDDU relaciona o desenvolvimento econômico ao conceito de sustentabilidade e justiça social e insere como meta garantir um serviço de qualidade, desenvolvimento do turismo, cidade atraente e equilibrada física e socialmente, equidade, justiça social para todos, combate à concentração de renda, busca à distribuição equitativa do conforto urbano e a universalização da saúde (por meio de uma rede descentralizada para o acesso aos serviços de saúde) e da educação. Visa assegurar o atendimento ao esgotamento sanitário, à distribuição de água tratada, à coleta de lixo, ao acesso ao transporte público, à regularização fundiária e à possibilidade da participação.

O plano provê um acompanhamento do desenvolvimento econômico com justiça social, levando em consideração os indicadores socioeconômicos como PIB, índice de Gini, taxa de analfabetismo e mortalidade infantil. Veja o quadro a seguir:

Quadro 8 – Metas Gerais do Plano Estratégico do Município de Juazeiro Do Norte

INDICADOR	SITUAÇÃO MEDIDA ATUAL	META ESTABELECIDADA 2018	JUSTIFICATIVA
PIB <i>per capita</i> (US\$)- (base 1995)*	1.292	4.370	Crescimento do PIB de 7,7% a.a. (3% a.a. acima do % nacional no cenário mediano da SAE**) e da população de 2,1% a.a.
Índice de Gini – Renda- (base 1991)	0,60	0,45	Comparação com países desenvolvidos com PIB <i>per capita</i> semelhante
Taxa de Analfabetismo (% da população 11-17 anos) - (base 1996)	12	0	Comparação com países desenvolvidos com PIB <i>per capita</i> semelhante
Mortalidade Infantil (óbitos / 1.000 nascidos vivos) - (base 1995)	41	10	Comparação com países desenvolvidos com PIB <i>per capita</i> semelhante

Fonte: Ranking dos municípios 1996 / Anuário Estatístico do Ceará 1995/96 / Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, UNICEF, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE.

Ao criar o fundo municipal de desenvolvimento urbano, o PDDU inseriu como meta a promoção de serviços públicos igualitários e eficientes, além de um programa de regularização fundiária. Porém não delineia nenhum projeto específico (contendo prazos e metas para o processo de regularização fundiária). A seguir destaca a desigualdade no município.

Embora se visualize uma recuperação do crescimento econômico do Município com a entrada em operação de indústrias em fase de instalação, o mesmo não se pode afirmar da qualidade de vida e justiça social. Enquanto o PIB per capita do Município – R\$ 1.189,00 (um mil cento e oitenta e nove reais) – situa-se abaixo da média do Estado – R\$ 2.188 (dois mil cento e oitenta e oito reais), o índice de GINI (0,60) revela a elevada concentração de renda existente em Juazeiro do Norte, embora abaixo da média do Estado do Ceará (0,65). De fato, em 1991, 58% dos chefes de família ganhavam até 1 salário mínimo; 22% de 1 a 2 e 13% de 2 a 5, perfazendo um total de 93% na classe de até 5 salários mínimos; 4% recebiam de 5 a 10 salários mínimos; 2% de 10 a 20 e somente 1% mais de 20 salários mínimos (CEARÁ, 2000g, p. 30-31).

O coeficiente Gini representa o grau de desigualdade de renda. Quando se aproxima de zero indica maior proximidade com a igualdade, e ao se aproximar do 1 quer dizer que mais

desigual é aquela sociedade. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, o índice de Gini da renda domiciliar per capita no município de Juazeiro do Norte-CE, foi em 1991, de 0,59; em 2000 de 0,60 e em 2010 de 0,54⁸³. Portanto, a justiça aparece com seu aspecto distributivo, onde as políticas públicas almejam a igualdade e a diminuição da concentração de renda.

O Plano de Estruturação Urbana de Juazeiro do Norte deseja, portanto, resgatar o espírito corajoso e empreendedor do Padre Cícero, traçando projetos que poderão transformar a cidade no lugar sonhado por ele, um lugar agradável para se viver e visitar, com oportunidades de trabalho e mais justiça social para todos,

No caso específico da análise do desempenho de Juazeiro do Norte, percebe-se que o Município ocupa uma posição desfavorável em termos de desenvolvimento econômico perante seus concorrentes. Quanto ao desenvolvimento social, o Município ocupa uma posição intermediária, sendo aquele com maior desigualdade social, embora tenha menor taxa de analfabetismo de jovens (CEARÁ, 2000g, p. 43).

Com dados de 1996, o PDDU observou que 35% da população total (cerca de 66.298 pessoas) correspondia à PEA (população economicamente ativa 10 a 64 anos). (CEARÁ, 2000h). Foi destacado:

A presença de menores em situação de risco é constante nas ruas centrais de Juazeiro. Com uma população entre 0 e 17 anos muito significativa, compreendendo 45% da população total do município – 85.241 pessoas, o desenvolvimento social deve ter nesse contingente sua maior e mais contundente atenção. Desse total, cerca de 50.000 pessoas pertencem a famílias cuja renda mensal não ultrapassa um salário mínimo, podendo-se intuir, daí, que se encontram, potencialmente, em situação de risco social e pessoal (CEARÁ, 2000h, p.84-85).

O relatório de questões módulo conceito teve como objetivo levantar os problemas para servir de base para demandas pertinentes do Município no intuito de resolvê-los para “chegar ao tipo de cidade que a comunidade deseja” (CEARÁ, 2000h, p. 12). Vamos a eles: esvaziamento noturno do centro, desregulamentação de atividades comerciais, falta de sinalização no trânsito, invasão dos ambulantes na área do passeio público (calçadas), calçadas estreitas e conflitos de ambulantes e pedestres, poluição sonora, esgoto a céu aberto, ausência de lazer para convivência humana, crítica à localização do Distrito Industrial do Cariri (distante da mão de obra), propondo uma localização próximo da comunidade, ruas estreitas, deficiência da moradia, carência de equipamentos de saúde, educação, lazer e segurança, desemprego,

⁸³ Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginice.def>. Acesso em: 24 ago. 2018.

ocupação desordenada, carência de infraestrutura, problema de tráfego e de drenagem para o escoamento da água da chuva na Zona Central. No serviço de saúde e atenção básica ao morador faltam profissionais, medicamentos, equipamentos, há significativa quantidade de jovens analfabetos, deficiência sanitária para tratamentos de água, incompatibilidade na existência de usos do solo urbano, déficit habitacional, déficit de infraestrutura, favelas, esgoto a céu-aberto (nas sarjetas), lixo depositado em terrenos baldios, falta de moradia, concentração de rendimento, entre outros (CEARÁ, 2000h).

Em se tratando da ideia de justiça/injustiça, o plano considerou a distribuição equitativa da qualidade e conforto da vida urbana, porém em nenhum momento fez uso de algum princípio de justiça que pudesse atingir essa meta ou ao menos mencionar autores que trabalhem com o tema. Enquanto isso, a dimensão espacial não foi tratada.

Assim, vimos que quanto ao nosso pressuposto de que PDDU incorpora as questões físicas do espaço foi parcialmente validado, pois essa proposta já demonstra relevância para um modelo de planejamento que envolve questões sociais e ambientais. Quanto ao outro aspecto do nosso pressuposto, vimos que realmente houve uma significativa intenção para priorizar o desenvolvimento no viés do crescimento econômico, compreendendo a cidade como mercadoria, deixando de lado os conflitos sociais.

Lefebvre considera que a causa do problema é a sociedade capitalista em sua fase industrial e concorrencial. Para ele, “a cidade capitalista criou o centro do consumo [...] lugar de consumo e consumo de lugar. Os comércios se densificam no centro, que atrai os comércios raros, os produtos e gêneros de luxo” (2001, p. 131). A vida urbana se estabelece nesse conflito entre valor de troca e valor de uso. No valor de troca, o objetivo passa a ser o crescimento, o produtivismo baseado na racionalidade, a lógica da mercadoria fundamentada no lucro sem limites. Tal modelo transformou o ideal de felicidade em sinônimo de consumo e consequentemente provocou miséria, segregação, desigualdades, injustiças.

Em suma, podemos caracterizar (nesse primeiro momento) o PDDU quanto ao recorte analítico proposto neste trabalho (desenvolvimento e justiça/injustiça) e quanto ao levantamento de nossos questionamentos, os aspectos a seguir.

Parte do pressuposto que trata da ausência das questões sobre a desigualdade é parcialmente refutada. Podemos conferir que o documento relata algumas questões, mas o modo de resolver essas questões ainda permanece inserido na ideia do desenvolvimento com viés no crescimento econômico. O PDDU versa sobre uma quantidade de índices (PIB, índice de Gini (renda), taxa de analfabetismo, taxa de mortalidade infantil) e reconhece a existência da desigualdade local, ao mesmo tempo em destaca problemas referente a ela, bem como aponta

para outros problemas. Outra observação é que praticamente inexistente espacialização dos problemas e não existem mapas para evidenciar sua localização, pois a dimensão espacial (no sentido de localizar os fenômenos no espaço) dos problemas urbanos, é praticamente negligenciada. Dessa forma, quando o plano aborda os índices de desigualdade ou a promoção de algum benefício, saúde ou educação por exemplo, não localiza essas ações e nem revela quais áreas são as mais negligenciadas e mais necessitadas, não espacializando as demandas. Portanto, o aspecto espacial aparece apenas quando localiza algum projeto, como no caso do Roteiro da Fé, dentre outros.

Interessante notar a contradição que o PDDU oferece, pois lista uma quantidade significativa de problemas na cidade de Juazeiro do Norte. Entretanto, quando lança seus projetos estruturantes (cinco termos de referência aprovados na Câmara Municipal), pouco aborda a lista de “problemas” anteriormente citados. Conforme se visualiza no quadro Projetos Estruturantes, nas páginas 38, 39 e 40, no documento Estratégia de Implementação.

O PDDU, mesmo ao evidenciar problemas e desigualdades no município de Juazeiro do Norte, fundamenta-se no paradigma Cidade Mercado. Com as ideias de Planejamento Estratégico, privilegiou a compreensão de que o desenvolvimento urbano pode ser ofertado pela estratégia, especialmente, do crescimento econômico. Também viu as cidades vizinhas não como parceiras, mas como concorrentes, e traçou estratégias para estabelecer o sucesso, que é sinônimo de avanço e ampliação do mercado consumidor.

Nota-se que a própria definição de sustentabilidade e a ideia de natureza estão correlacionadas apenas à manutenção, não foi abordada uma política de planejamento para ampliar seu espaço natural. Como exceção, podemos citar o projeto do parque central que, na realidade, é um projeto inoperante, considerando o exorbitante gasto para desapropriar uma área que é bastante comercial, como citou Roberto Celestino sobre a “enorme quantidade de gasto com o processo de desapropriação, algo que não caberia dentro do orçamento municipal, além de que não foi algo compactuado com os diversos moradores” (Entrevista realizada com José Roberto Celestino vice-prefeito, em março de 2018).

Identificou-se que a elaboração — “em série” e através de consórcio — desses planos lança sérios problemas, como a repetição das mesmas diretrizes para realidades diferentes, exemplo que pode ser encontrado no PDDU do município de Horizonte e de outros, nessa grande empreitada do Prourb. Como o exemplo encontrado no Plano Estratégico do PDDU de Juazeiro do Norte, onde diz: “por fim, é fundamental que a Prefeitura Municipal do Crato prepare a sua organização para responder ao desafio que a implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano representa”. (CEARÁ, 2000g, p. 9).

Pautília Ferraz destacou que houve discussão, mas que o Plano Diretor, nas palavras dela “era uma cópia de várias outras cidades, que você às vezes só mudava a informação [...] com um pouquinho de acesso a gente observava que aquela não era bem a nossa realidade não” (Entrevista realizada com Pautília Ferraz da equipe técnica municipal, em junho de 2018).

De acordo com Jan Bitoun “planos estratégicos realizados em série e sem questionamentos podem ser ocasiões perdidas para a construção de um governo urbano menos distanciado da cidadania” (2001, p. 306). Essas questões demonstram a ausência de uma qualidade essencial para um trabalho dessa magnitude: o conhecimento mais profundo do território local, que poderia ser ofertado através de mais pesquisa, diálogo e mais autonomia. Assim, o plano apresenta projetos que são produzidos em outra esfera (consultoria) sem contar com a efetiva participação.

As injustiças foram apresentadas com alguns índices sobre desigualdade, déficit habitacional, entre outras carências. Porém, em nenhum momento houve localização das áreas negligenciadas ou relato dos valores “de bairro” ou questionamento da causa da desigualdade. Quanto à justiça, tratou-se no aspecto da universalização dos serviços, ao assegurar o acesso, em uma perspectiva igualitária de atendimento ao bem-estar social. No entanto, em nenhum momento rompeu com a lógica produtivista ou inseriu outro aspecto significativo da justiça, mesmo sendo um conceito fundamental (pois é assegurada a justiça social na ideia de cidade que queremos no PDDU). Pouco se pensou em uma estrutura hierárquica que garantisse a correção das injustiças, afirmação está evidenciada através de outras prioridades que podemos ver no plano.

Quadro 9 - Visão da justiça/injustiça com base no PDDU

ASPECTOS VALORIZADOS (JUSTIÇA)	ASPECTOS REJEITADOS (INJUSTIÇA)
Promover cidade atraente e equilibrada física e socialmente	Concentração de renda
Garantir um serviço de qualidade e a equidade na distribuição do conforto urbano	Desigualdade na distribuição dos serviços
Desenvolver a economia e o turismo	Taxa de analfabetismo
Universalizar a saúde e educação	Mortalidade infantil
Garantir o atendimento ao esgotamento sanitário, à água tratada, à coleta de lixo, ao transporte público, à regularização fundiária e à participação	Déficit na infraestrutura e na oferta de saúde e educação

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Pensando nas questões da justiça/injustiça, nossos entrevistados revelaram os aspectos que serão observados a seguir. Capibaribe destacou o cumprimento da lei e a aplicação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Na sua visão, quando o poder público for trabalhar com o mercado imobiliário deve adotar instrumentos que possam promover a igualdade social. Outra ideia do entrevistado é a realização da urbanização das ruas e praças (investimento no espaço público). Criticou o tratamento dado à cidade como mercadoria, cita o direito à cidade como um grande desafio e o entende como uma garantia de uma cidade construída para todos, e em sua fala prioriza a melhoria dos assentamentos precários para proteger a população de baixa renda. Esses são alguns dos valores defendido pelo arquiteto (Entrevista realizada com Augusto Capibaribe, Arquiteto/Coordenador do Proub e do PDDU de Juazeiro do Norte, em abril de 2018).

Já Pautília Ferraz, considera que “falar em justiça, se fala em processo de igualdade. De novo a palavra acesso. Acesso à saúde, à educação, ao próprio lazer”. A assistente social critica o pensamento imediatista e a forma como a romaria foi explorada (Entrevista realizada com Pautília Ferraz da equipe técnica municipal do PDDU de Juazeiro do Norte-CE, em junho de 2018).

O engenheiro civil, Mário Bem, comentou que infelizmente o poder público municipal não tem recurso para atender a população como um todo e ainda cita como problema crônico a questão da habitação, da saúde, da ausência da oferta do serviço educacional e o desemprego (como aspectos da injustiça). De acordo com ele:

[...] é injusto um pai de família não ter uma vaga na escola para um filho. Hoje talvez não aconteça, mas no passado acontecia que o número de vagas nas escolas não era suficiente para atender os filhos da população. E o desemprego, existiu, existe e vai existir. É injusto um pai de família querer trabalhar e não ter onde e nem como trabalhar, então existe inúmeras injustiças (Entrevista realizada com Mário Bem da equipe técnica municipal do PDDU de Juazeiro do Norte-CE, em junho de 2018).

Fulano considera que a desigualdade deve ser combatida, ao mesmo tempo que critica que existe apenas na forma da lei a ideia de que somos iguais “isso é um sonho, isso é o ideal”. Na visão dele a justiça:

É fisiológica, ele vê muito fulano, beltrano, sicrano, ela vê muito quem tem dinheiro. A verdade é essa, você não vê uma pessoa de alto padrão na cadeia. Ele pode até ir, mas acontece que ele vai, mas volta com a tornazeleira eletrônica para casa e lá ele tira, e ninguém vai atrás disso. Já o cidadão que rouba galinha, furta um pinto, esse cidadão sofre miséria. Além do mais ele não tem acesso, ele não sabe nem o direito que tem. Ele chega numa repartição como se ele tivesse na casa dos outros. Ele não sabe que aquilo ali ele é parte. Então, para mim isso é injustiça. É o que acontece no serviço público de um modo geral. As pessoas recebem o cidadão como se ele fosse um nada, não

tem atenção, não tem o respeito. Exemplo: eu estou aqui na prefeitura, você precisa de mim, só eu resolvo, aí eu vou e digo não. Como é que fica? Então eu preciso ser proativo. Eu digo não, mas vamos analisar, porque existe mil caminhos na vida e no Direito. Então para mim a justiça, ela não é só essa justiça formal com o poder judiciário que pratica uma infinidade de injustiças. Mas é esse ambiente que você chega aqui e diga assim: “bom eu vou receber um bom serviço e ninguém vai me cobrar nada”. Então para mim isso é justiça. Eu sou um crítico severo, como advogado que sou. A gente não vê o interesse de atender as demandas sociais da parte mais rasteira. A justiça, ela é um ambiente elitista, basta dizer que a justiça exige os maiores salários do país [...]

David: nessa parte urbanística o senhor conseguiu identificar no Juazeiro algumas injustiças?

Fulano: urbanística? As injustiças que eu vejo é o seguinte, se eu sou uma pessoa pobre e estou construindo minha casa, e por ignorância não tenho projeto de nada, mas estou construindo minha casa, vou de noite, de madrugada, aí chega um fiscal, me autua e diz que eu não posso construir sem alvará. Mas, se você for um fulano de tal da vida, quando chega um fiscal na sua obra, como eu presenciei isso, acontece diferente. Um determinado empresário disse ao fiscal: “rapaz o que é que você está fazendo aqui?” E aí você vê que tem o fulano que é punido e tem o outro que não é. Então não tem um padrão. O poder de polícia do município, que é um poder interessante, que é capacidade que o poder público tem de ordenar, não é de punir, mas de ordenar, ele é muito desigual [...]. Então se eu for elencar aqui as injustiças que eu vejo em Juazeiro eu acho que amanhã eu não vou estar aqui em Juazeiro (Entrevista realizada com Fulano, advogado que participou na elaboração da legislação do PDDU de Juazeiro do Norte-CE, em outubro de 2018).

O depoimento que centralizou a resposta na experiência do Plano Diretor foi o de Celestino. Ele relata o processo de votação como um aspecto da injustiça, segundo ele:

Esses Planos Diretores era votação [...] agora é uma coisa não democrática, porque, por exemplo, o presidente da CDL, que na época tinha 400 lojas filiadas, tinha peso de apenas um voto contra um, digamos, de uma liderança de bairro que não era nem constituída na forma da lei. Era um a um. Às vezes você estava discutindo um problema do Centro de Juazeiro, como era o do Roteiro da Fé, e a pessoa lá do bairro do Mutirão, do Campo Alegre votando com o mesmo peso de uma entidade. Então na realidade eu acho que tem de aplinar isso. [...] (Entrevista realizada com José Roberto Celestino vice-prefeito, em março de 2018).

Para o vice-prefeito, justiça “é dar a cada um conforme suas necessidades”. (Entrevista realizada com José Roberto Celestino vice-prefeito, em março de 2018).

Romão França foi líder comunitário e se posicionou da seguinte maneira:

Olha, eu acho que descentralizar as escolas para periferia é um grande avanço, mas uma das grandes injustiças ainda é a qualidade de transporte que ainda é ruim. Não tem ainda aquela efetividade de tempo, e o próprio acompanhamento dos logradouros públicos, que eu acho que isso aí ainda é uma das grandes injustiças, acaba priorizando as avenidas e os centros, esquecendo as periferias. Eu acho que ainda tem que ter os espaços de juventude. Ainda são muito falhos. Tem que ter um acompanhamento mais

efetivo. Mas a saúde ainda é um grande gargalo. Você imagina, Juazeiro hoje com a emergência, principalmente lá no Limoeiro, a pessoa que mora lá no Frei Damião tem que atravessar Juazeiro todinha para ir lá no Limoeiro. Quantos pacientes não perdem a vida porque não dá tempo chegar na emergência? Eu acho que isso aí ainda é uma política pública que precisa ser repensada, principalmente informatizada para que as pessoas tenham acessos (Entrevista realizada com Romão França em setembro de 2016).

Os dois vereadores manifestaram o consequente pensamento: Eraldo quando fala de justiça a coloca no aspecto legal, fazendo críticas ao STF, em que considera o órgão como antidemocrático. Para ele, os julgamentos dos políticos possuem diversos interesses e é cheio de articulação. Como injustiça citou a ideia de que o Estado não responde o cidadão a contento (a morosidade do Estado), reconhece que o pobre é quem mais sofre, e que a carga tributária é muito grande, além de que é ampla a quantidade de imposto que o cidadão paga (Entrevista realizada com o vereador e ativista ambiental Eraldo Oliveira em junho de 2018).

Maria Eridan cita que as leis existem, mas na prática não funcionam. Como principais injustiças citou: o salário baixo das pessoas, a baixa qualidade de vida e atrelou isso aos baixos salários e o desemprego. Com seu olhar de professora cita a educação, em especial, a educação familiar na preparação das pessoas para viverem em sociedade, nas palavras dela:

Só se fala mais em direito, direito disso e daquilo. E a questão dos deveres de cidadão? Eu acho que precisa muito ser modificado e orientado principalmente na juventude, aonde acontecem as injustiças. Como? Cria-se um jovem, sem informá-lo quais são os direitos e os deveres. Depois ele fica num mundo fora da lei, como diz a história. Aí lá vem as injustiças, a sociedade rejeita por seus motivos e daí uma série de consequências cujo resultado nós vemos hoje nos nossos presídios superlotados. Por conta de pessoas mal preparadas, entendeu? Eu vejo por essa forma, sempre eu vi. Como educadora a minha preocupação maior era formar o jovem enquanto cidadão, porque eu acho que no mundo há espaço para todos, se você se conduzir direito, lutar pelos seus direitos e também cumprir os seus deveres, dificilmente você vai ser um fora da lei. Vejo dessa forma (Entrevista realizada com a vereadora Eridan de Almeida em junho de 2018).

Em suma podemos registrar o subsequente quadro:

Quadro 10 - Concepções de mundo Justiça/injustiça

ENTREVISTADO	JUSTIÇA (Atitudes valorizadas)	INJUSTIÇA (Atitudes rejeitadas)
Capibaribe	Cumprimento da Lei Estabelecer ZEIS Promover a igualdade social Direito à cidade entendido como cidade para todos Atender a população mais carente	Cidade tratada como mercadoria Desigualdade social
Pautília Ferraz	Igualdade Acesso à saúde, educação, lazer	Egoísmo Exploração Ausência de Planejamento Pensamento Imediatista
Mário Bem	Desenvolvimento do ser Acesso à saúde, educação e ao trabalho	Ausência de recurso Déficit educacional Desemprego Déficit habitacional Incapacidade de atender a todos no que toca as questões de saúde
Fulano	Atendimento igualitário Serviço público de qualidade Atender a população mais carente	Desigualdade Luta de classe Aplicação da lei de forma desigual Serviço público que não atende a contento a população
Celestino	Dar a cada um conforme suas necessidades	Votação no PDDU peso atribuído de forma desigual Vereadores sem preocupação com as grandes questões da cidade
Romão	Descentralização da educação Eficiência no transporte Melhorar a infraestrutura Acesso à saúde Desenvolvimento do ser	Centralização das escolas Transporte que não atende bem a população Ausência de infraestrutura Incapacidade de atender a todos no que toca as questões de saúde
Eraldo	Estado democrático Estado eficiente e igualitário	Morosidade do Estado Quantidade de imposto Forte carga tributária
Eridan	Cumprimento da lei Investimento na educação em especial a familiar Cumprimento dos deveres e acesso aos direitos	Baixo salário Pessoas mal preparadas Não cumprimento dos deveres Não cumprimento da lei

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Diretamente na visão dos entrevistados, a liberdade não parece ser o valor máximo a ser assegurado. Vimos também que não foi citada a ideia de direito à diferença e à diversidade. Em nenhum momento houve críticas ao modo de produção capitalista como provedor das desigualdades. A democracia direta quase não é parâmetro para as questões da justiça/injustiça. Também não vimos nenhuma menção aos movimentos sociais. Foi observado que existiram críticas a uma elite política e a ineficiência do Estado, seja nos serviços públicos oferecidos, seja na qualidade de seus servidores. Não foi falado na possibilidade de acesso às novas tecnologias da informação, nem houve relevância para a dimensão corpórea e espacial da justiça. Basicamente, a percepção da justiça/injustiça girou em torno do combate às desigualdades e, como valor máximo, a ideia de igualdade e distribuição equitativa dos serviços de saúde, educação, emprego, dentre outras.

A ideia de justiça/injustiça está relacionada muito mais ao estabelecimento da igualdade e não há questionamento do ponto de partida, nem dos valores e muito menos das premissas para estabelecer um raciocínio avaliativo do tema em tela. Essa visão parece se filiar à linha que valoriza a distribuição equitativa dos bens e serviços favoráveis à dignidade humana e ao seu bem-estar. Essa perspectiva está ancorada dentro do marco institucional do capitalismo, ver o Estado como o grande condutor de ações justas e/ou injustas e a ideia de que é possível um planejamento e gestão urbanos que atenda a todos não é posta em xeque. O desenvolvimento econômico é visto como passaporte para um mundo melhor, salvo raras exceções que criticaram o mercado como promotor de injustiça. O espaço nesse viés não aparece em primeiro plano.

3.4 A PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE JUAZEIRO DO NORTE

Tem-se como objetivo específico da tese estudar criticamente a incorporação da participação popular na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juazeiro do Norte-CE nos anos 2000.

Como procedimento metodológico buscamos averiguar a participação por meio do próprio PDDU e, em especial, realizamos as entrevistas qualitativas com agentes que contribuíram para elaborar o Plano. Somado a isso, encontramos duas publicações que colaboraram para reconstruir a ideia de participação daquele momento. Os dois textos que abordaram a questão participativa do Plano foram: o relatório do advogado Henrique Botelho Frota (2008) “Rede de avaliação e capacitação para implementação dos Planos Diretores

Participativos” e o trabalho “Rede de avaliação e capacitação para implementação dos Planos Diretores Participativos: Estudo de caso do Plano de Desenvolvimento Urbano de Juazeiro do Norte-CE” de Iacovini e Pinheiro (2008).

Quanto aos dados da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte e da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, evidenciamos que não foi possível encontrar registros (atas de reuniões, fotografias, audiências públicas) daquele momento (anos 2000), mesmo após inúmeras tentativas. Isso revela a desorganização com o registro e ausência de material comprobatório das ações públicas.

Adotamos aqui a proposta de Souza (2006), que sob inspiração de Sherry Arnstein, elege oito graus de participação popular no planejamento e na gestão urbanos: 1. Coerção; 2. Manipulação; 3. Informação; 4. Consulta; 5. Cooptação; 6. Parceria. 7. Delegação de poder; 8. Autogestão. Os graus 1 e 2 são considerados como não-participação, os 3, 4 e 5 são considerados de pseudoparticipação e os 6, 7 e 8 graus de participação autêntica.

De todas as categorias acima apresentadas, somente com as três últimas (parceria, delegação de poder e autogestão) estar-se-ia em presença de marcos político-institucionais em que se poderia ter a expectativa de que as soluções de planejamento e gestão pudessem ser encontradas de modo razoavelmente democrático (parceria), fortemente democrático, ainda que assaz imperfeito (delegação de poder), ou genuinamente democrático, em um sentido radical (autogestão), sobre os alicerces da racionalidade e do agir comunicativos (a parceria e a delegação de poder podem, aliás, com justeza, ser qualificadas de “cogestão” ou “gestão compartilhada”, com as diferenças e ressalvas cabíveis). As duas primeiras categorias, coerção e manipulação, nada mais representam, respectivamente, que a arrogância do “discurso competente” e do autoritarismo em sua forma explícita (coerção) ou mal disfarçada (manipulação). As categorias intermediárias, informação, consulta e cooptação, diferem daquelas representadas pelas situações mais autoritárias menos no conteúdo que na forma, uma vez que a ilusão de participação e as concessões limitadas trazidas pela simples informação e consulta e, em um nível de sofisticação e complexidade bem maior, pela cooptação, são elas mesmas, expressões inquestionáveis de heteronomia e de claríssima preponderância e hegemonia ideológica da democracia representativa (SOUZA, 2006, p. 418⁸⁴).

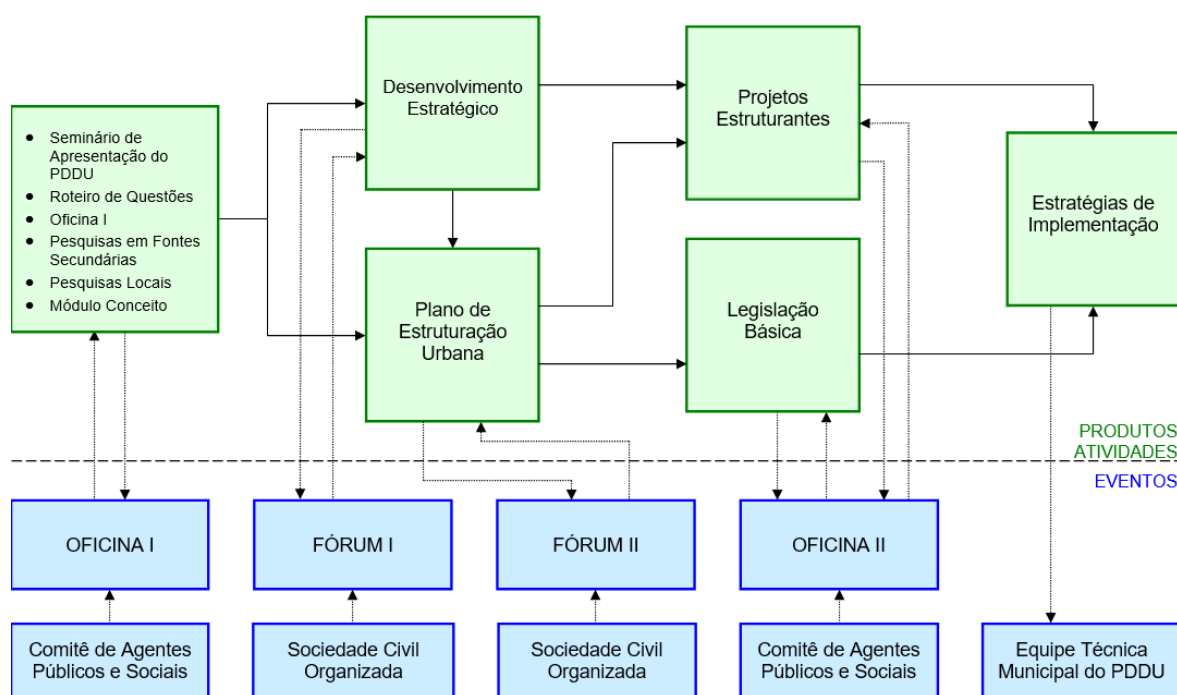
Observamos que segundo o documento Estratégia de Implementação o PDDU foi “elaborado com a participação dos diversos segmentos da sociedade civil organizada do Município” (CEARÁ, 2000i, p. 8). Em outro momento encontra-se: “na forma participativa como foi elaborado, o PDDU serve como instrumento de tomada de decisões governamentais e não-governamentais que digam respeito ao interesse público na cidade” (CEARÁ, 2000i, p.8).

⁸⁴ Em Souza (2017, p.448) o quadro é atualizado, acrescentando os termos pseudo-autogestão/pseudo-autoplanejamento.

Ainda na estratégia de implementação tem-se: “a Legislação Básica elaborada é consequência direta das proposições constantes do Plano de Estruturação Urbana, como resultado dos debates com a sociedade civil nas oficinas e nos fóruns realizados” (CEARÁ, 2000i, p. 8).

Conforme mostra a figura abaixo, o PDDU começou com um seminário aberto à participação da sociedade civil. Posteriormente foi elaborado o “Módulo Conceito” onde caracteriza a cidade em seus aspectos físico territoriais, ambientais, socioeconômico e urbanístico. Para isso, realizou a oficina I, que pesquisou em fontes secundárias e na própria cidade (CEARÁ, 2000h).

Gráfico 4 - Processo de elaboração participativa do PDDU



Fonte: CEARÁ, 2000i, p. 10.

A ideia de participação acompanha diversos momentos do plano, com o intuito de, por meio da participação da sociedade, elaborar prioridades justas e, assim, fazer da cidade um lugar melhor para viver (CEARÁ, 2000h). A participação da população é vista como possibilidade para propiciar o desenvolvimento do plano em sua implementação. No Relatório de Questões / Módulo Conceito, no conceito 4 e em duas diretrizes, encontramos:

Conceito 4 – A sustentabilidade do processo de desenvolvimento urbano de Juazeiro do Norte requer a participação da população durante e após a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.
Diretrizes:

1. Garantir aos habitantes da cidade oportunidades de participação no processo de elaboração do PDDU e no acompanhamento, monitoramento e avaliação do plano quando na fase de sua execução.
2. Consolidar mecanismos de participação social praticados no processo de elaboração do PDDU e aperfeiçoá-los em modelos de gestão participativa adequados ao acompanhamento, monitoramento e avaliação do plano durante a sua execução (CEARÁ, 2000h p. 135-136).

Na lei do Plano Diretor encontra-se “estabelecer mecanismos de participação da comunidade no planejamento urbano e na fiscalização de sua execução” (CEARÁ, 2000d, p. 8). No mesmo documento, agora no Título II do PDDU, capítulo primeiro das definições e dos objetivos, localizamos “garantir a participação de deficientes físicos e idosos, através de seus movimentos representativos, nas atividades pertinentes ao acompanhamento e implementação do Plano Diretor (CEARÁ, 2000d, p. 19). Ainda no mesmo documento, nas disposições finais, verificamos novamente a ideia de participação, quando nos diz:

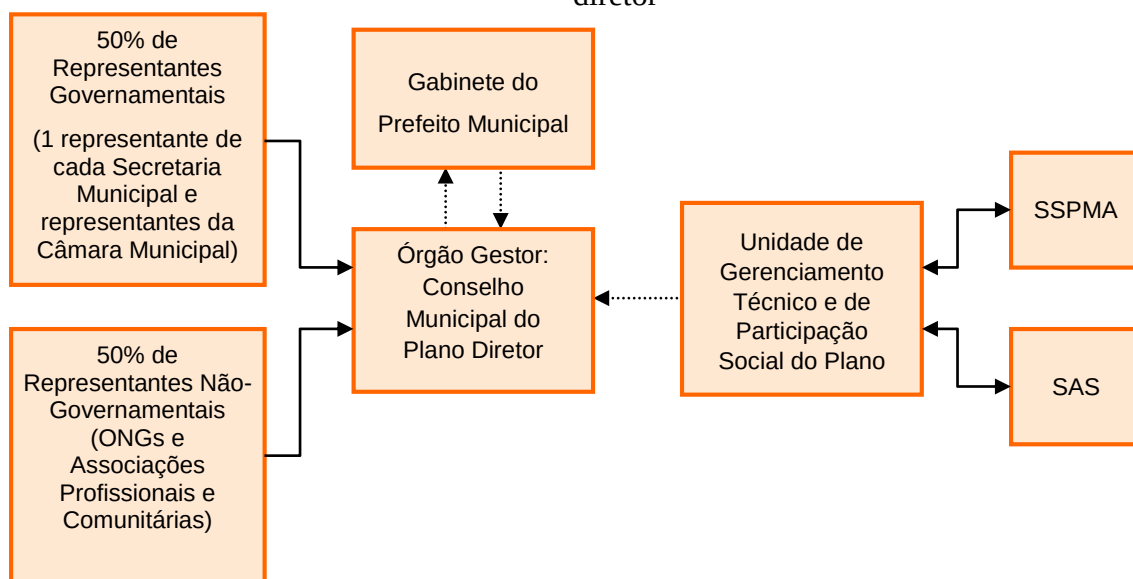
§ 1º - É assegurada a participação da comunidade em todo o processo de planejamento, pelo amplo acesso às informações e ainda por sua representação em entidades e associações comunitárias, em grupos de trabalho, comissões, provisórias ou permanentes e órgãos colegiados.

§ 2º - A gestão integrada do planejamento urbano e promoção do desenvolvimento do município, dependerá, basicamente, da capacidade de mobilização das várias instâncias governamentais e sua permeabilidade à participação direta dos agentes sociais, inclusive da iniciativa privada (CEARÁ, 2000d, p. 40-41).

Uma outra ideia no conteúdo da participação inserido no PDDU foi a criação do Fórum Visível ou Fórum da Comunidade, dentro do projeto da Unidade de Vizinhaça. Esse fórum visa a criação de um espaço público para a comunidade, contendo edifícios comerciais, sociais, educacionais, com caráter de espaço cívico (CEARÁ, 2000b).

Quanto à questão da mobilização, visando tornar a participação pertencente a todo o processo, encontramos inserida no Planejamento Estratégico, as seguintes fases: “formação de Comitê Municipal; seminário de sensibilização; articulação com lideranças municipais; oficina com lideranças; entrevistas com lideranças municipais; fórum com o Comitê Municipal; fórum com a sociedade” (CEARÁ, 2000g, p. 18).

Gráfico 5 - Proposta de organização e estrutura de gestão colegiada e participativa do plano diretor



Fonte: CEARÁ, 2000i, p. 16.

Assim, para o PDDU, a participação da sociedade teve dois “grandes objetivos: primeiro, tornar o diagnóstico da situação atual do município a partir do retrato fiel da realidade, e segundo, elevar o nível de comprometimento dos atores com a futura implementação, controle e revisão das estratégias e ações” (CEARÁ, 2000g, p. 18).

Quanto à metodologia participativa, citou o uso da técnica Metaplan, que segundo o PDDU,

[...] se utiliza de procedimentos de moderação e visualização mediante o uso de fichas e painéis, dentro de cinco subtemas – Qualidade de Vida, Economia, Equipamentos Públicos, Segurança Pública e Imagem da Cidade, com perguntas que foram respondidas pelos participantes do evento (CEARÁ, 2000h, p. 97).

Foi destacado que naquele momento as pessoas que participaram estavam vinculadas ao “Comitê Municipal, à Equipe de Acompanhamento da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte e aos técnicos do Consórcio responsáveis pela elaboração do PDDU de Juazeiro do Norte” (CEARÁ, 2000h, p. 97).

A ideia de participação popular é mencionada no referido Plano cinco vezes. Nessas citações, encontramos que o Plano destaca “participação popular das classes menos favorecidas é ativa” (CEARÁ, 2000g, p. 39) e no quadro 17 (pontos fortes e fracos do município de Juazeiro do Norte) diz que a participação popular é um dos pontos fracos (CEARÁ, 2000g, p. 44), o que evidencia incoerência avaliativa dos aspectos locais.

No PDDU, quando a participação popular é mencionada, revela um entendimento de que a população local deve ser participativa para acompanhar, monitorar, solucionar problemas e implementar propostas do plano, mas não evidencia ou classifica que tipo de participação e quais os meios instrumentais para que ela ocorra, muito menos fala-se em caráter deliberativo ou delegação de poder, de acordo com o Plano Estratégico “estimular a participação da comunidade na solução de problemas do Município” (CEARÁ, 2000g, p. 46). Algo mais próximo do caráter propositivo de uma participação, encontramos no Relatório de Questões / Módulo Conceito:

Encontrar formas de participação popular na discussão de projetos de preservação e conservação do bem público e de novos projetos urbanísticos de grande interferência no centro da cidade, submetendo-os à análise cuidadosa da população e de técnicos especializados em impactos de vizinhança, ambientais e de patrimônio cultural, os quais estão diretamente ligados à imagem da cidade (CEARÁ, 2000h, p. 120).

Essa participação (popular) aparece sempre subordinada aos técnicos e ao conhecimento dos especialistas. Outro aspecto observado (de forma explícita) diz respeito à possibilidade de interferência (da participação popular) em novos projetos, porém cita apenas o bairro Centro. Portanto, o poder deliberativo fica restrito ao Conselho Municipal do Plano Diretor. No documento Estratégia de Implementação, encontramos:

O Conselho Municipal do Plano Diretor é a instância máxima de decisão do Plano, presidido pelo Prefeito Municipal ou seu substituto legal e integrado pelos secretários municipais, vereadores indicados pela Câmara Municipal, presidentes de ONGs, associações profissionais e comunitárias. Seu funcionamento será vinculado ao Gabinete do Prefeito e regido por um regulamento interno (CEARÁ 2000i, p. 16).

Para operacionalizar o PDDU, criou-se o Conselho Municipal do Plano Diretor e o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, o Sistema Integrado de Planejamento Municipal e alguns instrumentos urbanísticos e ambientais, como por exemplo, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental, Tombamento, entre outros. Quanto aos instrumentos tributários e financeiros, criaram-se incentivos fiscais, imposto progressivo e o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Quanto ao Conselho do Plano Diretor, diz ser o órgão máximo com composição paritária, criado com a possibilidade de deliberar e assessorar o Poder Executivo nas questões da política urbana. Dentre suas atribuições quanto à participação, insere a compreensão de que o conselho deverá ser um canal entre o Poder Executivo e os cidadãos (CEARÁ, 2000d).

Entretanto, quanto à escolha de seus representantes, caberá ao Executivo, sob a responsabilidade maior do prefeito.

Segundo Fulano, que participou na elaboração do Conselho, a vida ativa do CMPD teve um período curto e ressaltou:

Conselho? Quando você quiser que alguma coisa não funcione você diga que cria um conselho. Por que não funciona? Porque a sociedade não se engaja, ela não incorpora. Ela não quer. Ela participava, mas sempre participa de uma forma crítica pejorativa, ela nunca cria condições, ela nunca tem opinião boa formada. Mesmo porque tem muito assunto técnico que as pessoas não entendem e para você revisar o Plano Diretor o pré-requisito é reunir o conselho para deliberar. [...] O conselho é quem vai dizer o que devo fazer, como é que deve fazer e quais são os pontos que devem ser observados (Entrevista realizada com Fulano, advogado que participou na elaboração da legislação do PDDU de Juazeiro do Norte-CE, em outubro de 2018).

De acordo com Frota (2008), não há política de inclusão, controle e deliberação popular nos seguintes aspectos: habitacional; saneamento ambiental; mobilidade e transporte e meio ambiente. Quando buscou responder se há ou não a existência de previsão para a realização de audiências públicas, consultas públicas, conferências, fóruns, participação no orçamento público, para todas as questões detectou que não há previsão. Segundo o relatório do autor:

12. Identificar no plano diretor as formas de planejamento e execução das ações; se existem definições relacionadas às formas regionalizadas e centralizadas de gestão; como está prevista a participação da sociedade neste processo?

R: Segundo o PDDU, o planejamento municipal será realizado por um sistema integrado, composto pelo Conselho Municipal do Plano Diretor, Secretaria de Planejamento do Município e órgãos, entidades ou comissões específicas. Não há regionalização do sistema. A participação da sociedade civil ocorre por meio do Conselho.

13. Identificar, no plano, as formas de monitoramento das ações no território municipal; está prevista a participação da sociedade?

R: A única referência a monitoramento diz respeito à competência do Conselho Municipal do Plano Diretor. Não existe nenhum outro mecanismo de controle social (FROTA, 2008, p. 28).

Os autores (Iacovini e Pinheiro) observaram depoimentos antagônicos entre as pessoas da gestão (situação) e da sociedade civil (não vinculadas diretamente à gestão) referente à participação. Nesse sentido, observaram a existência de um comitê formado com representantes de diversos segmentos sociais, os quais trabalhavam nos documentos antes de apresentar à população, concebido basicamente com as determinações do prefeito (IACOVINI e PINHEIRO, 2008).

Quanto ao grau de participação, observaram que houve, em certa medida, um bom comparecimento às reuniões, e a gestão parecia satisfeita com a participação, visto que a

qualidade importa mais do que a quantidade (palavras estas inseridas no próprio PDDU). Contudo, “a sociedade civil considera que não foi dado a ela o direito de participar por não ter tido real poder de influenciar o resultado final, já que todas as propostas eram somente apresentadas prontas e acabadas, não sendo colocadas para deliberação” (IACOVINI e PINHEIRO, 2008, p. 3). Logo, apontam críticas como: divulgação incipiente, tempo de reunião pequeno, linguagem urbanística dos técnicos distante da linguagem da comunidade; população sem poder de decisão; desconhecimento por parte da sociedade do PDDU; a ausência participativa dos vereadores no processo de elaboração do PDDU; ausência de um momento para socializar os resultados do Plano (IACOVINI e PINHEIRO, 2008).

Foram constatadas ainda: a moradia como principal demanda; a forte atuação da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), na pessoa de José Roberto Celestino; a ausência de debates para temas como gerenciamento de resíduos sólidos, previsão de áreas industriais e transporte público; e como grande problema relataram a questão do saneamento, sendo a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) a principal responsável (IACOVINI e PINHEIRO, 2008).

Quanto à mobilização desses atores, relataram ter sido realizada através de convites impressos e telefonemas.

Deve-se ressaltar que, segundo a sociedade civil, muitas vezes eram mobilizadas somente lideranças comunitárias que, de alguma forma, estavam atreladas à gestão, sendo essa prática comum até o presente momento em Juazeiro do Norte. Destaca-se também o posicionamento de Pautilha Ferraz (assistente social ligada ao poder público à época), para a qual os mecanismos utilizados para convidar a população (convites, rádio) não funcionavam plenamente, pois não atingiam boa parcela da população (IACOVINI; PINHEIRO, 2008, p.7-8).

Por meio da coleta de entrevista com lideranças do Conselho Comunitário de Defesa Social dizem que: “o critério determinante para se ter acesso a prefeitura, e seus gestores como um todo, é ser filiado a partido político da base aliada do Prefeito”. (IACOVINI e PINHEIRO, 2008, p. 15). E para finalizar, concluíram:

[...] é possível perceber um resultado pouco positivo do processo de elaboração e implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juazeiro do Norte. Observa-se que não foi permitido à sociedade civil realmente influir no processo, a qual se sentiu excluída e, com isso, desgastada. [...] O Plano, que não refletia as necessidades da população, não foi implementado, tendo sido, aos poucos, relegado ao esquecimento. Como o próprio poder público afirma, suas políticas, projetos, ações e orçamentos não estão baseados nas diretrizes e definições contidos naquele. Por outro lado, a sociedade civil não conhece o que está nele contido, em função de seu resultado não ter sido coletivizado. Assim, não se pode chegar à outra conclusão que não a da completa inutilidade de tal Plano, frente à realidade vivida no município (IACOVINI e PINHEIRO, 2008, p. 16).

Observamos também que no PDDU a população é evidenciada algumas vezes, mas ela não é conceituada, não é localizada, não tem poderes, e a compreensão de sua participação aparece no sentido de que ela deverá implementar o referido plano. Não foi encontrada referência sobre como foi feita a seleção das associações e entidades de classe que participaram do plano e nem quais foram essas representatividades, ou se existiu alguma proposta oriunda de suas demandas. Sempre quando colocada a questão participativa, transmite-se a ideia de sociedade em geral, não se evidencia nenhum tipo de conflito de interesse na cidade, tratando a participação como algo homogêneo sem revelar espacialmente as divergências em torno dos bens e serviços ou carências do próprio local.

Em nossa pesquisa de campo, Augusto Capibaribe quando foi perguntado sobre o processo de participação na elaboração do PDDU, destacou duas frentes, uma físico territorial e outra liderada por Pautília Ferraz que cuidou da parte social. Relembrou que existiram diversas reuniões nas comunidades, citou que houve participação das associações comunitárias e frisou o conteúdo inovador da participação para uma cidade do porte de Juazeiro do Norte. Destacou ainda que a equipe técnica municipal recebeu treinamentos com várias empresas e lembrou também da metodologia Metaplan que foi utilizada nas diversas oficinas. Entretanto, enfatizou que a sociedade está desacreditada do poder público (Entrevista realizada com Augusto Capibaribe, Arquiteto/Coordenador do Proub e PDDU de Juazeiro do Norte-CE, em abril de 2018).

A professora e assistente social Pautília Ferraz criticou a ideia de participação forçada e citou que o movimento mais exitoso foi em torno de temas como habitação e saúde. Quando perguntada sobre o processo participativo, pontuou que a equipe de Fortaleza dizia qual era a forma de trabalho e citava quais dados eram necessários para elaboração do plano e continuou comunicando que:

A gente convidava, fazia o convite, mobilizava a comunidade e se reunia no memorial e em outros locais quando era um grupo menor. Aí fazia aquela discussão em plenária e depois as discussões em grupo mesmo, para você ir colhendo as informações, os dados e as sugestões.

David: mas existia esse viés da participação popular?

Pautília: existia, mas é dessa forma que estou lhe dizendo, era uma coisa muito incipiente. Se você disser: “a comunidade, ela foi bem estimulada e ela sabia exatamente o que ela estava fazendo?” Não! Ela não tinha essa consciência. [...] Mas os convites eram feitos às instituições através das escolas (por exemplo). Não havia trabalho de televisão, mas havia rádio (Entrevista realizada com Pautília Ferraz da equipe técnica municipal do PDDU de Juazeiro do Norte-CE, em junho de 2018).

Na percepção de Mário Bem:

O Plano Diretor foi feito no ano 2000 [...]. Na época a gente participou das reuniões, a gente deu sugestões. Então tinha reuniões frequentes no CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) [...], geralmente as reuniões eram lá. Então, eles traziam tema, debatiam, a gente pesquisava, discutia e nossa participação foi dessa forma, dando sugestões e debatendo com o pessoal. Eles pediam muita informação, pedia informação de mapas, pedia informação de equipamentos urbanos, pedia informação de arruamentos importantes [...].

David: vocês chegaram a participar de alguma decisão ou a coisa era só consultiva?

Mário Bem: Não. A gente só discutia os temas. Eles lançavam os temas, a gente discutia, e por aclamação determinado tema era eleito, outros ficavam em segundo plano e terceiro, e assim sucessivamente (Entrevista realizada com Mário Bem da equipe técnica municipal do PDDU de Juazeiro do Norte-CE, em junho de 2018).

Fulano (advogado) pontou o seguinte sobre a participação:

[...] A igreja era um grande agregador e permanece ainda com esta capacidade de mobilização, tanto é que quando nós fizemos o PAC de ação turística, nós fizemos praticamente lá dentro do ciclo operário (lá na matriz), e tinha público. Então, essa situação ainda permanece. Essas participações soltas, você faz o discurso e o pessoal vai atrás. Isso é feito em pouco tempo. Então, ainda hoje é o ambiente da igreja e o ambiente dos partidos (Entrevista realizada com Fulano, advogado que participou na elaboração da legislação do PDDU de Juazeiro do Norte-CE, em outubro de 2018).

Sobre a participação no PDDU destaca que a empresa contratada fez oficinas, mas já trazia um roteiro a ser seguido e cita que o PDDU foi construído em torno da ideia da Unidade de Vizinhança. Partimos da premissa de que a definição dos temas diz respeito às comunidades que sofrem diretamente e cotidianamente alguns problemas. Segundo Villaça, “a escolha dos problemas, por seu lado, é de vital importância, já que é ela que define quem participa e quem não participa dos debates (2005, p. 62). Na proposta da educação como prática da liberdade Paulo Freire considera que “o diálogo começa na busca do conteúdo programático” (1987, p. 83).

Quanto à identificação dos agentes que mais participavam, Fulano citou:

Fui membro do conselho de saúde representando a OAB, que foi um conselho que eu vi que funcionava relativamente bem. No conselho municipal do plano diretor, eu via com certo entusiasmo, as pessoas que tinham vínculos com loteamentos, pessoal das empresas, os corretores tinham interesses, os cartórios, porque diziam respeito a eles também. A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) era muito empenhada. A igreja não sei se ainda hoje, mas naquela época era padre Murilo. Padre Murilo era muito participativo, era um homem realmente que tinha muito vínculo com a cidade. Também as escolas, as universidades tinham um certo interesse. [...] (Entrevista realizada com Fulano, advogado que participou na elaboração da legislação do PDDU de Juazeiro do Norte, em outubro de 2018).

José Roberto Celestino se configurou como uma das pessoas mais ativas no quesito participativo. Ele atuou como representante da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e foi uma das pessoas mais citadas quanto à nossa investigação sobre a participação no Plano Diretor. Segundo ele, houve um processo participativo principalmente na questão da qualidade em relação a anos posteriores. Em sua entrevista nos disse:

[...] eu acompanhei plano plurianual em anos seguintes ou até décadas seguintes e a qualidade da participação caiu, porque ela se tornou digamos, muito popular. Eu quero conceituar. No primeiro PDDU as grandes instituições lutaram pelo progresso da cidade como um todo, como é o caso da Associação Comercial, a Câmara de Dirigentes Lojistas, que, principalmente naquela época, tinha uma atuação muito mais forte no tema comunitário do que na defesa do comércio, entendeu? Era mais o desenvolvimento da cidade. Enfim, as entidades da indústria, os sindicatos dos lojistas, o próprio sindicato dos comerciários, que também defendia essas causas, o sindicato dos industriários. Mas hoje, digamos, você passa a ter uma participação popular, na realidade alinhada a interesses muito localizados daquele bairro, daquela rua, querendo asfaltar a rua em que a pessoa mora, querendo o Programa de Saúde da Família, o posto de saúde mais perto da casa, mas não se vê, por exemplo, geração de emprego, com a própria vocação econômica de como o Juazeiro do Norte pode disputar no espaço econômico. [...] era um PDDU que não estava nascendo da base para cima, mas que estava sendo imposto [...] (Entrevista realizada com José Roberto Celestino, vice-prefeito, em março de 2018).

Romão França foi presidente da federação das associações de entidades comunitárias de Juazeiro do Norte. Ele nos relatou o seguinte depoimento:

Começou todo um processo de discussão da construção do Plano Diretor e a gente teve o privilégio de participar junto com as associações, com as lideranças, e a gente tem que aplaudir o Fausto Nilo, Augusto Capibaribe e o prefeito Mauro Sampaio (saúdosa memória) pelo entendimento que o Mauro tinha de visão de mundo participativo. Então eu diria que aquele foi o Plano Diretor que eu tenho um grande respeito porque eu ajudei a construir e porque foi verdadeiramente ouvindo a população. As associações comunitárias, urbanas e rurais, participaram como um todo [...] dava muito prazer de ver a mobilização [...]. Naquele momento a gente tinha um movimento comunitário no Juazeiro muito forte. Era em torno de quase 100 entidades comunitárias, entre associações de bairros e da zona rural. Geralmente eram plenárias com 100, 150, 200 pessoas, aonde tivemos oportunidade, dentro de uma metodologia, de ouvir as pessoas, ver as pessoas levando sua participação. Há algumas políticas eleitorais, mas para mim foi um momento ímpar. E o prefeito Mauro Sampaio na época compreendeu muito isso. Então, nós tivemos essa oportunidade de se reunir ora no Frei Damião, ora no Novo Juazeiro, ora nas Timbaúbas, ora na Zona Rural, e foi um momento muito importante. A maior parte do tempo nós nos concentramos no auditório. Foi um momento importante, aonde Fausto Nilo, na época, em alguns trabalhos, geralmente colocava o mapa de cada área. Se a gente vai falar do João Cabral coloca o mapa do João Cabral lá. [...] (Entrevista realizada com Romão França em setembro de 2016).

Fomos investigar a visão de dois vereadores na gestão (1997-2000): Eraldo Oliveira e Eridan de Almeida.

Eraldo Oliveira, nos revelou que como:

[...] vereador participei muito pouco, porque eu era vereador da oposição e eles faziam questão de me esconder as informações. [...] Então eles faziam faixa, chamavam as pessoas, as pessoas batiam fotografia e se você perguntasse: “o que é que tão fazendo?” As pessoas respondiam: “sei não, foi fulano de tal que ligou”. É assim que ocorre. [...] Foi assim no plano municipal de saneamento básico, foi assim no Plano Diretor e vai ser assim, por isso que eu digo, é questão da mentalidade do gestor. Ele lhe chama, mas não lhe diz o que é, ou muitas vezes a pessoa não pode e coloca outro no lugar, na hora, de repente. A pessoa não sabe de nada, às vezes é até preparado tecnicamente, mas ele não é estimulado a fazer essa discussão. Ele vai lá apenas só de número (Entrevista realizada com o vereador Eraldo Oliveira em junho de 2018).

Sobre o processo de participação do PDDU Eridan destaca que não lembra bem, no entanto, ressalta que o documento chegou na Câmara depois de pronto e teve algumas reuniões para discutir alguma coisa, mas algo muito rápido. Quanto à participação popular, ressaltou ser pequena. Na visão dela, quando havia alguma participação vinha através da liderança de bairro, atuando como uma espécie de porta-voz em prol do bairro. Ela ainda observou que as principais reivindicações foram saúde e emprego e destacou os principais motivos da negligência com a vida participativa:

Interesse próprio, e eu lhe digo uma coisa, uma grande maioria, nós temos essa mania, todo nível de população, de pensar muito em si. São poucas as pessoas que pensam em um bem comum. Eu entendo que o principal motivo é essa individualidade, achando que estando bem dentro da sua casa, os outros estão bem, quando na verdade não é assim, não é? (Entrevista realizada com a vereadora Maria Eridan em junho de 2018).

Quadro 11 - Aspectos positivos e problemas na participação, vistos sob o ângulo dos entrevistados

ENTREVISTADO	ASPECTOS POSITIVOS	PROBLEMAS (CRÍTICA)
Augusto Capibaribe	Houve participação através de oficinas e destacou a metodologia Metaplan;	População está desacreditada do poder público;
Pautília Ferraz	Promoveu o debate em torno da habitação e saúde; Divulgação feita por convite através das escolas e rádio;	Participação forçada; Proposta vinha da equipe de consultoria; Participação não consciente;
Mário Bem	Reuniões frequentes no CDL; Gerou debate e pesquisa;	Apenas debate sem direito a decisão; A consultoria comandava o direcionamento das atividades;
Fulano	Interesse de alguns grupos;	Roteiro elaborado pela empresa
Celestino	Qualidade em detrimento da quantidade;	Participação popular que via muito a realidade local em detrimento do desenvolvimento da cidade como um todo; Proposta de PDDU imposta;
Romão	Ouvir a população; Participação das associações comunitárias; Reuniões nos bairros;	Política eleitoral dentro do processo;
Eraldo	Avanço legislativo que serve de base para a morfologia da cidade;	Participação para fazer número sem conhecimento de causa; Pouco estímulo para a participação acontecer;
Eridan	Promover debate em torno das questões de saúde e emprego;	Documento chegou depois de pronto na câmara dos vereadores Participação popular pequena;

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A experiência e os relatos acima colocam o processo de participação popular em um patamar bem diferente do que ocorreu no relato de Souza (2008) sobre a participação no orçamento participativo de Porto Alegre. Naquela ocasião, houve por parte do poder público uma preocupação com a participação maior do que a situação aqui discorrida. Souza (2008) cita que nas assembleias a administração ofereceu suporte para mães com crianças, providenciaram apresentações teatrais e inseriu presença da tradução simultânea para deficientes auditivos.

Segundo Souza (2006, 2008) são critérios para pensar a justiça na participação:

O *usuário* de um produto, e não o *expert* que o concebeu ou produziu, é o melhor e o mais legítimo juiz de suas qualidades (SOUZA, 2008, p. 180); Quem detém a última palavra são, sob um ângulo autonomista, os envolvidos, cabendo ao pesquisador o papel de um interlocutor que propõe e alerta (para contradições, riscos etc.), mas jamais o de um consultor que deseja impor ou sugere que se imponha (SOUZA, 2008, p. 183);

Sob um ângulo autonomista, os instrumentos de planejamento, por mais relevantes e criativos que sejam, só adquirem verdadeira importância ao terem a sua operacionalização (regulamentação) e a sua implementação influenciadas e monitoradas pelos cidadãos (SOUZA, 2008, p. 321).

Esses aspectos acima relatados por Souza revelam a defesa da autogestão. Distante desse prisma, acredita-se que a nível local, os principais ganhos foram: a promoção do debate em torno de alguns temas, o fato de mobilizar e ouvir a população, somado a isso o pequeno ganho legislativo (já que boa parte do PDDU ficou apenas no papel). Portanto, aqui em Juazeiro do Norte, tanto os relatos como a própria redação do PDDU evidenciaram uma participação que atinge no máximo o grau consultivo, com pouca margem para ganhos maiores nesse aspecto.

A pouca participação evidenciou a pequena tradição sobre a luta pelo direito à cidade e o descrédito da população com as ações do poder público. Agrava sobre essa questão, o fato de o processo ter sido realizado por uma empresa de fora. De modo geral, observamos que a concepção de participação (no plano e para os entrevistados) não é compreendida como ampliação da capacidade de decisão. É preciso compreender a justiça para além do seu aparato legal (lei). Justiça também é ouvir aquele que sofre e, ainda mais, justiça é gerar um maior poder de decisão para aquela população.

No livro “Prisão e a ágora” Souza trabalha dois temas: de um lado a busca pela liberdade a ser alcançada através da democracia radical sob o prisma da autonomia e de outro revela as privações encontradas nas cidades, sob circunstâncias do medo, da violência e do auto enclausuramento, levantando um questionamento: do que adianta a participação, se eles decidem?

De início, destaca alguns aspectos pertinentes:

- a) Uso indevido da expressão participação popular;
- b) Participação sem capacidade de decisão;
- c) Falsa participação;
- d) Literatura científica pouco crítica sobre o planejamento e gestão urbanos;
- e) Após anos 80 criam-se nomenclaturas com boas intenções servindo de propósito para a cooptação;
- f) Diminuto poder de manobra;
- g) Sistema falido;
- h) Desaprovação da lógica eleitoral (democracia representativa);
- i) Distinguir experiência consistentes e pouco consistentes (SOUZA, 2006).

O pesquisador coloca que ao perseguir um horizonte revolucionário, ganhos reformistas podem ser proveitosos, contanto que não parem, pois, o objetivo é “aproveitar as brechas e confrontar a “cidade-prisão” e o modelo social que a engendra, fazendo da cidade uma “*escola de resistência*” (SOUZA, 2006, p. 143).

Na construção de um horizonte utópico, a esperança é vislumbrar a cidade como escola democrática, onde a coletividade tem o poder de decidir suas próprias leis. Assim, quando se trata da participação, está redirecionando o pensamento sobre o poder de escolha e decisão, pois a participação em conferências, fóruns, organizações, planejamentos, entre outras atividades, muitas vezes ocorre como uma pseudoparticipação.

Seria injusto não afirmar como mérito a própria existência do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município de Juazeiro do Norte, entretanto, até hoje, carecendo de revisão. Em setembro de 2020, completa 20 anos de sua publicação como lei municipal. São fatores “positivos” do PDDU: a instituição das Zonas Especiais; o Conselho Municipal do Plano Diretor e de Defesa do Meio Ambiente. A busca para atender o projeto da Unidade de Vizinhaça vislumbrou construção de habitação popular, construção de centros de educação infantil e ensino médio e construção da casa da comunidade. Outros destaques foram: estudo prévio de impacto ambiental; tombamento; projeto para construção de casas populares; tentativa de universalizar o ensino; estabelecimento do zoneamento da cidade; projeto do Parque Ecológico das Timbaúbas; Imposto Progressivo; Fundo Municipal de Desenvolvimento. Porém aspectos estes que ficaram, como ocorre com muitos planos desse tipo, apenas no papel.

O Plano Diretor, até certo ponto, é híbrido (aspectos estes anteriormente citados). Podemos afirmar que a influência do ideário da Reforma Urbana não exerceu preponderância, pois a estratégia para um modelo alternativo de planejamento e gestão da cidade não foi prestigiado. Observou em maior ênfase a ideia do desenvolvimento econômico por meio do fortalecimento do comércio a nível regional e a busca por se tornar o maior centro religioso da América Latina. Quanto à participação popular não se viu um desenho metodológico que revelasse uma ampla participação, o caráter deliberativo ficou reservado ao Conselho Municipal do Plano Diretor e muitas vezes a participação foi vista em uma perspectiva normativa, chegando no máximo ao nível de pseudoparticipação, pois não obteve registro de que em algum momento a participação foi capaz de reorientar o curso das atividades ou mesmo decidir sobre alguma lei em específico, ficando restrita a proposições pontuais. Portanto, em caráter decisório a participação viu-se presa a um trabalho de gabinete através da decisão de especialistas e do poder executivo.

4 PLANEJAMENTO E GESTÃO NO GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE-CE (2009-2012)

Este capítulo tem como objetivo central analisar em que medida a política participativa, empregada sob a responsabilidade do prefeito Manoel Raimundo de Santana Neto, do Partido dos Trabalhadores, incorporou os novos valores de uma gestão democrática preconizados no Estatuto da Cidade e identificar as concepções de desenvolvimento urbano e justiça/injustiça inseridas no Estatuto da Cidade, na Proposta Metodológica de revisão do PDDU e, especialmente, na concepção daqueles que estiveram vinculados à gestão.

Para isso, o capítulo terceiro pretende apresentar, especificamente, as ações realizadas pelo Núcleo Gestor da Equipe Técnica de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município (PDDU), na gestão do Partido dos Trabalhadores (doravante PT), entre os anos de 2009 e 2012, tendo à frente o médico sanitarista Manoel Raimundo de Santana Neto. Essas ações incluíram a descentralização territorial por meio da criação das subprefeituras, a capacitação da Equipe Técnica, a recomposição e capacitação do Conselho Municipal do Plano Diretor (CMPD), além da elaboração da proposta metodológica para a revisão do PDDU. É preciso ressaltar que não chegou a ser elaborado um novo Plano Diretor, mas que o esforço principal foi de colocar no centro da metodologia a participação, diferente do plano elaborado em 2000.

Para isso questionou-se : quais são as concepções de desenvolvimento urbano, da justiça e da injustiça inseridos no Estatuto da Cidade e, na Proposta metodológica, como as pessoas perceberam as principais dificuldades para fazer a revisão; quais foram os obstáculos da participação naquela época, quais são os valores envolvidos na visão do que seja desenvolvimento urbano, qual a concepção acerca dos processos participativos no planejamento urbano e como as questões da justiça (atitudes valorizadas) e injustiças (atitudes rejeitadas) foram tratadas. Neste capítulo também buscamos evidenciar como a desigualdade socioespacial se apresentava naquele período (2010), mostrando bairros com carências (através dos mapas segundo critérios físicos-urbanísticos e sociais).

Como pressuposto creditou-se que: a política participativa implementada sob a responsabilidade do prefeito Manoel Raimundo de Santana Neto (PT), permaneceu mais aos moldes tradicionais (democracia representativa) do que atendeu ao novo modelo preconizado pelo Estatuto da Cidade (democracia direta) e que mesmo com um corpo técnico favorável à participação popular, pouco conseguiu avançar.

Considerando a Proposta Metodológica, adotamos o seguinte pressuposto: foi possível naquela época inserir valores preconizados pelo Estatuto da Cidade e ambos documentos possuem compreensões semelhantes sobre o desenvolvimento urbano, justiça/injustiça e modelo participativo. As principais dificuldades ficaram restritas à ausência de recursos materiais, quadro técnico reduzido e pouco conhecimento na temática do planejamento urbano participativo — que envolve uma pedagogia emancipatória —.

4.1 ESTATUTO DA CIDADE E PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Uma possibilidade para a participação foi aberta por conquistas sociais que, através do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257 de 2001), abordou a democratização do planejamento e gestão das cidades, essa lei deverá ser utilizada na elaboração e revisão dos planos diretores. Extraímos do Estatuto partes significativas que versam sobre o tema em tela:

CAPÍTULO I

DIRETRIZES GERAIS

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

(...)

XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população (BRASIL, 2001, p. 15-16).

No Estatuto da Cidade (EC), a propriedade urbana cumpre sua função social quando,

[...] atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei (BRASIL, 2001, p. 26-27).

Interessante observar que qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento das atividades econômicas estão subordinados ao atendimento das necessidades dos cidadãos. Jan Bitoun observa que o:

Núcleo do Estatuto da Cidade está na Gestão Democrática e na exigência de transparência, repetidamente afirmada; está também na reafirmação das responsabilidades municipais na implementação participativa do Plano Diretor que explicitará onde e como os instrumentos de regulação da propriedade e do uso do solo serão implementados, dependendo da situação concreta de cada cidade (BITOUN, 2007, p. 6).

Tendo em vista que é através do Plano Diretor que o Estatuto da Cidade ganha vida na esfera local, podemos observar que a aprovação do EC ampliou a elaboração e/ou revisão dos planos diretores, na busca por transformá-los em Planos Diretores Participativos. A possibilidade de participação foi preconizada através do Capítulo IV do Estatuto da Cidade, que aborda nos artigos 43, 44 e 45 o teor da Gestão Democrática da Cidade:

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II – debates, audiências e consultas públicas;

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

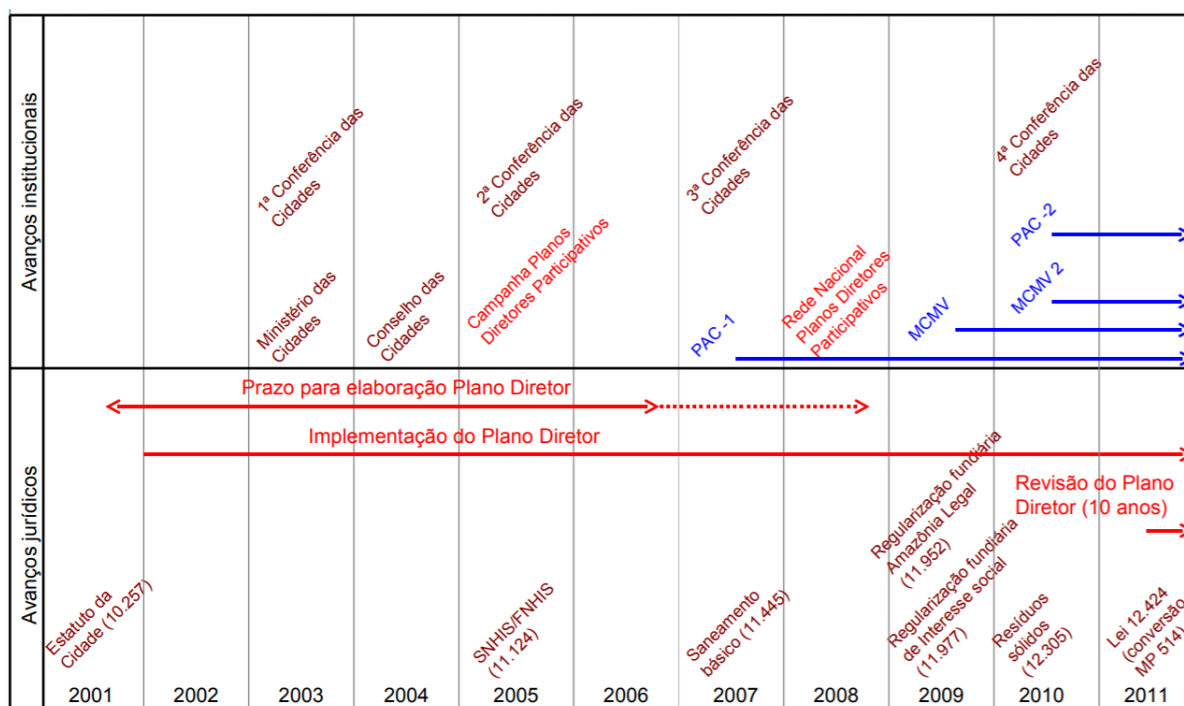
Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 45. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2001).

Muitos municípios passaram a ter alguns desses instrumentos regulamentados pelos Planos Diretores. Essa ampliação na quantidade de Planos Diretores se deu principalmente após:

[...] a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e a criação do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), em 2004, a elaboração dos planos ganhou novo impulso: resolução do ConCidades (Resolução de Nº 15, de 2004) lançou uma campanha nacional de sensibilização e mobilização visando à elaboração e implementação dos planos diretores participativos (Campanha Nacional Plano Diretor Participativo: Cidade de todos). Os eixos principais definidos para os planos nesta campanha foram: a inclusão territorial, a gestão democrática e a justiça social (FERREIRA, 2011, p. 47).

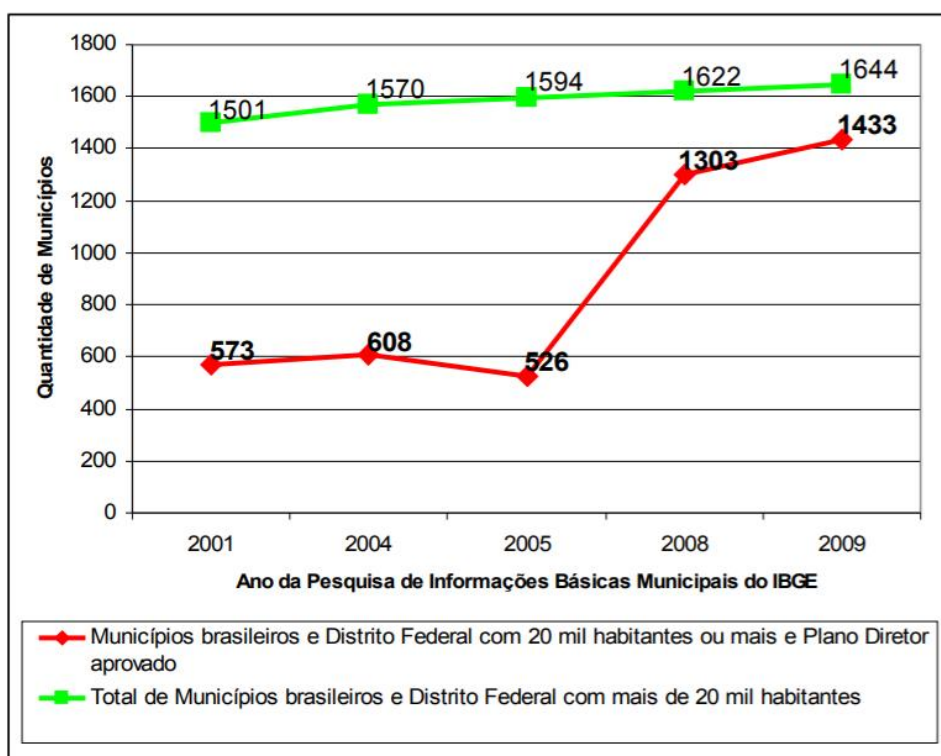
O gráfico a seguir é uma ilustração dos avanços jurídicos e institucionais sobre o assunto em pauta.

Gráfico 6 - Avanços jurídicos e institucionais e os planos diretores

Fonte: MUNIC/IBGE, 2011.

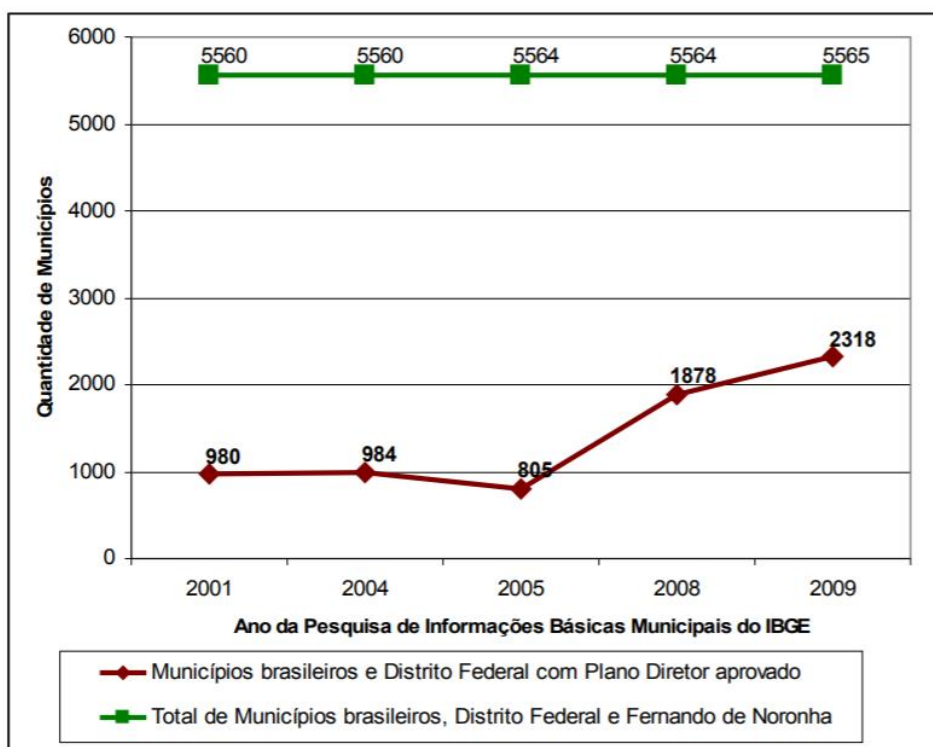
Os gráficos abaixo revelam a evolução da quantidade dos Planos Diretores existentes no Brasil de 2001 a 2009.

Gráfico 7 - Evolução de Planos Diretores de 2001 a 2009 no universo de municípios com obrigatoriedade de elaboração



Fonte: MUNIC/IBGE, 2009.

Gráfico 8 - Evolução de Planos Diretores no Brasil de 2001 a 2009



Fonte: MUNIC/IBGE, 2009.

A consolidação de lutas setoriais na forma de lei⁸⁵ como o Estatuto da Cidade é um “avanço”, mas a aplicação é sua conquista maior. Para que a lei seja efetivada, serão necessárias pessoas comprometidas com as virtudes morais, com a honestidade, com o dever social. A pressão social e o caráter de persistência na busca de direitos ampliam essas conquistas. Essa busca só existe quando as pessoas agem unidas, estabelecem laços de cooperação, momento em que olham para o mesmo horizonte. Todavia, para isso ocorrer é necessária a ativação dos neurônios-espelho⁸⁶

A ativação de nosso cérebro por meio de padrões neurais estimulados pelos neurônios-espelho é a fonte de empatia, da identificação com narrativas na televisão, no cinema ou na literatura, e até com as narrativas políticas de partidos e candidatos – ou da rejeição de todas elas. [...] (CASTELLS, 2015, p. 199).

Na visão de Santos Junior (2007), o avanço institucional é parte de um aspecto positivo sobre uma nova forma de pensar o planejamento das cidades. Alguns autores acreditam no avanço proporcionado pelo Estado, já outros são descrentes, pois consideram que, no Estado capitalista, prevalecem os interesses de um pequeno grupo para progredir na escada do lucro e das vantagens competitivas. O capítulo anterior mostrou que no planejamento estratégico, em um ambiente desigual, as vantagens competitivas tendem a ser lidas como atribuições de grupos seletos. No caso de Juazeiro do Norte há, no entanto, algo que chama atenção: a romaria. E essa foi incorporada como projeto prioritário no PDDU.

⁸⁵ As leis institucionalizadas são um conjunto de normas e regras que visam estabelecer justiça e harmonia social. São uma conquista, fruto de um processo histórico de criação humana, mas não convém afirmar que estas são imutáveis ou necessariamente estão corretas e/ou justas. Anterior à lei institucionalizada, a lei já pode existir no seio de uma sociedade ou de um grupo. Aqui distinguimos as leis em percebidas, consentidas e sentidas. Quando as pessoas conhecem, mas não necessariamente seguem tais leis, estas são as percebidas. Já as consentidas são aquelas em que as pessoas conhecem sua existência e seguem, mas não necessariamente concordam. Por terceiro, as leis sentidas são aquelas que as pessoas carregam dentro de si, anterior a sua institucionalização; não é preciso dizer o que é “correto” fazer; o indivíduo já carrega consigo o sentido do que é preciso realizar. O aspecto das leis sentidas tem um caráter utópico e visionário baseado na mudança e conscientização do ser humano. Um exemplo para tal questão é observar que para alguns indivíduos não é preciso que aja uma lei afirmando para não matar ou não desviar dinheiro público. O indivíduo já carrega dentro de si um senso de respeito, solidariedade, cuidado, amor ao próximo, honestidade e justiça, ou seja, de conscientização, que o impede de fazer algo do tipo. Importante observar que essa análise não carrega o teor jurídico formal e sim uma reflexão de caráter filosófico e prático. Essa análise envolve outros aspectos, como questões éticas, onde a sociedade institui valores através do tempo e de sua cultura, estabelecendo o que seja virtude, o justo, o bem e o mal.

⁸⁶ Os neurônios-espelho representam a ação de outro sujeito. Eles permitem processos de imitação e empatia, bem como a identificação com os estados emocionais de outros indivíduos, um mecanismo subjacente à cooperação em animais e em humanos. (CASTELLS, 2015, p. 198).

4.2 GESTÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

O poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais. É um processo conflituoso, ainda mais nos espaços ecológicos de densidade social muito diversificada. Numa região metropolitana, devemos considerar a formação da política de coalizão, a formação de alianças de classes, como base para algum tipo de empreendedorismo urbano. [...] A formação da coalizão e da aliança é tarefa muito delicada e difícil, abrindo caminho para pessoas de visão, tenacidade e habilidade (como um prefeito carismático, um administrador municipal talentoso ou um líder empresarial rico) imporem uma marca pessoal sobre a natureza e direção do empreendedorismo urbano, talvez para moldá-lo até para fins políticos específicos (HARVEY, 2005, p. 172).

Na cidade de Juazeiro do Norte, a primeira vez que o PT assumiu a gestão municipal foi no ano de 2009, com a eleição de Manoel Raimundo de Santana Neto (médico) como prefeito e de José Roberto Celestino (empresário) como vice-prefeito. Santana⁸⁷, apoiado pelo ex-prefeito Raimundo Macedo, contabilizou 67.156 votos. Em matéria publicada pelo Diário do Nordeste em outubro de 2009, encontra-se:

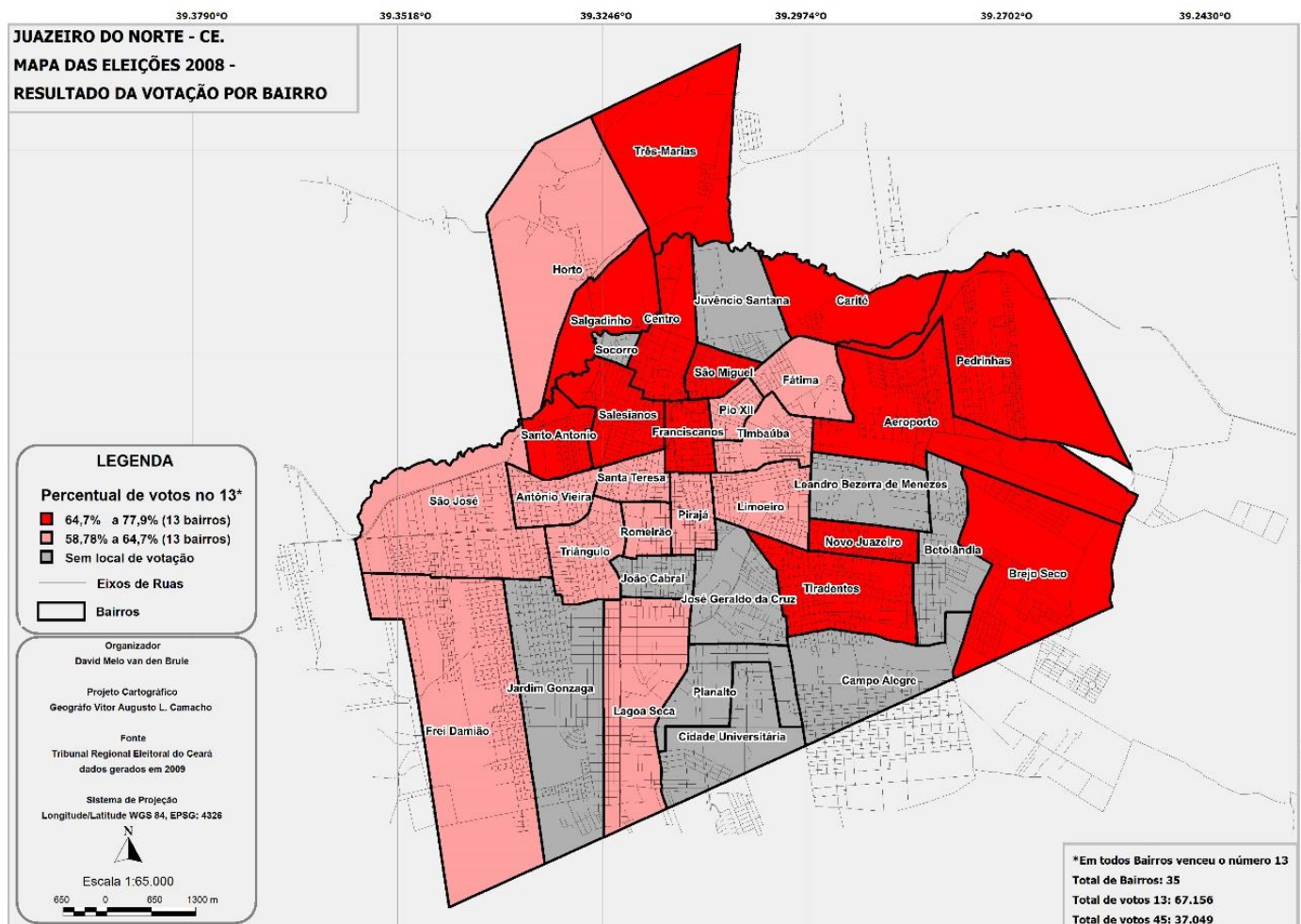
Para o candidato Manoel Santana, as críticas relacionadas ao apoio que recebeu de Raimundo Macedo, de que sua gestão seria o continuísmo político da cidade, ele disse que o que fosse bom continuaria, mas iria corrigir o que fosse necessário fazer na administração. Santana afirmou que uma das prioridades do seu governo será criar os Conselhos Populares, por bairros, para construir o orçamento participativo. Um Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) Municipal também será adotado pelo prefeito eleito para a cidade, voltado para todas as áreas da economia do município. Dentro desse plano está o turismo religioso e as romarias, com construção do anel viário e Centro de Apoio aos Romeiros⁸⁸ (SANTOS, 2008).

Veja no mapa a seguir a expressão da votação por bairro no ano de 2008.

⁸⁷ Já fora eleito vereador pelo PT em 2000.

⁸⁸ Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/santana-e-eleito-para-prefeitura-de-juazeiro-1.395759>>

Mapa 2 - Eleições Municipais de 2008: votação por bairro



Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, 2009. Adaptado por: CAMACHO, V.; VAN DEN BRULE, D., 2017.

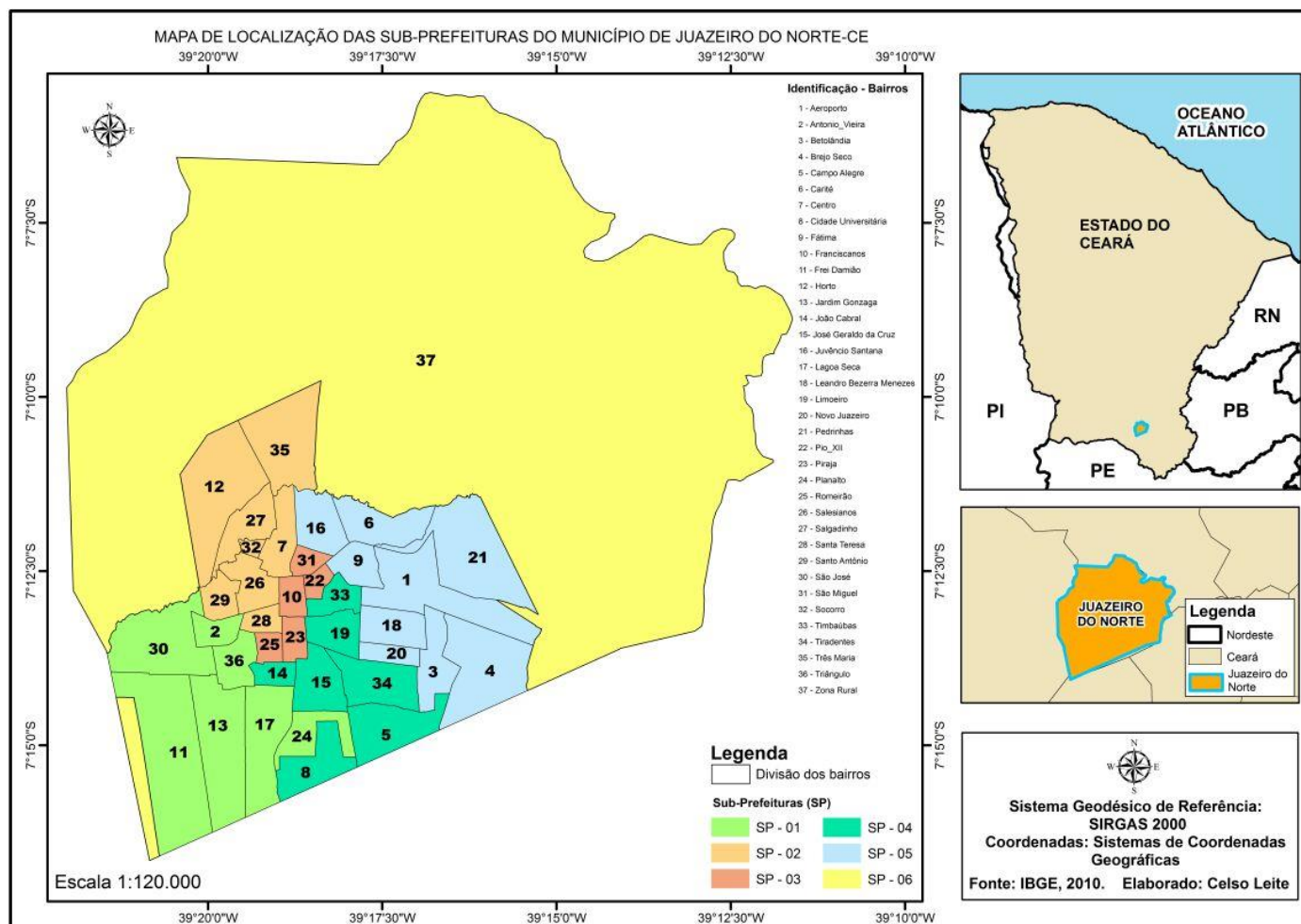
Embora tenha sido eleito com o apoio de Raimundo Macedo do PSDB, a eleição de Santana, do PT, representou um fato novo e significativo na história da política local. Pela primeira vez em Juazeiro do Norte altera-se expressivamente a representatividade no poder executivo municipal, já que havia uma alternância sem grandes mudanças: Manoel Salviano (1983-1988) pelo Partido Democrático Social (PDS), Carlos Cruz (1989-1992) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Manoel Salviano (1993-1996) pelo Partido Social Trabalhista (PST), Mauro Sampaio (1997-2000) pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Carlos Cruz (2001-2004) pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e Raimundo Macêdo (2005-2008) pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)⁸⁹.

4.3 DESCENTRALIZAÇÃO TERRITORIAL: A CURTA EXPERIÊNCIA DAS SUBPREFEITURAS

A política das subprefeituras foi uma tentativa de descentralização territorial da gestão e uma busca por aproximação com a população. Nesse intuito, o prefeito Santana criou seis subprefeituras. Com o objetivo de saber como funcionava a participação por meio daquela política, fomos entrevistar dois subprefeitos (Claudionor e Romão). A seguir o mapa revela as sub-regionais:

⁸⁹ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_prefeitos_de_Juazeiro_do_Norte. Acesso em: 15 dez. 2019.

Mapa 3 - Localização das subprefeituras do município de Juazeiro do Norte-CE



Fonte: Leite, C., 2017.

Segundo Claudionor Mota, o seu trabalho apresentou algumas dificuldades como, por exemplo, não possuir uma equipe. O seu depoimento revela o que conseguiu realizar naquele trabalho,

Consegui com o pouco que tinha calçar, fazer calçamento ali no bairro São José [...] Não é só o subprefeito ganhar um salário e ter um carro para andar. Você tem que ter estrutura. Eu disse, Santana eu não quero mais trabalhar como subprefeito. “Por quê? ”. Eu não quero não. Eu vou ficar andando no carro para lá e para cá vendo os problemas para resolver e não resolver. “E o que é que você quer?” Eu quero dez pessoas, me arranje dez calceteiros e me dê estrutura. Eu quero que você fale com o secretário de obras e eu quero material. “O que é que você vai fazer” Eu disse eu vou calçar. Vou fazer calçamento. O pessoal está me cobrando calçamento, está me cobrando uma coisa e outra. Fiscalizando PSF, eu chegava no PSF e via mães de família, na época reclamando que chegava uma criança e se reclamava que não tinha atendimento odontológico por falta de material. E eu pegar o carro chegar na secretaria de saúde e ter o material e eu colocar no carro voltar, chegar no PSF e dizer: senhora, oh material aqui tem. Você fazendo isso você não está prejudicando o prefeito. Você está prejudicando aquela mãe de família que saiu daqui com aquela criança, e você disse para ela que não tinha previsão de chegar o material. Enquanto estava o médico lá parado e tinha o material (Entrevista realizada com Claudionor, subprefeito, em abril de 2018).

Sobre como se dava o processo participativo, Claudionor afirmou existirem reuniões, realização de palestras, café do dia das mães, entre outras. Em sua fala: “café não sei de quê, para chamar a população, para trazer o povo tem que ser assim”. O entrevistado ainda lembra da implementação de uma economia solidária através do uso de uma moeda comunitária chamada DAM, no bairro Frei Damião. Segundo ele, o DAM funcionou ainda uns seis meses, tinha mercantil que recebia a moeda e ainda fizeram feira livre. “Mas infelizmente os moradores não cooperaram. A galera começou a pegar o dinheiro emprestado e não devolveu, quebraram o banco comunitário” (Entrevista realizada com Claudionor, subprefeito, em abril de 2018).

A subprefeitura 4 parecia ser aquela que melhor dispunha de condições materiais para trabalhar. Segue o depoimento de Romão França, responsável por aquela regional;

A subprefeitura funcionava como braço do gabinete do prefeito e aí eram seis bairros que a gente buscou atender durante esse tempo [...]. Eu diria que uma das coisas importantes dessas subprefeituras foi a busca constante de buscar essa participação popular para dentro da gestão, dentro dessa ótica, nós chegamos a criar na subprefeitura algumas oportunidades de debate, como fórum da cultura popular de Juazeiro, então, nós tínhamos um representante de cada área dos bairros, onde a gente discutia todas essas questões populares, mas acima de tudo o andamento das políticas públicas. Criamos na subprefeitura um espaço público que ajudou muito a fazer a gestão, era um conselho popular que a gente (no princípio que foi uma orientação do próprio Santana) trazia as associações para o debate permanente, isso foi um fato importante, [...]. Realizamos o acampamento do tralhado do cariri, não era só do Juazeiro, era um acampamento que envolvia a região do Cariri onde nós trazíamos toda a classe trabalhadora para discutir políticas públicas do seu

interesse [...]. Isso deu oportunidade da gente trazer as associações, trazer a cultura, envolver toda a classe trabalhadora, lá dentro do parque ecológico. [...]. Destaco também ainda na cultura o domingo do rock, um espaço para juventude participar [...] foi uma gestão que conseguiu resolver muitos os problemas e os anseios da população porque ela estava junto nessa caminhada (Entrevista realizada com Romão, subprefeito, em setembro de 2018).

Romão ainda destaca, como uma das coisas que mais surtiu efeito no trabalho com a subprefeitura, a realização do Projeto Semear – Plantando e Colhendo Saúde, em parceria com a Universidade Federal do Cariri. Na ocasião, envolveram diversos seguimentos, agentes de saúde, pessoas da catequese, da pastoral da criança, das associações etc. Projeto esse que ganhou prêmio a nível nacional. Ainda em seu depoimento, Romão nos apontou que enquanto subprefeito ganhou o prêmio de melhor profissional do ano. De acordo com ele, a subprefeitura possuía como objetivo central ouvir as demandas da população, fiscalizar obras, acompanhar escolas e postos de saúde e destaca que a maior demanda era na área da saúde, verificando questões como o médico que faltava, o medicamento que não tinha, até demanda de cirurgia. Para ele, a principal carência era a saúde. Na opinião do entrevistado, o que mais estimula a participação das pessoas é a abertura da gestão, a credibilidade na execução do projeto, a exemplo de prometer e cumprir. (Entrevista realizada com Romão, subprefeito, em setembro de 2018).

Interessante notar que esses dois subprefeitos se candidataram ao pleito de vereadores do município, sendo eleito o Claudionor Mota que já exerce seu segundo mandato consecutivo. Foi possível ainda, devido a boa estrutura apresentada, realizar duas reuniões na subprefeitura 4, sendo a primeira a eleição para o representante da comunidade no Conselho Municipal do Plano Diretor e, a segunda, um encontro com representantes de diversas associações com o objetivo de mobilizar e sensibilizar o quanto é importante a participação da comunidade na construção do entendimento da cidade que temos para pensarmos a cidade que queremos.

O que vimos em entrevista com o prefeito foi muito mais um esforço de ordem prática e imediata do que pensar a questão do planejamento participativo na busca por revisar o PDDU. O prefeito cita o movimento das subprefeituras como forma de descentralizar administrativamente a gestão e possibilitar uma maior participação. Ele designou um representante direto para dialogar com a população, em suas palavras: “foi uma experiência que teve dificuldade de funcionar porque não existia nenhuma estrutura anterior que permitisse ao subprefeito desenvolver com autonomia algumas atividades” (Entrevista realizada com Santana, prefeito, em fevereiro de 2018).

Quanto à forma de convidar a população para exercer a participação em algum assunto público, o prefeito disse que houve convites nos bairros, com panfletos, carro de som e rádio. Citou ainda o orçamento participativo e a dificuldade daquela época, momento da crise econômica em 2009. Quando perguntamos sobre a escolha dos bairros de cada subprefeitura, ele nos contou que foi uma escolha meramente do poder executivo, mas ressaltou que “a escolha era direcionada pra áreas aonde a população era mais carente. Aonde a população tinha mais demandas a apresentar do ponto de vista social” (Entrevista realizada com Santana, prefeito, em fevereiro de 2018).

Nesse contexto específico (das subprefeituras), podemos afirmar que não houve avanço significativo no caráter decisório, visto que os grupos que reivindicavam algo permaneciam com interesses localizados. O que ocorreu parecia mais uma espécie de “clientelismo” ampliado, como colocou Souza (2008) ao analisar o programa de Prefeitura nos Bairros, na primeira administração de Jarbas Vasconcelos em Recife.

4.4 A TENTATIVA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO

É preciso frisar que a tentativa de revisão do Plano Diretor não foi algo exclusivo da Gestão do PT. Nailê (Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Econômico nos últimos seis meses da gestão de Santana), também trabalhou na administração de Salviano, Carlos Cruz e Raimundo Macêdo, e nos contou “na administração de Raimundo Macedo (2005-2008) nós ainda fizemos reuniões, umas quatro reuniões” (Entrevista realizada com Nailê, secretária da Seplad, em fevereiro de 2018).

Quando perguntamos à Marta (economista que participou da gestão do PT e foi a primeira secretária da Seplad) quanto à revisão do PDDU, ela afirmou: “quando eu cheguei na prefeitura, já estava em andamento, com o secretário de infraestrutura. Só que a gente estava assim meio que com dificuldade de caminhar, então o prefeito passou a responsabilidade para a nossa secretaria”. Destaca que foi necessário procurar um corpo técnico perene, que já estivesse na prefeitura e fosse concursado. Sobre esse processo de revisão acrescentou: “a gente estava se baseando no Estatuto da Cidade” (Entrevista realizada com Marta, secretária da Seplad, em outubro de 2018).

Augusto Capibaribe (que participou da elaboração do primeiro PDDU de Juazeiro do Norte) relatou ter sido convidado pela gestão para prestar uma consultoria, chegando a proferir palestra: “eu lembro de ter ido ao Juazeiro com essa missão, incutir os instrumentos mais

adequados do Estatuto da Cidade, na época eu falei de vários, o direito de construir, a outorga onerosa [...]”. Esse momento citado por Capibaribe foi o início da preparação para iniciar o processo de revisão do PDDU.

Em entrevista, Celestino (vice-prefeito) relembra e questiona o não uso do dinheiro disponível na Caixa Econômica Federal (CEF) para realização da revisão do Plano Diretor e reconhece que aquele montante era insuficiente para essa tarefa, ao mesmo tempo destaca a dificuldade da licitação. Celestino ainda relatou que a empresa encontrada para realizar a revisão argumentava que o dinheiro disponível em caixa não era suficiente e o município não estaria disposto a entrar com mais recursos. O fato é que gestão após gestão, o dinheiro disponível na CEF não foi utilizado. Segundo ele, “esse dinheiro ainda passou para a gestão de Raimundo Macêdo (2013-2016) e a revisão não foi feita. O dinheiro está na Caixa, vamos lá [...] não justifica você ter um valor para uma finalidade, inclusive que é necessária e você não ter licitado” (Entrevista realizada com Celestino, vice-prefeito, em março de 2018). Portanto, a equipe local ficou com a missão de realizar a revisão e a possibilidade de contratar uma empresa ficou em suspensão.

Só após dois anos de gestão, em 31 de março de 2011, foi criada com a lei complementar nº 73 a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplad), a qual assume como um de seus objetivos realizar a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município de Juazeiro do Norte, a partir de instrumentos contidos no Estatuto da Cidade (2001), com o propósito de torná-lo Plano Diretor Participativo (PDP). Marta nos conta sobre a perspectiva da secretaria,

A visão da Seplad era criar uma estrutura em que a gente pudesse fazer o planejamento de Juazeiro a médio e longo prazo, de uma perspectiva macro e pensar a cidade como uma estrutura viva, em que a gente pudesse perceber e identificar as características dessa cidade através da pesquisa e do estudo, fazer levantamento, um rol de informações, e pudesse ter um cérebro, ter uma área de inteligência onde a gente pudesse disponibilizar indicadores para pesquisa e ter fonte de informações e também construir políticas públicas para o desenvolvimento da cidade numa perspectiva bem maior, e oferecer um indicador, um norte, uma bússola para o desenvolvimento de Juazeiro, tanto no lado social, quanto no lado econômico [...]. A ideia era transformar aquela secretaria numa central de políticas públicas. Num escritório de projetos ou uma central de projetos ou uma central de inteligência, a minha visão no fundo foi essa. A gente tinha a área de desenvolvimento econômico e a área de desenvolvimento urbano. Desenvolvimento econômico tinha essa perspectiva de captar recurso através da vinda de novos empreendimentos para geração de emprego e renda e tinha também a questão do planejamento da cidade que é uma coisa assim que caminha junto (Entrevista realizada com Marta, secretária da Seplad, em outubro de 2018).

Essa iniciativa da gestão é valiosa, pois entende-se que não se faz planejamento sem pesquisa. Nesse intento, a Seplad realizou o projeto “rua a rua” o qual buscou identificar os imóveis, bens e serviços existentes no município para construir um banco de dados sobre o uso do solo. A pesquisa também buscou identificar ordenamento e estruturação dos espaços públicos urbanos (ruas e calçadas) que, apoiada por uma equipe de estagiários, catalogou um total de 19 bairros, foram eles: Centro, Pirajá, Socorro, Salesianos, São José, Santa Tereza, Novo Juazeiro, Franciscanos, São Miguel, Timbaúbas, Limoeiro, Romeirão, Pio XII, João Cabral, Leandro Bezerra, Tiradentes, Antônio Vieira, Santo Antônio e Triângulo.

Foram elaborados dois questionários, o primeiro buscou observar a estrutura das calçadas e ruas; em relação às calçadas foi verificado se as mesmas estão livres ou ocupadas e de que maneira há presença de árvores, telefones públicos, lixeiras fixas e estrutura de acessibilidade para deficientes. Já no caso das ruas, os estagiários observaram se há iluminação pública, transporte coletivo, qual o sentido das vias, placas de sinalização de trânsito e de identificação. Em relação aos serviços públicos investigou-se, em cada rua, se há coleta de lixo, saneamento básico, abastecimento de água e sistema de esgoto. O segundo questionário buscou identificar: nome da rua ou avenida, número do imóvel, tipo de imóvel (residencial; comercial; serviço; misto; industrial; institucional; espaço público; vazio urbano), atividade funcional, nome do estabelecimento e alguma observação que por ventura fosse necessária⁹⁰.

A secretaria acreditava na possibilidade de criação do Atlas Urbano da Cidade, traçando um panorama do uso e ocupação do solo do município, contribuindo para a regularização fundiária e para a conservação do meio ambiente, informações estas que atualizariam o perfil do município e serviriam para pensar o planejamento e desenvolvimento urbano.

Foi ainda ação daquela secretaria a criação do IPTU progressivo no tempo que, por meio da Lei Nº 3.916 de 2011, regulamentou os instrumentos para que o proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, promova o seu adequado aproveitamento. As atividades deste trabalho ficaram restritas apenas a catalogação e construção do banco de dados, o qual contém fotos e os endereços dos imóveis e/ou terrenos. Essa tarefa foi realizada em três bairros: Centro, Socorro e Salesianos. Neste sentido, a pesquisa “rua a rua” se mostrou relevante, servindo de base para identificação dos imóveis e/ou terrenos subutilizados. O objetivo deste trabalho era evitar a especulação imobiliária na cidade de Juazeiro do Norte e buscar uma forma mais justa do uso e da ocupação dos espaços.

⁹⁰ O critério básico utilizado para identificação e registro das atividades funcionais dos imóveis foi, inicialmente, baseado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que é uma classificação oficialmente adotada pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE).

4.5 PROPOSTA METODOLÓGICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO

4.5.1 Estratégia de comunicação

A Coordenadoria de Planejamento Urbano para revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano esteve organizada da seguinte forma: Núcleo Gestor, Equipe Técnica Municipal e Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. A equipe do Núcleo Gestor ficou como pivô do movimento de revisão do Plano Diretor, e era constituída por profissionais das seguintes áreas: Geografia, Sociologia, Administração Pública/Gestão Social e Arquitetura/Urbanismo. Contou ainda com a colaboração de alguns estagiários de nível universitário e estudantes do ensino médio.

O Núcleo Gestor elaborou, entre o final do ano de 2011 e início de 2012, a proposta metodológica⁹¹, documento que norteia e detalha as ações a serem desenvolvidas no processo de revisão do PDDU. Anterior à Proposta Metodológica previamente aprovada pela CEF⁹², havia sido elaborada uma outra versão, que por motivo de seu conteúdo não detalhar e definir como seria realizada a participação popular, foi rejeitada pela Caixa Econômica Federal. O documento aprovado contou com a experiência e destreza de Joelmir Pinho⁹³, que a partir daquele documento anterior preparou uma nova proposta. O novo documento já pontua como seria o passo a passo da revisão do PDDU, revela o papel de cada equipe de trabalho (atribuições e responsabilidades), insere como a população poderia participar e delineia o cronograma de atividades, totalizando 18 meses para a revisão do PDDU.

⁹¹ Disponível em: <<http://pdpjuazeiro.wordpress.com/docstecnicos/>>

⁹² Esta proposta ainda seria debatida com a comunidade local e aguardava o resultado do processo licitatório para aprovação final.

⁹³ Joelmir Pinho é graduado em Administração Pública e Gestão Social (UFCA). Dirigiu o Instituto de Estudos, Pesquisa, Projetos e Assessoria Municipal da Prefeitura de Maranguape e coordenou o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do mesmo município. Foi consultor do processo de elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano dos municípios de Viçosa do Ceará e Ubajara, na Serra da Ibiapaba (Ceará) e integrou a equipe responsável pela elaboração do Projeto de Regularização Fundiária, Urbanística e Edilícia do Município de Fortaleza. Em junho de 2000, a convite do Programa de Gestão Urbana para América Latina e o Caribe, participou do “Seminário Internacional del Proyecto de Monitoreo del Ciudades Intermedias em América Latina y el Caribe”, realizado na cidade de Cuenca, no Equador. No Núcleo Gestor do processo de revisão do Plano Diretor de Juazeiro, Joelmir Pinho atua, prioritariamente, nas áreas de planejamento metodológico e capacitação. Atualmente, Joelmir Pinho é diretor-geral da Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa – EPUCA (Resumo disponível em: <https://pdpjuazeiro.wordpress.com/equipes-do-pdp/nucleo_gestor/>).

O Núcleo Gestor criou como estratégia de comunicação um blog (<http://pdpjuazeiro.wordpress.com>) do Plano Diretor Participativo (PDP), que além de divulgar o Plano Diretor de Juazeiro do Norte-CE para “qualquer” cidadão tivesse acesso e pudesse efetuar sua leitura, estabeleceu naquele sítio um canal ativo entre a sociedade civil e a administração pública. Por meio deste canal, era possível responder enquetes, saber sobre as atividades a serem desenvolvidas, ajudar a divulgar e conhecer como participar. Em sua metodologia ainda vislumbrou a utilização de cartazes, faixas de rua, *folders*, *spots* de rádio, e-mail, som volante e convites dirigidos.

Figura 2 - Blog do PDP



Fonte: Blog do PDP, 2014.

Para a realização daquele trabalho também foi criado, com o auxílio das tecnologias da informação, o e-mail do Plano Diretor Participativo (pdpjuazeiro@gmail.com), o qual chegou a possuir aproximadamente 6.995 contatos, desde os contatos da Equipe Técnica, Conselho Municipal do Plano Diretor, aos servidores da Seplad e membros da sociedade civil (organizados por categorias das seis subprefeituras). Foi criado também o perfil no Facebook (<https://www.facebook.com/pdpjuazeiro>), ferramentas essas que possibilitaram uma maior divulgação dos trabalhos realizados. Veja a seguir, o material de divulgação elaborado:

Figura 3 - Logo Marca do Plano Diretor Participativo (PDP)

Fonte: Seplad/PMJN, 2014.

Figura 4 - Estratégia de divulgação do PDP

Como participar?

Além das reuniões de trabalho e oficinas com os membros do Núcleo Gestor, da Equipe Técnica Municipal e do Conselho Municipal, serão desenvolvidas várias atividades visando assegurar a participação da sociedade política e civil locais no processo de revisão do Plano Diretor de Juazeiro do Norte, conforme se vê a seguir:

Etapa 1:

Evento de lançamento.

Seminário para apresentação da Proposta Metodológica.



Etapa 2:

Oficinas comunitárias de leitura da realidade, por região administrativa do município.

Audiência Pública para diálogo sobre o documento preliminar de leitura da realidade municipal.

Etapa 3:

Encontros universitários para apresentação da leitura da realidade e diálogo sobre as diretrizes e propostas para o PDP de Juazeiro do Norte.

Oficinas comunitárias para diálogo sobre os temas prioritários, as propostas e estratégias para o novo PDP de Juazeiro do Norte, por região administrativa do município. Audiência pública para diálogo sobre o documento final do PDP.

Etapa 4:

Após o envio dos projetos de lei para a Câmara Municipal a população poderá acompanhar a discussão e votação dos mesmos naquela casa.

Fonte: Seplad/PMJN: Núcleo Gestor, 2014.

4.5.2 Participação Popular

O documento “Plano Diretor Participativo – Guia para a Elaboração pelos Municípios e Cidadãos”, elaborado pelo Ministério das Cidades⁹⁴, estabeleceu princípios e diretrizes para revisar os Planos Diretores Municipais e serviu de instrumento para a construção do ideário participativo nas atividades do Núcleo Gestor. Segundo ele, temos:

[...] a democratização do processo de planejamento é fundamental para romper esse círculo vicioso e transformá-lo num processo compartilhado com os cidadãos e assumido por todos os atores. A participação no processo de planejamento se coloca como um insumo fundamental para formular políticas públicas e para que os instrumentos de planejamento e gestão do espaço urbano possam ser implantados. O planejamento deixa de ser solução apenas técnica, e é convertido em resultado de articulação política entre os atores sociais (CIDADES, 2004, p. 52⁹⁵).

Em outro momento, o documento publicado pelo Ministério das Cidades indica para compor um Núcleo Gestor representantes do poder público e da sociedade civil, de acordo com ele, o Núcleo Gestor “[...] ele deve expressar a diversidade de todos os setores sociais atuantes no município” (ROLNIK e PINHEIRO, 2004, p. 46). Porém, como se viu, o Núcleo Gestor não contemplava a participação da sociedade civil, sendo composto apenas por pessoas da própria administração. Para Souza (2008), esse documento (“Plano Diretor Participativo – Guia para a Elaboração pelos Municípios e Cidadãos”) expressou (apesar de sua qualidade), pouca ousadia na temática da participação popular.

O Núcleo Gestor, como estratégia de participação da sociedade civil na revisão do Plano Diretor, realizou uma pesquisa (nas diversas secretarias e com líderes comunitários) e encontrou mais de 120 organizações da sociedade civil (sindicatos, associações, grupos culturais, ongs, dentre outros) construindo assim um rico banco de dados dos diversos grupos sociais existentes na cidade. Na Proposta Metodológica encontra-se:

A participação da sociedade civil no processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juazeiro do Norte dar-se-á, na maioria das vezes, de maneira indireta através de representações de organizações locais ou

⁹⁴ Esse “guia” para revisão dos planos diretores foi instrumento utilizado por diversos municípios (PEREIRA e SANTOS, 2015). Publicado (2004) na época do presidente Luís Inácio Lula da Silva, teve Raquel Rolnik como Secretária Nacional de Programas Urbanos e coordenadora geral. Contou também com a participação de Ermínia Maricato como Secretária Executiva. O texto específico utilizado foi “instrumentos e metodologia de participação popular no Plano Diretor” com texto base de Renato Pequeno e Olinda Marques e colaboração de Reina Maria Pozzobon, Grazia de Grazia, Alexandra Reshke, Evaniza Rodrigues e Rodolpho Cascão e com texto final de Otilie Macedo Pinheiro. Isso demonstra uma linha intelectual comprometida com o ideário da reforma urbana.

⁹⁵ Disponível em:

<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Eventos/OficinaRagularizacaoFundiar/PlanoDiretor/Plano%20Diretor%20Participativo%20Guia%20para%20a%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20pelo%20munic%C3%ADpio%20e%20os%20cidad%C3%A3os.pdf>.

segmentos da população (grupos ou territórios), doravante denominados representantes da sociedade civil organizada (Seplad/PMJN, 2012, p. 14).

A seguir, o quadro que detalha os eventos que contaram com a participação da sociedade civil:

Quadro 12 - Eventos com a sociedade política e civil no processo de revisão do PDDU

ETAPA	EVENTO	C. H.	Nº PARTIC.
I	Lançamento oficial do processo de revisão do PDDU de Juazeiro do Norte.	2 horas	300 pessoas
	Seminário Metodológico para apresentação e discussão da Proposta Metodológica.	3 horas	300 pessoas
II	Oficinas comunitárias de apreciação situacional (leitura comunitária), por região administrativa do município.	06 oficinas x 8 horas por oficina 48 horas	06 oficinas x 120 pessoas por oficina 720 pessoas
	Audiência pública para discussão do documento preliminar de leitura da realidade municipal.	3 horas	300 pessoas
III	Ciclo de encontros universitários para apresentação da leitura da realidade municipal (apreciação situacional) e discussão de diretrizes e propostas para o PDP de Juazeiro do Norte.	5 encontros x 2 horas por evento 10 horas	5 encontros x 70 pessoas por encontro 350 pessoas
	Oficinas comunitárias para discussão dos temas prioritários, das propostas e das estratégias para o novo PDP de Juazeiro do Norte (documento básico), por região administrativa do município.	06 oficinas x 8 horas por oficina 48 horas	06 oficinas x 120 pessoas por oficina 720 pessoas
	Audiência pública para discussão do <i>documento final</i> (Plano de Ação) do Plano Diretor Participativo de Juazeiro do Norte.	3 horas	300 pessoas

Fonte: Seplad/PMJN: Proposta Metodológica.

Todo o processo seria marcado por audiências públicas (termo que aparece trinta e sete vezes no documento). A proposta vislumbra também oferecer uma cartilha para facilitar a divulgação daquelas ideias as quais seriam entregues nas escolas, associações, entidades de classes, entre outros grupos sociais. A descentralização territorial passava a ser característica

desse novo momento, deixando o modo anterior de planejar (salvo algumas exceções) em apenas alguns espaços, a saber: Memorial Padre Cícero, Círculo Operário e CDL. Essa possibilidade de descentralização territorial é vista como algo positivo na visão de Souza (2008), pois segundo o autor, a descentralização territorial combate o corporativismo territorial e a ideia de que só poucos têm o conhecimento para decidir com qualidade. Tal perspectiva poderá ainda gerar uma maior participação. Sobre a participação na proposta metodológica, o principal proponente Joelmir Pinho, ressalta:

Havia a compreensão [...] que existia um universo acadêmico aqui [...] onde você podia dialogar com várias áreas [...] poderia trazer um olhar mais elaborado, mais conceitual [...] para que a gente pudesse inclusive aproximar essa perspectiva mais acadêmica da perspectiva popular [...] a outra coisa importante era a necessidade de envolver todo mundo nesse processo, independente, da cor que a pessoa vestia, sabe? Todo mundo era importante, porque a cidade é esse conjunto de interesses, é claro que nenhum de nós era neutro nessa história, não existe essa neutralidade e a gente sabe disso, né? Nós tínhamos uma perspectiva, não to nem falando do vínculo partidário, eu to falando que nós tínhamos uma perspectiva de cidade, nós tínhamos um olhar do desenvolvimento, que as vezes não dialogava com olhar do cara da indústria, por exemplo, mas, era importante ter todo mundo nesse diálogo. Cabia termos a competência para sensibilizar para a importância desse olhar, percebendo inclusive que a gente podia tá errado. A ideia de verdade única é muito perigosa, e acho que a gente conseguiu alcançar essa maturidade, estou falando da gente enquanto equipe. [...] uma outra coisa que hoje eu consigo fazer essa leitura, é que a gente não conseguiu dialogar internamente a dimensão técnica e a dimensão política da gestão. Então, nós tivemos inclusive que administrar divergências internas nesse campo. Antes mesmo de discutir que termos divergências numa discussão aberta com a sociedade tinha necessidade de resolver questões internas mesmo. Essa era a nossa perspectiva, será que essa perspectiva da gente era a mesma perspectiva do gestor, do agente político ou dos gestores, nós tínhamos além do prefeito, do secretariado, também os próprios subprefeitos que eram os agentes políticos que estavam em atuação direta nos territórios onde a gente deveria fazer o diálogo com a comunidade. Eu acho que faltou esse processo de maturação interna, faltou esse encontro entre a nossa perspectiva e a perspectiva dos gestores (Entrevista realizada com Joelmir Pinho, técnico do núcleo gestor na gestão do PT, em setembro de 2016).

Entretanto, quando perguntamos ao prefeito Santana como foi realizada a participação na tentativa de revisão do PDDU, ele nos relatou “aí é o pessoal lá da secretaria de Desenvolvimento Econômico que acompanhava isso tudo eu realmente não me lembro detalhe disso aí” (Entrevista realizada com Santana, prefeito, em fevereiro de 2018). Depoimento que faz crer que a revisão do PDDU não era algo prioritário para aquela gestão.

Esse relato de Joelmir é interessante na medida que elabora uma crítica à ideia de neutralidade do Estado, assume uma posição (visão de mundo), considera o diálogo como aspecto importante na construção de um planejamento participativo, demonstra o interesse e

abertura para construir parcerias com centros universitários, perspectiva também sugerida por Soja (2010) para superar as injustiças.

Joelmir também revela que dentro da mesma gestão houve um impasse entre as concepções de mundo (valores e prioridades) do Núcleo Gestor contra as de alguns líderes políticos, o que faz crer a inexistência de uma gestão “pura” no sentido de estabelecimento de consensos. O que ocorre na realidade é uma constelação de forças, em cuja capacidade de influenciar decisões e valores existem diversos fatores envolvidos.

Souza, em sua crítica à democracia representativa, pontuou:

O Estado não é “neutro”, não paira acima dos interesses de classe como um árbitro inteiramente isento, e nem poderia pairar; mas, tampouco, seria correto reduzi-lo a um simples utensílio nas mãos das classes dominantes. Ele é, na verdade, uma “condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe”, para usar uma feliz definição de Nicos POULANTZAS (1985:147), e como tal tende a produzir, como “vetor resultante” em termos de ações, aí sim, intervenções conformes aos interesses dos grupos e classes dominantes, que dispõem de mais recursos e maior capacidade de influência (2006, p. 50).

Sobre essa questão do Estado, corrobora a visão crítica do então prefeito eleito:

Acho que o Estado ele surge da opressão de uma classe sobre a outra. Historicamente esse sempre foi o papel do Estado. Então, ele está a serviço de alguém. O Brasil hoje é um exemplo bem claro disso. O Estado está a serviço da elite dominante. Ele cria as leis para favorecer e a elite que controla o Estado, para legitimar a exploração de uma classe sobre a outra. Para aumentar a concentração de renda. Na nossa ótica aqui a gente queria quebrar com essa lógica. É tanto que o slogan inicial que nós escolhemos foi muito combatido por causa disso. Era o governo da revolução democrática. Era exatamente dar voz a maioria do povo oprimido e dar vez e oportunidade também, que sempre tiveram negado também. É tanto que nós sofremos uma resistência e um combate cerrado por parte das elites locais por conta disso e assim o nosso interesse da formação dos planos de governo, da discussão dos problemas de saúde com as comunidades era exatamente organizar essas comunidades para que eles tivessem vez e foi tão importante isso que eles terminaram demandando demais da gestão. Nossa gestão era muito cobrada. É muito cobrada porque eles sabiam que encontravam ressonância da cobrança. Ao contrário, por exemplo, das gestões que se seguiram, que foram muito menos demandadas, muito menos demandadas do que a nossa (Entrevista realizada com Santana, prefeito, em fevereiro de 2018).

A própria ideia de democracia que o Estado representa não é neutro, comumente o que se tem é a tácita aceitação da ideia de democracia representativa em detrimento da democracia direta. O debate sobre o Estado e quais valores ele representa permeou um interessante diálogo entre liberais e comunitários acerca da constituição da justiça no âmbito público.

A versão do liberalismo que ficou conhecida como visão igualitária liberal tem no filósofo norte-americano John Rawls o seu maior representante, o qual buscou consolidar a

concepção de justiça proposta por Locke, Rousseau e Kant, conhecida como contrato social. O ponto de partida de Rawls (2008) é uma reflexão sobre as instituições básicas da sociedade, como elas distribuem direitos e deveres e facilitam vantagens ou desvantagens na cooperação social.

O debate, em grosso modo, entre a linha kantiana, representada especialmente por John Rawls, e a linha Aristotélica representada por Sandel e MacIntyre, conhecida como comunitarista, se opõe no seguinte sentido: a primeira compreende que o Estado deve ser neutro e que as instituições particulares deliberem o que venha a ser o bem. Já a segunda advoga que é preciso compreender o bem para só depois saber o que venha a ser justiça.

A filosofia Aristotélica é teleológica, diferentemente da filosofia deontológica de Kant. De acordo com Sandel:

Para Aristóteles, raciocinar sobre justiça é raciocinar a partir do *télos* ou da natureza do bem em questão. Para conceber uma ordem política justa, devemos raciocinar a partir da natureza da vida boa. Não poderemos elaborar uma Constituição justa até que tenhamos concebido a melhor forma de viver (SANDEL, 2012, p. 269).

Em contraposição:

Para Kant e Rawls, as teorias de justiça que se baseiam em uma determinada concepção da vida boa, sejam elas religiosas ou seculares, entram em conflitos com a liberdade. Ao impor a alguns indivíduos os valores de outros, essas teorias deixam de respeitar as pessoas como seres livres e independentes, capazes de decidir quais serão seus objetivos e suas finalidades. Assim, a liberdade de escolha e o Estado neutro caminham de mãos dadas: é justamente porque somos seres livres e independentes que precisamos de uma estrutura de direitos que seja neutra quando às finalidades, que se recuse a tomar partido em controvérsias morais e religiosas, que deixe os cidadãos livres para escolher os próprios valores (SANDEL, 2012, p. 267).

As principais objeções do comunitarismo ocorreram após a publicação da obra *Teoria da Justiça* em 1971, do filósofo político John Rawls, dentre estas três objeções às ideias liberais merecem destaque: a ideia de indivíduo, a neutralidade do Estado e a prioridade da concepção de justiça em detrimento da concepção de bem. Esse conflito permeia uma questão prioritária na ideia de justiça: é possível e desejável permitir mais liberdade em quais ocasiões?

4.6 CONCEPÇÕES ORIENTADORAS DA PROPOSTA METODOLÓGICA

A Proposta Metodológica pensou a elaboração da apresentação situacional em substituição ao modelo anterior (do PDDU), que elaborou um diagnóstico. Segundo o PDDU,

o diagnóstico é um “processo de identificação da situação atual, compreendendo as questões demográficas, econômicas, sociais, urbanas e institucionais” (CEARÁ, 2000g, p. 29). Para o novo documento, apoiado na visão do chileno Carlos Matus:

Diagnóstico é um monólogo construído por alguém que está afastado da situação, encerrado em sua própria visão do mundo que o rodeia. Em compensação, a apreciação situacional é um diálogo entre um ator e os outros atores, cujo relato um dos atores assume de modo inteiramente consciente do texto e do contexto situacional que o torna coabitante de uma realidade conflitiva que admite outros relatos (MATUS *apud* Seplad/PMJN, 2012, p. 8).

Essa nova forma de ver possibilita uma ruptura paradigmática, a Proposta Metodológica vislumbrou a elaboração de relatórios técnicos e também de relatórios comunitários, ampliando assim o diálogo com a comunidade local, onde ela pudesse revelar suas reais necessidades e compreender suas faltas e lutas. Segundo o documento:

Esse é o papel da presente proposta metodológica: abrir clareiras no campo do conhecimento sobre a realidade que nos cerca e as opções de desenvolvimento que se apresentam à nossa frente e garantir que essas leituras da realidade e do futuro se deem sob a inspiração do mais sólido espírito democrático (Seplad/PMJN, 2012, p. 3).

No PDDU (2000), os depoimentos dos moradores foram inseridos no documento Relatório de Questões/Módulo Conceito, gerando uma dificuldade para o leitor distinguir entre as concepções dos moradores e a visão técnica. Parece ser um aspecto inovador da Proposta Metodológica a ideia de produzir dois relatórios - um técnico e outro comunitário - permitindo compreender o real valor dos aspectos são relatados pelos moradores em cada bairro, ao mesmo tempo é preciso ter cautela, e observar em que medida isso não reproduz a dicotomia entre saber técnico (especializado) e o saber popular (comunitário).

Na visão de Joelmir, para que a participação aconteça, ela deve estar muito bem definida, “sem metodologia não se faz participação”. Quando perguntado sobre o tema ele colocou:

Primeiro David, eu acho que não há, estou convencido disso: não há participação sem poder de decisão, certo! Participação não pode ser associada a levantamento de crachá. Então, assim, quando a gente se dispõe, quando a gente enquanto ente público se dispõe a apresentar para a sociedade uma proposta de participação seja no plano diretor, seja no orçamento participativo, seja em qualquer outro processo, a gente precisa estar aberto a acolher, evidentemente que se faz necessário um diálogo para perceber o que é que é possível realmente e o que é que é exequível, temos dois extremos, ou você acha que tudo que vem da população tem que ser acolhido ou você tem o outro extremo de achar que a população não tem condições de participar. As duas questões são equivocadas, porque assim, se eu não tenho formação se eu não tenho o mínimo de capacitação para participar, a minha participação não vai ser qualificada. É preciso investir na formação, na capacitação. E se você traz

isso para a cidade, por exemplo, se eu não sei o que é usucapião especial de imóvel urbano, eu não posso dialogar sobre isto. Eu preciso conhecer, eu preciso ter um mínimo de conhecimento para poder propor. Isso é uma coisa importante (Entrevista realizada com Joelmir, técnico do Núcleo Gestor na gestão do PT, em setembro de 2016).

A capacidade de a população decidir com conhecimento e clareza é algo favorável na visão do entrevistado. Como se vê, é possível uma parceria entre Estado e sociedade civil, o risco que o entrevistado alerta decorre da postura extremista, visto que não é possível acolher tudo que a sociedade propõe e nem desejável enxergar que a população não tem condições de participar.

A seguir, o quadro síntese sobre as concepções de desenvolvimento urbano e justiça/injustiça do Estatuto da Cidade e da Proposta Metodológica da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte:

Quadro 13 - Concepções de Mundo (valores) do Estatuto da Cidade e da Proposta Metodológica

X	DESENVOLVIMENTO URBANO	JUSTIÇA	INJUSTIÇA
ESTATUTO DA CIDADE (LEI FEDERAL 10.257)	Bem-estar Garantir direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos e a lazer	Assistência judiciária gratuita; Atender as necessidades dos cidadãos; Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; Isonomia para agentes públicos e privados, atendido o interesse social; Gestão democrática;	Utilização inadequada dos imóveis urbanos; Proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; Uso excessivo ou inadequado do solo em relação à infraestrutura urbana; Retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; Deterioração das áreas urbanizadas; Poluição e degradação ambiental; Deixar de promover a adequada participação popular; Priorizar o bem individual em detrimento do bem coletivo; Entre outros
PROPOSTA METODOLÓGICA DE REVISÃO DO PDDU DE JUAZEIRO DO NORTE	Desenvolvimento sustentável visando uma cidade para todos; Garantir as funções sociais da cidade e o bem-estar para presente e futuras gerações de moradores e visitantes	Combater a exclusão social e territorial; Promover a infraestrutura e os equipamentos urbanos; Promover diálogo sobre a realidade local; Promover a capacitação de gestores e técnicos dos governos municipais, conselheiros municipais de políticas urbanas e representantes da sociedade civil, especialmente sobre Estatuto da Cidade e seus instrumentos e sobre Plano Diretor Participativo, sua importância e papel; Cidade para todos; Gestão democrática;	Exclusão social e territorial; Desigualdade socioespacial; Cidade promovida para poucos; Priorizar o bem individual em detrimento do bem coletivo; Não reconhecer faltas e lutas; Deixar de promover a adequada participação popular;

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O Estatuto da Cidade propõe como finalidade do desenvolvimento urbano o bem-estar de seus cidadãos. O bem-estar é visto como a melhoria das seguintes condições urbanas: habitação, saneamento básico, transporte urbano, infraestrutura urbana, serviço público, trabalho e lazer. Aspecto este que não difere da Proposta Metodológica que visa garantir as funções sociais da cidade e o bem-estar para todos, logo, a questão em disputa está no entendimento subjacente à ideia de bem-estar.

Um dos problemas do planejamento urbano é encontrar consenso sobre um objetivo social coerente como meta. David Harvey, na primeira parte do livro “Justiça Social e a Cidade”, de 1973, ainda dentro de suas formulações liberais, indicou como objetivo social coerente a Função social do bem-estar e propõe pensar a redistribuição de renda, a acessibilidade, o custo da proximidade e os efeitos da localização. Harvey ainda acusa que, na questão da justiça distributiva, os geógrafos têm acompanhado os economistas ao pensarem apenas na eficiência, sem entrar em discussões mais árduas (oriundas da ética e da política) (HARVEY, 1980).

Na formulação liberal, a justiça social se apresenta não como uma reflexão sobre uma boa sociedade, mas ela deve ser pensada como um princípio ou uma série deles, para resolver conflitos, ampliar a cooperação social e promover o desenvolvimento individual. No primeiro momento, o autor pensa uma distribuição justa da produção social para equilibrar benefícios e danos advindos das relações sociais. O autor ainda presta atenção nos conflitos que podem surgir sobre a questão do poder de decisão que regula e controla as atividades. Aponta, neste caso, como solução, a busca de princípios que auxiliem na distribuição e avaliação dessas questões (HARVEY, 1980).

Desse jeito, Harvey, como alguns dos teóricos da justiça já apresentados, pensa a justiça sem meditar as questões da produção, envolvendo apenas o viés distributivo. O geógrafo analisa que “não há nenhum princípio de justiça social, aceito, geralmente, para que possamos apelar” (1980, p. 83). Adiante, ele propõe como solução, pensar o princípio de justiça social a partir da variável renda e levanta as seguintes questões: O que estamos distribuindo? “Entre quem ou que estamos distribuindo a renda”? (HARVEY, 1980, p. 83). O que é distribuição justa? E responde: “Isso, naturalmente, é um problema ético, que não pode ser resolvido sem a tomada de decisões morais importantes” (HARVEY, 1980, p. 84). Harvey sugere três critérios para trabalhar com o conceito de justiça distributiva territorial: necessidade, bem comum e mérito, “[...] de modo que necessidade seja o mais importante, contribuição ao bem comum seja o segundo, e mérito o terceiro [...]” (HARVEY, 1980, p. 85).

As necessidades não são imutáveis ao longo da história da humanidade. Harvey, porém, destaca nove necessidades constantes no tempo: 1. Alimento; 2. Habitação; 3. Cuidados médicos; 4. Educação; 5. Serviços social e ambiental; 6. Bens de consumo; 7. Oportunidade de lazer; 8. Amenidades de vizinhança; 9. Facilidades de transporte (HARVEY, 1980, p. 86). Assim, indica um método que, através da análise da demanda (de mercado, latente e potencial) e da consulta a especialistas⁹⁶, possibilite medir as necessidades dentro de cada subcategoria.

Quanto ao conceito de bem comum, o problema levantado é da escala de impacto da distribuição. A alocação de um determinado tipo de recurso para um território em detrimento de outro poderá ser injusta e afetá-lo profundamente. Ao pensar no mérito, em um contexto geográfico, examina como a alocação de recursos extras podem “compensar o grau e dificuldade social e natural do meio” (HARVEY, 1980, p. 91).

Inspirado no princípio da justiça de John Rawls, Harvey formula a seguinte ideia para a geografia: “o problema geográfico consiste em esboçar uma forma de organização espacial que maximize as perspectivas da região menos afortunada” (1980, p. 94). A grande dificuldade está em como organizar e garantir “mecanismo de mercado que admitam a transferência de poder produtivo e a distribuição de excedente para setores e territórios onde as necessidades sociais são patentemente óbvias” (HARVEY, 1980, p. 98).

Expostas essas considerações, o autor propõe que a justiça social territorial atenda:

- 1 A distribuição de renda deveria ser tal que (a) as necessidades da população dentro de cada território fossem localizadas, (b) os recursos fossem então alocados para maximizar os efeitos multiplicadores inter-territoriais, e (c) os recursos extras fossem alocados para ajudar a resolver as dificuldades específicas emergentes do meio físico e social.
- 2 Os mecanismos institucional, organizacional, político e econômico deveriam ser tais que as perspectivas do território menos favorecido fossem tão grandes quanto possivelmente pudessem ser (HARVEY, 1980, p. 99).

Esta é, de forma sucinta, a ideia que o autor supera ao propor uma ruptura com o modo de produção capitalista. Após essa mudança, o geógrafo se empenha em mostrar os problemas da injusta urbanização, volta a falar em justiça ambiental⁹⁷ e, mais recentemente, em direito à cidade e revolução urbana⁹⁸, mas sem cometer incoerência argumentativa, permanecendo dentro do âmbito da luta anticapitalista.

⁹⁶ Ver (HARVEY, 1980, p. 86-88).

⁹⁷ Livro publicado originalmente em 1996, sob o título: *Justice, nature the geography of difference*.

⁹⁸ Livro publicado originalmente em 2012, sob o título: *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*.

David Harvey, no entendimento do que seja justiça social, apresentou, portanto, “um caminho evolucionista de pensamento e experiência” (HARVEY, 1980, p. 247). No primeiro momento, operou dentro do marco regulatório do liberalismo, propondo um viés que reconheça a distribuição das necessidades, do bem comum e do mérito, com a possibilidade de recorrer a princípios éticos absolutos. A seguir, passou a compreender que os conceitos de “justiça social e moralidade dizem respeito à prática humana e nela residem, mais do que em argumentos sobre as verdades eternas a serem atribuídas a esses conceitos” (HARVEY, 1980, p. 6) e, com isso, passa a oferecer a percepção de que dentro do marco regulatório do capitalismo não é possível fazer justiça social. Essa mudança só foi possível através do método de investigação de Marx⁹⁹. Sobre essa transição, esclarece o autor:

[...] Caminho de uma predisposição de encarar a justiça social como uma questão de justiça e moralidade eternas para olhá-la como algo contingente aos processos sociais que operam na sociedade como um todo. Não se trata de que a justiça social deva ser tomada como um conceito meramente pragmático, que possa ser mudado à vontade, segundo a conveniência de qualquer situação. O senso de justiça é uma crença, profundamente arraigada em muitas mentes (incluindo a minha). Mas, Marx colocou a questão “por que essas crenças?”. E essa é uma questão perturbadora, mas perfeitamente válida. A resposta a ela não pode ser retirada de abstrações. Como na questão do espaço, não existe resposta filosófica a uma questão filosófica – somente uma resposta obtida do estudo da prática humana (HARVEY, 1980, p. 7).

Na filosofia política e em diversas teorias da justiça, o bem-estar é visto como algo a ser alcançado. Amartya Sen, indiano de nascença e economista de formação, ganhou notoriedade por meio do seu trabalho que versa sobre a teoria da escolha social. Além disso, foi ganhador do Prêmio Nobel em 1998, por suas contribuições para a economia do bem-estar. Para ele, são exigências da justiça: inteligência, razão, imparcialidade e objetividade. Quanto a seus materiais: vidas, liberdades e capacidades, recursos, felicidade, bem-estar e igualdade. Para o autor, a ideia de bem-estar deve ser avaliada através de dois conceitos ainda mais importantes:

⁹⁹ O método de investigação de Marx começa com tudo o que existe – a realidade como é experimentada, assim como todas as descrições disponíveis dessa experiência na obra de economistas, políticos, filósofos, romancistas etc. Ele submete esse material a uma crítica rigorosa a fim de descobrir conceitos simples, porém poderosos, que iluminem o modo como a realidade funciona. É isso que ele chama de método de descenso – partimos da realidade imediata ao nosso redor e buscamos, cada vez mais profundamente, os conceitos fundamentais dessa realidade. Uma vez equipados com esses conceitos fundamentais, podemos fazer o caminho de retorno à superfície – o método de ascenso – e descobrir quão enganador o mundo das aparências pode ser. Essa posição vantajosa nos permite interpretar esse mundo em termos radicalmente diferentes. (HARVEY, 2013, p. 17-18). Em outro momento, adverte “Portanto, ler Marx em seus próprios termos exige que você tenha sempre em mente aquilo que ele entende por “dialética”. [...] para entender o método dialético de Marx, você tem de ler *O capital*, porque ele é a fonte de sua prática real; [...] (HARVEY, 2013, p. 21).

liberdade e capacidade. Para ele, o bem-estar pode estar relacionado com a ampliação da liberdade de escolha e o aprimoramento das capacidades humanas. Segundo Sen:

A economia do bem-estar concedeu à felicidade o status de importância única na avaliação do bem-estar e da vantagem humana, colocando-a como a base da avaliação social e da elaboração de políticas públicas. O utilitarismo foi por um tempo muito longo algo como “a teoria oficial” da economia do bem-estar [...] (SEN, 2011, p. 306).

Na obra “Justiça: o que é fazer a coisa certa?” De Michael Sandel (2011), o autor parte da exposição de três concepções de justiça: utilitarista, liberal e comunitarista. A primeira prioriza a maximização do bem-estar (visto como sinônimo de prazer) para um maior número de pessoas possível. A segunda considera como critério prioritário a liberdade e sua primazia na formulação do conceito de justiça. A terceira, a qual o autor defende, possui uma base aristotélica, fundamentada na virtude cívica, com uma abordagem teleológica e insere como passo prioritário refletir sobre o que seja uma vida boa para então saber o que é justiça.

Nesse apanhado aristotélico, é preciso pontuar que o prazer pode ter uma conotação negativa, mas também positiva. Ele concluiu que alguns bens podem facilitar a felicidade, gozar de boa saúde é um exemplo. A felicidade é, portanto, o que há de melhor em nós, é a “Eudaimonia”¹⁰⁰ (do grego antigo: εὐδαιμονία), que literalmente significa o estado de ser habitado por um bom daemon, um bom gênio, e, em geral, é traduzido como felicidade ou bem-estar. Nesse esquema aristotélico, os atos de um homem feliz são nobres e bons e a felicidade é a única coisa que é um fim em si mesma. Segundo ele, é através do Estado, que tem por finalidade a organização da sociedade para juntos bem viver, que a justiça pode ser efetuada.

Aristóteles defende que o ser humano é um ser social, e que a cidade foi criada para proporcionar elos de amizades, sendo o objetivo da pólis a união de seus cidadãos. Dessa forma, a lei é construída com base nas virtudes e no bem comum. Uma sociedade desigual não pode ser feliz. A felicidade, como propósito maior na linguagem de Aristóteles, tem que promover a bondade, a vida boa e para que essa vida boa seja alcançada, os seres humanos devem fazer aquilo que estão inclinados a fazer, potencializar suas qualidades e desenvolver suas excelências. Assim, primeiro deve saber o que venha a ser o bem, a vida boa, só então depois dizer o que é justo.

Problematizando este aspecto do Estado e da produção do espaço, David Harvey lança esta reflexão: “essa dramática urbanização terá contribuído para o bem-estar humano? Transformou-nos em pessoas melhores ou deixou-nos a esmo em um mundo de anomia e

¹⁰⁰ https://pt.wikipedia.org/wiki/Eudaimonia#cite_note-1. Acesso em: 07 jun. de 2019.

alienação, raiva e frustração?” (HARVEY, 2014, p. 28). Para ele, a produção do espaço pelo capital resultou no desenvolvimento geográfico desigual. Sua explicação envolve compreender como a urbanização promove a produção do valor e desempenha um papel central para “moldar” nossas relações sociais. O geógrafo considera que aspectos éticos interessam na realização da análise e se propõe a buscar uma nova moral.

Nessa questão é preciso ter em mente um princípio: o movimento sempre ocorre em algum lugar, ele não é aespacial. Com o capitalismo industrial, a busca pelo mercado mundial conferiu o caráter cosmopolita do capital, sendo necessária a ampliação do consumo (atualmente bastante diversificado, representado na profusão de objetos e desejos). A remoção de barreiras espaciais e temporais e o investimento em tecnologia, que aparece como solução (revoluções nos transportes e na comunicação são exemplos disso). Da acumulação primitiva à busca por ultrapassar qualquer barreira para obter lucro, o capital criou um exército industrial de reserva, construiu cidades, criou uma nova estética, provocou a destruição criativa, explorou ambientes em busca de matéria prima e criou novos modos de vida. O Estado, nessa ótica, centraliza poder, é feição de uma classe, não é neutro e não representa o interesse de “todos”, mas deve regular conflitos, garantir segurança, promover educação, defender a propriedade privada etc.

Todavia, no plano da construção das ideias, a gestão do PT adere ao ideário da cidade direito, por meio da construção da Proposta Metodológica, com a incorporação de elementos do Estatuto da Cidade e do livro do Plano Diretor Participativo: Guia para elaboração pelos municípios e cidadãos, como a descentralização territorial, oficinas comunitárias, participação e colaboração com centros universitários, existência de audiências públicas, formação e capacitação dos agentes, entre outras que veremos a seguir. Contudo, a prática é quem realmente dirá sobre o quanto o PDDU local poderá incorporar e aplicar os instrumentos do Estatuto da Cidade.

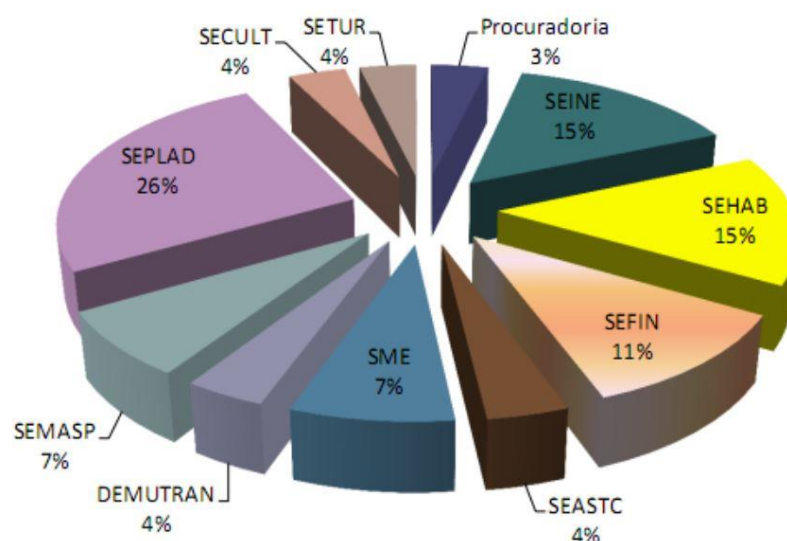
4.7 CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA E DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Naquele período, como citado, houve a capacitação da equipe técnica municipal. A Seplad promoveu a capacitação de um curso básico sobre Planejamento Territorial e Gestão Democrática da Cidade, totalizando 124 horas, realizado no período de 24 de agosto de 2011 a 21 de março de 2012, ministrado por Joelson Pinho. A proposta do curso tinha como principal

objetivo: capacitar os servidores municipais de Juazeiro do Norte-CE para o melhor desempenho de suas funções nas áreas de planejamento territorial e gestão democrática da cidade, com ênfase no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor Participativo.

Nesta atividade, estiveram presentes 24 pessoas de diversas secretarias da prefeitura de Juazeiro do Norte.

Quadro 14 - Distribuição dos participantes do curso: Secretaria¹⁰¹/Órgão do Governo Municipal



Fonte: Relatório de Atividades do curso sobre Planejamento Territorial e Gestão Democrática da Cidade, 2012.

O curso primou pelos os seguintes conteúdos: planejamento territorial; Estatuto da Cidade; orçamento público municipal; Plano Diretor Participativo; avanços, entraves e desafios na implementação do Plano Diretor de Juazeiro do Norte; regularização fundiária urbana; Plano Municipal de Habitação de Interesse Social; Cadastro Multifinalitário como Instrumento de Política Fiscal e Urbana; Proposta Metodológica para revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juazeiro do Norte e o papel da Equipe Técnica Municipal nesse processo.

Foi identificado nesse momento, para as pessoas que faziam o curso, que o PDDU de Juazeiro do Norte, segundo Joelmir, “fazia referências a equipamentos que não existiam em Juazeiro, que existiam na cidade vizinha do Crato. Porque foi uma cópia e não se percebeu que tinha de ajustar e o mais grave a Câmara aprova este texto com essas incongruências”

¹⁰¹ Secretaria de Cultura (SECULT); Secretaria de Turismo e Romaria (SETUR); Secretaria de Infraestrutura (SEINE); Secretaria de Habitação (SEHAB); Secretaria de Finanças (SEFIN); Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania (SEASTC); Secretaria de Educação (SME); Secretaria de Meio Ambiente, Serviços Públicos e Agricultura (SEMA SP); Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplad); Departamento Municipal de Trânsito e de Transportes (DEMUTRAN).

(Entrevista realizada com Joelmir, técnico do Núcleo Gestor na gestão do PT, em setembro de 2016).

A formação de Joelmir Pinho conta com uma forte influência de Paulo Freire, cuja base favoreceu uma capacitação menos tecnicista/mercadológica e mais humanista/cidadã. Na visão do proponente, as atividades desempenhadas visaram:

[...] privilegiar a troca de ideias e informações, associando as questões técnicas apresentadas pelos facilitadores ao conhecimento da realidade trazido pelos participantes, respeitando o princípio pedagógico da troca de conhecimentos, saberes e ideias. Prevaleceu nesse processo o uso de ferramentas multimídia e rodas de conversa como recursos didáticos facilitadores de aprendizagem, entremeadas por aulas de campo que incluíram a visita a espaços da cidade marcados por aspectos urbanísticos discutidos nas atividades em sala de aula (PINHO, 2011, p. 2).

Segundo o educador Paulo Freire:

Partamos, agora, para uma análise mais detida a propósito das teorias da ação antidualógica e dialógica. A primeira, opressora: a segunda, revolucionária-libertadora. [...] Enquanto na teoria da ação antidualógica a conquista, como sua primeira característica, implica um sujeito que, conquistando o outro, o transforma em quase “coisa”, na teoria dialógica da ação, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em co-laboração” (FREIRE, 1987, p. 135-165).

Essa perspectiva de Paulo Freire observa que, na teoria antidualógica, as características fundamentais são: a conquista; dividir para manter a opressão; a manipulação e a invasão cultural. Na teoria da ação dialógica suas principais características são: co-laboração, a união, a organização e a síntese cultural (FREIRE, 1987).

Esse foi o espírito dialógico que Joelmir se pautou para trabalhar conteúdos que dizem respeito ao aperfeiçoamento da cidadania, mas ao que parece apenas ele tinha uma formação mais sólida do ideal freiriano, enquanto os demais integrantes do Núcleo Gestor pareciam mais simpatizantes da ideia do que possuíam uma formação robusta no tema.

Diferente do que Souza (2008) constatou em Recife, com a existência de pós-graduação referência para o Nordeste, Juazeiro do Norte não tem uma tradição acadêmica e de pesquisa sobre a temática estudada; entretanto, com a chegada da Universidade Federal do Cariri (UFCA) esse cenário começa a mudar, em especial em 2010, com a criação do curso de Administração Pública e em 2011, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável.

A seguir, fotografias que revelam os diversos ambientes durante a capacitação que logrou aproximadamente 7 meses de encontros.

Fotografia 5 - Capacitação da equipe técnica



Fonte: Seplad; PMJN, 2011.

Fotografia 6 - Momento Coffee break



Fonte: Seplad; PMJN, 2011.

Fotografia 7 - Equipe técnica em aula de campo



Fonte: Do autor, 2011.

Fotografia 8 - Núcleo gestor em aula de campo



Fonte: Do autor, 2011.

Fotografia 9 - Equipe técnica em aula de campo



Fonte: Do autor, 2011.

Fotografia 10 - Parque Ecológico das Timbaúbas



Fonte: Do autor, 2011.

Após essas atividades, foi publicado o decreto nº 545, de 05 de junho de 2012, que dispõe sobre a composição da equipe técnica para a revisão do Plano Diretor, trazendo em seu texto elementos da proposta metodológica. Em seguida, foi publicada a portaria nº 1.511/2012 da equipe técnica, nomeando novos membros em sua composição. Registrado da subsequente maneira: I. Secretaria de Infraestrutura (SEINE); II. Secretaria de Habitação (SEHAB); III. Secretaria de Finanças (SEFIN); IV. Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania (SEASTC); V. Secretaria de Saúde (SESAU); VI. Secretaria de Meio Ambiente, Serviços Públicos e Agricultura (SEMASPA); VII. Procuradoria Geral do Município (PGM); VIII. Secretaria de Educação (SME); IX. Secretaria de Turismo e Romaria (SETUR); X. Secretaria de Cultura (SECULT); XI. Secretaria de Esporte e Juventude (SEJU); XII. Secretaria de Segurança Pública e Cidadania (SESP). As principais atribuições foram: aprovar a proposta metodológica, fazer pesquisa sobre o cenário municipal, participar de oficinas e de audiências públicas, colaborar com a realização dos eventos, sensibilizar e mobilizar a sociedade para participação intensa no processo de revisão. Assim, o Núcleo Gestor intuiu que a equipe técnica seria promotora e multiplicadora das principais ações¹⁰² (DECRETO 545, 2012).

Como resultado mais concreto desse processo, se deu a discussão e aprovação da proposta metodológica a nível administrativo. O curso contou ainda com a entrega de certificados e CD multimídia contendo material para estudo e aprofundamento dos temas abordados.

A recomposição e a capacitação do Conselho Municipal do Plano Diretor também foram ações desenvolvidas por meio da Seplad, as quais contemplavam os trabalhos que versavam sobre a revisão do PDDU. Como vimos no capítulo segundo, o Conselho Municipal do Plano Diretor (CMPD) foi instituído através da lei nº 2.572, de 8 de setembro de 2000, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município de Juazeiro do Norte. Essa legislação o coloca como um órgão de deliberação superior que pode analisar e propor medidas, bem como fiscalizar as diretrizes do Plano Diretor. Esse conselho deve possuir composição paritária, integrando órgãos e entidades governamentais e não governamentais. Suas decisões terão caráter deliberativo e seus membros deverão ter mandato de dois anos, podendo ser reeleitos, com participação não remunerada.

¹⁰² Disponível em:

<http://www2.juazeiro.ce.gov.br/Legislacao/Decretos/2012/DECRETO%20N%C2%BA%20545%20DE%2005%20DE%20JUNHO%20DE%202012%20-%20COMPOSI%C3%87%C3%83O%20DE%20EQUIPE%20T%C3%89CNICA%20PARA%20REVIS%C3%83O%20DO%20PLANO%20DIRETOR%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20URBANO.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2019.

A redação do decreto¹⁰³ 1.455, de 29 de junho de 2001, nos artigos 12 e 13, visa o comprometimento com a participação e a atividade contínua do CMPD, transcritos a seguir:

Art. 12 O CMPDDU reunir-se-á uma vez por mês em caráter ordinário, ficando a realização das sessões extraordinárias estabelecidas ou definidas em função de fatos novos por convocação do Presidente, ou a critério dos membros do CMPDDU.

Art. 13 perderão os mandatos os Conselheiros que por três sessões seguidas, deixarem de comparecer às reuniões do Conselho sem justificativa (DECRETO 1.584, 2003, p. 8-9).

O quadro a seguir revela a quantidade de Conselhos no Brasil, no ano de 2011, que são:
a) deliberativos; b) deliberativos/consultivos; c) consultivos ou d) não definidos.

¹⁰³ Decreto que regulamentou o Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

Quadro 15 - Quantidade de Conselhos no Brasil em 2011

Estados / total de PDs avaliados	Deliberativo	Deliberativo / Consultivo	Consultivo	Não definiu
AC / 1	–	1 município	–	–
AL / 11	1 município	7 municípios	1 município	2 municípios
AM / 8	7 municípios	1 município	–	–
AP / 1	–	1 município (delibera apenas s/ FMHIS)	–	–
CE / 22	9 municípios	5 municípios	6 municípios	2 municípios
GO / 14	–	9 municípios	2 municípios	3 municípios
MA / 24	2 municípios	1 município	1 município	20 municípios
MG / 48	28 municípios	4 municípios	14 municípios	2 municípios
PA / 19	5 municípios	11 municípios	1 município	2 municípios
PE / 34	20 municípios	5 municípios	4 municípios	5 municípios
PI / 4	1 município	–	1 município	2 município
RJ / 27	4 municípios	7 municípios	3 municípios	13 (3 com Conselhos antes do PD)
RN / 6	–	2 municípios	1 município	3 municípios
RO / 2	–	–	–	2 municípios
RR / 1	–	–	1 município	–
RS / 33	8 municípios	9 municípios	15 municípios	10 municípios
SC / 23	3 municípios	15 municípios	3 municípios	2 municípios
SE / 5	2 municípios	3 municípios	–	–
SP / 77	39 municípios	sem informação	sem informação	sem informação
BA, DF + RIDE, ES, MS, MT, PB, PR e TO	Os relatórios estaduais não trazem informações a respeito do caráter dos Conselhos			

Fonte: SANTOS, 2011, p. 262.

O CMPD foi regulamentado pelo decreto nº 1.455, de 29 de junho de 2001, e posteriormente alterado pelo decreto nº 1.584, de 1 de outubro de 2003, conferindo-lhe outras atribuições, bem como inserindo novos instrumentos advindos do Estatuto da Cidade. Quando no período de revisão do Plano Diretor, em 2012, o Núcleo Gestor publicou o decreto nº 601 de 4 de setembro, que lhe confere outra composição. O artigo 3º destaca que o CMPD será composto por 28 membros, respeitada a composição paritária entre poder público e sociedade civil, ficando da seguinte maneira:

14 (quatorze) membros titulares, e seus respectivos suplentes, representantes do poder público, assim discriminados:

- a) 01 (um) representante da Caixa Econômica Federal;
- b) 01 (um) representante da Companhia de Águas e Esgoto do Estado do Ceará – CAGECE;
- c) 01 (um) representante da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária;
- d) 01 (um) representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- e) 01 (um) representante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará;
- f) 01 (um) representante do Ministério Público Federal/Procuradoria da República;
- g) 01 (um) representante da Secretaria das Cidades do Ceará;
- h) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- i) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico;
- j) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo e Romaria;
- k) 01 (um) representante da Universidade Federal do Ceará;
- l) 01 (um) representante da Universidade Regional do Cariri;
- m) 01 (um) representante da 19ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação do Ceará;
- n) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Serviços Públicos e Agricultura.

II - 14 (quatorze) membros titulares, e seus respectivos suplentes, representantes da sociedade civil, assim discriminados:

- a) 01 (um) representante da Associação de Apoio ao Deficiente Físico de Juazeiro do Norte
- b) 01 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas
- c) 01 (um) representante da Companhia Energética do Ceará
- d) 01 (um) representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
- e) 01 (um) representante do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis
- f) 01 (um) representante da ONG Kariris Ambiental
- g) 01 (um) representante da Loja Maçônica Cavalheiros Spartanos Nº 85
- h) 01 (um) representante do Movimento Comunitário de Juazeiro do Norte
- i) 01 (um) representante da Paróquia Nossa Senhora das Dores
- j) 01 (um) representante do SEBRAE local;
- k) 01 (um) representante do Serviço Social do Comércio
- l) 01 (um) representante do Sindicato dos Empregados no Comércio de Juazeiro do Norte
- m) 01 (um) representante do Sistema SEST/SENAT
- n) 01 (um) representante do Fórum Caririense de Economia Solidária (DECRETO Nº 601, 2012).

A seguir o quadro elaborado em pesquisa realizada por Santos (2011) revela, no Brasil, a proporção entre poder público e sociedade civil na composição dos Conselhos:

Quadro 16 - Proporção entre poder público e sociedade civil na composição do Conselho Municipal da Cidade ou similar

Estados / total de Planos Diretores avaliados	Representação da sociedade maior que a do PP	Representação paritária	Representação da sociedade menor que a do PP	PD não define a composição na lei do Plano Diretor
RIO DE JANEIRO / 27	8 municípios	9 municípios	Nenhum	10 municípios ²
RIO GRANDE DO SUL / 41	17 municípios	5 municípios	4 municípios	14 municípios
ACRE / 1	1 município	–	–	–
ALAGOAS / 11	1 município	4 municípios	5 municípios	1 município
AMAPÁ / 1	O PD de Macapá não define a composição, mas estabelece que o Executivo deveria enviar à Câmara em noventa dias projeto de lei dispondo sobre o assunto.			
AMAZONAS / 8	2 municípios	3 municípios	2 municípios	1 município (remete para a Conferência definir)
DF + RIDE / 4	–	1 município	–	3 municípios
CEARÁ / 22	8 municípios	6 municípios	1 município	7 municípios
GOIÁS / 14	2 municípios	1 município	2 municípios	9 municípios
MARANHÃO / 24	8 municípios	2 municípios	–	14 municípios
MINAS GERAIS/54	-	16 municípios	10 municípios	28 municípios
PARÁ / 19	10 municípios	4 municípios	2 municípios	3 municípios
PARAÍBA / 6	1 município	2 municípios	–	3 municípios (1 tinha Conselho antes do PD)
PERNAMBUCO/34	12 municípios	10 municípios	3 municípios	9 municípios
PIAUÍ / 4	–	1 município	1 município	2 municípios
RORAIMA / 1	–	–	1 município	–
SANTA CATARINA/ 15	7 municípios	4 municípios	–	4 municípios
SÃO PAULO / 77	sem informação	46 municípios	sem informação	sem informação
SERGIPE / 5	3 municípios	1 município	–	1 município
BA, ES, MT, MS, PR, RN, RO e TO	Os relatórios estaduais não trazem informações a respeito da composição dos Conselhos			

Fonte: SANTOS, 2011, p. 264.

A estratégia utilizada para contar com a participação das pessoas na primeira reunião da recomposição do CMPD foi a entrega dos convites pessoalmente, os quais explicavam o objetivo da reunião e ressaltavam a importância da participação. Poucos dias antes, realizou-se o contato por telefone com as instituições e solicitou-se a confirmação da presença na reunião. Assim, compareceram todos à reunião de apresentação do processo de revisão do PDDU.

A recomposição do CMPD buscou promover a articulação do Conselho com pessoas da gestão e da sociedade civil. A primeira reunião teve um número significativo de participantes devido à motivação peculiar da “novidade” e quiçá pela estratégia de convite, contudo, não obteve tanto sucesso no momento seguinte: o da capacitação.

Segundo a equipe técnica, foi pouco tempo para maturar a ideia da recomposição do CMPD, o conselho estava inativo e a equipe buscou ativá-lo sob nova composição, para tanto,

era preciso gerar autonomia ao conselho. O fato é que existiu a recomposição (mesmo com alguns conflitos sobre quais representações iriam ter o direito de compor o conselho) sem muita ousadia e sem a sua capacitação. O que ocorre é que em algumas experiências a composição do conselho não é paritária, em alguns casos obtém-se 60% representantes da sociedade civil e 40% do governo local. Em relatos de alguns integrantes do Conselho, após a mudança de gestão o mesmo não se reuniu mais.

Gráfico 9 - Convite entregue ao CMPD




A Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte-CE, por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAD), convida a **Caixa Econômica Federal**, representada pelo titular Juarez Domingos da Silva Filho e o suplente José Cabral do Nascimento Filho, membros do Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (CMPDDU) para participar da Capacitação de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano que será realizado no **CEREST** (Centro Regional de Referência de Saúde do Trabalhador), Rua Tabela João Machado, 195 - Santa Tereza nos **dias 09 e 14 de Fevereiro**, de **08:00 às 12:00h e das 14:00 às 18:00h**.

Data: 09/02/2012 e 14/02/2012 Local: CEREST Horário: 08:00h às 12:00h - 14:00 às 18:00h	David Melo van den Brule Coordenador do PDP Juazeiro do Norte-CE.


SEPLAD

GOVERNO FEDERAL
BRASIL

CAIXA

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

FONTE: Seplad/PMJN, 2012.

A capacitação com os membros titulares e suplentes do CMPD ocorreu em fevereiro de 2012. O curso teve duração de 16 horas, ministrado por Joelmir Pinho, e versou sobre os seguintes temas: Estatuto da Cidade, Plano Diretor Participativo e Proposta Metodológica de Revisão do Plano Diretor de Juazeiro do Norte. A seguir, exibição de algumas fotos da capacitação¹⁰⁴ do Conselho Municipal do Plano Diretor (CMPD) ocorrida nos dias 09 e 14 de fevereiro de 2012.

¹⁰⁴ Para consultar dados gerais sobre a capacitação de conselheiros municipais, segundo as regiões metropolitanas no Brasil, ver JUNIOR, RIBEIRO, AZEVEDO (orgs.). 2004, p. 37 Tabela 4.

Fotografia 11 - Capacitação do Conselho Municipal do Plano Diretor



Fonte: Seplad/PMJN, 2012.

No texto “dificuldades e limites da participação na elaboração do Plano Diretor do Recife”, de 1991, Jan Bitoun destaca que uma das dificuldades no caráter participativo no Plano Diretor de Recife decorre do fato que:

[...] vários representantes não comparecem ou comparecem de modo bastante irregular. Estas ausências dificultam os trabalhos obrigando a “nivelamentos” periódicos da informação e tornam cada vez mais difícil a inserção de debates sequenciados no quadro da elaboração de um projeto de plano que deverá ser encaminhado à apreciação da Câmara dos Vereadores [...] (BITOUN, 1991, p. 3).

Fato esse também constatado nas capacitações da equipe técnica e do Conselho Municipal do Plano Diretor. Há uma dificuldade temporal e espacial apontada por diversos cidadãos para deixar seus compromissos e se fazerem presentes em questões públicas. É preciso civilidade, sentimento de cuidado com a qualidade do que é público para evitar desistência e desânimo.

Gráfico 10 - Camisas do Plano Diretor Participativo (PDP)

Fonte: Seplad/PMJN, 2012.

Gráfico 11 - Certificado CMPD

CERTIFICADO	
Certificamos que <i>Juarez Domingos da Silva Filho</i> participou do Curso Básico sobre Estatuto da Cidade e Plano Diretor Participativo, dirigido aos membros do Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juazeiro do Norte, realizado nos dias 09 e 14 de fevereiro de 2012, sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Juazeiro do Norte, com duração de 16 horas.	
Manoel Raimundo de Santana Neto Prefeito Municipal	Antônio Joelmir Pinho Facilitador do Curso

Fonte: Seplad/PMJN, 2012.

4.8 PRINCIPAIS OBSTÁCULOS À PARTICIPAÇÃO POPULAR

Os obstáculos para realizar uma participação popular são muitos, não queremos desfilarmos sobre eles aqui, o que nos importa é verificar quais foram, na percepção das pessoas, os principais obstáculos para efetuar a participação popular na gestão (2009-2012) e na revisão do PDDU na percepção das pessoas que participaram da gestão e de pessoas que não faziam parte dela.

Algumas objeções à democracia direta por parte dos defensores da democracia representativa foram sistematizadas por Souza. Vejamos:

- 1 A maioria das pessoas não deseja o fardo de uma participação política que vá além da escolha de representantes mediante eleições [...]
- 2 Os cidadãos comuns não estão tecnicamente preparados para opinar e decidir sobre assuntos complexos, envolvendo interesses de grandes coletividades [...]
- 3 Mesmo do estrito ponto de vista quantitativo da democracia direta, é inviável em coletividades de grandes dimensões [...]
- 4 A “democracia dos antigos” estava longe de ser perfeita: basta lembrar a existência da escravidão e a exclusão das mulheres da vida política. Nesse sentido, a democracia representativa contemporânea é muito superior, intrinsecamente (moralmente) [...] (SOUZA, 2006, p. 395-399).

Em outro momento o autor considera os seguintes obstáculos à implementação dos instrumentos: imediatismo; conservadorismo das elites; ausência de quadros técnicos suficientemente qualificados; ação dos lobbies e grupos de pressão de setores da elite local; a frequente ausência de continuidade entre as administrações; as dificuldades econômico-financeiras com que se debatem a maioria dos municípios brasileiros; ausência de cadastro fundiário e de planta de valores atualizados; ausência de informatização do serviço de planejamento (SOUZA, 2008, p. 313-318).

Quanto aos obstáculos à participação, Souza (2008), baseado em Abers, apreciou três: “problemática da implementação (deficiências técnicas e organizacionais, boicotes externos, boicotes internos), problemática da cooptação e problemática da desigualdade” (SOUZA, 2008, p. 387). Esses são alguns, dentre tantos outros obstáculos para efetuar uma democracia direta.

A democracia é força motriz para uma aproximação com a justiça social e a possibilidade para diminuir a desigualdade. Quanto aos seus obstáculos, do ponto de vista dos nossos entrevistados, seguem os depoimentos.

De acordo com o prefeito Manoel Santana, o primeiro obstáculo:

É a descrença da população, de que posso ir para reunião e possa de lá sair com a solução das demandas que são apresentadas, uma outra situação que ocorre, é [...] o município que não tem uma renda própria boa. [...] A grande maioria dos projetos requer uma parceria com o governo do estado ou do governo federal, então isso demanda tempo e faz com que o imediatismo da população, que tem suas demandas que são justas e necessárias e já tão reprimidas há tanto tempo. É essa demora para resolver, o que desmotiva a população a participar. [...] (Entrevista realizada com Santana, prefeito, em fevereiro de 2018).

Conforme Marta (primeira secretária da Seplad):

As pessoas não entendem, David, não é só ir para uma, duas ou três reuniões. Ah eu faço parte disso, fiz parte daquilo, dei meu voto. Não. A participação é para além disso. O que é que eu quero para minha cidade? O que é que eu quero para o futuro de minha cidade, o que eu quero para minha cidade hoje? A participação envolve um acompanhamento diário. Uma pessoa com a fiscalização diária. A participação é uma pessoa tomar posse do plano, entender e conhecer. Muitas vezes não precisa nem ler o plano diretor, nem ler o plano plurianual. É claro que isso também perpassa uma questão de cidadania [...] uma questão de vulnerabilidade social mesmo, de falta de educação de cidadania como um todo. Mas, também é muito culpa nossa, minha culpa porque não se acompanha, não se observa no que está sendo votado nas leis que estão sendo feitas. Então esse comportamento apolítico. E tudo isso envolve a questão social, que envolve a questão da desigualdade social, ela colabora para que as pessoas não participem [...] as pessoas não acreditam mais na ferramenta de gestão (entrevista realizada com Marta Gurgel, secretária da Seplad, em outubro de 2018).

Para Marta, a participação é uma construção que leva muito tempo e trabalho e deve ser ensinada nas escolas. A entrevistada continua afirmando o seguinte:

Eu acho que tem que fazer um trabalho de conscientização com as pessoas. Porque esse discurso de “Ah! Tem que ser participativo, orçamento participativo, plano diretor participativo”, muitas vezes ele acaba caindo na falácia, né? Se você não fizer um trabalho de base e isso é um trabalho de uma geração de consciência, de você colocar para que as pessoas entendam que a cidade é deles (Entrevista realizada com Marta, secretária da Seplad, em outubro de 2018).

Marta questiona se a nossa sociedade está apenas preocupada com o problema do indivíduo, pois, em sua opinião, inexistente uma preocupação central com o que é público, bem como falta integração entre os setores da gestão e visão de curto prazo. De acordo com ela, o trabalho na prefeitura tem um outro agravante, a possibilidade de construir um bom projeto e saber que se mudar a gestão também mudará o projeto e provavelmente aquele gestor não efetive o idealizador.

Segundo Joelmir, “aquele ano acabou que coincidiu de ser um ano de eleições de 2012 e o processo acabou sendo abortado antes que ele fosse concluído”. O entrevistado ainda relata

outras dificuldades, entre elas, cita como sendo a maior, a ausência da percepção da importância daquele processo por parte da gestão, visto que havia vontade por parte do Núcleo Gestor, mas “faltou vontade política para respaldar e garantir o que a gente estava construindo”. Outro aspecto citado por ele foi o setor da licitação, cuja morosidade não respondia a contento, como consequência houve atraso das atividades a serem desenvolvidas com a comunidade (dentre elas, providenciar camisas, alimentação, material gráfico etc). “Então, eu acho que um dos principais gargalos foi a gente não conseguir sensibilizar a própria equipe e as demais equipes da prefeitura” (entrevista realizada com Joelson Pinho, técnico do Núcleo Gestor, em setembro de 2016). Com outras palavras, o entrevistado esclarece o momento de dificuldade:

Na verdade não era um ano bom porque as eleições estavam batendo na porta. Resultado: nosso tempo era muito curto, a gente era pressionado para cumprir um cronograma que era muito curto, muito exaustivo, mas quando a gente precisava que essa celeridade acontecesse fora da equipe para dar suporte, para dar base ao trabalho da gente, isso não acontecia. Então se tinha de fato um descompasso. [...] O fato é que naquele momento talvez não fosse o melhor momento. Sabe? Eu acho que um erro básico foi ter tentando fazer a revisão do Plano Diretor, no calendário tão curto e tão próximo do período eleitoral. A gente chegou inclusive a abortar algumas ações, por decisão da equipe, por entender que ir para comunidade naquele momento, discutir Plano Diretor era um risco muito grande de que esse diálogo fosse confundido com o processo eleitoral. Então, foi uma decisão da nossa equipe. Eu acho que foi uma decisão inteligente. [...] Eu acho que faltou decisão política, sabe, eu acho que faltou isso, faltou essa sensibilização, mas faltou também (a gente até tentou) inclusive fazer um encontro com secretários e não foi entendido como importante, essa iniciativa nossa foi frustrada, disseram “não, perca de tempo, agora a prioridade é eleição”. Isso foi dito claramente para gente, aliás literalmente. Então assim, eu acho que faltou sensibilidade. O discurso da participação é um discurso muito fácil. Mas a prática não é fácil. Porque a prática exige um mínimo de desprendimento, de desapego. E me parece que esse ainda era um gargalo, né. O medo do diálogo existia, embora ele não fosse expresso, mas ele estava presente. Porque volto a dizer, quando a gente se dispõe a dialogar, a gente tem que estar disposto a responder a esse diálogo se não, não é diálogo. E aí se a gente não abre para o acolhimento do que é possível acolher, a gente acaba não só gerando frustrações, mas também criando indisposições que podem depois se reverter em prejuízos políticos. Me parece que esse era o medo. É preciso ter disposição, é preciso ter coragem para chamar a participação. Me parece que essa coragem faltou (Entrevista realizada com Joelson, técnico do Núcleo Gestor, em setembro de 2016).

Rosane citou a ausência de um corpo técnico qualificado para a elaboração de mapas, na maioria das vezes falta de interesse e dedicação com a coisa pública, pouca organização, ausência de participação e de cobrança do povo, e relata sobre sua experiência em Fortaleza: “eu participei da mobilização, a gente ia em cada distrito, chamava, ia nas associações, escolas, a gente entregava panfleto, explicava né e na hora o pessoal não ia”. Quando perguntada sobre o porquê dessa ausência, relata a descrença, a população pensa que não vai dar em nada e não

comparece e cita a “politicagem” como maior problema; algumas pessoas, por conhecerem determinados políticos, conseguem alvará para construir algo em local que não pode. Existe a lei de uso e ocupação do solo, mas quem entrega o alvará é o próprio município. Segundo ela, “está na lei tudo bonitinho, eu tenho que fazer só o que está na lei, aí vem a politicagem e distorce, quer dá jeitinho e isso é muito chato” (entrevista realizada com Rosane Moraes, técnica concursada que trabalhou na equipe do Núcleo Gestor, em setembro de 2018).

Por sua vez, Nailê destacou o seguinte:

Duas coisas eu acho: vontade política e interesse popular real. Saber, conhecimento. Assim, se existe mesmo que a sociedade não tenha o real conhecimento das suas necessidades, mas, os gestores têm que ter e tem que fazer a sociedade entender isso. Eu digo sempre algumas coisas aqui com os alunos, trabalho com Sociologia, eu acho que talvez é isso, quanto mais você se aprofunda mais você se revolta, né? Mas, eu digo sempre o seguinte: o bom político, o político verdadeiro para mim não é aquele que faz o que o povo quer, é aquele que faz o que o povo precisa. Ora! O que é que o povo quer? Se você for hoje fazer uma consulta popular, o pessoal quer o bondinho, o pessoal quer a volta do Forró Juá o mês todinho, o pessoal quer carnaval de rua, não vou generalizar, não é a maioria. Mas, pode ter certeza que vai, vai sair mais isso. E o que é que o povo precisa? Saneamento básico, postos de saúde com médico, medicação, consultas e exames a tempo e a hora, né, educação de qualidade, merenda de qualidade, professores de qualidade, enfim é isso que eles precisam. O gestor sabe disso, todo gestor sabe disso, mas nem toda população sabe. Então vamos conscientizar. Vamos promover encontros na sociedade, como se esses encontros fossem uma campanha educativa. Vamos ensinar o povo. Vamos discutir com o povo o que é realmente bom, que é prioridade para essas pessoas. Feito isso essas pessoas tão em condições, agora vamos para discussão (Entrevista realizada com Nailê secretária da Seplad, em fevereiro de 2018).

Dênia relatou que a participação não acontece porque muitas vezes a própria população não tem conhecimento das ações públicas, ela não é informada, “ela tem direito a essa participação, mas não são informados [...]. Então, a dificuldade é que a administração não quer a participação popular” (entrevista realizada com Dênia Rocha, tecnóloga da construção civil e assistente social, em junho de 2018).

Em suma, segue a síntese dos obstáculos na visão de quem foi entrevistado e que participou da gestão.

Quadro 17 - Síntese dos obstáculos para efetuar a participação popular na gestão e na revisão do PDDU

VISÃO DAS PESSOAS QUE ESTAVAM NA GESTÃO	
ENTREVISTADOS	OBSTÁCULOS À PARTICIPAÇÃO
Santana	Descrença da população em que suas demandas possam ser atendidas por seus governantes; Morosidade das políticas públicas devido à falta de recurso municipal
Marta	Descrédito com o poder público Falta de educação e cidadania Desigualdade social (vulnerabilidade social)
Joelmir	Período eleitoral Calendário apertado Vontade política Licitação Sensibilização da própria gestão A revisão do PDDU não era uma prioridade
Rosane	Ausência de um corpo técnico Descrédibilidade política Politicagem
Nailê	Ausência de vontade política; Falta de esclarecimento da população
Dênia	Vontade política (a administração não quer a participação popular); Falta conselho independente; Desinformação por parte da população (população não é informada)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Coletamos também a percepção dos obstáculos na visão de quem não estava diretamente ligado à gestão e encontramos a seguinte síntese:

Quadro 18 - Síntese dos obstáculos para efetuar a participação popular na gestão visto por pessoas que não estavam na gestão

VISÃO DAS PESSOAS QUE NÃO ESTAVAM NA GESTÃO	
ENTREVISTADOS	OBSTÁCULOS À PARTICIPAÇÃO
Zé de Amélia (vereador)	Falta de credibilidade do político Falta de cobrança por parte da população
Tarso Magno (vereador)	População desinformada; Políticos que não querem uma população esclarecida; Ausência de líderes; Pouca participação das universidades;
José Marrocos¹⁰⁵ (meio de comunicação)	O poder público não quer ouvir a população eles querem votos Diminuta vontade política

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Somando a isto, vimos obstáculos internos e externos, quanto aos fatores internos: faltou uma melhor consciência do que é público (manifestado através da falta de dedicação, de alguns, ao trabalho público por parte do servidor e esmero com a coisa pública), faltaram recursos materiais (notificado desde a ausência de impressora para imprimir o PDDU, à falta de papel higiênico, passando pela pequena quantia disponibilizada para efetuar a revisão do PDDU) e a desarticulação e competição entre as secretarias; quanto aos fatores externos, podemos acrescentar o tempo que as pessoas dão ao mundo do trabalho, muitas vezes o trabalhador (de maneira geral) quer chegar em casa ao final do dia e repousar, não dispondo de tempo para se dedicar às ações públicas.

Às vezes as falas dos entrevistados apresentaram um certo convencionalismo, como no fato de citar que o povo não sabe o que precisa ou quando colocam a participação apenas no nível de fiscalizar, entender e conhecer o Plano. No entanto, as falas estão muito próximas das observações dos autores, salvo algumas ausências perceptivas por parte das pessoas entrevistadas. Vimos também que as percepções de quem participou da gestão não diferem das pessoas que estavam fora da gestão e o maior obstáculo ocorre devido a descrença com o poder público. Entretanto, pouco se questiona a ausência de poder decisório da participação popular. Considerando as observações dos entrevistados estima-se as possíveis indicações:

- a) Ensinar, de forma vivencial, a participação nas escolas;
- b) Promover encontros com a sociedade e campanha educativa;
- c) Realizar capacitações;

¹⁰⁵ O entrevistado solicitou nome fictício

- d) Informar, convidar a sociedade civil;
- e) Ampliação de recursos;
- f) Cumprimento da lei e dos projetos;
- g) Desenvolver a vontade política;
- h) Diminuir a vulnerabilidade social (desigualdade social e infraestrutura);
- i) Abertura para o diálogo (consciente que às vezes é preciso acolhimento das ideias diferentes da nossa);
- j) Estimular a preocupação com o social em detrimento do individual.

O conhecimento local deverá servir de base para o fortalecimento das políticas públicas de cunho participativo, inserido na forma de diálogo ao partir do conhecimento das pessoas para a construção de algo novo¹⁰⁶. Rechaçamos a ideia de modelo “pronto” aos moldes do PDDU, modelo esse que dificulta a criação de significado para as pessoas que fazem parte do processo.

Com isso, busca-se evitar duas espécies de alienação: uma é quando as pessoas ficam alijadas do processo participativo, e a outra diz respeito sobre a ausência de reflexão quanto à própria cidade e, conseqüentemente, do ser. O pensamento de Milton Santos corrobora com o primeiro aspecto quando observou que “quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (SANTOS, 2006, p.328); com relação ao segundo aspecto, encontra-se em Freire uma inspiração quando pontua: “se a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associada indissolúvelmente à sua ação sobre o mundo, não existe no ser, seu estar no mundo se reduz a um não poder transpor os limites que lhe são impostos pelo próprio mundo” (FREIRE, 1979, p. 16).

¹⁰⁶ O pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2002), em “Democratizar a democracia”, visa fortalecer e ampliar a emancipação social. A democracia para ele é uma conquista concreta de uma dada sociedade, daí não se pode tirar soluções universais. O autor dá ânimo ao debate e convida a buscar a democracia de alta intensidade, momento no qual evoca três teses: primeiro, pelo fortalecimento da demodiversidade; segundo, pelo fortalecimento da articulação contra-hegemônica entre o local e o global; e, terceiro, pela ampliação do experimentalismo democrático.

4.9 A INDISSOCIABILIDADE DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E JUSTIÇA SOCIOESPACIAL

Sob influência do filósofo e psicanalista Cornelius Castoriadis (1922-1997), o geógrafo Marcelo Lopes de Souza defende o planejamento e gestão no viés autonomista e recusa outros modelos¹⁰⁷. A sua proposta, além de comungar com a ideia de uma mudança sócio-espacial com melhorias na qualidade de vida e justiça social, possui um alto índice de interdisciplinaridade e prioriza a participação popular no nível da autogestão. Para Souza, o planejamento urbano deve visar o desenvolvimento sócio-espacial positivo, que é visto como “um processo (aberto, não predeterminado, ainda que animado por valores e vontades conscientes) de mudança para melhor. É uma incessante busca por mais justiça social e melhor qualidade de vida sobre a base da autonomia individual e coletiva” (2006, p.111).

No que diz respeito à justiça social propriamente dita, o autor reconhece as múltiplas possibilidades de entendimento, a densidade filosófica, a complexidade e as razões conflitantes inerentes a essa questão. Amparado no viés autonomista, escolhe como ponto de partida “uma definição puramente formal, atinente ao aforismo de raiz aristotélica segundo o qual ser justo é tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente” (SOUZA, 2006, p. 134). Esse ponto de partida dependerá “de como se vier a entender, concretamente, igualdade e desigualdade: igualdade *em relação a quê?* Desigualdade *em relação a quê?* Em relação a que atributos os homens podem ser legitimamente considerados iguais ou desiguais?” (SOUZA, 2006, p. 134). Para responder à questão levantada na atualidade, o autor considera que devemos eliminar quaisquer barreiras discriminatórias de acesso aos fatores de qualidade de vida.

É preciso saber que a justiça social, como pensa Marcelo Lopes de Souza, apresenta-se como parâmetro subordinado da autonomia, enquanto os parâmetros subordinados particulares da justiça social são: nível de segregação residencial, grau de desigualdade socioespacial e grau de oportunidade para participação cidadã direta em processos decisórios relevantes. Todavia, estes devem ser preenchidos com as necessidades e prioridades de cada grupo. Segundo o seu raciocínio, “o caminho democraticamente mais legítimo para se alcançarem mais justiça social e uma melhor qualidade de vida é quando os próprios indivíduos e grupos específicos definem os conteúdos concretos e estabelecem as prioridades com relação a isso” (SOUZA, 2008, p.

¹⁰⁷ Ver Souza (2008) e sua crítica aos modelos de planejamento: planejamento físico-territorial clássico; planejamento sistêmico; perspectivas mercadófilas; new urbanismo; desenvolvimento sustentável e planejamento ecológico; planejamento comunicativo/colaborativo; planejamento rawlsiano e planejamento e gestão urbanos social-reformista.

66). Para ele, justiça social e qualidade de vida, hierarquicamente, estão no mesmo nível de importância (SOUZA, 2006, 2008).

Diversos autores apontaram que o modo de produção capitalista provocou inúmeras desigualdades. Souza argumenta que a nova “ordem” mundial, a política neoliberal, a globalização econômico-financeira, agravaram as desigualdades. A crescente fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade tem provocado inúmeros danos, como violência, privatismo, individualismo, entre outros. Segundo ele, os condomínios exclusivos e a blindagem nos carros são soluções insuficientes e constatam que o bem comum da cidade, visibilizado através do espaço público, está morrendo. (2003, 2006). Souza ainda identifica o papel do Estado na contribuição da ampliação da desigualdade, degradação ambiental, tráfego ineficiente e antiecológico. Em seu argumento, “as perdas e os ganhos com as atividades acarretadoras de efeitos ambientais negativos se acham, assim, muito desigualmente distribuídos sócio-espacialmente, caracterizando uma situação de flagrante injustiça” (SOUZA, 2008, p. 85).

Na elaboração do estado da arte acerca do conceito de justiça espacial, Soja identificou três correntes: justiça espacial, a urbanização da injustiça (com as vertentes liberal e marxista) e a linha do direito à cidade (SOJA, 2014). Seu objetivo é “estimular novas vias de pensamento e atuação para mudar as geografias injustas que vivemos” (SOJA, 2014, p. 37, tradução nossa¹⁰⁸). Em outro momento, continua o esclarecimento:

Me aproximo da busca ativa por justiça social e direito democráticos mais sociais na cidade, com um senso de otimismo estratégico, e espero que aqueles que lêem o que tenho a dizer tenham o mesmo sentimento. Tal otimismo provem parcialmente da necessidade, uma necessidade urgente de encontrar algumas fontes de esperança em um mundo que erode as liberdades civis e degrada a democracia participativa. Devem ser encontradas maneiras de exigir e manter políticas democráticas ativas e bem-sucedidas, de alcançar justiça e reduzir a opressão e a exploração de todos os tipos, e elas devem permanecer radicalmente abertas a ideias novas e inovadoras (SOJA, 2014, p. 40, tradução nossa)¹⁰⁹.

¹⁰⁸ [...] “estimular nuevas vías de pensamiento y actuación para cambiar las injustas geografías en las que vivimos” (SOJA, 2014, p.37).

¹⁰⁹ Me aproximo a la búsqueda activa de justicia espacial y de derechos democráticos más sociales en la ciudad con un sentido de optimismo estratégico, y espero que a aquellos que lean lo que tengo que decir les afecte un sentimiento similar. Tal optimismo proviene parcialmente de la necesidad, una urgente necesidad de encontrar algunas fuentes de esperanza en un mundo que erosiona libertades civiles y degrada la democracia participativa. Deben encontrarse vías para reclamar y mantener políticas democráticas activas y exitosas, para alcanzar la justicia y reducir la opresión y la explotación de todo tipo, y deben mantenerse radicalmente abiertas a ideas nuevas e innovadoras. (SOJA, 2014, p. 40).

De acordo com o autor, um primeiro passo é identificar a desigualdade de poder e privilégios que configuram as geografias injustas. Embasado nas ideias do direito à cidade de Henri Lefebvre, defendeu a busca por justiça espacial como uma luta pelo maior controle sobre como produzimos o espaço em que vivemos, sendo a democracia social um aspecto da justiça social. Soja também se apoiou em David Harvey ao considerar que o processo de urbanização provocou inúmeras injustiças e o impacto da globalização acelerou esse processo. Mas Soja não é tão radical quantos seus antecessores Lefebvre e Harvey, os quais questionaram a propriedade privada, ao dizer:

Meu propósito ao fazer essas conexões escalares cruzadas não é atacar os direitos de propriedade e propriedade privada em si mesmos, ou clamam por uma transformação revolucionária da propriedade coletiva como a única solução para os problemas existentes, mas usar uma visão espacial crítica para abrir uma nova perspectiva ao tema do espaço público versus espaço privado e explorar as possibilidades para o desenvolvimento de novas estratégias com fim de alcançar maior justiça socioespacial. O objetivo é aumentar a consciência do alcance em nossas vidas da organização política do espaço imposta de cima, como forma de controle social mantido pela administração local, e no ordenamento jurídico e no mercado da propriedade (SOJA, 2014, p. 82, tradução nossa)¹¹⁰.

Esse é um tema caro para os marxistas, aliás, o caminho para o estabelecimento do direito à cidade sob uma perspectiva revolucionária passa por romper com esse modelo capitalista que dá primazia à propriedade privada. O certo é que Soja não entra nesse debate, entretanto, apoia uma gestão democrática e defende um bom uso do espaço público. Como estratégia para superar as injustiças sugere a democracia participativa e as parcerias entre universidade e a capacitação dos movimentos sociais.

Para verificar o aspecto distributivo em relação a alguns serviços no município de Juazeiro do Norte, foram elaborados mapas por setor censitário, a partir de dados do IBGE (2010). Assim, foi realizado um levantamento da desigualdade e das áreas negligenciadas. Para qualificar área negligenciada utilizou-se, dentre inúmeros dados, os seguintes: coleta de lixo (Mapa 2), deficit no abastecimento de água (Mapa 3), carência no esgotamento sanitário (Mapa 4), rendimento médio (Mapa 5), sem rendimento (Mapa 6) e vulnerabilidade de infraestrutura urbana (variáveis do entorno) (Mapa 7). Na mesma perspectiva, utilizando-se de outros dados,

¹¹⁰ Mi propósito al hacer estas conexiones escalares cruzadas no es atacar los derechos de propiedad y la propiedad privada en sí mismos, o llamar a una transformación revolucionaria de la propiedad colectiva como la única solución a los problemas existentes, sino usar una visión espacial crítica para abrir una nueva perspectiva al tema del espacio público *versus* espacio privado y explorar las posibilidades para el desarrollo de nuevas estrategias con el fin de lograr mayor justicia socioespacial. El objetivo es aumentar la conciencia del alcance en nuestras vidas de la organización política del espacio impuesta desde arriba, como una forma de control social mantenida por la administración local, el ordenamiento jurídico y el mercado de la propiedad. (SOJA, 2014, p. 82).

pode ser revelado o grau de desigualdade distributiva ao considerar indicadores como: posto de saúde, centro de ensino, áreas de lazer, transporte público, entre outros.

A população de Juazeiro do Norte-CE, na época do censo do IBGE (2010), era de 249.939 residentes (população absoluta), sendo 240.128 em área urbana e 9.811 em área rural, seu distrito Marrocos possui 2.644 e o distrito Padre Cícero 4.100. A tabela 608 do IBGE (2010) revelou os seguintes índices:

Quadro 19 - População por bairro em Juazeiro do Norte-CE (2010)

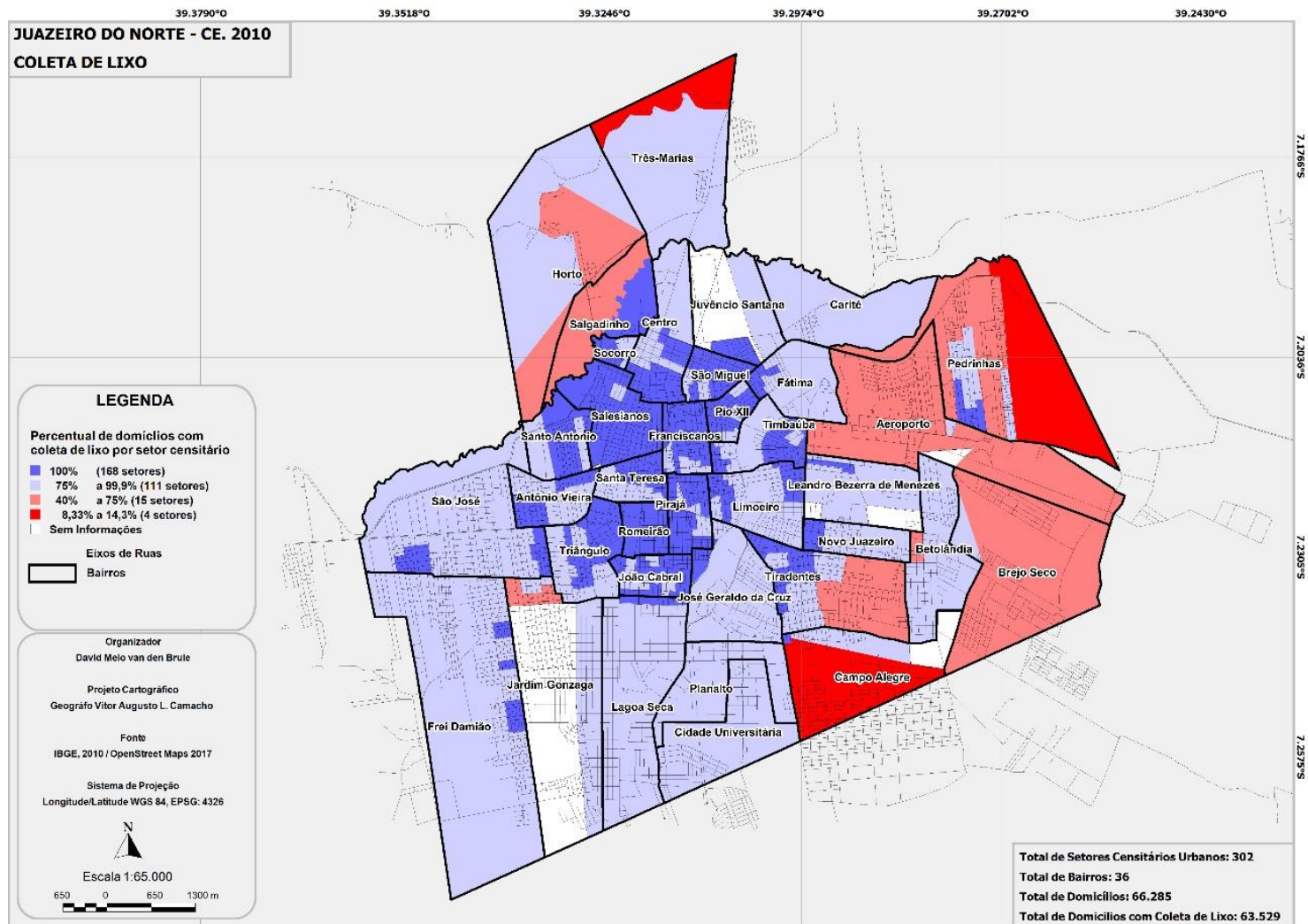
<i>Numeração</i>	<i>Nome do Bairro</i>	<i>Total da população</i>
1	João Cabral	17.859
2	Pirajá	14.800
3	Frei Damião	14.677
4	Salesianos	13.879
5	Timbaúba	12.446
6	Franciscanos	12.390
7	Limoeiro	12.143
8	Pio XII	11.099
9	Tiradentes	10.107
10	São José	10.061
11	Triângulo	9.632
12	Pedrinhas	9.198
13	São Miguel	8.261
14	Romeirão	7.110
15	Santa Teresa	6.926
16	Antônio Vieira	6.858
17	Jardim Gonzaga	6.139
18	Santo Antônio	6.011
19	Centro	5.706

<i>Numeração</i>	<i>Nome do Bairro</i>	<i>Total da população</i>
20	Lagoa Seca	5.136
21	Horto	5.073
22	José Geraldo	4.640
23	Juvêncio Santana	4.296
24	Fátima	3.833
25	Novo Juazeiro	3.471
26	Leandro Bezerra	3.239
27	Socorro	2.421
28	Campo Alegre	2.401
29	Três Marias	2.201
30	Betolândia	2.076
31	Salgadinho	1.301
32	Aeroporto	1.096
33	Carité	938
34	Brejo Seco	900
35	Planalto	345
36	Cidade Universitária	269
37	Distrito Industrial	

Fonte: IBGE: Censo de 2010.

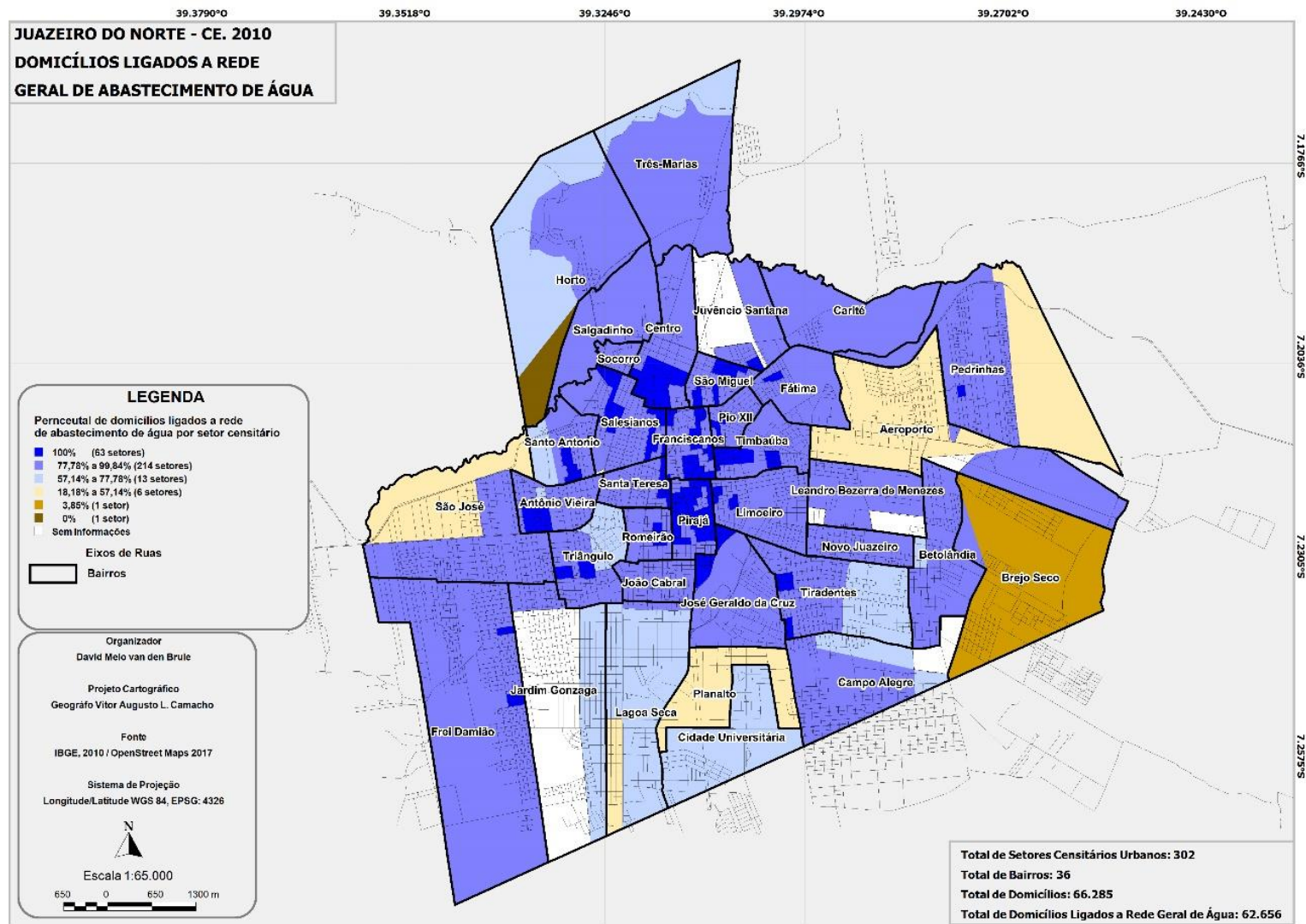
Sem pretender dissertar sobre as origens das desigualdades sociais e deter-se como o modo de produção capitalista tem produzido desigualdades, ao apresentarmos os mapas (a seguir) corroboramos com as análises sustentadas no segundo capítulo, o qual afirmou que a expressão espacial das desigualdades não foi tão significativa na exposição do PDDU, e ainda revelamos algumas desigualdades manifestadas no modo de produção capitalista. Vejamos os mapas a seguir:

Mapa 4 - Coleta de lixo de Juazeiro do Norte em 2010



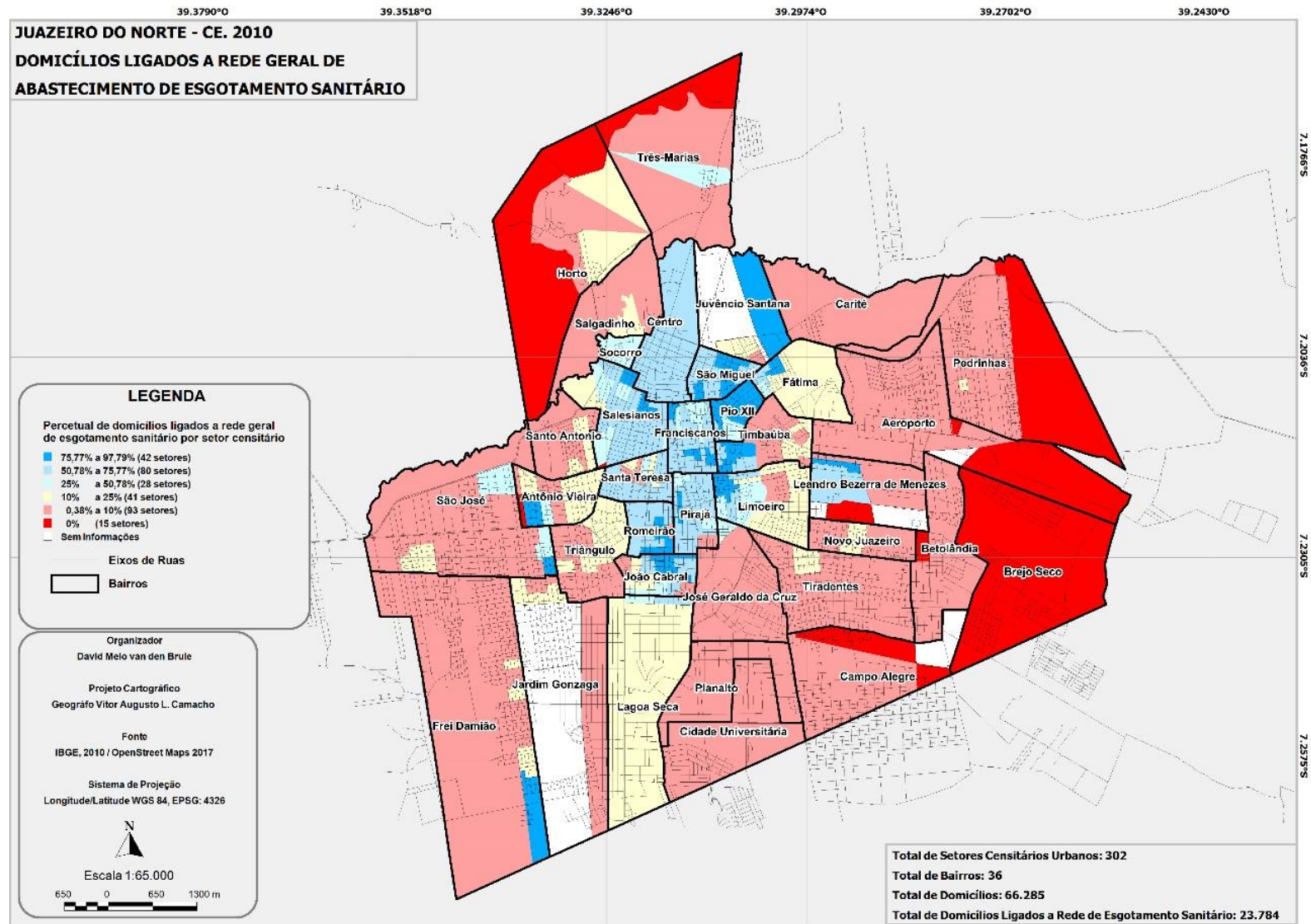
FONTE: IBGE, 2010. Adaptado por CAMACHO, V.; VAN DEN BRULE, 2017.

Mapa 5 - Domicílios ligados a rede geral de abastecimento de água em Juazeiro do Norte 2010



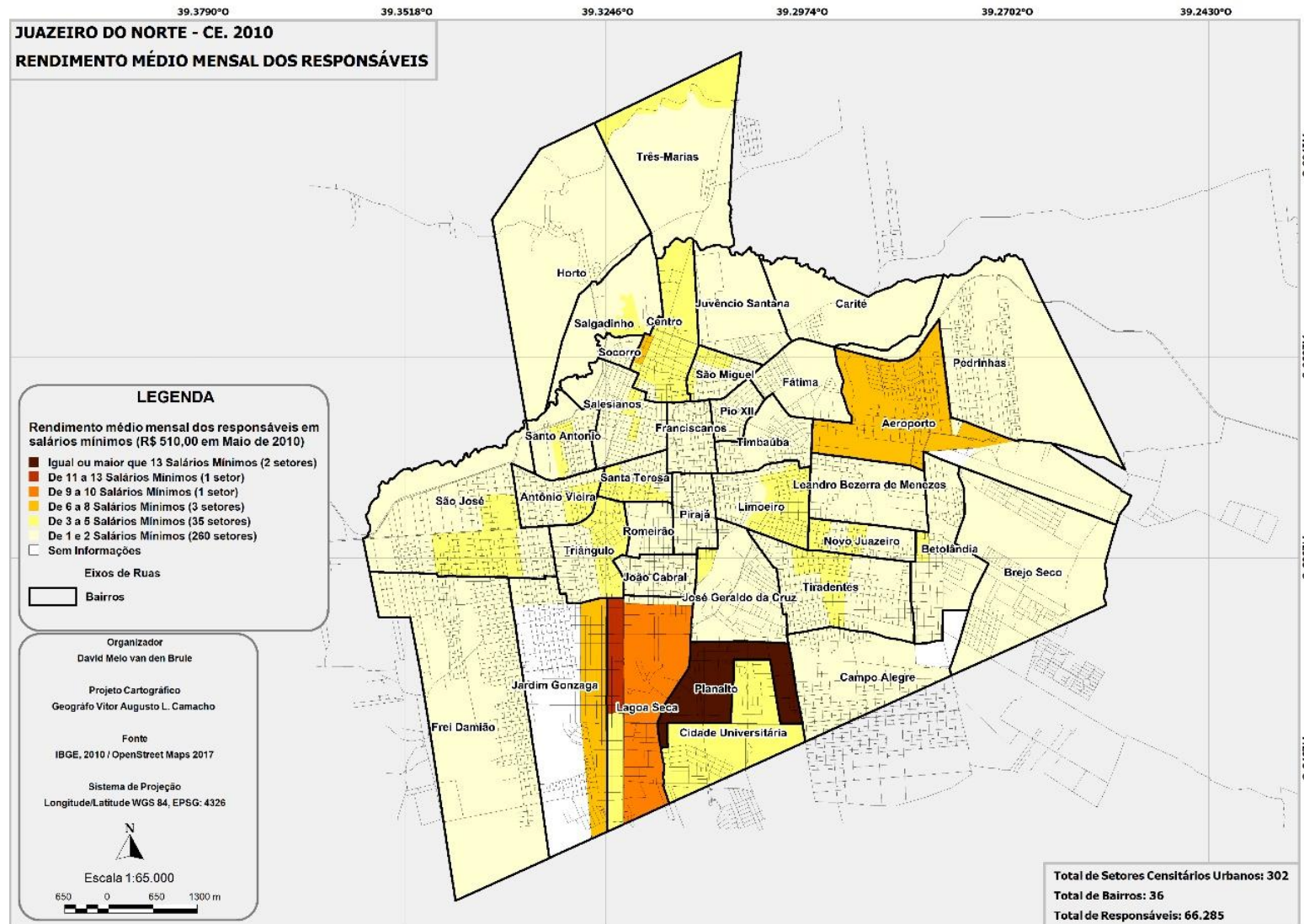
FONTE: IBGE, 2010. Adaptado por CAMACHO, V.; VAN DEN BRULE, 2017.

Mapa 6 - Domicílios ligados a rede geral de abastecimento de esgotamento sanitário em Juazeiro do Norte 2010



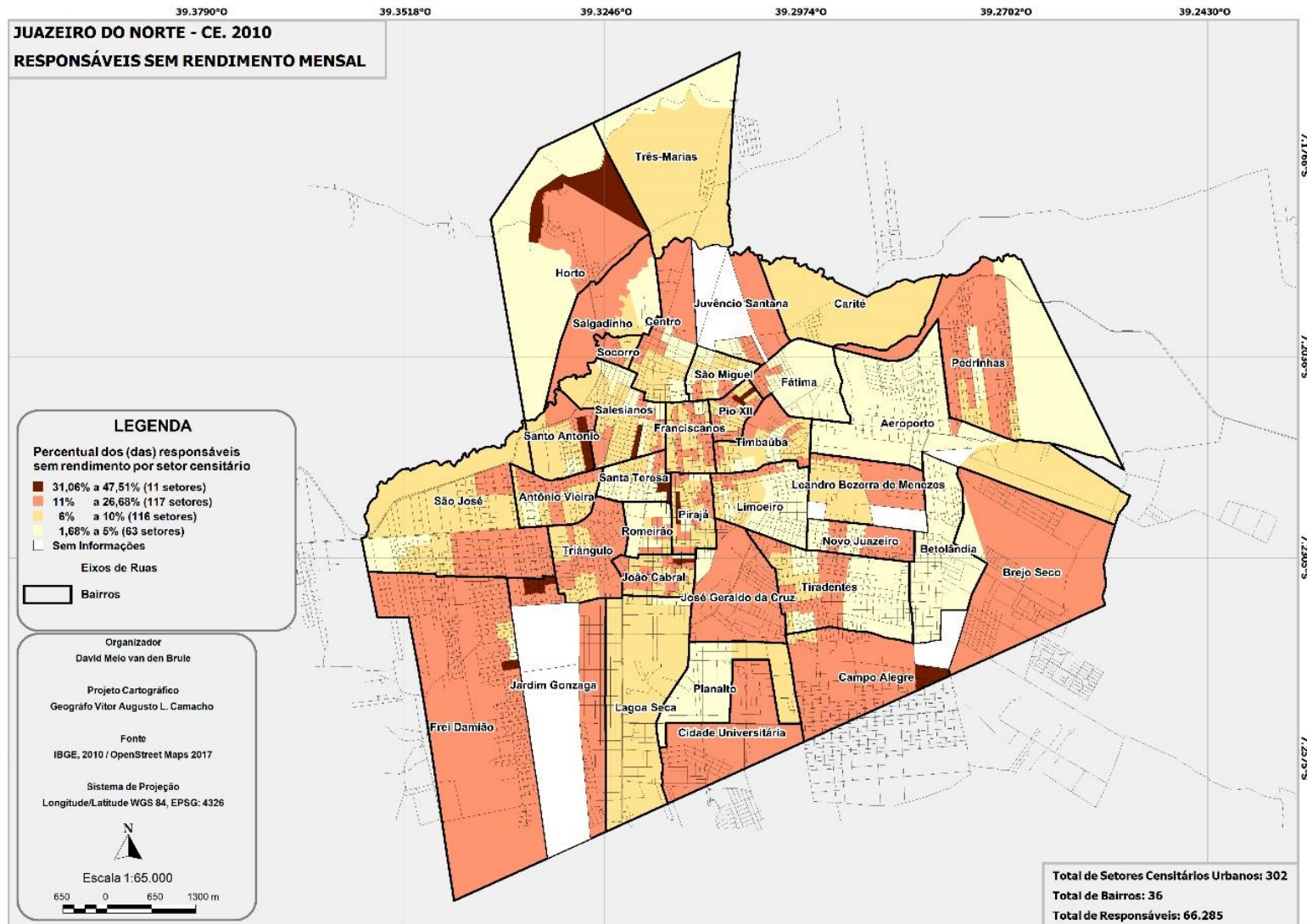
FONTE: IBGE, 2010. Adaptado por CAMACHO, V.; VAN DEN BRULE, 2017.

Mapa 7 - Rendimento médio mensal dos responsáveis em Juazeiro do Norte



FONTE: IBGE, 2010. Adaptado por CAMACHO, V.; VAN DEN BRULE, 2017.

Mapa 8 - Responsáveis sem rendimento mensal de Juazeiro do Norte



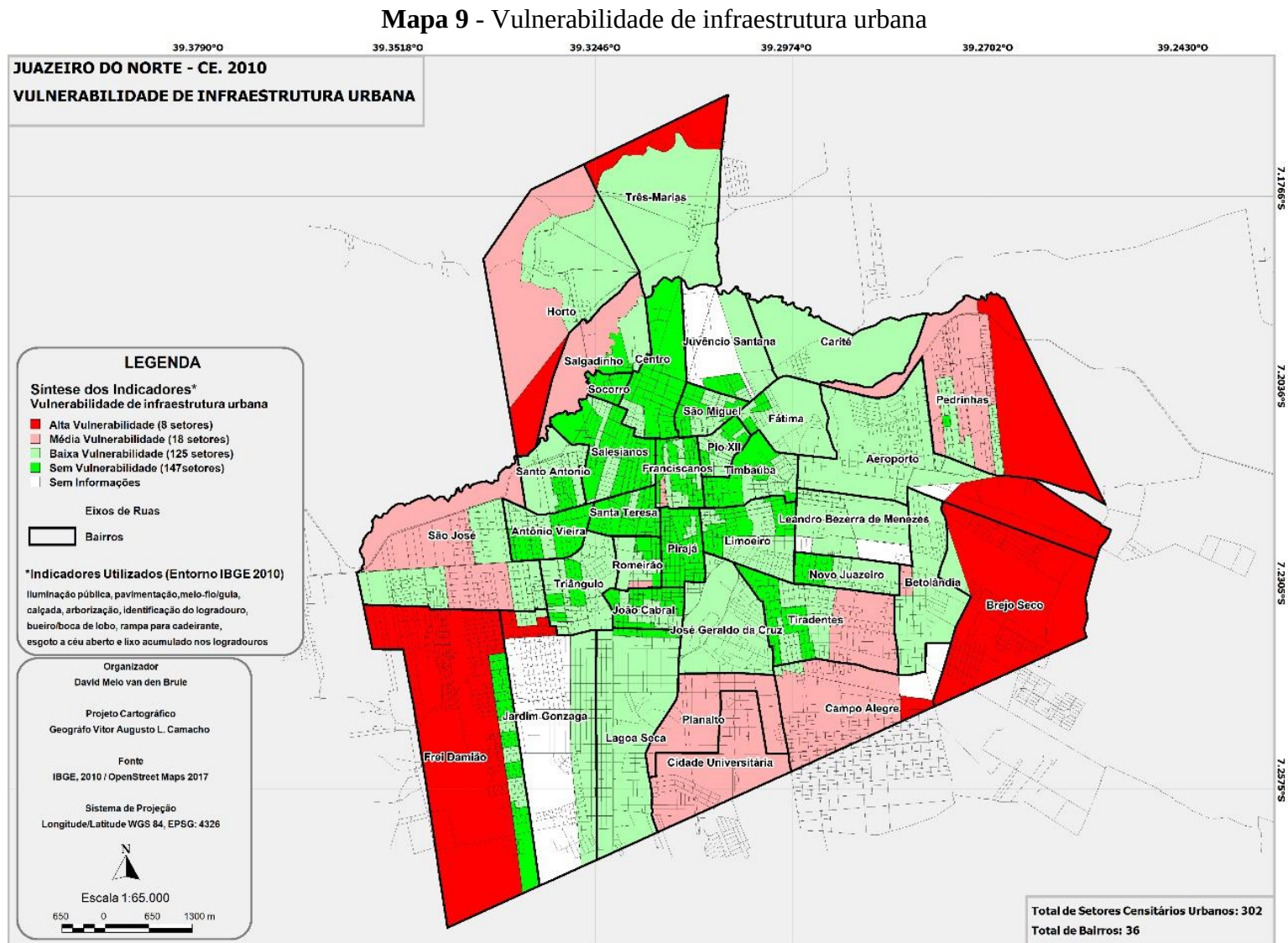
FONTE: IBGE, 2010. Adaptado por CAMACHO, V.; VAN DEN BRULE, 2017.

Para complementar as informações, segue a tabela elaborada com dados do IBGE (2010):

Quadro 20 - Valor do rendimento nominal mensal médio dos domicílios particulares urbanos com rendimento domiciliar (Reais) Juazeiro do Norte-CE

Bairro	Rendimento (em reais)		
1-Horto	729,63	17-Antônio Vieira	1.299,93
2-Três-Marias	756,11	18-Leandro Bezerra de Menezes	1.347,12
3-Campo Alegre	794,41	19-José Geraldo da Cruz	1.378,56
4-Pedrinhas	800,53	20-Fátima	1.496,85
5-Frei Damião	803,35	21-Limoeiro	1.541,77
6-João Cabral	808,16	22-Santo Antônio	1.597,33
7-Carité	809,08	23-Salesianos	1.626,99
8-Pio XII	955,57	24-Tiradentes	1.636,91
9-Timbaúba	957,25	25-São José	1.641,76
10-Romeirão	1.027,44	26-Socorro	1.684,34
11-Pirajá	1.151,28	27-Betolândia	1.724,12
12-Santa Teresa	1.207,39	28-Salgadinho	1.890,43
13-Brejo Seco	1.213,20	29-São Miguel	1.931,39
14-Triângulo	1.222,88	30-Novo Juazeiro	2.087,17
15-Juvêncio Santana	1.250,39	31-Jardim Gonzaga	2.657,61
16-Franciscanos	1.276,62	32-Aeroporto	2.908,00
		33-Centro	2.983,88
		34-Cidade Universitária	3.186,01
		35-Lagoa Seca	4.487,50
		36-Planalto	8.992,95

Fonte: IBGE, 2010.



FONTE: IBGE, 2010. Adaptado por CAMACHO, V.; VAN DEN BRULE, 2017.

No mapa da coleta de lixo não vimos uma deficiência significativa, pois 95,84% dos domicílios possuem cobertura da coleta. Os bairros Campo Alegre, Brejo Seco, Pedrinhas, Horto, Salgadinho, Aeroporto, Tiradentes sofrem com uma desassistência nesse sentido. De certo modo as áreas mais desassistidas são as que o rendimento não é tão expressivo, o que sobressai é o caso do bairro Aeroporto que possui um rendimento acima dos demais. Considerando a proximidade com o Aeroporto da cidade a presença de lixo acumulado pode ser um atrativo para alguns pássaros, colocando em risco (de colisão com aeronaves) não só a vida daqueles que moram na localidade, mas também daqueles que chegam ou saem da cidade.

O total de domicílios ligados à rede geral de água chega a 94%, os bairros que sofrem uma maior desassistência foram: Brejo Seco, Planalto, Aeroporto, São José; mas quando o índice analisado é a ligação dos domicílios com o serviço de rede de esgotamento sanitário a cidade apresentou sérias dificuldades com apenas cerca de 35,88% em 2010. O centro geométrico da cidade apresenta os melhores índices, enquanto a parte periférica são os diversos domicílios ainda não foram ligados a rede de esgotamento sanitário.

Quanto à questão dos rendimentos, os bairros que apresentam os melhores indicadores foram Aeroporto, Centro, Cidade Universitária, Lagoa Seca e Planalto e os bairros com os piores indicadores: Horto, Três Marias, Campo Alegre, Pedrinhas, Frei Damião, João Cabral. Das áreas com os melhores rendimentos apenas o bairro Planalto apresentou média vulnerabilidade.

Sobre o aspecto da infraestrutura física e a produção e circulação do valor Harvey observa que

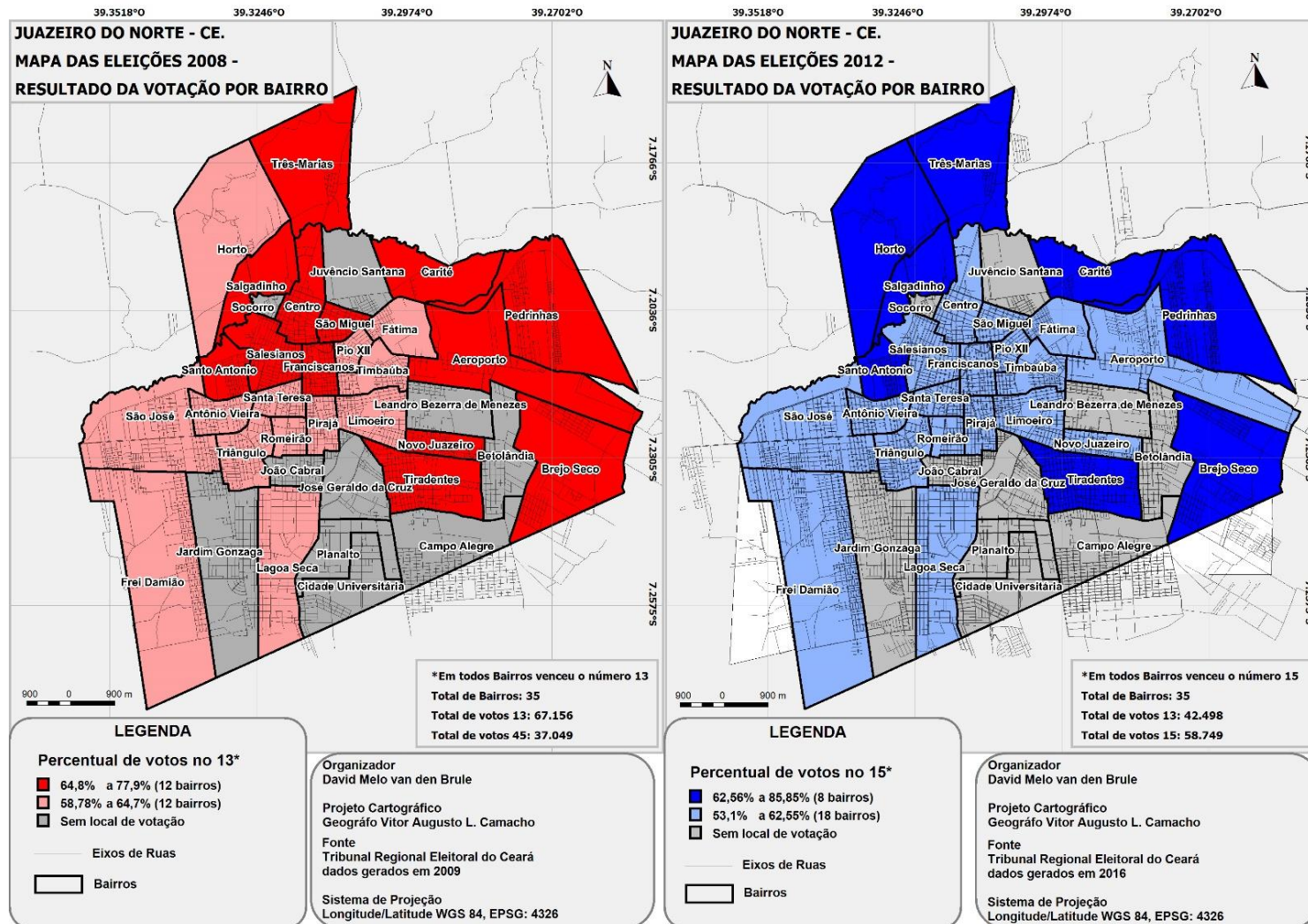
Com o tempo, a formação de infraestrutura física de longo prazo e geralmente de grande porte tornou-se cada vez mais importante para o capital. Ela forma, por assim dizer, um circuito secundário de capital em virtude da maneira singular pela qual responde aos caminhos da acumulação do capital em geral no espaço e no tempo e os determina (HARVEY, 2018, p. 152).

Ao observar os mapas vimos que a cidade apresenta um modelo “clássico”, onde o centro geográfico e suas áreas mais próximas são revestidas de uma maior infraestrutura e consequentemente menor índice de vulnerabilidade urbana, enquanto as áreas periféricas carecem de certos serviços e infraestrutura. Revela ainda que a desigualdade de renda aparece como um marco para a configuração espacial, com boa infraestrutura só quando aliada à densidade residencial e à sua idade de expansão do perímetro urbano, pois bairros como Lagoa Seca, Planalto e Aeroporto que apresentam os maiores rendimentos, em alguns serviços e aspectos quanto à infraestrutura, também se mostraram deficientes.

É preciso fazer uma ressalva, o bairro Planalto, por abrigar o condomínio dos juízes e apresentar uma pequena densidade demográfica, exibiu a melhor renda no dado censitário, no entanto, quando considera população e renda, Lagoa Seca apresenta o melhor índice. Os que apresentaram os piores rendimentos foram: Horto; Campo Alegre, Brejo Seco, Frei Damião e Pedrinhas. Os bairros com pouco abastecimento de água foram: Brejo Seco, São José, Planalto e Aeroporto; com pouca ligação com a rede de esgoto: Horto, Frei Damião, Brejo Seco e Pedrinhas. Analisando o cruzamento de quantas vezes o bairro foi marginalizado (considerando os índices coletados acima citados) e a quantidade populacional, vimos que o bairro Frei Damião apresentou os piores índices, seguido dos bairros Pedrinhas e Horto. É importante frisar que esses dados são do censo de 2010 e de certo em breve serão atualizados.

Buscando saber se existiu correspondência entre as Eleições de 2008-2012 com a materialidade exposta através dos mapas das desigualdades socioespaciais, foi importante relembrar os mapas das eleições para prefeitos (democracia representativa) que colocaram o PT no poder e o tiraram em seguida. Verificou-se, com isso, que não existe correspondência explícita entre mapas de materialidades, e a expressão clássica da opinião manifestada individualmente nas urnas nas eleições. Interessante notar que em Juazeiro do Norte nunca foi reeleito nenhum candidato ao cargo máximo do executivo. Em ambos os mapas foram utilizados os percentuais obtidos em votação de cada legenda em relação ao total de votos pelo bairro em questão. Pôde-se observar que, nos dois momentos, as legendas vitoriosas ganharam em todos os bairros.

Mapa 10 - Eleições votação por bairro: votos do PT (lado esquerdo) e votos do PMDB (lado direito) de Juazeiro do Norte (2008-2012)



FONTE: Tribunal Eleitoral do Ceará. Adaptado por CAMACHO, V.; VAN DEN BRULE, 2017.

Esse tipo de vulnerabilidade socioespacial revelado por meio dos mapas, demonstra uma das dimensões da injustiça sob a perspectiva distributiva, apresentado no capítulo primeiro. Segundo Soja, “a desigualdade distributiva é a expressão mais básica e óbvia da injustiça espacial” (2010, p. 83, tradução nossa¹¹¹). Essa vulnerabilidade manifesta-se em inúmeras dificuldades enfrentadas cotidianamente, o que limita o desenvolvimento das capacidades do ser. Para Soja:

Um certo grau de desigualdade distributiva é inevitável, em parte devido aos efeitos diferenciais da localização e distância relativas entre consumidores e em parte devido às decisões de localização tomadas pelos indivíduos que produzem os serviços (2010, p. 83, tradução nossa¹¹²).

Face a essas dificuldades, o debate gira em torno de como o Estado deveria agir. Na teoria política da justiça existem, pelo menos duas vertentes do liberalismo, a primeira foi o libertarianismo, já a segunda promoveu uma discussão em torno da justiça como equidade.

O primeiro advoga a supremacia da liberdade, conhecida como versão libertária. Na economia, esse pensamento ficou conhecido através da ideia livre mercado, participação mínima do Estado e restrições na política social. As desigualdades para essa perspectiva são fruto do esforço individual. Taxar ricos nessa razão pode ser compreendida como uma medida coercitiva ao onerar a liberdade de escolha daquele que lutou para possuir os frutos de seu trabalho.

Os que se identificam com os valores libertários rejeitam o paternalismo, a legislação sobre a moral e a redistribuição de renda e a riqueza, o que, para alguns, seria uma injustiça, dado que cada indivíduo tem o direito da posse sobre si mesmo, princípio elaborado por Nozick (1991), conhecido também como arbitrariedade moral dos talentos naturais.

São expressões políticas significativas das ideias libertárias de Ronald Reagan e Margaret Thatcher na década de 1980, na economia e filosofia, o austríaco Friedrich A. Hayek (1899-1992) e Milton Friedman (1912-2006). Na filosofia política, é Robert Nozick (1991) quem elabora a defesa aos preceitos libertários, com a ideia do livre mercado e Estado ultra mínimo; para ele, as pessoas não devem ser forçadas a fazer algo que não querem. Nesse pensamento, o Estado deve limitar-se a proteger seus cidadãos contra a violência e fiscalizar o cumprimento dos contratos.

¹¹¹ La desigualdade distributiva es la expresión más básica y obvia de injusticia espacial. (SOJA, 2010, p. 83)

¹¹² Es inevitable um certo grado de desigualdade distributiva, em parte debido a los efectos diferenciales de la localización relativa y de la distancia entre los consumidores y em parte debido a las decisiones de localización realizadas por los particulares que producen los servicios. (SOJA, 2010, p. 83).

Em contraposição a essas ideias, e para resolver esse dilema da justiça e da liberdade (na construção do consentimento), Sandel faz o seguinte questionamento: “somos proprietários de nós mesmos?” O autor invoca três exemplos, vendendo rins, suicídio assistido e canibalismo consensual para revelar a insustentabilidade das ideias de que somos donos de nós mesmos. O terceiro caso é o mais insano, alento para filme de terror¹¹³.

No caso do canibalismo, o nível de percepção de vida boa para um sujeito que se submete a tal situação pode estar aquém de um ideal normativo. Existe uma lição por trás da história citada, a origem dos pensamentos e desejos insanos do canibal podem estar vinculados ao abandono do pai e de seus dois irmãos quando criança, argumento este citado pelo assassino em seu depoimento. Essa história revela o tamanho dos males que o abandono pode causar, sendo considerada uma injustiça que pode ser sentida durante anos.

Fazendo um paralelo com este caso, observa-se que o Estado tem um dever moral com seus cidadãos, e os indivíduos com seus grupos. O abandono por parte do Estado é a ausência de comprometimento cívico, é um ataque à possibilidade de fortalecimento dos laços coletivos, um desrespeito social, uma injustiça.

Sandel também dialoga com outro exemplo, também trabalhado por Nozick, de um jogador de basquete, para questionar se ganhos do melhor jogador poderiam ser tributados? Para a perspectiva libertária, tais ganhos são frutos eminentemente do resultado de seu talento e desenvolvimento pessoal, mas Sandel assevera que não e insere as seguintes objeções:

Objeção 1 a taxação não é tão ruim quanto o trabalho forçado

Objeção 2 o pobre precisa mais do dinheiro

Objeção 3 Michael Jordan não joga sozinho. Portanto, ele tem uma dívida para com aqueles que contribuem para seu sucesso

Objeção 4: Jordan não está, na verdade, sendo taxado sem o seu consentimento. Como cidadão de uma democracia, ele tem voz ativa para interferir na elaboração de leis referentes aos impostos aos quais está sujeito.

Objeção 5: Jordan é um homem de sorte (SANDEL, 2012, pp. 86-90).

No outro polo, aparece a justiça como equidade de John Rawls, o qual buscou corrigir essas distorções que ocorrem numa economia de mercado, e, para isso, construiu o princípio da diferença. De acordo com seu raciocínio:

(b) as desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições: primeiro, devem estar vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades; e, em segundo lugar, têm

¹¹³ Caso de canibalismo consentido em que o alemão Armin Meiwes de 42 anos de idade, matou e comeu o engenheiro Bernd Juergen Brandes. O assassino contou que “há centenas, milhares [de pessoas] lá fora querendo ser comidas”, mas disse que não eram do tipo certo”. [...] “ele esquartejou o corpo, retirando 30 quilos de carne para armazenar no freezer. Depois, comeu dois terços desta porção”. Matéria disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u66241.shtml> Acesso em: 28 mar, 2017.

de beneficiar ao máximo os membros menos favorecidos da sociedade (o princípio de diferença) (RAWLS, 2003, p.60).

Sobre este aspecto, Bernard Bret questiona se todas as desigualdades são injustas. Inspirado em Rawls, ele diz o seguinte:

As respostas a esta pergunta diferem de acordo com a teoria a qual nos referimos, mesmo implicitamente. A intuição espontânea muitas vezes considera que a justiça é confundida com a igualdade. Mas há outras maneiras de ver e, no que diz respeito à justiça espacial, é impossível imaginar uma organização de espaço que garanta a todos o mesmo acesso a todos os serviços. [...] Justiça, nesta perspectiva, neste ponto de vista, não deve ser confundido com o igualitarismo, mas combina a igualdade do valor intrínseco de pessoas e, portanto, os seus direitos iguais, com a otimização das desigualdades de lucro, a favor dos mais modestos, no acesso aos bens materiais e posições sociais (BRET, 2015, p. 1, tradução nossa¹¹⁴).

O princípio da diferença de Rawls ainda que legítimo valida a desigualdade, pois o autor está preocupado com a estrutura básica da sociedade e como ela distribui seus benefícios. Para Rawls, a questão a saber é se o sistema de justiça faz com que a riqueza dos mais ricos beneficie os menos favorecidos, mas dessa forma ele não vai até a raiz do problema. Segundo Souza (2008), “uma perspectiva rawlsiana é, na prática, apropriada, quando muito, apenas para a tarefa nada ambiciosa de melhorar um pouco a qualidade de vida de grupos desprivilegiados *nos* *marcos* das sociedades capitalistas” (SOUZA, 2006, p. 47).

Segundo o projeto lefebvriano, a transformação social só poderá ocorrer via ruptura com o Estado, de outro modo, é apenas lidar com o reformismo. Para ele, justiça está em destinar a cidade aos usuários e não aos especuladores e aos promotores capitalistas. Isso exige uma reorientação do crescimento (com desenvolvimento social qualitativo dirigido para às

¹¹⁴ Ces inégalités constituent-elles des injustices? Les réponses données à cette question divergent selon la théorie à laquelle on se réfère, fût-ce implicitement. L'intuition spontanée fait souvent considérer que la justice se confond avec l'égalité. Mais, il est d'autres façons de voir et, s'agissant de la justice spatiale, il est impossible d'imaginer une organisation de l'espace qui garantirait à tous d'une façon identique l'accès à tous les services. [...] La justice, dans cette perspective, ne se confond pas avec l'égalitarisme, mais combine l'égalité de la valeur intrinsèque des personnes et donc l'égalité de leurs droits, avec l'optimisation des inégalités au bénéfice des plus modestes sur le plan des biens matériels et des positions sociales. (BRET, 2015, p.1). Disponível em: <http://geoconfluences.ens-lyon.fr/informations-scientifiques/a-la-une/notion-a-la-une/notion-a-la-une-justice-spatiale>. Acesso em: 19 jun. 2017.

necessidades sociais¹¹⁵) e uma democracia concreta pautada na autogestão¹¹⁶. Lefebvre aponta para um novo humanismo, e recorre a dois aspectos: a transdução¹¹⁷ e a utopia experimental¹¹⁸.

Ao que vimos no primeiro capítulo, a dimensão da justiça na perspectiva distributiva apenas não é suficiente. É sabido que não existe um princípio único para sanar de uma vez por todas as controvérsias que ocorrem no seio da sociedade sobre as questões de justiça e injustiça, igualdade e desigualdade, bem comum e liberdade. Trabalhar com a justiça é saber dialogar com conflitos e interesses divergentes. Por isso, adentraremos em outros aspectos da justiça/injustiça no capítulo seguinte.

Na nossa visão, a definição mais ilustrativa do que significa justiça para Michael Sandel encontra-se na seguinte frase “questões de justiça são indissociáveis de concepções divergentes de honra e virtude, orgulho e reconhecimento. Justiça não é apenas a forma certa de distribuir as coisas. Ela também diz respeito à forma certa de avaliar as coisas” (SANDEL, 2012, p. 322-323).

Justiça não é um tema absorto, não é passível de unificação plena, universal, atemporal e aespacial, pois está suscetível aos desígnios da interpretação e dos valores da sociedade dentro de um contexto espaço temporal. Interrogar como se constroem esses valores é um passo certo na direção do entendimento do que seja justiça.

A filosofia política, como vimos, não ofertou apenas uma visão de justiça. Parte de seu conteúdo deriva da interpretação, que por sua vez está baseada em crenças e valores nem sempre tão claros e bem definidos em nossas cabeças. Decorridos vinte e sete anos entre a publicação de “Liberalismo e os limites da justiça” (1982) para “Justiça: O que é fazer a coisa certa” (2009), Sandel afirma não ter uma resposta satisfatória para essa questão, mas lança algumas alternativas. Segundo ele:

¹¹⁵ Sejam necessidades existentes e/ou necessidades ainda por serem criadas, quanto as necessidades existentes o autor cita: instrução; educação; trabalho; cultura; repouso; lazer; saúde; habitação; natureza entre outras. Quanto as necessidades possíveis de serem criadas, só um novo humanismo e seu experimentalismo poderá revela. (LEFEBVRE, 2001).

¹¹⁶ [...] “Autogestão generalizada implica o desaparecimento do Estado e o fim do político como tal”. [...] (LEFEBVRE, 1999, p.163).

¹¹⁷ [...] A transdução elabora e constrói um objeto teórico, um objeto *possível*, e isto a partir de informações que incidem sobre a realidade, bem como a partir de uma problemática levantada por essa realidade. A transdução pressupõe uma realimentação (*feed-back*) incessante entre o contexto conceitual utilizado e as observações empíricas. Sua teoria (metodologia) formaliza certas operações mentais espontâneas do urbanista, do arquiteto, do sociólogo, do político, do filósofo. Ela introduz o rigor na invenção e o conhecimento na utopia. (LEFEBVRE, 2001, p. 108).

¹¹⁸ A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida quotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem-sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? (LEFEBVRE, 2001, p. 108)

[...] uma sociedade justa requer um forte sentimento de comunidade, ela precisa encontrar uma forma de inculcar nos cidadãos uma preocupação com o todo, uma dedicação ao bem comum. Ela não pode ser indiferente às atitudes e disposições, aos “hábitos do coração” que os cidadãos levam para a vida pública, mas precisa encontrar meios de se afastar das noções da boa vida puramente egoístas e cultivar a virtude cívica (SANDEL, 2012, p. 325).

Dentre suas alternativas, o primeiro desafio é a aceitação que a política deve levar a sério as questões morais e espirituais; o segundo é refletir se estamos valorizando as coisas certas. Ao lançar mão do discurso de Kennedy, Sandel prolifera a ideia de que a sociedade de mercado permanece distante das coisas valiosas, como saúde, educação, alegria, união, inteligência, integridade, talento, coragem, sabedoria, aprendizado e compaixão. Suas alternativas correspondem ao fortalecimento da cidadania, dedicação ao bem comum com base na responsabilidade mútua, combate o egoísmo e a desigualdade, e alimenta o cultivo da solidariedade como virtude cívica.

Esta perspectiva amplia o significado da política e estabelece limites morais ao mercado. A crítica à desigualdade é realizada por aqueles que se deleitam com o ideal de justiça, com Sandel não é diferente. O motivo mais importante para se preocupar com a desigualdade é que ela enfraquece a solidariedade. Cada vez mais as pessoas estão vivendo em mundos distintos, separados pelo poder de compra e isso, para o processo formativo da aprendizagem dos valores na capacidade de compreender o outro, tem danos. Eis a seguinte observação:

O abastado manda seus filhos para escolas particulares [...] Academias privadas substituem os centros recreativos e as piscinas comunitárias. Os empreendimentos residenciais de alto padrão têm segurança própria e não dependem tanto da proteção da polícia. Um segundo ou terceiro carro acaba com a dependência do transporte público. (...). Os mais ricos afastam-se dos logradouros e dos serviços públicos, deixando-os para aqueles que não podem usufruir de outro tipo de serviço (SANDEL, 2012, p. 328).

Para o autor, ocorrem no mínimo dois efeitos negativos, um fiscal e outro cívico; o não auxílio aos impostos dificulta a universalização e melhoria do serviço. Significa que essa onda crescente de privatização provocou um esvaziamento do espaço público e a precarização do serviço público, o que diminui a exigência com a qualidade e o aprimoramento.

No final do livro “Justiça: o que é a coisa certa a fazer” o autor propõe pensar “o respeito” sob duas acepções : a primeira significa não perturbar, manter distância, para o autor esse é um entendimento evasivo e pode provocar retrocessos e ressentimentos, capazes de gerar um discurso descomprometido; quanto ao segundo modo de ver o respeito, o autor instiga uma

perspectiva que possibilite a aproximação de mundos distintos, encorajando os cidadãos a levarem suas convicções morais e religiosas para o debate público.

A solução proposta por Sandel é aprendermos a debater em público. O diálogo é evitado porque discordamos do que seja justiça e “sobre o melhor modo de valorizar os bens sociais. É como se transferíssemos nosso julgamento moral para os mercados porque não queremos nos ver envolvidos nos conflitos” (SANDEL *apud* WOLF, 2016, p. 138).

Essa visão acredita que é justamente por meio do debate público sério que podemos avançar. Nesse espaço, após um exame constante e profundo, é que sabemos o quanto estamos apegados a alguns valores, o quanto reconhecemos a real importância do outro e onde mora a nossa capacidade de ouvir. O terreno é escorregadio e árduo e, nesse caminho, pode-se erguer o sentido da vida.

Os dilemas éticos e morais permeiam nossa sociedade por longos anos e um desafio que Sandel nos convida a raciocinar é: “se a reflexão moral consiste em harmonizar os julgamentos que fazemos com os princípios que afirmamos, como pode tal reflexão nos levar à justiça ou à verdade moral?” (SANDEL, 2012, p. 38). Para ele, a resposta reside no diálogo, isso deve ser uma busca coletiva, “não podemos descobrir o significado da justiça ou a melhor maneira de viver apenas por meio da introspecção” (Idem, 2012, p. 38). A seguir as principais ideias dos nossos entrevistados acerca das concepções sobre o desenvolvimento urbano e da justiça/injustiça.

4.10 DESEJOS E ASPIRAÇÕES DE NOSSOS ENTREVISTADOS

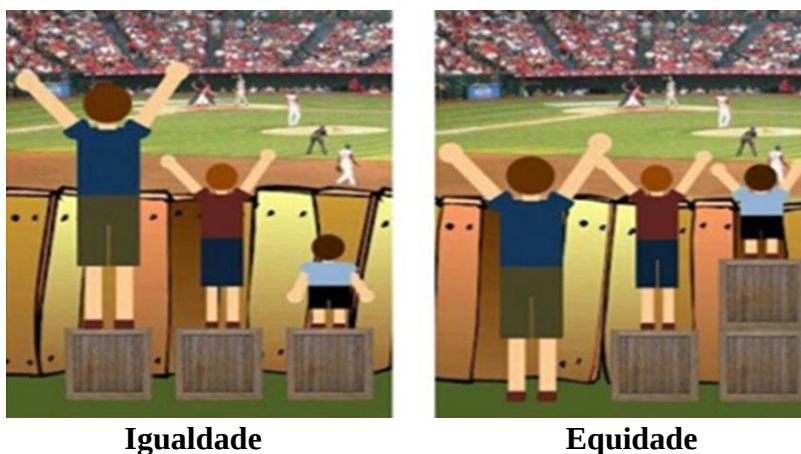
Manoel Raimundo de Santana Neto foi primeiro prefeito do PT a assumir o poder executivo no município de Juazeiro do Norte-CE. Sobre o desenvolvimento urbano e a justiça Santana nos relatou:

É nós construirmos através de parceria um mundo mais alegre, mais justo, mais feliz. E a sociedade dividir os fardos das dificuldades próprias da vida, eu não sei fazer casa, mas tem quem faça. Eu sei tratar as pessoas que fazem as casas e a gente faz essa reciprocidade [...] Eu acho que todo mundo tem que ter o mínimo necessário para viver e o mínimo que eu digo é o mínimo que garanta uma vida boa. Uma vida feliz e deve ser reconhecido o talento daquele que tem talento e saber se diferenciar. Mas, eu sou radicalmente contra a concepção do capitalismo da apropriação infinita, sem limite! A pessoa pode ter um bilhão, por ter dois, tem cem mil, pode ter quanto? Tudo? Pode ter tudo! Aí de repente quer dominar o mundo todo. Ser dono do mundo todo. Se deixar eu acho que vai caminhar para isso. Acho que tem que ter um freio nessa ganância, nessa ambição desenfreada. Eu acho que para corrigir essa desigualdade do mundo só vai se for desse jeito [...]. É preciso colocar um

freio na acumulação de renda, de poder e de dinheiro. [...] Para mim, a justiça social é todo mundo vivendo uma vida digna [...] O princípio da equidade, que diz que você deve dar mais atenção a quem mais precisa, é diferente da igualdade (Entrevista realizada com Santana, prefeito, em fevereiro de 2018).

Em sua fala, o prefeito lembra da seguinte charge para representar o que seria equidade:

Gráfico 12 - Diferença entre igualdade e equidade



Marta, economista de formação, foi a primeira secretária da Seplad, depois dela, vieram Luís Felisberto e Nailê Candido. Quanto à concepção de Marta acerca do desenvolvimento urbano, considerou os seguintes aspectos: mobilidade urbana; desenvolvimento social; desenvolvimento econômico; integração de obras de infraestrutura às questões de saúde e educação para que a cidade funcione. Defende ainda construir cidades focada nas pessoas;

Olha David, eu acredito que hoje a gente não fala só em desenvolvimento urbano. A gente fala em desenvolvimento da cidade. O desenvolvimento da cidade ele perpassa tanto a questão da mobilidade da parte urbana como também ele vai tratar o desenvolvimento social e econômico. Então, hoje o desenvolvimento da cidade precisa ser trabalhado em vários eixos integrados, interligados para que a cidade funcione. Porque não adianta eu fazer obras, não adianta eu estruturar a cidade bonitinha se eu não tenho um serviço de saúde adequado, se eu não tenho um serviço de saneamento básico, se eu não vou ter uma educação para pessoas manterem aquela cidade. É um trabalho integrado que vai envolver um *holl* de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da cidade como um todo e possuindo como centro de tudo a pessoa, o cidadão. A cidade seja construída para pessoa, não para o carro, não para loja, não para indústria, mas a cidade seja construída para pessoa, aí sim é o desenvolvimento da cidade focada no cidadão, eu acredito nisso.

David: Quando se fala em justiça o que é que lhe vem à cabeça?

Marta: fazer o que é certo. É que muitas vezes o que é legal não é legítimo, né! E justiça ela vai passar por uma questão de equidade social, de amparo, de cuidado e de fazer o que é certo (entrevista realizada com Marta, secretária da Seplad, em outubro de 2018).

Joelmir militou nos movimentos sociais, fez graduação em Administração Pública na Universidade Federal do Cariri, é ativista social e criador da Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa (EPUCA). Sua visão acerca do desenvolvimento urbano afirma o seguinte:

[...] Eu posso falar que uma cidade é sustentável se ela não consegue garantir o direito de ir e vir do cidadão? [...]. Talvez essa seja uma boa representação da ideia de sustentabilidade, uma cidade que faz a escolha de inverter a lógica que está aí e priorizar os excluídos. A gente trata muito a cidade na perspectiva da igualdade e não dá para tratar iguais os diferentes né, talvez a palavra seja equidade mesmo, e quando eu assumo o compromisso com a equidade eu estou dizendo o seguinte: eu preciso garantir a todos o direito de acesso à saúde, à educação, à moradia, ao saneamento, enfim, a tudo que é direito básico e para fazer isso eu tenho que garantir o tratamento diferenciado, porque eu só vou garantir ao cadeirante o direito de acessar – esse shopping que a gente está agora conversando se ele tiver uma rampa de acesso, no mínimo, eu só vou garantir à pessoa cega o direito de usar um equipamento público, um elevador, por exemplo, se esse elevador tiver sinais em braille. Então, não dá para dizer que eu tenho um equipamento com tratamento igual para todo mundo, [...]. Então é preciso encarar a necessidade inclusive de ter um tratamento diferenciado, de corrigir distorções históricas, de tratar a comunidade historicamente excluída. Na hora de distribuir os recursos em Juazeiro do Norte hoje, eu não posso garantir a mesma quantidade de recurso para Lagoa Seca e o João Cabral, porque a dívida histórica que Juazeiro tem com João Cabral é muito maior, então essa distorção precisa ser corrigida e para ela ser corrigida eu preciso priorizar os excluídos, embora eu sabendo que vou governar para todos. Então, eu acho que essa perspectiva de governo de priorizar os excluídos, ela se aplica à ideia de sustentabilidade, a cidade para ser de todo mundo precisa remover as distorções históricas que a gente tem, precisa e aí tem uma coisa que eu acho que é legal [...]. Como é que eu vou fazer isso, se eu tenho recursos limitados e o que tenho não é isso tudo quanto dizem? Eu não tenho recursos públicos para tudo. [...]. Precisa primeiro que a decisão política priorize quem mais precisa, segundo sensibilizando a própria sociedade para isso. Se eu tenho duas comunidades vizinhas e as duas demandam escola, eu posso promover o intercâmbio entre essas duas comunidades, para que uma dessas comunidades perceba a dor do outro e talvez ao perceber a dor do outro, perceba que a dor do outro é maior [...] para gente construir cidades sustentáveis, além de toda a concepção de cidade sustentável que vem sendo discutida, é apostar na sensibilidade humana, na humanidade das pessoas e na capacidade das pessoas se colocarem no lugar do outro e ao fazer isso perceberem o que é prioridade, não sou eu sozinho enquanto gestor que vou definir a prioridade, por mais sensível que eu seja, mas eu vou compartilhar esse exercício e ao fazer isso, assim estou promovendo cidadania, formação, sensibilização, estou contribuindo para melhorar as pessoas (entrevista realizada com Joelmir, técnico do Núcleo Gestor na gestão do PT, em setembro de 2016).

Rosane Moraes, 38 anos, morou boa parte de sua vida em Fortaleza (capital do Ceará), chegou a trabalhar com o Plano Diretor de Acaraú. Na época (2011-2012), era concursada participando do Núcleo Gestor da equipe técnica municipal para a revisão do PDDU de Juazeiro do Norte-CE. A entrevistada nos revelou o seguinte:

É acabar com a desigualdade social. É exterminar a desigualdade social. É equiparar a questão econômica das pessoas e distribuição de renda. A gente não pode ter uma pessoa ganhando cem mil reais por mês e outro pedindo esmola no sinal. Está errado isso. Não tem condição. Não tem condição de um jogador de futebol está ganhando milhões e você que passou a vida toda estudando né, trabalhando, de pedreiro, construindo prédios, se você não tem nem onde morar. Está errado isso. Distribuição de renda é acabar com a desigualdade social (entrevista realizada com Rosane, técnica do Núcleo Gestor, em setembro de 2018).

Nailê é pedagoga de formação, radialista, professora universitária, educadora física e participou de diversas gestões. Esteve como secretária da Seplad nos últimos meses da gestão. Ela comenta sobre o propósito do desenvolvimento urbano:

O propósito do desenvolvimento urbano é desenvolver. Desenvolvimento significa ampliar todos os benefícios, ampliar todas as ações que se materializem em condições mais saudáveis, que se materializem em uma cidade organizada, em uma cidade saneada, em uma cidade com água potável para todos. Em uma cidade acessível, onde a acessibilidade seja real, acessibilidade física, acessibilidade tecnológica, acessibilidade comunicacional, aos programas e às políticas públicas, acessibilidade num todo. Isso é desenvolvimento. [...] O que nós vemos agora é a degradação, a depredação, a destruição do planeta terra. Nossos rios não têm mais água e aqueles que têm estão poluídos. Nosso ar já está difícil de respirar. Nossos animais que outrora existiam em abundância nos quintais, agora só na mata fechada [...]. Então, desenvolvimento significa isso, significa criar estratégias, criar condições para ampliar o atendimento à saúde com qualidade, ampliar o atendimento à educação com qualidade. Ampliar as condições de nós andarmos nas ruas do nosso município ou de qualquer outro município do Brasil afora e termos consciência de que estamos andando em ruas limpas, [...] desenvolvimento urbano é tornar a área onde vivermos uma área aprazível. Uma área onde possamos viver e desenvolvermos como seres humanos em todos os aspectos: intelectual, moral, social, isso sim. Eu continuo sonhando com isso, continuo esperando que um dia nossos municípios tenham gestores de verdade. Porque enquanto nossos gestores comprarem o voto como nós vemos em toda eleição. Enquanto as câmaras de vereadores forem esse antro de perdição, esse antro de prostituição que nós vemos nos municípios, não vai acontecer o desenvolvimento [...] Essa cambada de oportunistas que usando da inocência do povo engorda seu contracheque e vai passear em Miami e isso está difícil de mudar. Mas, como a esperança não morre nunca eu continuo esperando. [...]. Por que o que é justiça? É fazer o que é justo. O que é justo? É ser coerente. É ser competente naquilo que faz. É olhar as pessoas com a mesma medida. “Ah! Fulano fez isso. Ele é filho de quem? Ele vem de onde?” Não, é um ser humano e a pessoa precisa ser julgada. [...]. Então, justiça para mim é isso. Justiça é ser correto. Justiça é onde nós podemos confiar nas decisões judiciais, confiar no Supremo Tribunal Federal. [...] Justiça é você tratar as pessoas com respeito dando a cada um o seu devido valor. Justiça é você saber ouvir. Justiça é você esperar para falar quando chegar sua vez. Justiça é você não se calar diante das injustiças. Justiça é você olhar para a sociedade e ser sensível ao que acontece nela. Para mim, justiça é isso e é o que falta muito (entrevista realizada com Nailê secretária da Seplad, em fevereiro de 2018).

Dênia é tecnóloga da construção civil, assistente social e trabalhou na Secretaria de Habitação. Para ela, desenvolvimento urbano é:

Todo desenvolvimento leva à justiça social, ele está ligado a tudo certo! A minha cidade ela vai estar ligada, a forma que eu utilizo meu solo leva o bem-estar à minha sociedade? Se eu utilizo mal meu solo todo outro vai entrar em conflito. Porque está tudo aqui em cima do meu solo, se eu construo uma clínica e na minha clínica eu coloco uma rampa íngreme eu já estou dando impacto naquele cadeirante, aquela pessoa da terceira idade, então todo o meu solo como eu utilizo ele leva ao meu social e tudo vai acabar no social. A minha educação, a minha saúde tudo vai acabar no social, o meu econômico, a minha indústria vai tudo acabar no social. As pessoas têm que entender que elas não entendem que tudo é o social (entrevista realizada com Dênia Rocha, assistente social, em junho de 2018).

Quadro 21 - Concepções de mundo, desenvolvimento urbano e visão da justiça/injustiça

(continua)

ENTREVISTADO	DESENVOLVIMENTO URBANO (Aspecto valorizados)	JUSTIÇA (Atitudes valorizadas)	INJUSTIÇA (Atitudes Rejeitadas)
Santana	Vida boa; Dignidade; Felicidade; Reconhecer os talentos; Reciprocidade no mundo do trabalho; Gerar oportunidade para os excluídos;	Corrigir a desigualdade; Todo mundo vivendo uma vida digna; Equidade: dar atenção a quem mais precisa; Compromisso com a comunidade; Gerar oportunidade para os oprimidos; Colocar limite no poder e no dinheiro; Colocar freio na ganância, na ambição desenfreada e na acumulação de renda;	Ambição; Ganância; Desigualdade social; Acumulação de renda; Estado controlado por uma elite; Opressão de uma classe por outra; Apropriação infinita permitida pelo capitalismo;
Marta	Mobilidade Urbana; Gerar infraestrutura; Desenvolver o social; Desenvolver o econômico; Cidade para as pessoas; Promover saúde e educação; Gerar consciência participativa;	Amparo; Cuidado; Equidade; Ajudar o próximo; Fazer o que é certo;	Egoísmo; Cidade para a loja; Cidade para o carro; Visão a curto prazo; Ausência do olhar para o bem público;
Joelmir	Priorizar os excluídos; Perceber a dor do outro; Sensibilidade humana; Gestão participativa; Desenvolver o afeto entre as pessoas e afeto com o próprio espaço;	Equidade: entendida como garantia de todos ao direito de acesso à saúde, a educação, a moradia, ao saneamento e a inclusão; Cuidado; Garantir direitos; Corrigir distorções históricas;	Egoísmo Indiferença; Exclusão social; Negação do outro; Foco na economia; Democracia eleitoral; Predominância do masculino e da razão; Modelo de Estado que não serve;

Quadro 21 - Concepções de mundo, desenvolvimento urbano e visão da justiça/injustiça (conclusão)			
Rosane	Igualdade social; Conhecer os direitos humanos; Trabalhar a cidadania nas escolas; Ampliar a capacidade de escolha; Gerar oportunidade para o desenvolvimento das pessoas;	Se reconhecer no próximo; Reconhecer o valor do outro; Equiparar a distribuição de renda; Colocar limite na acumulação de renda;	Preconceito; Corrupção Política; Déficit habitacional; Desigualdade social; Disparidade econômica; Não aplicabilidade da lei;
Nailê	Cidade saneada; Cidades mais saudáveis; Cidade organizada e limpa; Ampliação dos benefícios; Cidade com água potável para todos Acessibilidade (física, tecnológica, comunicacional); Acessibilidade aos programas e as políticas públicas; Ampliar o atendimento à saúde; Desenvolver o físico, o intelectual, a moral, o social e o espiritual;	Igualdade; Saber ouvir; Tratar as pessoas com respeito; Promover a inclusão e o diálogo; Não se calar diante das injustiças; Ser coerente, competente e correto; Dar o devido valor a cada ser humano; Ação não em benefício próprio, mas em benefício de todos; Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo;	Tirania; Miséria; Compra de voto; Corrupção política; Extinção de animais; Poluição dos rios, do ar; Degradação do planeta terra; Doação de terrenos; Não pagamento do IPTU; Loteamento desordenado; O cadeirante não poder andar nas calçadas;
Dênia	Saúde; Inclusão; Educação; Bem-estar; Justiça social; Prioridade para o social; Utilizar o solo de forma correta;	Fazer a coisa certa; Lutar pelo bem comum;	Violência; Desemprego; Corrupção política; Beneficiar pessoas que já possuem;

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Nossa síntese interpretativa acerca do propósito do desenvolvimento urbano e os aspectos da justiça e injustiça levam-nos a compreender que nossos entrevistados compartilham mais do ideário cidade direito, em face da cidade mercado. Pelo visto, as concepções dos nossos entrevistados não tratam o cidadão como mero consumidor, a ideia de competitividade entre as cidades não foi mencionada, o turismo visto como chave para o desenvolvimento urbano não foi citado. Em contrapartida, valorizou a correção das desigualdades, a justiça através da política de inclusão e o investimento no bem público em detrimento do individual.

Na esfera do desenvolvimento urbano, os desejos dos entrevistados versaram sobre a prioridade para o social, promover saúde e a educação, atender os direitos e investir no desenvolvimento da pessoa humana estiveram em destaque, encontramos apenas uma menção ao desenvolvimento econômico. Ampliação da renda não foi alvo de relevo e a modernização tecnológica não foi citada.

No caso da busca pela justiça, os principais anseios foram: corrigir a desigualdade, proporcionar equidade (entendida como a prioridade do atendimento aos mais necessitados) e reconhecimento do valor do outro (através da promoção da inclusão, na qual permeia aspectos como cuidado e solidariedade), não foi citado a distribuição equitativa dos equipamentos urbanos e o direito ao uso do capital excedente. Quanto às injustiças, a corrupção política, a desigualdade social e o egoísmo (que se revela também em alguma forma de exclusão social), foram os aspectos mais criticados.

A democracia direta aparece como possibilidade de inclusão social através do diálogo, do reconhecimento do valor do outro, mas pouco se falou sobre as disparidades do poder decisório e da possibilidade da incompatibilidade de interesses. Quanto a visão do bem público, perpassa a ideia do senso comum ao colocá-la como sinônimo de bens públicos (oferta de infraestrutura e serviços).

Entretanto, ampliar e fortalecer um sistema realmente democrático poderá ser parte constitutiva de um processo chamado desenvolvimento, onde a prática criadora de oportunidades seja acompanhada pela real necessidade das pessoas, para, dessa forma, sensibilizar na discussão pública uma melhor compreensão sobre as dificuldades alheias.

Cabe, por fim, ressaltar (no que toca aos aspectos valorizados e aspectos rejeitados) entre a visão de nossos entrevistados neste capítulo, para a visão do Estatuto da Cidade e da Proposta Metodológica, houveram mais semelhanças do que diferenças e conflitos.

4.10.1 Considerações Parciais

A dinâmica apresentada na cidade de Juazeiro do Norte, como a tentativa de recomposição do Conselho Municipal do Plano Diretor e, a abertura de diálogo do Núcleo Gestor, na busca por realizar uma revisão participativa, foi um pequeno passo na busca pela capacitação cidadã. Em geral, pode-se destacar a sensibilização sobre a importância da revisão do Plano Diretor, seus entraves e equívocos, a reflexão sobre os instrumentos do Estatuto da Cidade, em especial, a regularização fundiária, a implementação do IPTU progressivo no tempo e gestão democrática da cidade.

Foram muitas as dificuldades enfrentadas, quais sejam: a realidade de que no serviço público predomina a alta rotatividade dos servidores, a não continuidade de planos e programas, a morosidade nas ações (não raro a ausência de qualificação técnica e do conhecimento das leis do Plano Diretor), a insuficiente cobrança do legislativo para com o executivo – sendo a fiscalização por vezes comprometida diante de acordos políticos, o Conselho Municipal do Plano Diretor pouco articulado.

Percebe-se que, a maioria das pessoas está cada vez mais interessada nas questões individuais e não se dedicam a pensar coletivamente em soluções para o bem comum. Além disso, soma-se um grande número de indivíduos que estão desacreditados dos políticos e das políticas públicas, a ausência de fiscalização e vontade política, falta de recurso, tudo isso fez com que o tema da revisão do PDDU não se consagrasse como uma prioridade de governo. A presença do prefeito e dos secretários, para uma maior visibilidade e sensibilização do processo, não foi efetuada com sucesso. O prefeito participou rapidamente de uma reunião, enquanto que alguns secretários não foram sensíveis à causa, pelo contrário, por vezes havia competição interna entre as secretarias.

Em especial, não aconteceram mudanças espaciais positivas voltadas para a melhoria da vida das pessoas, pois a proposta metodológica de revisão com teor participativo ficou apenas no papel e restrita aos técnicos do governo. Logo, constata-se que, em geral, mesmo quando ocorreu participação, foi algo meramente informativo e consultivo — salvos alguns casos —.

Os resultados deste processo foram: a composição da equipe técnica (registrada em decreto oficial) para a revisão do plano diretor, a elaboração e aprovação parcial da proposta metodológica e o curso de capacitação. A proposta metodológica elaborada pelo Núcleo Gestor não contou com consultoria externa, o que foi um ponto positivo, porém a participação de

grupos de fora da gestão (associações de base comunitária) ficou apenas no ideal, no papel, algo a ser realizado.

No aspecto participativo, vimos que esta possibilidade ocorreu muito mais através das subprefeituras do que mesmo uma abertura ofertada pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, que se viu restrita a elaborar a ideia de como fazer a revisão ser participativa.

Houve, no entanto, mais avanço do ponto de vista interno para aqueles envolvidos no processo, muito mais do que resultados externos. Ganhos na legislação são válidos, porém sua autenticidade é corroborada quando a ação é posta em prática, o que não ocorreu com os ganhos da proposta metodológica. A sociedade juazeirense ainda aguarda a revisão do seu primeiro e único Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

Assim, de acordo com os objetivos levantados e as questões de trabalho, podemos concluir que:

- a) Na gestão de Dr. Santana (PT) havia uma sensibilização para a participação da população mais carente. Porém, ao tratar do “Plano Diretor Participativo”, houve pouca preocupação central com esse tema, sendo muito mais eficaz a participação em outras frentes, como no caso do trabalho exercido via subprefeituras e orçamento participativo a fim de saber as necessidades da comunidade e dialogar com os moradores. As razões do gestor para isso parecem revelar uma preocupação com as questões mais imediatas da população e uma possível interpretação de que o planejamento parece mesmo o palco mais para técnicos habilitados e com conhecimento das leis, do que da comunidade carente;
- b) A implementação do Estatuto da Cidade ficou restrita ao IPTU progressivo e ao orçamento participativo; quanto aos demais instrumentos, não ocorreu adoção. No campo da pesquisa, destaca-se a realização da catalogação das associações representativas dos vários segmentos da comunidade, a qual será apresentada no próximo capítulo;
- c) O Núcleo Gestor, mesmo interessado em mobilizar a sociedade para efetuar a participação popular, encontrou profundas dificuldades, a saber: pouca sensibilidade da gestão à revisão do PDDU, entraves administrativos (morosidade na licitação por exemplo), ausência de mais pessoas qualificadas para a realização do trabalho (com relação a alguns aspectos: leis, elaboração de mapas), a questão do tempo (devido ao processo eleitoral e ao curto prazo para exercer um planejamento mais profundo), a

sociedade bastante descrente das políticas públicas, entre outras. Assim, mesmo com ideais participativos, a realidade era de insuficiência de recursos materiais, técnicos e políticos para implementá-las;

- d) As ações ficaram restritas ao campo administrativo, com as capacitações e a pesquisa empírica. Percebeu-se a existência de uma quota de responsabilidade bastante significativa para a administração municipal, sendo ela capaz de fazer algum tipo de mobilização e possibilitar os eventos participativos, o que foi evidenciado através da experiência dos cursos de capacitação e recomposição do Conselho Municipal do Plano Diretor. Esse, porém, sem o apoio direto da prefeitura, não foi capaz de continuar suas atividades;
- e) Discutimos que os ideais de justiça perpassam valores em comum, como o combate às desigualdades, a busca pela equidade (geração de oportunidades para aqueles menos favorecidos) e a inclusão social como um dos principais valores. Entretanto, as prioridades políticas continuam no campo do imediato e daquilo que é capaz de gerar um maior retorno, seja ele material ou social. Nesse sentido, é preciso pensar uma melhor recompensa para aqueles que efetuaram algum tipo de participação nas atividades;
- f) Quanto à mobilização, vimos que existem diversas críticas sobre a dificuldade da imparcialidade, ocorrendo nos diferentes níveis (na administração, na parceria público privado e nos líderes “cooptados” como cabos eleitorais) e a autonomia, enquanto valor, não permeia o imaginário político;
- g) Finalmente, destaca-se que a desvalorização do próximo parece ser a atitude mais rejeitada. Logo, acredita-se que o ponto de partida e solução seja eliminar a desigualdade e investir na ampliação da consciência participativa via educação.

Assim, do ponto de vista da gestão, houve uma aproximação com o ideário da cidade direito, através da descentralização territorial proporcionada pela existência das seis subprefeituras, a criação, pela primeira vez no município, do orçamento participativo, a instalação da lei do IPTU progressivo no tempo, a implantação do DAM na proposta da economia solidária, a construção do maior conjunto habitacional do interior do estado do Ceará. Porém, no planejamento não observamos audiências e consultas públicas, constatamos inexistência de debate fora da gestão, o que mais se aproximou nesse sentido foi a capacitação da Equipe Técnica e do Conselho Municipal do Plano Diretor, a existência de pesquisa e a elaboração por meio de consultoria do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS),

o que não foi objeto de pesquisa deste trabalho, por este motivo apenas citado, mas não analisado. Entretanto, na esfera do pensamento (universo valorativo das ideias) existiu uma boa aproximação da cidade direito, mas enquanto prática houveram muitas limitações.

Em síntese, a análise indica a clara necessidade de se aprofundar na ampliação da autonomia do CMPD, dos grupos sociais e uma maior incorporação dos Centros Universitários, ao passo que a rotatividade de pessoas (interesses e valores) na gestão não prejudique o andamento das questões públicas.

5 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: AS ASSOCIAÇÕES E O SIGNIFICADO EM COMUM

Atualmente, face à diversidade de interesses e aos problemas que as cidades apresentam, grupos de diversas origens se organizam e articulam em torno de algumas necessidades e propósitos em comum. Logo, o que une os integrantes de algum grupo social é a compreensão mútua de um bem coletivo.

Associações, fundações, organizações religiosas, partidos políticos, cooperativas, sindicatos, são muitos os termos para referenciar as possibilidades de organização da sociedade. Mas há uma distinção entre movimentos sociais e associações. Compreende-se movimento social¹¹⁹ como algo mais abrangente que pode ligar diversas associações em torno de um objetivo comum. Aqui, nosso interesse são as associações e buscamos compreender como, na cidade de Juazeiro do Norte-CE, grupos de diversas origens estão especializados. Existem interesses e exigências que liguem mais de um grupo? Suas concepções de mundo são bastante diversas daquelas apresentadas em capítulos anteriores? Que espécie de justiça e desenvolvimento urbano os líderes das associações que foram entrevistados buscam? A seguir, definiremos melhor este escopo.

O quarto capítulo tem como objetivo principal identificar quais são os agentes que se organizam coletivamente as associações de diversas origens e expressar seus desejos e aspirações, especialmente quando se trata das questões do desenvolvimento urbano, da justiça/injustiça e da participação popular no planejamento e gestão urbanos.

Adota-se o seguinte pressuposto de trabalho: estes grupos sociais não possuem conectividade e convergências identitárias em torno de superar as injustiças socioespaciais, e as principais reivindicações ficam isoladas e restritas a aspectos pontuais dos grupos. Então, a prática participativa que exige coerência e alinhamento de um bem comum a ser perseguido pelos grupos, a fim de manterem suas escolhas em face a outros grupos de interesses na cidade, fracassará devido à sua própria desorganização e ausência de um bem comum coletivo para além das próprias associações.

No que diz respeito à ideia de justiça/injustiça, desenvolvimento urbano e participação popular, levanta-se o pressuposto de que estas concepções estão ancoradas dentro do marco capitalista, limitando-se mais à busca dos bens e serviços favoráveis ao bem-estar do que mesmo a algum tipo de reconhecimento ao direito à diferença ou à ruptura de algum tipo de

¹¹⁹ Para saber mais ver: Bitoun (1991), Souza, (2006), Castells (2012), Scherer-Warren (2013).

estigma socioespacial. Portanto, os líderes acreditam na economia como solução para os problemas e não promovem práticas participativas, as quais ficam restritas à associação, numa espécie de solidariedade interna própria das necessidades do grupo e não no sentido mais amplo de controle social.

5.1 ASSOCIATIVISMO EM JUAZEIRO DO NORTE

Toda definição oferece, de certo modo, um recorte da realidade e não será diferente com a tentativa de definir o que é associação, devido à grande diversificação de suas causas e lutas. Sucintamente, uma associação é um grupo social que, através de interesses em comum, busca uma melhoria de vida.

Certo que a definição acima é genérica, apresentamos mais algumas características em torno do que venha a ser uma associação. No plano da Lei nº 10.406/2002 do Novo Código Civil, as associações são consideradas pessoas jurídicas de direito privado. No capítulo II, artigo 53 tem-se: “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos” (BRASIL, 2002, p. 151). Lüchmann utiliza a ideia Warren (2001) que atualiza a contribuição de Tocqueville acerca da associação, este último considera a relativa igualdade social e o ato voluntário como duas características do associativismo.

Sem adotar a visão ingênua de que toda associação contribui para o fortalecimento da democracia, tomamos a iniciativa de analisar as ideias de cinco líderes de associações do município de Juazeiro do Norte-CE. Segundo Lüchmann:

[...] associações são criadas pelos indivíduos e setores sociais, econômicos e políticos obedecendo a interesses variados e contrastantes, seja para a reprodução, seja para mudança social, para a privatização e/ou manutenção de privilégios, seja para a alteração das relações de poder. Há, portanto, importantes desigualdades, conflitos e relações de poder no interior do campo associativo. Práticas associativas e participação política podem mascarar, em nome da “comunidade”, condições e interesses antidemocráticos (WARREN, 2001) Os riscos de manipulação e de monopolização em função de recursos vinculados a dinheiro, poder e prestígio são constitutivos dessa complexidade social (2016, p. 51).

Essa afirmação demonstra, de certo modo, um avanço em relação às ideias constatadas por Azevedo na visão de Lüchmann:

A pesquisa empírica desta tese revelou, portanto, a necessidade de relativizar a importância da vida associativa para a democracia. Na prática, as nuances da realidade apontam para o perigo de muitos grupos associativos. Pode-se, portanto, discordar do consenso clamado por autores como Lüchmann (2012) sobre a importância da vida associativa para o sistema democrático, isto é, a

tendência a acreditar que qualquer e todo tipo de associação seria saudável. Essa concepção já foi criticada de modo contundente (AZEVEDO, 2016, p. 275).

Avritzer (1997) fala de um novo associativismo no Brasil, marcado por uma pluralização após a década de 1970 com o surgimento de associações que percorriam outros temas. Scherer-Warren, em pesquisa sobre a evolução e tendência do associativismo civil em Florianópolis, observou três momentos:

A — De 1964 a 1973: período de fechamento político pelo regime ditatorial, onde muitas organizações civis foram reprimidas politicamente, desmanteladas e/ou extintas.

B — De 1974 a 1983: período de abertura e transição à democracia, em que há uma retomada das mobilizações sociais e uma revitalização do espírito associativista, com o surgimento de organizações pela defesa da democracia e dos novos movimentos sociais.

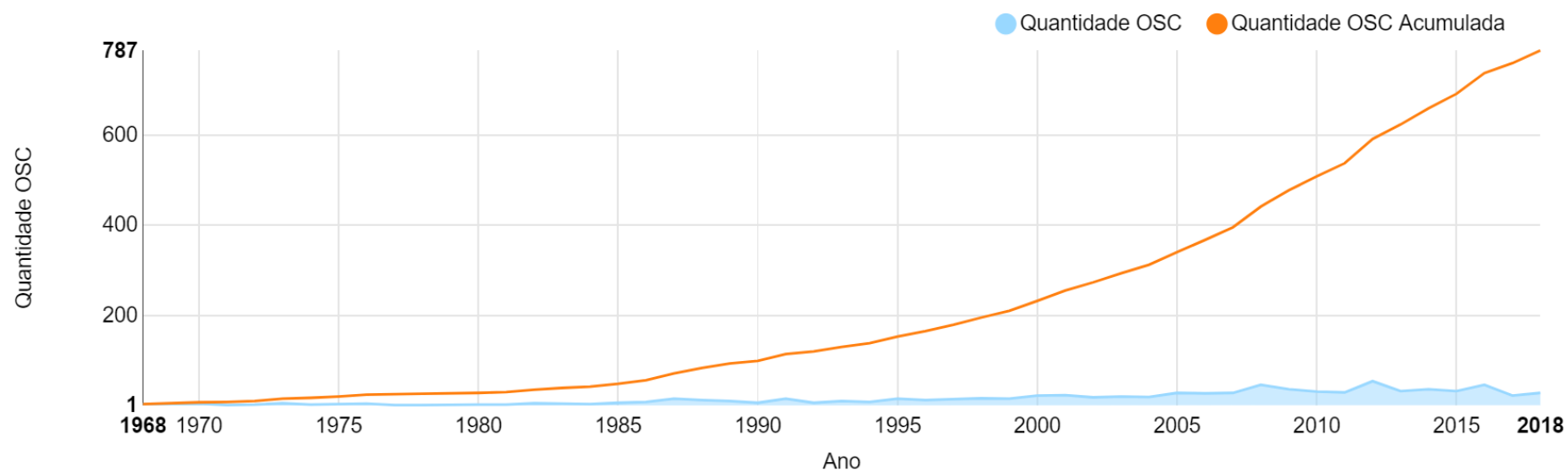
C — De 1984 a 1993: período de institucionalidade da democracia, em que há o surgimento de um novo tipo de associativismo vinculado à ampliação dos direitos de cidadania, à participação na esfera pública e realização de parcerias com a esfera governamental (SHERER-WARREN, 1999, p. 117).

Souza (2006), no tópico os ativismos e movimentos sociais, buscou periodizar os ativismos sociais. Entretanto não é objetivo deste trabalho o retrato da evolução histórica do associativismo no Brasil.

As finalidades dos agrupamentos são inúmeras: habitação, saúde, cultura e recreação, educação e pesquisa, assistência social, religião, meio ambiente e proteção animal, desenvolvimento e defesa de direitos, entre outras. É sabido que existe associações que podem exercer atividades em mais de uma categorização. No site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tem-se o registro das organizações da sociedade civil por ano de fundação e sua distribuição por área de atuação no município de Juazeiro do Norte-CE. Seguem os gráficos e após os mapas¹²⁰:

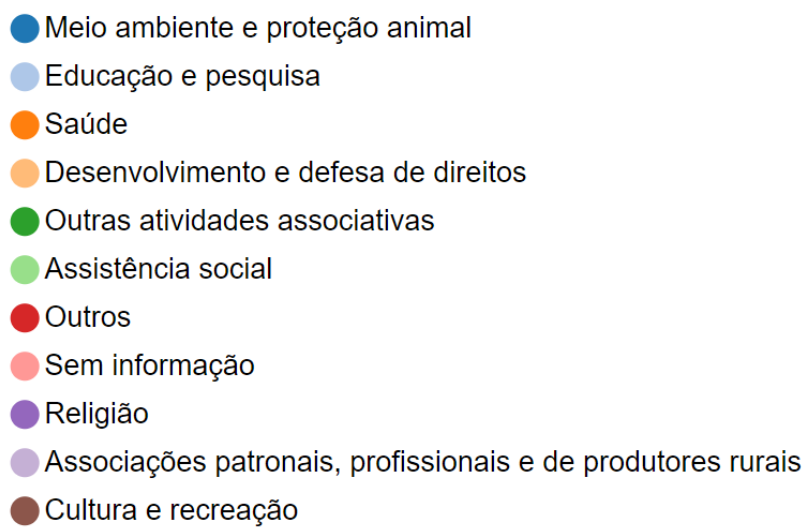
¹²⁰ A delimitação dos bairros usada na elaboração dos mapas foi a do IBGE e na elaboração dos dados quantitativos das organizações da sociedade civil foi utilizado os limites de bairro da PMJN. Entre eles existe uma pequena diferença. Na nossa lista constava que 16 associações se concentravam no bairro centro, mas, na verdade, quando foi elaborado o mapa com base na delimitação dos bairros pelo IBGE, o Centro concentrou 25 associações.

Gráfico 13 - Evolução da quantidade de OSCs por ano de fundação em Juazeiro do Norte-CE



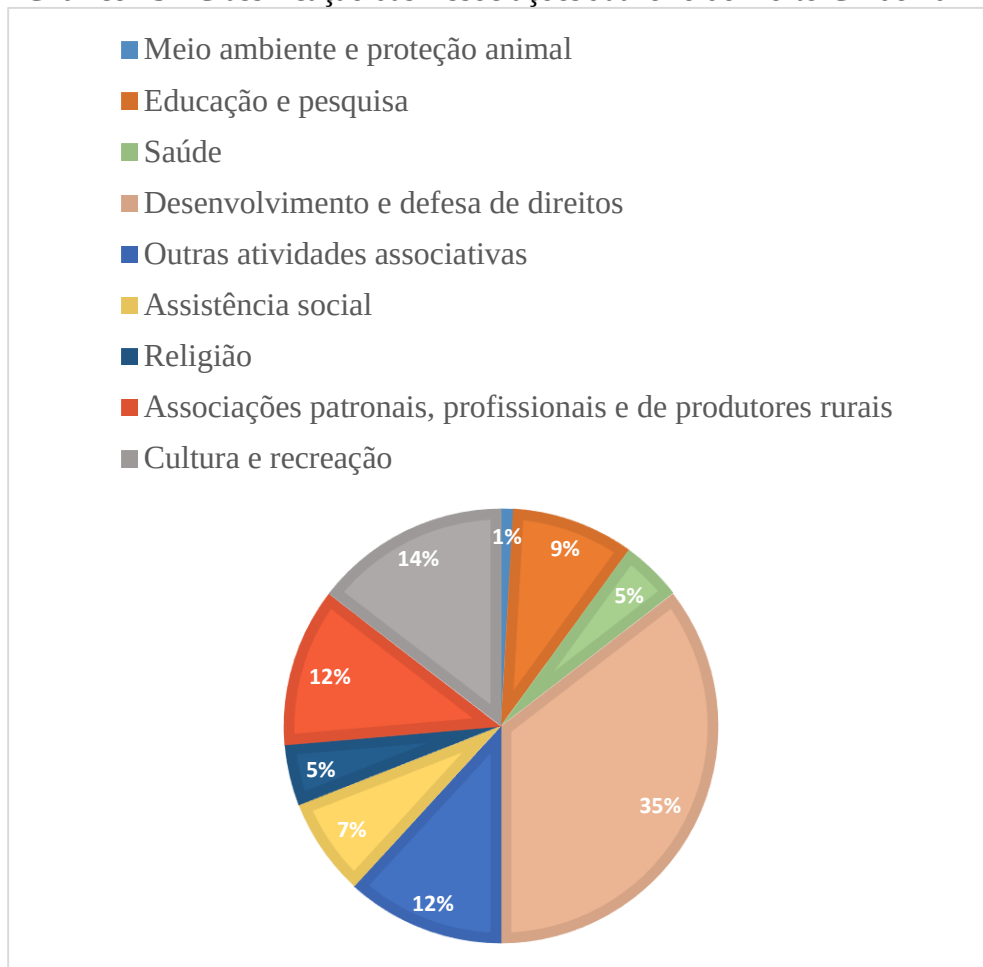
Quantidade OSCs	Quantidade Trabalhadores	Valor total de transferências federais (2010-2018)	Quantidade Projetos
787	2.638	R\$ 10.288.875,74	17

Fonte: IPEA, 2018.

Gráfico 14 - Distribuição das Organizações da Sociedade Civil por área de atuação

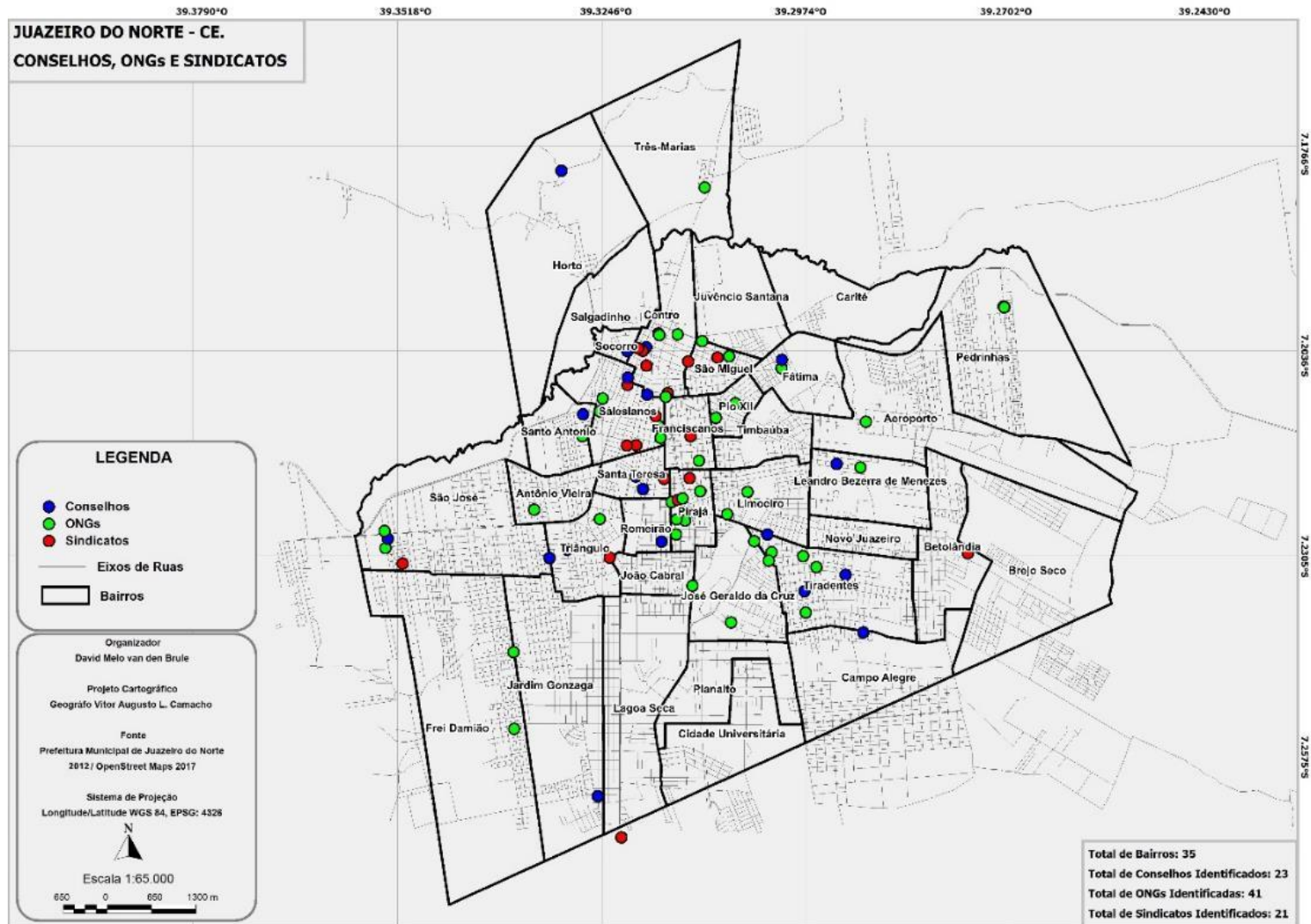
Fonte: MAPA OSC; RAIS/TEM; CNEAS/MDS, 2017.

Considerando os dados da Seplad/PMJN de 2012, obtivemos o seguinte gráfico:

Gráfico 15 - Classificação das Associações Juazeiro do Norte-CE de 2012

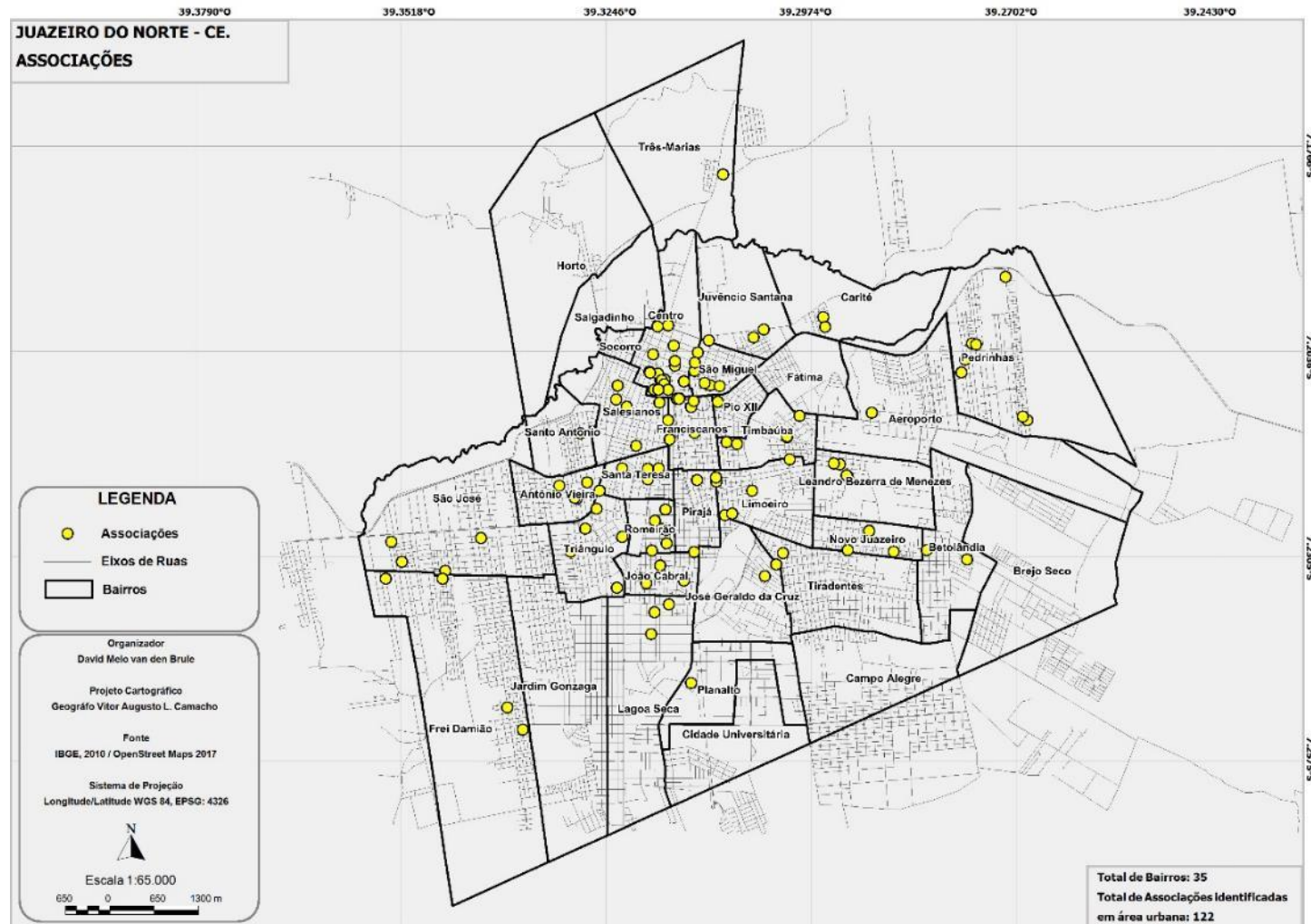
Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Mapa 11 - Conselhos, ONGs e Sindicatos 2011



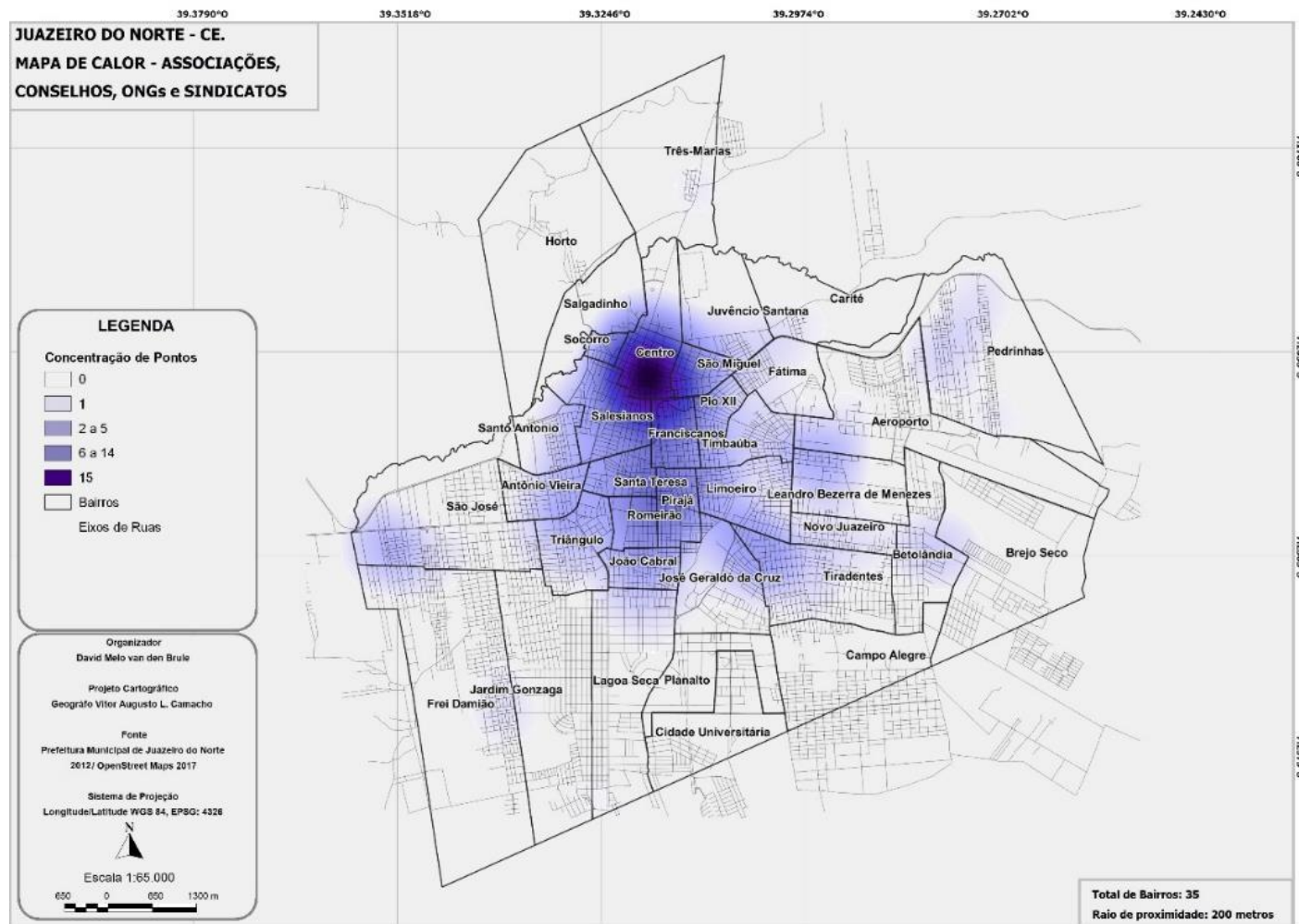
FONTE: Seplad, PMJN, 2011. Adaptado por CAMACHO, V.; VAN DEN BRULE, D. M., 2017.

Mapa 12 - Associações 2011



FONTE: Seplad, PMJN, 2011. Adaptado por CAMACHO, V.; VAN DEN BRULE, D. M., 2017.

Mapa 13 - Associações, Conselhos, ONGs e Sindicatos



FONTE: Seplad, PMJN, 2011. Adaptado por CAMACHO, V.; VAN DEN BRULE, D. M., 2017.

Ao observarmos o mapeamento da infraestrutura e de alguns serviços urbanos, vimos que a maior quantidade de organizações se encontram no bairro centro e em áreas que não são tão negligenciadas do ponto de vista dos índices coletados, isso se explica devido ao fato de no centro encontrarmos organizações de diversos segmentos e, quando vamos para a esfera dos outros bairros, encontrarmos um número menor de diversificação, com associações de escopo mais específico, como as associações comunitárias, de defesa social e de desenvolvimento do bairro. Esse fato revela, por um lado, o quanto a infraestrutura urbana se mostra eficaz na organização da sociedade civil e, por outro, a pouca mobilização das pessoas que sofrem os impactos negativos do crescimento da cidade, no que diz respeito à infraestrutura e a alguns serviços urbanos coletados. Portanto, a injustiça, na perspectiva da desigualdade em infraestrutura urbana, não configura a causa primeira para mobilizar a criação das organizações da sociedade civil na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Assim, avançamos nas perspectivas de outros modos de desigualdades como por exemplo reconhecimento de direitos e ações.

Aqui não foi realizado uma distinção entre associações de bairro¹²¹ e associações comunitárias¹²², pois as entrevistas realizadas contemplam esses dois modos de associativismo. Também é preciso lembrar que não foi intuito da tese questionar as lideranças e averiguar se em algum momento foram cooptadas.

5.2 LIDERANÇA COMUNITÁRIA

A metodologia de entrevista utilizada neste capítulo continua a ser semiestruturada, aberta e guiada pelos objetivos da tese. Há apenas de ressaltar um acréscimo marcante: a presença de imagens que revelam desigualdades na cidade, na busca de captar os valores dos entrevistados.

Sobre o processo da escolha das imagens, consideram-se os aspectos espaciais em seu caráter visual, sendo a moradia a representação e a evidência da desigualdade socioespacial o seu aspecto mais concreto. A condição de possuir um imóvel (casa própria) é uma base valiosa na vida das pessoas.

As imagens (ver mosaico abaixo) do lado esquerdo revelam condições de quem tem o poder aquisitivo para usufruir do espaço em área construída bem maior do que as casas do lado

¹²¹ De modo geral, buscam atender às demandas urbanas.

¹²² De modo geral, buscam atender às demandas culturais e recreativas. Para ver uma tipologia o leitor pode consultar: (GURZA LAVALLE; CASTELLO; BICHR, 2008).

esquerdo. Visualizam-se casas com lotes de área de quase um quarteirão, com o direito à infraestrutura, à segurança, à piscina, à deck, à salão de festa com área para receber amigos e garagem para automóvel. As imagens do lado direito demonstram as precárias condições de moradia, muitas vezes sem direito ao atendimento das necessidades básicas, casas com largura menor do que o permitido no PDDU e sem infraestrutura adequada para aguentar as intempéries (chuvas e ventos).

As fotografias inseridas revelam o período atual de verticalização e de moradias em condomínios fechados. Nossa escolha considerou o conhecimento prévio do pesquisador sobre a cidade e o uso dos mapas dos rendimentos a fim de realizar os registros. Assim, seis questões - oriundas de debate teórico mais amplo citado na primeira parte do trabalho - foram expostas para adentrarmos no universo valorativo de nossos entrevistados. No primeiro momento, foram questões gerais e, no segundo, das fotografias, aspectos mais específicos, como exposto a seguir.

Questões do primeiro momento:

- a) Quando se fala em justiça o que lhe vem à cabeça? Através de uma técnica utilizada na psicologia que, por associação livre, visa capturar palavras-chave, buscamos elaborar um quadro de concepções de mundo com atitudes valorizadas e atitudes rejeitadas;
- b) Quais injustiças na cidade você gostaria que não existissem? Essa pergunta possibilitou conhecer os principais problemas na visão dos entrevistados;
- c) O que significa vida boa? Pergunta chave, pois a partir dela será possível percorrer sobre o bem a ser valorizado no seio do universo de cada líder comunitário;
- d) Vocês lutaram por algum bem comum para além da associação? Através dessa pergunta, podemos observar se há ou não algum bem em comum acima dos interesses específicos das associações;
- e) Segundo momento:
- f) Para trabalhar com as imagens da cidade que revelam desigualdades socioespaciais, utilizamos as seguintes fotografias:

Gráfico 16 - Mosaico I: contraste da desigualdade socioespacial



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Gráfico 17 - Mosaico II: contraste da desigualdade socioespacial



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A partir dessas imagens, perguntamos: na sua opinião, o que mostram essas imagens? Que sentimento essas imagens causam em você? Qual a imagem que mais lhe emociona? Por quê? Qual sua concepção de desenvolvimento urbano? Por que você pensa isso? Você acredita que o desenvolvimento econômico acabaria por resolver essa questão da desigualdade? E por que você pensa isso?

Esta metodologia permitiu reconhecer o valor inserido dentro de um contexto, ao correlacionar duas linguagens (a imagem e a palavra). Essa fricção provocou um sentido mais completo para capturar o significado na mente das pessoas. Todas as fotografias são polissêmicas. Na medida que o entrevistado responde às perguntas, ele decide sobre o sentido maior que elas representam e qual emoção foi capaz de aflorar naquele momento.

Reconhecemos que o “sentido de um termo é delimitado pelo conjunto de termos não escolhidos e pela maneira como os termos escolhidos são combinados entre eles, a fim de criar um conjunto significativo” (PENN, 2011, p. 321). Mesmo sabendo que a escolha das imagens já denota forte influência para o entrevistado, buscamos observar qual o peso da desigualdade das condições de vida como aspecto da justiça/injustiça na construção de um núcleo de sentido na representação dos líderes comunitários

Os passos foram os seguintes: estudo da literatura sobre justiça na Geografia; registro fotográficos da cidade de Juazeiro do Norte-CE; elaboração de um mosaico da desigualdade de moradia evidenciando forte contraste; criação de um roteiro de perguntas; impressão das imagens com qualidade fotográfica; realização da quantificação acima demonstrada; primeiro contato com os líderes comunitários; entrevista propriamente dita (gravada) e posteriormente transcrita; leitura e marcação das categorias e unidade de registro (por tema); elaboração do quadro concepção de mundo e visão da justiça/injustiça, contendo atitudes rejeitadas e atitudes valorizadas e as possíveis soluções. O leitor poderá encontrar mais detalhe dessa metodologia em: Bardin, 2011; Bauer e Gaskell, 2003; Veras, 2014.

No total foram entrevistados nove representantes de associações dos seguintes bairros: Juvêncio Santana, Pio XII, Zona Rural, Carité, São José, Frei Damião, Campo Alegre, Pedrinhas e Triângulo, sendo esses cinco últimos os escolhidos para tratar neste momento, os demais serão tratados em novas publicações.

O critério de escolha buscou considerar o índice de vulnerabilidade de infraestrutura urbana e de rendimento. O bairro Frei Damião apresentou baixo rendimento e alta vulnerabilidade, e, como vimos, um alto índice populacional. Os bairros Pedrinhas, Campo Alegre, São José apresentaram média vulnerabilidade. Pedrinhas e Campo Alegre com baixo rendimento e São José rendimento médio.

Quanto ao bairro Triângulo foi realizado uma escolha direcionada, devido à experiência de campo (indicações dos próprios entrevistados), e devido ao crescimento vertical da área após a instalação do novo nexos comercial ofertado pelo shopping center da cidade¹²³.

5.3 SOLIDARIEDADES INVISÍVEIS

Para que a acumulação do capital volte a 3% de crescimento composto será necessária uma nova base para lucrar e absorver o capital. A forma irracional de fazê-lo, no passado, foi com a destruição dos êxitos de eras precedentes por

¹²³ Ver: VAN DEN BRULE, 2011 e PEREIRA, 2018.

meio de guerra, desvalorização de bens, degradação da capacidade produtiva, abandono e outras formas de “destruição criativa”. Os efeitos são sentidos não apenas no mundo da produção e comércio de mercadorias. **Vidas humanas são afetadas e até fisicamente destruídas, carreiras inteiras e sucessos de uma vida ficam sob risco, crenças profundas são postas em questão, mentes são feridas e o respeito pela dignidade humana fica de lado. A destruição criativa detona o bom, o belo, o mau e o feio do mesmo modo** (HARVEY, 2011, p. 175, grifo nosso).

Como consequência dessas dificuldades, as lutas pelo direito à cidade surgem nas ruas, nos bairros e em diferentes ambientes. Esse grito de dor e socorro solicita o quê? Quais são suas queixas e exigências? Ouvir essas vozes é um ponto de partida para o autor. Mesmo reconhecendo a importância do método lefebvriano e de suas contribuições, Harvey afirma: “não é para o legado intelectual de Lefebvre que nos devemos voltar em busca de uma explicação (por mais importante que esse legado possa ser). O que vem acontecendo nas ruas, entre os movimentos sociais urbanos, é muito mais importante”. (2014, p.13). Segundo ele, certamente Lefebvre também estaria de acordo com essa percepção. O geógrafo marxista, em seu radicalismo moderado, valida conquistas como o Estatuto da Cidade no Brasil de 2001, Orçamento Participativo em Porto Alegre, Fórum Social Mundial entre outros movimentos urbanos. Para ele, “o grande problema político consiste em saber como grupos tão desorganizados poderiam se auto-organizar de modo a constituir uma força revolucionária. E parte do trabalho consiste em entender as origens e a natureza de suas queixas e exigências” (HARVEY, 2014, p. 18).

O que vem a ser o direito à cidade na visão do autor? A primeira possibilidade é a reivindicação da própria definição do conceito. Todos têm direito a pensar e propor tal definição ou conjunto de critérios e valores, mas atualmente esse direito está confinado a uma elite política e econômica (HARVEY, 2014). No livro “Cidades Rebeldes: Direito à cidade e à revolução urbana” esse conceito aparece como meio para que o movimento revolucionário possa sucumbir a exploração de classe (Harvey, 2014). A visão de direito à cidade que David Harvey opera leva em consideração:

A questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipo de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo

com nossos mais profundos desejos¹²⁴. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades, como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados. Qual seria, então, a melhor maneira de exercê-lo? (HARVEY, 2014, p. 28).

Alguns aspectos são importantes para a reflexão, como promover um exame lúcido e constante sobre quais são os nossos mais profundos desejos, sua origem, sua transformação e suas consequências. Mesmo que a felicidade apareça como um “bem” de “todos” e ninguém tenha a infelicidade como meta de vida, nem sempre temos clareza sobre quais são os melhores desejos e como enfrentar os conflitos oriundos do coração, que são inseparáveis da própria vida que se leva. É preciso reconhecer que os nossos melhores e mais profundos desejos (oriundos dos nossos corações) podem estar enganados, pois reside dentro do ser humano uma contradição na própria construção da consciência.

Com base nessa premissa de Harvey, como destacado anteriormente, buscamos conhecer as concepções de mundo de cinco lideranças comunitárias que realizam um trabalho voluntário (sem remuneração), motivados a ajudar o próximo. Sujeitos inseridos dentro de uma dinâmica que Milton Santos destacou como solidariedade orgânica, que segundo ele,

A solidariedade orgânica resulta de uma interdependência entre ações e atores que emana da sua existência no lugar. Na realidade, ela é fruto do próprio dinamismo de atividades cuja definição se deve ao próprio lugar enquanto território usado. É em função dessa solidariedade orgânica que as situações, conhecem uma evolução e reconstrução locais relativamente autônomas e apontando para um destino comum (SANTOS, 2006, p. 306-307).

Agora iremos apresentar um quadro geral das lideranças e respectivas associações, para então, adentrarmos no universo valorativo de cada uma.

¹²⁴ Em outra tradução encontra-se: “[...] O direito à cidade [...] é muito mais do que o direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade detém: é o direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com **o que deseja nosso coração**” (HARVEY, 2016, p. 261, grifo nosso).

Quadro 22 - Informativo dos líderes e das associações

Nome/Bairro	Jozelucia Pontes de Araújo (Frei Damião)	Aurineide Almeida Barbosa (Triângulo)	Maria de Fátima Lopes Figueiredo (Pedrinhas)	Maria Rosário Fátima Sousa (Campo Alegre)	Francisco Alves da Silva (São José)
Profissão	Assistente Social	Chefe de Cozinha	Professora e vendedora	Agente Comunitária de Saúde	Agricultor e funcionário público
Idade	52 anos	50 anos	44 anos	58 anos	80 anos
Escolaridade	Graduação	Concluindo o Ensino Médio	Ensino Médio Completo	Não possui graduação	Não declarou
Associação	Comunitária do Bairro Frei Damião	Educativa e Cultural Asa Branca	Comunitária Partilhando Vida (ACP Vida)	Centro Comunitário de Arte, Cultura, Esporte e Cidadania	Associação Produtiva dos Moradores do Bairro São José e Adjacência
Ano de Fundação	2008	2008	2009	2009	1983
Necessidade inicial	Cuidar das crianças quando as mães iam trabalhar	Grupo Junino e Ajudar as pessoas mais pobres	Retirar e evitar crianças e jovens do mundo das drogas e prostituição	Grupo Junino	Trabalhar com agricultura
Propósito da Associação	“É só ajudar e ver que eles têm o direito deles”	“Pela transformação vida de pessoas”	“Ajudar vidas e compartilhar talentos”	“É realizar um trabalho social e cultural”	Agricultura
Motivação pessoal	“Me sinto muito bem em ajudar essas pessoas”	“É realmente ajudar as pessoas”	“A minha realização pessoal” “Me sinto útil, me sinto importante”. “Eu gosto, eu amo”.	“Eu gosto” “Acho que é bom para a comunidade” “Faço pelo prazer e pelo amor”	“A gente morre e deixa o legado. É o que eu quero”
Condição da Sede	Alugada	Área cedida pelo Estado	Alugada	Alugada	Sem atividade

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

5.4 BAIRRO FREI DAMIÃO

O bairro Frei Damião era o terceiro maior na quantidade de população em 2010. Contava 14.677 pessoas, possuía um rendimento médio mensal de aproximadamente R\$ 803,35 e um alto índice de vulnerabilidade em infraestrutura urbana. Os moradores solicitaram a presença da TV Verdes Mares, entraram em contato com a Prefeitura e com a CAGECE para reivindicar por saneamento e calçamento e reclamaram do não funcionamento da Unidade Básica de Saúde, cuja obra foi concluída, mas não foi entregue à população e, devido a problemas judiciais, os moradores deslocam-se até outro bairro para receber atendimento. Conforme a moradora,

Eu tomo remédio controlado, quando preciso de uma ficha, uma receita, eu tenho que sair daqui umas quatro e meia ou cinco horas para pegar uma fila, para pegar a receita, e quando tem médico, por que quando não tem eu passo a maior dificuldade para ir atrás de receita (TV VERDES MARES, 2010).

São diversos os problemas naquele bairro: falta de infraestrutura, deficiência no atendimento à saúde, terreno abandonado, ausência de iluminação pública, violência, ruas esburacadas, lixo, mau cheiro, esgoto a céu aberto (boa parte do bairro não possui a rede coletora de esgoto) com o risco de transmissão de doença e quando chove novos problemas aparecem. Segundo depoimentos o bairro fica desassistido¹²⁵. A seguir vejamos o registro fotográfico daquela realidade:

¹²⁵ Ver mais em:

<http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/v/moradores-do-bairro-frei-damiao-apresentam-reclamacoes-no-quadro-meu-bairro-na-tv/6428172/>. <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/v/moradores-do-bairro-frei-damiao-reclamam-da-inseguranca-em-juazeiro-do-norte/6425393/>. <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/t/edicoes/v/moradores-reclamam-de-ruas-esburacadas-no-bairro-frei-damiao-em-juazeiro-do-norte/7658264/>. <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/t/juazeiro-do-norte/v/moradores-do-bairro-frei-damiao-sofrem-com-lixo-e-lama-ha-varios-anos/6623075/>. <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/v/bandidos-invadem-creche-do-bairro-frei-damiao-em-juazeiro-do-norte/3026813/>. <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/t/juazeiro-do-norte/v/escola-do-bairro-frei-damiao-sofre-com-o-descaso/6662298/>.

Fotografia 12 - Fachada de casa



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 13 - Espaço Público abandonado



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 14 - Lixo e entulho na calçada e na rua



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 15 - Moradia no Bairro Frei Damião



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 16 - Rua com pouca acessibilidade



Fonte: Do autor, 2018.

As fotos acima, revelam as precárias condições de moradia, a baixa acessibilidade, a ausência de calçamento, lixo e entulho nas vias públicas e prédio público abandonado, o que provoca aumento no índice de violência e no uso de drogas. A seguir, o trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária do Bairro Frei Damião.

5.4.1 Associação Comunitária do Bairro Frei Damião

Jozelucia Pontes de Araújo é assistente social, mora em Juazeiro do Norte-CE desde os nove anos de idade e atualmente reside no bairro Frei Damião. É presidenta da Associação Comunitária do Bairro Frei Damião, que foi criada em março de 2008, com a demanda inicial de cuidar das crianças enquanto suas mães trabalhavam. No presente momento, a Associação oferece oficinas para crianças, mulheres e idosos. No período da entrevista, dia 21 de dezembro de 2018, Jô, como normalmente é chamada, encontrava-se com 52 anos e desempregada.

Nossa entrevistada destacou que a associação tem como propósito “ajudar as pessoas e mostrar para os moradores que eles têm direitos que desconhecem”, como por exemplo, bolsa família, direito do idoso, direito da criança e do adolescente e direito do trabalhador. Ela comenta que a principal função da associação é trazer esclarecimento para as pessoas.

Na nossa visão, Jô¹²⁶ se apresenta como uma pessoa simples, articulada, versátil e que gosta de conversar (com ela fizemos a entrevista mais longa da tese). Ela parece sempre estar em busca de promover algum tipo de benefício ao próximo, como por exemplo, leva aos seus associados profissionais que possam prestar esclarecimentos de utilidade pública. A razão da sua participação na associação e na vida comunitária acontece por “amor, pelo calor que a gente sente do outro, eu me sinto muito bem em ajudar essas pessoas” (JOZELUCIA, 2018). Para obter a participação dos associados ela convida “de porta em porta”, “convidar é estar corpo a corpo” apesar de citar bastante desinteresse quando convida seus colegas para participarem de reuniões de interesse público, a ausência ocorre, segundo ela:

Muitas vezes é falta de conhecimento [...] outros são por comodismo. Teve na câmara um pessoal que até convidou o pessoal para ir, era sobre o saneamento, o prefeito quer cobrar saneamento, como cobrar saneamento? A gente vai pagar um saneamento de um bairro desse se não tem? Então assim, quando é uma coisa que lhe interessa eu chamo e eles não vão. [...]. Sempre tem uma resposta: não, não posso ir; não, não vai dar certo. Então assim, muitas vezes eles não vão porque não querem, agora tem outra que é falta de comunicação, falta chegar uma pessoa e incentivar para ir. Agora tem outros que gosta de ir mesmo para ouvir, eu tenho uma conselheira que tem setenta e dois anos. Ela não perde uma reunião (Entrevista realizada com Jozelucia, em dezembro de 2018).

Uma das suas principais reivindicações é adquirir uma sede própria. Segundo ela “o que eu mais lutava e que até hoje luto é uma sede própria”. Sem infraestrutura, Jô divide o espaço

¹²⁶ Conheça mais Jô Araújo em: <https://www.youtube.com/watch?v=htw40NJVy1c>. Acesso em: 31 de dez. 2019.

de sua casa com a associação e nos mostra um local destinado às reuniões (primeira foto) e na segunda e terceira fotos o atual local da associação:

Fotografia 17 - Casa de Jô Araújo com alguns produtos de uma oficina realizada pela associação



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 18 - Associação Comunitária do Bairro Frei Damião



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 19 - Ambiente interno da Associação



Fonte: Do autor, 2018.

Nas fotos acima, observa-se a precariedade do espaço destinado às atividades da Associação, com um pequeno espaço coberto onde guarda livros, máquina de datilografar, armário, mesa e alguns itens para servir lanche. O que angustia Jô é a quantidade de entulho que fica dentro do terreno, ao lado da área coberta. As oficinas e os ensaios com os idosos estão sendo realizadas em outro ambiente, um galpão que é utilizado para essa atividade.

Jô destaca a importância do líder comunitário para o gestor e para as políticas públicas, devido ao seu conhecimento do bairro e das dificuldades enfrentadas no dia a dia ; revelou que emprego, serviço de saúde e educação são reivindicações dos moradores do bairro. Segundo ela, uma vida mais participativa poderá ocorrer se houver mais comunicação com a população, “trazer para eles o que é importante, porque muitas vezes eles não vão porque não sabem. A comunicação, por mais que tenha WhatsApp, por mais que tenha Facebook, ainda tem aquela do rádio e da TV” (JOZELUCIA, 2018).

Quando falou do governo, citou o do Partido dos Trabalhadores (PT), através da pessoa de Dr. Santana, como aquele que teve maior atenção com o bairro Frei Damião, e cita duas ações: o banco comunitário e a feira comunitária. Ela nos relata que há ausência de apoio do poder público, que se restringe a atender os processos legais da associação. Para ela, é mais fácil uma parceria com a iniciativa privada do que com a administração pública. Ela ainda revelou que há uma vez por mês uma reunião na Enel (empresa que fornece energia elétrica) com aproximadamente 33 associações.

Sobre as principais injustiças que vivencia, nos disse:

As injustiças é porque eles não olham para pessoas, não dão o devido valor [...]. Não sabem que aqui é um bairro riquíssimo. Aqui era para ser uma cidade. [...]. O poder público quando ele ganha a eleição passa os quatro anos e não tem mais como a gente ver eles, eles não vêm mais aqui! Então, a injustiça que eu acho é isso. Eu acho que eles deveriam passar os quatro anos dando o apoio [...] (Entrevista realizada com Jozelucia, em dezembro de 2018).

A entrevistada, ainda pontuando sobre as injustiças, comentou a ausência de medicamento no posto de saúde, a violência e a venda de voto, o que prejudica a eleição de uma pessoa da própria comunidade e nos conta do seu anseio em ganhar as eleições como vereadora para colaborar com seu bairro. Como justiça, considerou que seja ofertar um tratamento adequado e respeitoso sem distinção entre o rico e o pobre.

Em pesquisa, vimos que no bairro Frei Damião existe mais de uma associação¹²⁷ e que o bairro enfrenta diversas dificuldades, mas quando interrogamos sobre se há alguma luta por um bem maior para além da associação, ela revelou que tem apenas em aspectos pontuais, como na indicação de advogado por exemplo. No entanto, ela citou trocar ideias com Aurineide¹²⁸ (do bairro Triângulo) e com a ONG Nossa Senhora das Graças.

5.4.2 Concepção de mundo: a palavra e a imagem por Jozelucia Araújo

Na observação das imagens, ao ver o crescimento vertical, creditou Juazeiro do Norte-CE como a segunda capital do Ceará: “só falta a praia”. Ela fala com pesar das pessoas que ainda não possuem uma “condição financeira de fazer sua casinha!” (JOZELUCIA, 2018). Quanto ao sentimento que as imagens provocam, citou a tristeza de ver que existem pessoas com condições de morar em um edifício e outras que não possuem recurso para ter sua casa coberta

Eu queria que Deus ajudasse para que essas pessoas que estão nos prédios olhassem para a casa simplesinha e sentisse o prazer da moradia. Qual o prazer que o cidadão tem de uma casa dessa? Qual o prazer que o cidadão tem de criar uma família aqui dentro? Que pode trazer doenças! A gente vê um prédio desses, você vê, passa de manhã, e de noite o prédio já está pronto. [...]. Esse aqui eu duvido que ele chegue aqui e diga assim, “olha, pessoal, vamos ali, caiu a casa. [...]”. Então, assim, me causa muita tristeza (Entrevista realizada com Jozelucia, em dezembro de 2018).

Seu depoimento revela outro indicador da injustiça: o sofrimento de quem mora em uma casa sem estrutura adequada e sob condições de risco de doenças. Na sua visão, uma solução seria sensibilizar quem mora no alto padrão, gerar uma consciência capaz de se colocar no lugar do outro. Ela se demonstra descrente com pessoas mais abastadas financeiramente, como incapazes de ajudar as pessoas que perderam a moradia. Mas em sua fala ela pede ajuda a Deus para tocar no coração das pessoas. Contudo, nesse momento da entrevista, não chegou a tecer crítica alguma à política por moradia digna que retire as pessoas do aluguel e das condições de vulnerabilidade revelada nas fotografias.

Jô apontou essa imagem como a que mais lhe emociona.

¹²⁷ Associação dos Moradores do Bairro Frei Damião, funciona na Rua Antônio Bernadino da Silva, número 84.

¹²⁸ Presidenta da Associação Educativa e Cultural Asa Branca.

Fotografia 20 - Moradia Precária no bairro Triângulo

Fonte: Do autor, 2018.

Nas palavras dela:

Essa imagem aqui, ela é muito forte! Ninguém nem sabe quantas pessoas saíram daqui. Se saiu vivo ou onde estão hoje. [...]. Então a que emocionou mais foi essa, porque eu já passei por isso. Quando chovia nós ficávamos todos enroladinhos no cantinho com minha mãe para água não levar a gente e a gente vendo que isso aqui estava só areia, vendo a hora cair (Entrevista realizada com Jozelucia, em dezembro de 2018).

Sua concepção de desenvolvimento urbano relata a possibilidade dos seres humanos se colocarem no lugar do outro e sentirem as dificuldades que sofrem algumas pessoas, critica a ganância como um dos males sociais e os políticos que vão no bairro apenas em época de campanha pedir voto. Jô acredita que o desenvolvimento econômico poderia resolver essas questões, para ela “o poder econômico pode ajudar muito, se você tem um emprego, você pode construir sua casinha, um mês você compra um milheiro de bloco, no outro mês você compra as telhas e aí é um dinheiro que está saindo de você mesmo” (JOZELUCIA, 2018).

Vida boa para ela significa ter uma moradia melhor, ter dignidade, honestidade, saber respeitar, não roubar, educar bem os filhos, ganhar dinheiro honestamente. Jô Araújo criticou algumas vezes a ideia de confundir que ter dinheiro e bens materiais poderá trazer felicidade. “Ah! Eu não sou feliz porque eu não tenho um carro. Que isso! Carro não é tudo. [...] Porque eu vou ter um carro, eu não vou mais olhar para o próximo? Porque eu vou ter um carro, eu não vou dar uma carona? Não!” A seguir um quadro síntese (com base na entrevista completa) da sua concepção de mundo.

Quadro 23 - Concepção de Mundo e visão da justiça/injustiça (Jozelucia)

CRÍTICA/PROBLEMA	INJUSTIÇA Atitudes Rejeitadas	JUSTIÇA Atitudes Valorizadas	SOLUÇÃO¹²⁹
Confundir felicidade com ter dinheiro e bens materiais	Comprar e não pagar	Caridade	Mercado Público
Avaliar as pessoas pelos bens materiais	Levar para casa o que não é seu	Honestidade	Valorização interna das próprias pessoas que moram no bairro
As pessoas não têm o coração de mudar	Preconceito	Amizade	Reconhecimento do poder público
Ausência de reconhecimento do poder público da riqueza que há no bairro	Egoísmo	Bondade	Esclarecimento dos direitos
Trocar voto por algum bem material individual	Desvalorização do outro	Solidariedade	A associação ter sede própria
Político que aparece apenas de quatro em quatro anos para pedir voto	Menosprezo pelo ser humano	Capacidade de se colocar no lugar do outro	Eleição de pessoas do próprio bairro

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

O exemplo de liderança de Jô Araújo, movimenta e estimula as pessoas a buscar uma melhoria de vida e a lutar por seus direitos. Reconhecendo que ninguém está imune às críticas, aos problemas e aos erros, isso não retira o brilho do seu trabalho e o esforço ao longo dos anos na frente da associação. A crença em Deus parece assegurar práticas solidárias, pois segundo suas palavras “quando você morre não leva nada. O que você leva é a caridade que fez, é você olhar para o próximo” (JOZELUCIA, 2018). Essa força da solidariedade é a marca da proatividade de Jô, segundo ela, seu exemplo e seus conselhos já salvaram vidas.

¹²⁹ É importante observar que a coluna da solução não diz respeito a uma solução específica apresentada para os problemas citados na primeira coluna. Essa observação também serve para os demais quadros Concepções de mundo e visão da justiça/injustiça.

5.5 BAIRRO TRIÂNGULO

Fotografia 21 - Concentração vertical bairro Triângulo



Fonte: Do autor, 2018.

A Associação Educativa e Cultural Asa Branca fica localizada no bairro Triângulo. De acordo com o censo do IBGE (2010) o bairro conta com população de 9.632 habitantes e apresenta rendimento médio mensal de R\$ 1.222,88. O bairro se destaca por ser uma área central com shopping center e com os prédios comerciais mais modernos da cidade, contrastando com o crescimento desordenado, ausência de infraestrutura urbana, moradia precária, violência, esgoto a céu aberto e falta de água¹³⁰.

A foto a seguir mostra um prédio abandonado (um bom exemplo para aplicação do IPTU Progressivo), localizado em boa área na avenida Padre Cícero, ao lado do Hospital Geral Padre Cícero da Hapvida (antigo Hospital de Fraturas), o que tem provocado insegurança e lixo acumulado, prejudicando a vida das pessoas que por aquele local trafegam.

¹³⁰ Para saber mais do bairro Triângulo o leitor pode ver as matérias disponíveis em: <http://g1.globo.com/ceara/videos/t/todos-os-videos/v/moradores-do-bairro-triangulo-em-juazeiro-do-norte-convivem-com-problemas-das-ruas/2729283/>; <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/t/edicoes/v/ruas-e-avenidas-do-bairro-triangulo-em-juazeiro-do-norte-sofre-com-buracos/6635273/>; <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/v/moradores-do-bairro-triangulo-em-juazeiro-do-norte-sofrem-com-falta-de-agua/2784713/>.

Fotografia 22 - Área obsoleta e crescimento vertical Bairro Triângulo



Fonte: Do autor, 2018.

Segundo a matéria realizada pela TV Verdes Mares, com o programa meu bairro na TV, a equipe de reportagem entrou em contato com a Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos para saber mais sobre o prédio abandonado, a Secretaria informou se tratar de uma propriedade particular com um processo em andamento na justiça, fato (segundo a prefeitura) que impede a atuação mais rápida por parte da mesma (TV VERDES MARES CARIRI¹³¹).

A seguir, alguns registros na área onde fica localizada a Associação Educativa e Cultural Asa Branca.

Fotografia 23 - Crescimento horizontal bairro Triângulo



Fonte: Do autor, 2018.

¹³¹ CETV 1ª Edição, Juazeiro do Norte. “Prédio abandonado no Cariri é usado como abrigo para bandidos, denuncia população”. Exibição em 6 Ago. 2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2738941/>. Acesso em: 31 jan. 2018.

Fotografia 24 - Casa estreita



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 25 - Obstrução na calçada



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 26 - Lixo na calçada



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 27 - Construção de marquise e obstrução da calçada



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 28 - Postes de alta tensão sendo retirados após reivindicação dos moradores



Fonte: TV Verdes Mares Cariri, 201?.

As fotografias acima, mostram um bairro com calçadas estreitas e ocupadas com motos, entulhos, poste de alta tensão; o que causa obstrução do tráfego de pedestre. O trabalho feito pela empresa italiana Enel (Ente nazionale per l'energia elettrica), foi, segundo moradores, realizado sem autorização. Essa imagem evidencia a impossibilidade de transitar tranquilamente após a instalação do poste na calçada (via pública), demonstrando um flagrante da injustiça socioespacial. A seguir, o trabalho realizado no bairro Triângulo pela Associação Educativa e Cultural Asa Branca.

5.6 ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL ASA BRANCA

Aurineide Almeida Barbosa é natural de Missão Velha (município cearense distante aproximadamente 27 km de Juazeiro do Norte), está cursando o ensino médio, atua como de chefe de cozinha e tem 50 anos de idade no momento da entrevista. Oriunda de família muito pobre, chegou para morar “bem cedo” em Juazeiro do Norte e exerce a função de presidente da Associação Educativa e Cultural Asa Branca, localizada na rua Valdomiro Marçal do Carmo, número 61. Atualmente realiza um trabalho como mediadora de conflito na comunidade e atua como facilitadora de assistência no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) Frei Damião. A entrevista foi realizada em dezembro de 2018.

O local que oferece alimentação e atende aproximadamente 300 pessoas, especialmente crianças e adolescentes, ensina teatro, música, dança, artes visuais, faz oficinas, busca o envolvimento da família nas atividades, realiza mediação de conflito, conta com uma biblioteca, cozinha e abre as portas quase todos os dias. Aurineide fala da dificuldade para encontrar pessoas que possam ficar à frente da associação ou em cargos de coordenação e da ausência de recursos. Seguem as fotografias da Associação:

Fotografia 29 - Associação Educativa e Cultural Asa Branca: Pátio (à esquerda) e Sala de Música (à direita)



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 30 - Sala de Mediação de Conflitos (à esquerda) e Cozinha (à direita)



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 31 - Associação Educativa e Cultural Asa Branca: Escritório (à esquerda) e Sala de Dança (à direita)



Fonte: Do autor, 2018.

O registro acima revelou uma estrutura material bem melhor do que a Associação Comunitária do Bairro Frei Damião. O espaço é amplo e possibilita guardar o material adquirido ao longo dos anos, permite realizar atividades nesse mesmo local, sem ser necessário ir para outro espaço, como relatou Jô nas dificuldades que enfrenta com a associação no bairro Frei Damião.

A associação iniciou “pela necessidade de um povo” quando Aurineide cedeu o espaço de sua casa em 2008 para desenvolver um ensaio de uma quadrilha junina que se chamava Asa Branca. Logo depois, por aproximação com o governador, conseguiu o atual espaço e relata que o Governador (Cid Gomes) solicitou o desenvolvimento de um projeto social, principalmente para ajudar as pessoas mais necessitadas, pois não podia ceder o espaço que é do Estado (onde funcionava a antiga Secretaria de Desenvolvimento Agrário), apenas para os

ensaios da quadrilha junina. Aurineide assume junto com essa demanda inicial (a pedido do governador) as dívidas do prédio, abraça a ideia e inicia um trabalho de prevenção, que é o que a associação oferece até hoje à comunidade. Só que o que Aurineide não imaginava é que a dívida (de água) era alta (aproximadamente uns dez mil reais). Quando perguntei se o Estado chegou a ajudar, ela disse:

Não. Dentro do próprio documento já estava amarrado, né. Eles não são bestas, são sabidos mesmo. A partir daí a gente vem fazendo rifa, eventos, aluga o espaço, mas imagine uma dívida de dez mil reais para você alugar um prédio desse por 200 reais, um final de semana, um casamento, uma coisa que acontece de ano em ano [...] (Entrevista realizada com Aurineide, em dezembro de 2018).

O que motiva a existência da Associação é a “transformação da vida das pessoas”. Capacitar e encaminhar para o primeiro emprego também foram destacados. Como principal conflito enfrentado na busca dos interesses da Associação citou a ausência do reconhecimento pelo poder público.

Sua formação como mediadora de conflito lhe possibilita ver que a transformação só existe quando o ser humano faz uso da empatia. Segundo ela “os governos que têm o poder na mão, se eles investissem mais na prevenção, eles evitariam um gasto bem grande, porque cadeia, clínica e remédio, não dá jeito a nada não, não dá jeito!” (AURINEIDE, 2018). Aurineide acredita que é necessário amparar e acolher as pessoas para evitar problemas futuros.

Quando interrogamos como a senhora ensina as pessoas a se colocarem no lugar do outro, ela explicou:

Eu começo conversando [...] é muito fácil você chegar lá e já apontar o erro, o mediador, ele não pode apontar o erro e nem julgar. [...]. É um trabalho muito melindroso. Vamos dizer que o mediador ele nasce um mediador. Precisa apenas se aperfeiçoar. [...] é você ser um intérprete mudo. [...] eu marco o tempo, cada um usa o seu tempo de fala e respeita o do outro [...] pegue um papel e anote o que a senhora discorda, mas você deixe ele falar. [...] o mediador tem que mostrar para eles que quem está com o poder são eles, não é o mediador. [...] Mas para dar certo tem que ser os dois. [...] eu vejo quando alguém está muito armado! É falta de diálogo [...]. Mostrar as necessidades e o que ele acha que ele tá certo. [...] Olha, não pode falar palavrão não. Tem que respeitar. [...] o mediador está sempre fazendo a pergunta [...] A mediação é o diálogo que estava ausente. [...] não precisa ir para a delegacia [...] (Entrevista realizada com Aurineide, em dezembro de 2018).

Podemos captar na entrevista concedida alguns aspectos que envolvem a mediação de conflito:

- a) Evitar apontar o erro;

- b) Evitar o julgamento;
- c) Levar à reflexão;
- d) Saber apresentar as necessidades;
- e) Saber compreender as necessidades do outro;
- f) Buscar promover um acordo;
- g) Melhorar no uso das palavras;
- h) Distribuir equitativamente o tempo de fala para ambas as partes;
- i) Aprender a arte do diálogo;
- j) Ter cuidado;
- k) Saber o que gerou o conflito;
- l) Evitar ser irônico;
- m) Saber lidar com a mágoa;
- n) Não usar da má fé;
- o) Tocar no sentimento;
- p) Desenvolver a escuta;
- q) Evitar cobrança;
- r) O mediador busca desarmar o coração das pessoas;
- s) “Ouvir é entender a necessidade daquela pessoa” (AURINEIDE, 2018).

Aurineide afirma ter adquirido a maior parte de sua experiência na prática e quando trabalhou por três anos como voluntária na mediação de conflito na promotoria. Sua entrevista é rica de exemplos dos problemas e conflitos que atingem muitas pessoas e as ferem cotidianamente, seja na ausência dos pais na educação dos filhos, casos de jovens com depressão ou mulheres que sofrem agressão, dentre outros.

Sobre a união com outras associações pela luta por algum bem para além da própria associação, Aurineide disse não ter um projeto que ligue as associações e falou que tem lutado sozinha para retirar quase mil famílias que moram abaixo de uma rede de alta tensão. No entanto, pensa em um projeto para construir um apoio para todas as associações ao fundar uma federação das associações e cita que existem muitas associações que fazem um bonito trabalho, mas não estão devidamente documentadas e legalizadas. Segundo ela, “seria interessante construir uma casa de apoio que tivesse contador, projetista, um captador de recurso, uma equipe pronta” (AURINEIDE, 2018).

A respeito da participação popular, Aurineide criticou quando acontecem reuniões de assunto público serem no mesmo local, “sempre acontece no Memorial Padre Cícero”, outra

questão que dificulta a participação popular é o fato da gestão possuir uma linguagem muito técnica, distante da população “nós temos que falar da forma que as pessoas entendam, eles até rir que eu digo assim: é nós fumo, nós vai, nós cheguemo que é para a pessoa entender” (AURINEIDE, 2018).

Mesmo com a existência de convites via rádio e diretamente da Associação, para uma ampliação da participação popular, segundo Aurineide, o gestor deveria promover uma descentralização territorial, ampliar a divulgação e construir uma cooperativa dentro do bairro para beneficiar seus próprios moradores (com a possibilidade de gerar emprego), ao invés de contratar pessoas de outros bairros, para fazer a limpeza pública por exemplo.

Aurineide reconhece o trabalho realizado na época da gestão do PT com a ideia das subprefeituras; segundo ela, deve-se construir um governo que transite dentro das comunidades, com a presença mais próxima do prefeito das comunidades ampliaria a participação,

Eu acredito que um governo itinerante dentro das comunidades, se viesse uma coisa que eu falei semana passada, que é a questão de vez em quando que eu falo aqui, a questão de uma, uma prefeitura que existia era alguma coisa que tinha nas comunidades. [...]. O que é aconteceu ali era uma forma da população participar. O prefeito não tem condição querendo ou não de fazer tudo só, para isso ele tem os secretários. Se aquele projeto tivesse continuado, com pessoas realmente do bem que pensasse no outro, não pensasse em benefício próprio, teria sido bom, que é uma forma de envolver a população, de trazer conhecimento, de dizer a ele oh vai participar, isso é importante. Está divulgando as ações, pedindo o que tem de ser feito, seria mais fácil (Entrevista realizada com Aurineide, em dezembro de 2018).

Por outro lado, Aurineide destacou que muitos dos moradores, quando são perguntados sobre o que querem para seu bairro não sabem o que pedir. Contudo, declarou:

Qualquer projeto para ser desenvolvido ele tem que ser desenvolvido com a participação da população, porque quem diz aonde o sapato aperta é quem calça. [...]. Hoje eu fico triste porque ninguém participa da câmara dos vereadores, ninguém vai a uma sessão. Ninguém vai numa conferência de saúde e educação, ninguém vai. Queria eu poder em vez das conferências serem no centro da cidade, trazer para dentro das comunidades e fazer com que a população entenda o poder que a gente tem, aonde a gente pode falar, aonde é que a gente consegue colocar uma proposta, mas eles não vão entender é difícil e muita gente, talvez a maioria mais poderosa, quer que realmente continue sem entender. Isso nos deixa triste (Entrevista realizada com Aurineide, em dezembro de 2018).

Sua percepção das injustiças aborda a ausência de investimento na população mais carente, não cita seu bairro apenas, mas fala da cidade como um todo. Falta moradia, falta saneamento básico. Ser cúmplice do erro e não permitir o direito de as pessoas falarem e dizerem sua dor, também são consideradas injustiças, “a população está gritando, pedindo,

reclamando, chorando e não fazem nada? Isso é uma injustiça grande, e as injustiças são cometidas em todas as esferas, não tem mais regra, não tem lei. O povo está desacreditado” (AURINEIDE, 2018). A entrevistada tece críticas aos políticos que já foram eleitos mais de uma vez, mas que deixam continuar os mesmos problemas. Segundo ela, justiça é “respeitar o direito das pessoas”. Para ela, o governo tem que promover acesso aos serviços.

5.6.1 Concepção de mundo: a palavra e a imagem por Aurineide

As imagens lhe causaram um sentimento de tristeza. A fotografia da moradia precária foi a que mais lhe emocionou porque relembra as casas próximas à rede de alta tensão, que ela tanto tem lutado para auxiliar. Ao mesmo tempo, ela lança crítica à corrupção “porque os dinheiros que a gente vê sendo desviado hoje dessa corrupção que não tem fim é o que é tirado disso aqui [...] seria um pingo bem pouquinho para fazer um negócio disso aqui acontecer”. Ela criticou também a ausência de imparcialidade no poder público. Normalmente o que se vê, de acordo com Aurineide é que “[...] muitas vezes quando constrói ainda deixa de pensar em quem realmente precisa e vai selecionar pessoas, ‘porque é filho da empregada lá de casa, esse aqui é porque é meu afilhado’ [...]”. (AURINEIDE, 2018). A seguir a imagem selecionada:

Fotografia 32 - Moradia Precária no bairro Triângulo



Fonte: Do autor, 2018.

A concepção do que seja desenvolvimento urbano para a nossa entrevistada envolve o cuidado com as pessoas através da construção de moradias com saneamento, posto de saúde e escola próxima, além de uma vida com segurança. Ela critica ainda os políticos que só aparecem em ano eleitoral. Para ela “a verdadeira política, a política correta é aquela que atende a necessidade de um povo”. Sobre a possibilidade de o desenvolvimento econômico resolver a

questão da desigualdade, ela nos ofereceu a compreensão de que é muito mais uma “questão de humanização mesmo, eu não vejo mais outros meios não”. A solução estaria no âmbito da aproximação dos políticos com a população. Para ela o prefeito tem que sentir, ver, escutar as pessoas, “aí sim ia haver essa transformação não do povo, mas do poder, a transformação teria que começar por eles mesmos. Aí tinha jeito”. E ela conclui a entrevista fazendo a seguinte reflexão sobre o que é vida boa e felicidade:

Eu acho que você ter o suficiente para viver com a sua família e poder ajudar o próximo que precise. Você estar sempre procurando fazer algo de importante para as pessoas, porque eu acho que sua felicidade vai depender da do outro. Quando começa a chover aqui, eu me lembro do pessoal lá da rede, que eu digo: meu Deus, se aqui está fazendo um barulho desse tamanho e querendo derrubar o coqueiro, essas mangueiras, imagina lá que a segurança é bem pouca. [...] A felicidade é você estar bem, e você estar bem depende muito, porque eu digo assim, se eu estou muito bem aqui com a minha filha, bem com meu projeto, mas quando chego na calçada está cheio de pessoas que diz: “eu não almocei hoje”, “meu filho está morto de doente, já chamei o médico, fui na UPA e não fui atendido, fui no posto aqui e não tem atendimento”, “a escola disse que não queria mais meus filhos lá”, “meu marido me bateu”. [...]. Então se eu estou bem, se eu almocei, se eu jantei, se eu tenho uma cama boa para dormir, mas as pessoas que eu vejo não estão, então não está bem totalmente. Alguma coisa fica causando inquietação em você. Muitas vezes você grita, você pede, mas é como se não fosse escutado (Entrevista realizada com Aurineide, em dezembro de 2018).

A seguir a elaboração do núcleo central de sentido captado após a leitura atenta da entrevista completa.

Quadro 24 - Concepção de Mundo e visão da justiça/injustiça (Aurineide)

CRÍTICA/PROBLEMA	INJUSTIÇA Atitudes Rejeitadas	JUSTIÇA Atitudes Valorizadas	SOLUÇÃO
Ausência do reconhecimento do poder público	Querer ferrar o outro	Capacidade de ouvir o outro	Empatia
Ausência de investimento na população mais carente	Violência	Capacidade de sentir a dor do outro	Se colocar no lugar do outro
Famílias desestruturadas	Abuso de poder	Saber receber uma ofensa e não revidar	Governo investir em prevenção
Falta de diálogo	Uso de Drogas	Bondade	Mediação de Conflito
Falta de Saneamento e Moradia	Corrupção	Respeitar o direito das pessoas	Paz
Ausência da participação: ver o erro e não cobrar	Indiferença	Ajudar o próximo	Governo itinerante (dentro das comunidades) e ser capaz de falar na linguagem da comunidade
Não saber ouvir o outro	Traição	Aprender a dialogar	Cooperativa na comunidade
Ver a população sofrendo, pedindo, reclamando, chorando e não atender.	Mágoa/Julgar	Dedicação dos pais com os filhos	Aproximação do Prefeito com a comunidade e transformação do próprio poder público

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Aurineide Barbosa demonstrou uma sapiência incomum. De fato, mesmo sem tanto estudo formal, foi capaz de revelar uma riqueza adquirida por meio da vida prática, da experiência e de sua dedicação como voluntária. Seu trabalho em mediação de conflitos evidenciou que a luta pela justiça é também uma luta pela paz. Nesse caminho, a escuta empática, a ausência de julgamentos e a capacidade de sentir a dor do outro são imprescindíveis para a promoção do diálogo e a resolução dos conflitos.

5.7 BAIRRO PEDRINHAS

São muitos os problemas que os moradores enfrentam diariamente no bairro Pedrinhas: lixo, mato, presença de animais nas vias públicas (provocando risco de acidente), esgoto a céu aberto, ruas esburacadas, ausência de calçamento, dificuldade para receber correspondências, ausência de energia elétrica, violência, construção abandonada que serve de ponto para venda de drogas, ausência de saneamento, dentre outros. Segundo o IBGE (2010), a população do bairro era de 9.198 moradores, somando um rendimento mensal R\$ 800,53 (oitocentos reais e cinquenta e três centavos). De acordo com os moradores existem ruas que para a prefeitura constam como asfaltadas, mas, na verdade, não foram. Segundo a matéria da TV Verdes Mares Cariri “sobre o saneamento básico nós falamos com a CAGECE¹³², que falou que o problema era da SEINFRA e a SEINFRA¹³³ falou que o problema não era com ela” (TV Verdes Mares Cariri, 25 de out. 2017¹³⁴). Ficando, assim, um bairro desassistido de alguns serviços¹³⁵. Seguem algumas fotografias que revelam um pouco daquele ambiente.

Fotografia 33 - Calçada obstruída



Fonte: Do autor, 2018.

¹³² Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará.

¹³³ Secretaria de Infraestrutura.

¹³⁴ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6242662/>.

¹³⁵ Ver mais em:

<http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/t/edicoes/v/moradores-do-bairro-pedrinha-reclamam-de-abandono-pelo-poder-publico-em-juazeiro-do-norte/6628723/>; <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/v/moradores-do-bairro-pedrinhas-sofrem-com-a-falta-de-infraestrutura-em-juazeiro-do-norte/3024449/>; <https://globoplay.globo.com/v/8109495/>; <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/t/edicoes/v/transtornos-persistem-no-bairro-pedrinhas-em-juazeiro-cinco-meses-apos-reclamacoes/3571281/>.

Fotografia 34 - Moradias no bairro Pedrinhas



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 35 - Bairro Pedrinhas



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 36 - Lixo na rua



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 37 - Lixo acumulado nos fundos da Associação Comunitária Partilhando Vida

Fonte: Do autor, 2018.

Conforme evidenciam as fotografias, a realidade é de calçadas ocupadas, moradias precárias, carroça como meio de trabalho e transporte, lixo espalhado na rua, esgoto a céu aberto, construções inacabadas etc, ou seja, um bairro ainda em processo de urbanização. A seguir, uma explanação sobre o trabalho que a Associação Comunitária Partilhando Vida vem desenvolvendo nesse bairro.

5.7.1 Associação Comunitária Partilhando Vida (ACP Vida)

Fátima (44 anos) é moradora do bairro Pedrinhas. Atuou como professora, mesmo sem possuir formação universitária, e atualmente trabalha como vendedora autônoma. A entrevistada trabalha com a comunidade desde o ano 2000, inicialmente através da Igreja, com a Pastoral da Criança, porém foi em 2006 que iniciou a AVBEM, junto com Cláudia e em parceria com a prefeitura, com atividades como creche, até 2009. A partir daí, Cláudia levou o trabalho para o bairro Horto e então Fátima fundou a Associação Comunitária Partilhando Vida (ACP VIDA), a qual continuou como creche até 2014. Atualmente a ACP VIDA funciona sem parceria com a Prefeitura, conta apenas com voluntários e apoio de padrinhos, a fim de desempenhar as ações de reforço escolar nos turnos da manhã e tarde, com aproximadamente 15 alunos de manhã e 30 alunos à tarde. O espaço conta com biblioteca e oferece lanche todos os dias da semana e sopa nas sextas-feiras.

Fátima conta que a Associação promove eleições regulares (a cada quatro anos) e que ela mesma ficou 8 anos como presidente da associação, atualmente, Claudiana responde pela

presidência. Podemos constatar, devido ao seu relato, que a relação entre elas pareceu ser harmônica e sem grandes conflitos.

O principal motivo para iniciar a associação foi a carência da comunidade, havia uma preocupação com as crianças e jovens que acabavam ficando nas ruas e se envolviam com drogas e prostituição, nos revelou Fátima.

Quando interroguei sobre a importância daquele espaço para o exercício das atividades da Associação, Fátima nos relatou um acontecimento, através de uma dinâmica de grupo entre alunos da associação, que marcou sua vida:

Ave Maria, é tudo, uma importância muito grande, aqui a gente é capaz de desenvolver um trabalho. Por exemplo, eu tenho filhos, a maioria dos voluntários tem filhos e a gente sabe o quanto é importante esse espaço, inclusive eu tenho um filho que na época ele era paciente renal e, através de uma oficina na biblioteca, eu consegui resolver um problema grande com ele, porque na época ele fazia diálise peritoneal e a professora fez uma dinâmica e nessa dinâmica ele se colocou como o resto da vida sendo aquilo, ela contou uma história e mandou cada um desenhar o seu futuro e ele foi e desenhou ele naquela cama, como se o resto da vida dele fosse aquilo e ela me chamou e me mostrou e aí eu tive a coragem, tomei a decisão de colocar ele na fila de transplante e com 30 dias ele fez o transplante e hoje ele tem 18 anos, já tá com 7 anos que foi realizado o transplante. Quer dizer, para mim foi tudo, que se ele não tivesse participado daquela oficina, se ela não tivesse observado isso, talvez realmente ali, ia ser o futuro dele, e tenho outras histórias que aconteceu aqui. [...] (Entrevista realizada com Fátima, em janeiro de 2019).

Fátima demonstra um pensamento de que a pessoa precisa saber que pode mais: “a gente também tem esse trabalho de mostrar para a pessoa que ela pode mais, e que ela não é aquilo que ela está vendo e vivendo no momento, então que ela pode sair daquela situação”. A nossa entrevistada advoga uma melhoria no bairro após os trabalhos da Associação e segue afirmando que o seu propósito é “ajudar vidas, compartilhar talentos, doar, estar presente”; porém, afirmou que a Associação já foi roubada sete vezes por pessoas do próprio bairro (FÁTIMA, 2019).

Quando perguntei sobre a questão da injustiça achou melhor não responder, mas acabou relatando um certo desgaste na parceria com a prefeitura, pois quando a prefeitura assumiu a creche, colocou pessoas da gestão para trabalhar na associação e as mesmas não tinham a experiência com a comunidade e suas necessidades, acabando por prejudicar na seleção das crianças que poderiam frequentar a creche. Segundo Fátima essa ausência de autonomia foi um procedimento injusto, pois “quem está diariamente é que sabe da necessidade” (FÁTIMA, 2019). Quanto ao tratamento dado à ideia de justiça, nos respondeu que:

Justiça é o que alguém faz para mim e que é benéfico para mim, ou o que eu faço para você que foi benéfico para mim, eu fiz para você, mas para quem foi bom? Foi bom para mim, então às vezes eu faço algo pensando que é bom

para você, não é para você, mas se para mim foi [...]. Então justiça eu acho que é aquilo que é benéfico a quem está recebendo [...]. Por exemplo, eu vou fazer uma associação, porque eu vou ter um nome é uma coisa, mas se a comunidade não responde, não dá em nada, então eu tenho que ver qual a necessidade da comunidade, que eu posso oferecer para comunidade que vai ser benéfico, então eu não posso pensar só em mim, por que senão, não vai ter um resultado (Entrevista realizada com Fátima, em janeiro de 2019).

Nossa entrevistada relata uma maior parceria da Associação com a iniciativa privada – com empresas como a Hinode e Atacadão, por exemplo – do que com o poder público. Diz não possuir apoio de nenhum vereador e, quanto à união com outras associações, também afirmou não haver. O depoimento de Fátima atesta que não aconteceram lutas por algum bem maior do que os próprios interesses da Associação. A entrevistada relatou o seguinte acontecimento:

Eu acredito muito nesse trabalho de união, eu acredito muito, só que, por exemplo, a gente teve uma vez que o candidato a prefeito veio aqui, olhou para todo mundo, ele conversou e ele fez uma promessa. No dia e na hora marcada, ele olhou e disse assim: “eu nunca nem vi vocês”, então, isso me marcou, entendeu? [...]. Porque se eu quisesse hoje eu estaria na prefeitura, se eu quisesse continuar eu teria continuado, mas não sou eu, é nós! (Entrevista realizada com Fátima, em janeiro de 2019).

Na visão de Fátima as pessoas que mais participam são aquelas que têm necessidade de ajudar:

[...]. Eu acho que de fato a pessoa tem que querer, a pessoa tem que desejar [...]. Assim, por exemplo, tem gente que trabalha de manhã, de tarde e de noite e ela tem objetivos próprios e tem pessoas que ela trabalha e mesmo assim elas sentem a necessidade de ajudar alguém. Então tem que ser da pessoa, tem que a pessoa gostar, tem que a pessoa querer, ela tem que se identificar com pessoas, ela tem que procurar se relacionar melhor com as pessoas e entender. Uma das coisas que eu aprendi é que: o que você diz é verdade! Porque está dentro da sua concepção, está dentro da sua realidade e que eu devo compreender, eu posso pegar para mim como verdade ou não e nem por isso a gente vai brigar! Então eu acho que parte muito do desejar da pessoa, da pessoa querer muito, da pessoa nascer com esse dom (Entrevista realizada com Fátima, em janeiro de 2019).

Ao mesmo tempo, a entrevistada revela uma visão de que muitos ao participarem são cooptados e esquecem do verdadeiro sentido da participação, o que provoca a perda da credibilidade, algo que ela teme:

Eu percebo em mim hoje, eu sei que se eu fosse me envolver mais a fundo, tenho certeza que lutaria a fundo, só que eu tenho muito medo disso, [...] eu também tenho muito medo de me perder no caminho, hoje eu não me perderia mais, hoje eu tenho certeza que eu não me perderia mais, mas é a credibilidade que você tem da comunidade, das pessoas acreditarem em você, do seu trabalho por exemplo, hoje eu só sei que o que eu digo aqui para qualquer pessoa é lei e eu não quero no futuro, por exemplo, chegar a me envolver com

política e perder essa credibilidade das pessoas (Entrevista realizada com Fátima, em janeiro de 2019).

A seguir algumas fotografias da Associação tratada:

Fotografia 38 - Interior da Associação Comunitária Partilhando Vida e Crianças estudando



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 39 - Espaço interno da ACP Vida



Fonte: Do autor, 2018.

5.7.2 Concepção de mundo: a palavra e a imagem por Fátima

Considerando as fotografias que revelam as desigualdades socioespaciais, Fátima observa o tamanho da diferença, mas nas palavras dela: “hoje eu não vejo mais como injustiça. Como eu lhe disse, eu vejo como diferença de cultura, de realidade, de conhecimento, uma diferença do tipo de olhar” (FÁTIMA, 2019). A voluntária coloca o poder do pensamento para a transformação individual e não destaca como o ponto de partida pode ser capaz de influenciar e/ou dificultar a transformação das pessoas.

O sentimento que as imagens lhe causaram foi que ela também se sente como responsável, para ela “um sentimento de que o meu dever ainda não foi cumprido, que eu posso fazer muito mais”. A entrevistada demonstrou felicidade ao ver uma casa grande com jardim,

piscina e um bom espaço de lazer, na sua visão é possível que, com educação e abertura de pensamento, a pessoa que está em situação de pobreza material pode chegar a melhores condições de vida, com mais conforto. Destaca: “inclusive a gente ajudava uma família, essa pessoa pedia esmola e hoje essa pessoa trabalha para manter a família, então ela teve a consciência de que pedir esmola não era a solução, mas tem gente que nasce pedindo esmola e morre pedindo esmola” (FÁTIMA, 2019).

A nossa entrevistada aponta para as duas fotos a seguir:

Fotografia 40 - Chácara no bairro Lagoa Seca e Moradia Precária no bairro Triângulo



Fonte: Do autor, 2018.

A concepção de desenvolvimento urbano para Fátima envolve a possibilidade de a pessoa acreditar no seu próprio potencial, ir para além do ensinado nas escolas, não se submeter à visão de mundo que o sistema impõe. Segundo ela o “desenvolvimento urbano é uma questão mesmo das pessoas terem consciência, do que elas têm direito e de elas lutarem por isso” (FÁTIMA, 2019). Em sua perspectiva, é um trabalho lento acabar com tamanha disparidade. É preciso uma mudança de mentalidade, as pessoas têm que “correr atrás para conseguir melhorias, só que algumas pessoas têm a mentalidade de que se elas conseguirem algo melhor, elas vão perder um benefício aqui e ali” (FÁTIMA, 2019).

Sobre as dificuldades para a participação, a voluntária nos informou que a televisão, o uso do tempo ocioso na internet e, principalmente, a falta de interesse e de conhecimento fazem com que elas não participem, Fátima ainda destaca a importância da participação e revela compreender que participar “é dividir, é compartilhar, é absorver, é aprender, é crescer junto”. O tipo de vida boa que nossa entrevistada assegura é o fato de poder acordar todos os dias e “viver plenamente bem consigo mesmo e com o próximo”. Quanto à felicidade, nos revela que “é você ser grato por tudo que você tem, felicidade é você agradecer a cada momento, a medida que você agradece tudo vai se multiplicando” (FÁTIMA, 2019). A seguir, o quadro de concepção de mundo e visão da justiça/injustiça de Fátima.

Quadro 25 - Concepção de Mundo e visão da justiça/injustiça (Fátima)

CRÍTICA/PROBLEMA	INJUSTIÇA Atitudes Rejeitadas	JUSTIÇA Atitudes Valorizadas	SOLUÇÃO
Falta de conhecimento	Desprezo	Trabalho Voluntário	Educação para além da sala de aula
Ausência da Participação do Estado	Indiferença	Querer despertado	Unir forças
Quando há parceria, há pouca autonomia	Ausência de interesse na busca pelo conhecimento	Gratidão pela vida	Compartilhar
Ausência de Saneamento básico e segurança	Acomodação	Estar bem consigo mesmo e com o próximo	Se conhecer
Ausência de Limpeza Pública	Ausência de consciência	Cumprir com o dever social	Ser voluntário

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A crença de Fátima na ativação do querer como força para conquistar qualquer anseio, a descoberta da leitura fazendo dela uma educadora para além do que o “sistema impõe”, sua responsabilidade com o que diz, “minha palavra aqui é lei”, a fazem uma vencedora e virtuosa mulher, entretanto, não considera o poder influenciador das desigualdades. Seu exemplo de voluntária abate e deprecia a ideia de que o sinônimo de sucesso é a aquisição de bens materiais. Esse trabalho no bairro fortalece laços e, de certo modo, evita o mundo do crime e gera esperança em dias melhores.

5.8 BAIRRO CAMPO ALEGRE

O bairro Campo Alegre é relativamente novo, foi criado por lei municipal em 2009. Em 2010 possuía uma população de 2.401 moradores e contava com rendimento médio mensal de R\$794,41 (setecentos e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos)¹³⁶. Em relato¹³⁷, os moradores citam como alguns problemas que mais os afetam : a ausência de transporte público regular , a carência de ruas asfaltadas, de pavimentação e de saneamento básico. Os que utilizam transporte coletivo (ônibus) necessitam se deslocar até o bairro mais próximo (Tiradentes) ou recorrer a outras alternativas como bicicleta, caronas, transporte escolar e uma linha de ônibus que trafega em trechos e horários restritos. A insuficiente iluminação noturna, a presença de um matagal e o lixo nas ruas e calçadas também foram citados na lista de problemas. O bairro

¹³⁶ Censo do IBGE de 2010.

¹³⁷ Em matérias publicadas na TV Verdes Mares Cariri.

possui como característica peculiar, o fato de abrigar dezenas de fábricas revelando-se como um mini distrito industrial¹³⁸.

Inspirados na campanha “O Brasil que eu quero para o futuro”, os moradores do bairro Campo Alegre fizeram “Que bairro eu quero para o futuro”, oportunidade para a população local expressar a grande dificuldade de acesso devido aos buracos nas ruas e solicitar pavimentação e transporte público¹³⁹. Em nossa pesquisa, Rosário exclamou a necessidade de “saneamento básico, calçamento, colégio, área de lazer, aqui não tem nada, só tem areia!” (ROSÁRIO, 2019).

A seguir as fotografias daquela área:

Fotografia 41 - Estrada de areia no bairro Campo Alegre



Fonte: Do autor, 2018.

¹³⁸ Ver mais em:

<http://g1.globo.com/ceara/videos/v/moradores-cobram-conclusao-de-obra-no-bairro-campo-alegre-em-juazeiro-do-norte/7989260/>; <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/v/ruas-do-bairro-campo-alegre-em-juazeiro-estao-sem-pavimentacao-e-sem-vias/4985089/>; <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/v/bairro-campo-alegre-em-juazeiro-do-norte-sofre-com-a-falta-de-infraestrutura/2721945/>; <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/v/moradores-do-campo-alegre-em-juazeiro-estao-sem-transporte-publico-no-bairro/6597465/>.

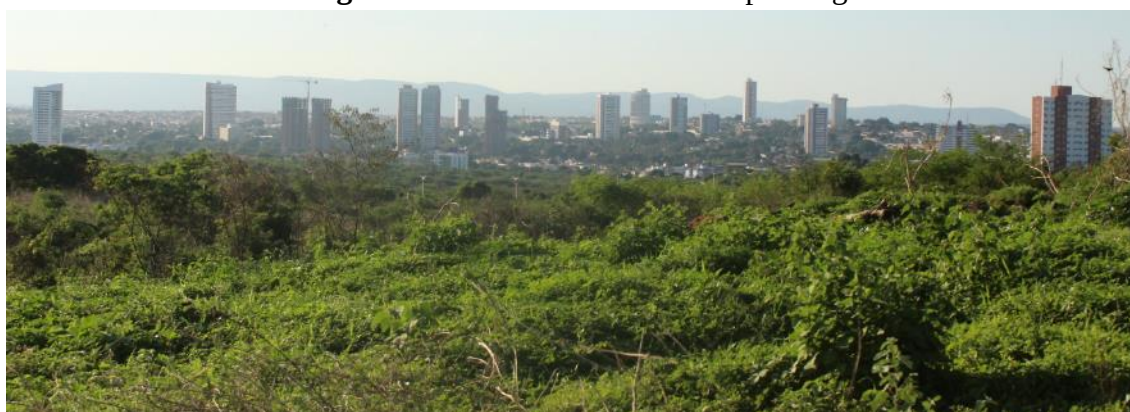
¹³⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/v/moradores-do-bairro-campo-alegre-criam-campanha-para-chamar-atencao-de-orgaos-publicos/6603778/>.

Fotografia 42 - Estradas e condições de moradia no bairro Campo Alegre



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 43 - Vista do bairro Campo Alegre



Fonte: Do autor, 2018.

5.8.1 Centro Comunitário de Arte, Cultura, Esporte e Cidadania

Fotografia 44 - Centro Comunitário de Arte, Cultura, Esporte e Cidadania



Fonte: Do autor, 2018.

Fotografia 45 - Maria Rosário Fátima Sousa e seus netos integrantes do centro comunitário



Fonte: Do autor, 2018.

Aos 58 anos de idade e com um trabalho prestado à comunidade, Maria Rosário Fátima Sousa, que foi Agente Comunitária de Saúde (ACS), concedeu-nos uma entrevista no mês de fevereiro de 2019, na Avenida Maria Leticia Pereira número 2.469, no bairro Campo Alegre, no Centro Comunitário de Arte, Cultura, Esporte e Cidadania – doravante denominada CCACEC, anteriormente chamada pelo nome Associação Produtiva do Bairro Timbaúba. Nessa entrevista, declara que iniciou a associação em 2009 com um movimento cultural de um grupo junino para as crianças.

Sua mudança do bairro Timbaúba para o bairro Campo Alegre ocorreu devido ao corte realizado na gestão do ex-prefeito Raimundo Macedo à associação, pois era com aquele incentivo que Rosário pagava o aluguel da casa onde morava e funcionava como sede para a associação. Sua mudança de bairro também provocou uma mudança na associação, que deixava de ser Associação Produtiva do Bairro Timbaúba e passava a ser chamada de Centro Comunitário de Arte, Cultura, Esporte e Cidadania. Na mudança de localidade, ela leva consigo a associação para o outro bairro. Rosário comenta que desde o início encontra-se como representante da associação e argumenta que as pessoas não querem se comprometer, isso faz notar que a existência da associação, nesse caso, está muito mais ligada à pessoa de Rosário do que à comunidade de um bairro. Segundo ela:

As pessoas visam o lucro e quem trabalha com associação não pensa em lucro, porque não existe lucro, muitas vezes você tira do próprio bolso para colocar na associação. Quem pensa em fundar uma associação para ficar rico, só se

for usando de má-fé, mas se o trabalho for sério mesmo, não tem lucro, é só pelo prazer e pelo amor que a pessoa faz (Entrevista realizada com Rosário, em fevereiro de 2019).

O propósito do Centro é cultural, com ensaios às segundas, quartas e sextas-feiras com os adultos, e às terças, quintas e sábados com as crianças. A principal reivindicação para o CCACEC é uma sede própria, pois relata a importância do espaço para o desenvolvimento do Centro e o conflito que existia anteriormente:

Hoje eu agradeço a Deus a gente ter um espaço desse, porque na época que a gente não tinha espaço, como no bairro Timbaúba, a gente ensaiava no polo e no colégio. Muitas vezes a gente chegava na porta do colégio e a diretora tinha trocado o cadeado, a gente não conseguia ensaiar lá. Muitas vezes a gente ia para o polo quando chegava lá o vigia não estava. Aí quando a gente decidia vamos ensaiar nem que seja no meio-da-rua. Colocava o som na calçada lá de casa e a gente ensaiava no meio-da-rua. Então isso aqui, apesar de não ser meu, eu agradeço muito a Deus e agradeço muito também ao cara que é dono disso aqui, ele é até também envolvido na cultura, em negócio de fazer cordéis. Então agradeço muito porque agora a gente não precisa estar se humilhando aos setores públicos, que são nossos, onde pessoas colocam gente lá que acham que é dono daquele equipamento. Teve um ano, na gestão de Santana, que foi obrigado eu levar Romão e a Secretaria de Educação lá para dentro do colégio Antônio Bezerra Monteiro porque a diretora se achou no direito de trancar a escola e tirou todos os movimentos que tinham no colégio, até o catecismo. Os meninos ficaram tendo o catecismo na rua porque ela disse que não era para ter dentro do colégio. Então eu fui e acionei Romão e a Secretaria de Cultura para dizer para ela que a escola era do bairro, que a escola era da comunidade. Se ela queria uma escola para ela trancar e colocar a chavinha no bolso e levar para casa, ela fizesse uma particular. Mas aquela dali era nossa (Entrevista realizada com Rosário, em fevereiro de 2019).

Sobre os problemas enfrentados, afirma que a questão financeira está atrapalhando as relações sociais: “hoje em dia o capitalismo está tão grande que ninguém se condói mais de ninguém” (ROSÁRIO, 2019). Sua postura é crítica em relação à negligência de alguns pais com a educação dos filhos e ao envolvimento precoce com o mundo das drogas e bebida: “vejo menino de doze, treze, quatorze anos de idade metido nas drogas [...]. Por exemplo, criança de menor que bebe e que o pai leva para festa. O pai está bebendo e o menino está lá também bebendo” (ROSÁRIO, 2019).

Sua participação política dentro do diretório do PT revelou uma visão aguçada. Segue o depoimento:

O PT é muito complicado, porque o PT não é uma sigla única. Eu digo porque eu participei do diretório, então eu comecei a ver que é um sistema aqui. Vamos supor que aqui é uma bola e essa bola é fatiada, “ah eu sou da corrente tal, eu sou da corrente tal, eu sou da corrente tal”, então ele não é, assim, unificado. Eles são uma sigla só, mas com várias ramificações e eu acho que isso atrapalha muito. Porque no tempo que você tem um conhecimento ou um

pensamento, mesmo que eu não concorde eu tenho que analisar para ver se é bom ou se é ruim para todo mundo. Porque, assim, não adianta você votar em pessoas, você tem que votar em projetos. Um projeto que beneficie todo mundo. Porque se eu votar na pessoa é ser humano. Ser humano é hoje e não é amanhã. Ser humano é de um jeito, depois é de outro, entendeu? Então é muito complicado (Entrevista realizada com Rosário, em fevereiro de 2019).

Rosário cita Aurineide¹⁴⁰ (do bairro Triângulo) como companheira de luta, mas a ideia de uma parceria no momento se restringe aos trâmites de organização legal das associações (documentação e inscrição do CNPJ). Sobre o maior benefício recebido por conta da sua participação no CCACEC, diz ser a gratificação de ver uma pessoa que passou por lá e “não se perdeu no meio do caminho e hoje está bem encaminhada na vida”. A propósito da justiça, foi lacônica ao denunciar o fato de pessoas que ocupam cargos públicos responsáveis pela justiça, paradoxalmente, cometerem injustiça. Quando questionamos se ela pensa, por meio da associação, conseguir alguma melhoria para o bairro, nos disse:

Sinceramente eu não quero me envolver nisso. Porque é fazer como diz o ditado: o poder público quando ele quer, ele faz. Porque você está vendo a necessidade, entendeu? Então não adianta eu toda hora, todo instante brigando com uma coisa, é mesmo que estar dando murro em ponta de faca. Porque tem muita coisa que é só vontade política de fazer, que quando eles querem fazer eles fazem, quando eles não querem fazer pode é chorar, se lamentar. [...]. Até porque como aqui é longe demais o que for fazer o povo não vai estar vendo. Lá no centro não, mas aqui numa distância dessa, entendeu? (Entrevista realizada com Rosário, em fevereiro de 2019)

Para Rosário, uma forma de ampliar a participação seria realizar reuniões descentralizadas,

Eu falo muito que aquelas reuniões da Câmara Municipal deviam ser itinerantes, elas não deviam ser fixas. Até porque quando eu quero ser eleito eu visito todo canto. E aí eu passo naquela comunidade e depois pronto, eu já fui eleito, já estou lá, já estou ganhando meu dinheiro e pronto e acabou-se: não dou satisfação, não apareço, não faz mais nada. Então eu acharia muito interessante se aquelas reuniões fossem itinerantes (Entrevista realizada com Rosário, em fevereiro de 2019).

Entretanto, para ela, as pessoas estão descrentes dos políticos e de suas promessas. Rosário afirma que o fato das pessoas não participarem se deve também às muitas promessas não cumpridas:

A pessoa cansa. É igual a essa criança: essa criança tem quatro anos de idade, se eu começar a prometer “ah faça isso que eu lhe dou isso” e eu nunca cumpro, ele também não vai acreditar em mim, porque eu nunca cumpro com

¹⁴⁰ Presidenta da Associação Educativa e Cultural Asa Branca.

o que eu digo. Então, isso é que faz a desmotivação do povo. O povo não vai mais em palavras (Entrevista realizada com Rosário, em fevereiro de 2019).

5.8.2 Concepção de mundo: a palavra e a imagem por Rosário

O sentimento que as imagens lhe causaram foi de indignação, por existir tamanha desigualdade, afirmando que “é muita gente com muita coisa e outros sem nada”. A imagem que mais lhe emocionou foi a moradia precária do bairro Triângulo, ao interpretá-la como a destruição da esperança de um trabalhador que não teve condições de uma moradia digna, em suas palavras: “é um trabalho que foi feito e de uma forma a esperança foi derrotada. Enquanto ele tinha uma esperança de ter um lar, nessa imagem aqui, foi destruído. Ele vai se sentir impotente diante da vida”. A seguir a imagem relatada:

Fotografia 46 - Moradia Precária no bairro Triângulo



Fonte: Do autor, 2018.

Nota-se que, em sua concepção, o desenvolvimento urbano possui, intrinsecamente, aspectos da justiça socioespacial na perspectiva distributiva e, de acordo com ela, “são equipamentos públicos espalhados em todo o arredor da cidade onde atenda a demanda”. Critica a distribuição desigual e a distância dos equipamentos e serviços urbanos para a população, “porque hoje ‘ah tem os CRAS’. Muito bem, tem os CRAS, mas aí, quantas comunidades o CRAS atende? ‘Ah tem o conselho da criança e do adolescente, tem dois conselhos já’. Sim, mas qual a distância?” (ROSÁRIO, 2019).

Para Rosário, o desenvolvimento econômico poderia resolver essa situação de disparidade, mas reconhece as dificuldades para que isso ocorra e cita o exemplo de algumas injustiças na aquisição da casa própria pelo programa Minha Casa Minha Vida, “porque eu

tenho conhecimento de pessoas que receberam Minha Casa Minha Vida que tinham casa” (ROSÁRIO, 2019). Além disso destaca os principais casos de injustiças (por ela considerados):

Acho que é muito descaso. Eu falo mais pelas crianças e adolescentes porque somos nós que amanhã estaremos nas mãos deles, entendeu? [...]. No meu ponto de vista, toda criança devia estar na escola era o dia todo. Escola integral. Por quê? Porque aqui tem pai que sai de manhã e só chega de tarde, porque precisa trabalhar, aí fica um menino de treze anos, uma menina de quatorze anos dentro de casa cuidando dos irmãos. Então essa pessoa já se cria sem ter quem comande ela. Ela faz as coisas do pensamento dela. Se for uma pessoa que tenha um bom caráter não vai se envolver com certas coisas. Se não for, vai se desviar. Por quê? Porque não tem uma pessoa responsável ali por ela. Porque um pai que sai de manhã e chega cinco, seis horas da noite não cria os filhos. Quem cria os filhos deles é a comunidade (Entrevista realizada com Rosário, em fevereiro de 2019).

Para Rosário uma vida boa:

É uma vida sem doença, sem preocupação, sem problemas. Quando você quiser resolver alguma coisa da sua vida, você ter como resolver. Eu falo muito na questão da saúde porque eu sou agente comunitária de saúde. Você vai ver que tem pessoas que colocam um exame e passa um ano, um ano e meio, se for uma coisa que a pessoa se cure antes do exame chegar, tudo bem, mas se for uma doença ele morre antes do exame chegar. Porque muitas vezes você pode ter o dinheiro, você pode ter sua casa, mas aí você tem outros transtornos que você não está sadio, você está doente, às vezes um conflito familiar, um conflito com o vizinho, às vezes alguma coisa assim. [...] Porque como eu tenho 28 anos de trabalho de agente comunitária de saúde, eu já vi muita coisa. Muita coisa que às vezes parte o coração e você fica de mão atada porque não pode fazer nada, entendeu? É que eu sou desse lema: se eu estou bem, fulano está bem, então eu também estou bem. [...] Uma das coisas que mais me marcou era quando eu trabalhava no Limoeiro, que tinha uma mulher que tinha 7 filhos e ela engravidou e eram gêmeos. O marido desempregado, ela desempregada. A gente começou a fazer uma campanha para conseguir roupinha para os meninos que eram gêmeos e isso foi o que mais me marcou, porque tinha hora que ela se sentia alegre porque estava grávida e tinha hora que ela se sentia triste porque eram mais duas bocas para ela dar de comer sem ter condições (Entrevista realizada com Rosário, em fevereiro de 2019).

Quadro 26 - Concepção de mundo e visão da justiça/injustiça (Rosário)

CRÍTICA/PROBLEMA	INJUSTIÇA Atitudes Rejeitadas	JUSTIÇA Atitudes Valorizadas	SOLUÇÃO
Mau exemplo dos pais	Indiferença com a dor do outro	Autonomia	Educação em tempo integral
Apropriação do espaço público como algo pessoal	Prometer e não cumprir	União	Investir na saúde
Capitalismo	Desigualdade	Fraternidade	Solidariedade
Criança que bebe bebida alcoólica	Preconceito	Solidariedade	Distribuição equitativa dos equipamentos e serviços urbanos
Descaso do poder público	Consumo de drogas	Ser voluntário com amor	Vontade política
Ausência de uma sede própria	Desunião	Dedicação dos pais na educação dos filhos	Focar em um projeto que beneficie todo mundo

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A ideia de que a educação dos pais é algo precioso é revelada não apenas em seu depoimento, mas também no conteúdo prático – sua filha atualmente faz doutorado e busca a autonomia que sua mãe ensinou ao longo dos anos: “olha minha filha, que o primeiro casamento que você faça na sua vida, seja com sua profissão. Porque você tendo a sua profissão, você é independente, você não precisa se subjugar a um homem para ter um prato de comida” (ROSÁRIO, 2019). Essa atenção com a educação faz Rosário acreditar no seu trabalho, mesmo enfrentando inúmeras dificuldades dentro e fora da própria comunidade.

5.9 BAIRRO SÃO JOSÉ

No censo do IBGE de 2010, a população do bairro São José encontrava-se com 10.061 moradores e um rendimento mensal de R\$ 1.641,76 (mil seiscentos e quarenta e um reais e setenta e seis centavos). Mesmo com a presença de empresas de grande porte (Atacadão, Maxxi Atacado, Assaí, entre outras) e linha de ônibus, os problemas encontrados no bairro não diferem muito dos anteriores, pois muitas ruas não têm saneamento básico, encontra-se esgoto a céu aberto, lixo acumulado nas ruas, terrenos baldios (com alta incidência de drogas e assaltos), ruas sem calçamento¹⁴¹. O bairro São José apresenta focos do mosquito *Aedes Aegypti*,

¹⁴¹ Ver mais em:

registrando casos de dengue e Chikungunya. Sobre o problema do saneamento básico, o gerente local da CAGECE não atendeu às ligações da TV Verdes Mares Cariri¹⁴², dificuldade também relatada pelo vereador Tarso Magno e pelo autor desta pesquisa.

Fotografia 47 - Bairro São José



Fonte: Google Street View, 2011.

Fotografia 48 - Passarela que gera acesso às escolas



Fonte: Google Street View, 2011.

<http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/v/bairro-sao-jose-e-um-dos-que-mais-cresce-na-cidade-de-juazeiro-do-norte/3543186/>; <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/v/duas-ruas-do-bairro-sao-jose-em-juazeiro-do-norte-estao-emburacadas/3986566/>; <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/v/moradores-do-bairro-sao-jose-em-juazeiro-do-norte-cobram-por-calcamento-em-rua/4578012/>; <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/v/moradores-do-bairro-sao-jose-em-juazeiro-do-norte-reclamam-da-falta-de-luz/6402074/>.

¹⁴² TV Verdes Mares Cariri. 3 de jun. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/v/moradores-do-bairro-sao-jose-em-juazeiro-do-norte-reclamam-de-focos-do-aedes-aegypti/5069384/>.

Fotografia 49 - Obstrução da calçada

Fonte: Google Street View, 2011.

5.9.1 Associação Produtiva dos Moradores do bairro São José e Adjacência

Fotografia 50 - Casa do Francisco (líder da associação)

Fonte: Google Street View, 2011.

Fundada por volta de 1983, a Associação Produtiva dos Moradores do bairro São José e Adjacência tem o agricultor Francisco Alves da Silva como o único presidente até o presente momento. Houve eleições e ele venceu todas, por segundo ele próprio, ter credibilidade e ter recebido o reconhecimento das pessoas, em suas palavras “ser de confiança e que faz as coisas acontecerem” (FRANCISCO, 2019). Atualmente tem 80 anos de idade e se encontra aposentado como funcionário público da prefeitura. Mora no bairro São José, na rua Moreira de Souza nº 48. Em entrevista relatou ter nascido no sítio São José, época em que ainda não era bairro: “aqui era tudo mato [...] aqui era tudo fazenda de gente rica e nós todos éramos moradores”. Através da associação conseguiu aposentar pessoas, aberturas de ruas, calçamentos, energia, água, escola e posto de saúde. Sua boa relação com os políticos facilitou algumas dessas conquistas, ele citou conhecer: Salviano, Carlos Cruz, Raimundo Macedo,

Santana (todos eles ex-prefeitos), conheceu também Ciro Gomes (ex-governador do Estado do Ceará) e falou do seu encontro com Dilma Rousseff quando ainda era candidata à presidência da república – na ocasião incentivou sua candidatura e considera que, por conta desse encontro, o projeto para aquisição do trator foi rapidamente atendido.

Capaz de angariar votos para a eleição de Salviano, como prefeito municipal, seu Francisco foi prontamente atendido em sua solicitação por água após a eleição de Salviano:

[...]. Eu quero água. Ele disse: “arranje um terreno aí que eu cavo um poço profundo”. Eu arranjei aquele terreno ali, mas eu digo: eu não quero ali. Eu quero lá em cima, porque a água estando lá em cima ela vem de lá para cá com mais gravidade”. Eu falei com ele, ele disse: “lá em cima eu não quero não. Eu quero aqui na beira da pista, que eu faço as caixas d’água e serve de propaganda para o meu trabalho”. Ó... Salviano é o besta! Aí fez o poço, aí quando fez que organizou tudo, encanou água nas casinhas aqui tudinho. No dia da inauguração foi uma grande festa, veio muita gente, muita autoridade. Aí me entregou esse poço e assinou a minha carteira para ser funcionário com isso. Dali começou. Tudo quanto teve aqui no São José Salviano fez: rua, luz e eu ajudando, ajudando (Entrevista realizada com Francisco, em dezembro de 2018).

Quando perguntado se existiu algum objetivo que unia diversas associações, ele relatou não haver, pois as lutas foram independentes. Afirmou: “todos os meus projetos foram com a EMATERCE¹⁴³, que é um órgão do Governo, foi quem me ajudou em tudo” (FRANCISCO, 2018).

Nosso entrevistado considerou como a principal injustiça a corrupção. Para ele a pequena participação popular se deve à não credibilidade dos políticos, à ausência de organização das pessoas e relatou a compra de votos:

A pessoa se vender é a perdição do mundo. Porque o político chega na época que não tem benefício nenhum de trabalho dentro de uma comunidade dessa e chega perto da eleição, não tem projeto, não tem trabalho, não tem nada, aí chegam comprando voto, aí sai eleito. Aí a dificuldade das comunidades e dos políticos é isso aí. [...]. Não teve dinheiro não vai para frente hoje em dia. Ninguém acredita em ninguém não. Tem que ter o dinheiro. Agora covarde é a pessoa que se vende, que ele não pode cobrar do político, se vendeu, vai cobrar o quê? E a maioria está sendo assim hoje, viciou nesse costume (Entrevista realizada com Francisco, em dezembro de 2018).

Observou que, na política, para ser eleito basta dinheiro; e criticou o tratamento diferenciado para o rico em detrimento do pobre: “quando um pobre chega em qualquer repartição do Governo é um coitado, quando vai adquirir qualquer coisa é a maior dificuldade;

¹⁴³Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará.

se é uma pessoa bem quista, conhecida, que tenha condições, para tudo é facilidade, não tem dificuldade nenhuma” (FRANCISCO, 2018).

O principal conflito enfrentado ao longo desses anos foi a disputa de um terreno com o PT. Na ocasião, segundo ele, foram mais de quatro mil famílias fazendo daquele espaço a possibilidade de moradia. Como o terreno era da Igreja e servia de plantação para a comunidade usufruir, seu Francisco conseguiu retirar todos através da força judicial e diz que o movimento foi pacificado após uma doação. Acontecimento esse que posteriormente daria origem ao Bairro Frei Damião.

Atualmente, relata um certo desinteresse com o envolvimento político e se mostrou descrente da justiça, devido ao alto índice de impunidade, e nos falou sobre a criminalidade e a violência no bairro:

Eu não estou acreditando mais em justiça, não, porque eu tenho visto coisas, aqui mesmo... difícil... e o caba faz... e eu digo: ‘esse caba...’. Quando é com dois, três, quatro meses tá palitando os dentes, solto! [...] Daqui mesmo uns anos desses eliminaram três jovens lá pra cima... “pá pá pá” estralaram tudo... quinze, dezesseis anos... não apareceu ninguém... Uns quatro meses atrás ali, eliminaram dois... de dezesseis e dezesseis anos. Sabe nem quem foi, nem o que foi... então não existe justiça nem, nem... não existe não (Entrevista realizada com Francisco, em dezembro de 2018).

Mas nosso entrevistado lembra com alegria como é bom ser reconhecido pelo trabalho prestado e cita a Travessa Líder Comunitário Francisco Alves da Silva no bairro São José, que leva o seu nome, e uma referência a sua pessoa no livro do Mário Bem Filho, *Dados Biográficos - dos homenageados em logradouros públicos de Juazeiro do Norte* (2000). Seu Francisco se considera um homem rico por que ele tem paz.

5.9.2 Concepção de mundo: a palavra e a imagem por Francisco

Ao ver as imagens, uma reclamação salta aos olhos de seu Francisco: “o Juazeiro não tem calçada, é um buraco, uma é alta, a outra é baixa, a gente não pode andar mais na cidade [...]. Outra coisa que agora eu estou revoltado, estou ouvindo no rádio todo dia, é com o saneamento básico que a cidade não tem” (FRANCISCO, 2018).

Considerando as fotografias, ele destaca o constrangimento e a falta de justiça. Para ele a imagem que mais o emocionou foi ver o “fracasso”, ao apontar para a moradia destruída.

Fotografia 51 - Moradia Precária no bairro Triângulo



Fonte: Do autor, 2018.

Quando aborda a ideia de desenvolvimento urbano, nos relata a dificuldade de calçamento, saneamento, esgoto a céu aberto e a falta de água, e quando questionado como acabar com essa desigualdade, ele diz que não vai ser fácil, e pontua os seguintes avanços com o governo Lula:

[...] Antes de Lula não tinha financiamento pela Caixa Econômica para fazer um prédio, uma casinha, arrumar um chão para morar, pagando uma porcentagem pequena. Antes de Lula um pobre não pensava nem num carro. Qual era o pobre que pensava numa faculdade antes de Lula? Faculdade só quem fazia era gente rica. Hoje tem faculdade de graça, escola pública boa. Em outro tempo, meu amigo, só quem ia para faculdade era gente de poder, quem era pobre nem pensava. E eu ainda alcancei aqui que não tinha faculdade nem no Crato, nem no Juazeiro, nem em canto nenhum, quem ia para faculdade era filho de gente rica que ia pra Recife ou pra Fortaleza (Entrevista realizada com Francisco, em dezembro de 2018).

E conclui nossa entrevista considerando que uma vida boa é aquela em que a pessoa tem saúde, paz, um padrão mínimo para ter direito à alimentação sem muito sacrifício. Ele demonstra uma inversão de prioridade quando fala que o dinheiro não tem muito valor, pois já viu um conhecido morrer “por causa de recurso”, nas palavras de Francisco:

Felicidade para mim é paz e saúde. Não tem outra coisa não. [...] Eu entendo que a paz é você não ter inimizade com ninguém, é viver como cristão, não desejar o mal ao próximo e, quando ver uma pessoa com dificuldade, dentro da sua possibilidade você ajudar. Para mim paz é isso aí (Entrevista realizada com Francisco, em dezembro de 2018).

Quadro 27 - Concepção de mundo e visão da justiça/injustiça (Francisco)

CRÍTICA/PROBLEMA	INJUSTIÇA Atitudes Rejeitadas	JUSTIÇA Atitudes Valorizadas	SOLUÇÃO
Corrupção	Compra e venda de voto	Honestidade	Educação
Falta de água	Desejar o mal ao próximo	Trabalho	Ajuda mútua
Falta de calçamento	Preconceito com o pobre	Confiança	Paz
Tratamento diferenciado para rico e pobre	Corrupção	Solidariedade	Eleger um pobre, honesto e trabalhador

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Seu Francisco é um homem apreciador da boa conversa e aparenta sentir falta disso nos dias atuais, pois segundo ele, com a internet, isso está se perdendo devido ao uso constante de celulares, como cita o caso de seus netos.

Sua história de vida foi dedicada ao trabalho e a luta associativa. Aparentando ter menos do que os oitenta anos de idade revelado, Francisco declarou a honestidade como um dos valores que favoreceram algumas conquistas para o bairro São José. Sua fala evidencia, de certo modo, uma paz de alguém que não tem “o rabo preso” com ninguém e afirma ter as portas de sua casa abertas para quem quiser chegar.

Quadro 28 - Síntese das Concepções de mundo das lideranças comunitárias: desenvolvimento urbano e visão da justiça/injustiça

SUJEITO/ BAIRRO	DESENVOLVIMENTO URBANO (Aspecto valorizados)	JUSTIÇA (Atitudes valorizadas)	INJUSTIÇA (Atitudes rejeitadas)
Jô Araújo (Frei Damião)	Educação Segurança Sentir a dor do outro Moradia digna para todos Poder público olhar para os mais carentes	Igualdade Honestidade Tratamento adequado e respeitoso sem distinção entre o rico e o pobre	Violência Indiferença dos políticos Compra e venda de voto Ausência de medicamento
Aurineide (Triângulo)	Saúde Educação Segurança Moradia digna Saneamento básico	Colocar-se no lugar do outro Agir para corrigir as injustiças Respeitar e garantir os direitos das pessoas	Falta de moradia Falta de saneamento Não cumprimento da lei Ausência de fiscalização Tirar o direito das pessoas Ver o que está errado e não cobrar Ausência de investimento na população mais carente
Fátima (Pedrinhas)	“Consciência dos direitos e lutar por eles até conseguir”	É aquilo que é benéfico a quem está recebendo	Ausência de autonomia na parceria com a prefeitura
Rosário (Campo Alegre)	“Equipamentos públicos espalhados em todo o arredor da cidade onde atenda a demanda”	Educação integral para todos Corrigir as pessoas que estão em cargos de responsabilidade social e cometem injustiças	Desatenção com a educação dos filhos Indiferença dos políticos Desonestidade Corrupção
Francisco (São José)	Saneamento básico Água potável Calçamento	Honestidade Prometer e cumprir Descrença com a justiça legal	Violência Impunidade Desigualdade Corrupção dos políticos Compra e venda de votos Tratamento desigual para rico e pobre

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

5.10 A LUTA POR UM BEM COMUM

Mesmo que a liderança comunitária seja bastante articulada e demonstre conhecer diversos políticos (vereadores, prefeitos, entre outros), a ação conectiva entre as associações não passou de aspectos pontuais e superficiais. Poucos nomes de pessoas com vida ativa na comunidade foram citados, como o de Aurineide¹⁴⁴. Ela foi a única que apresentou a ideia de um projeto comum às associações, através da criação de um espaço com finalidade de amparo jurídico e instrumental técnico (como elaboração de projetos) para as associações, servindo de apoio para a ampliação de algumas conquistas. Portanto, os líderes comunitários não chegaram a ter conquistas que unissem várias associações lutando por um bem maior. As lutas são específicas de cada bairro, demonstrando uma importância significativa do ambiente local (microescala) para as análises que possam vir a ser feitas. Além disso, sobre aproximação com políticos, também não há consenso, pois para alguns líderes há ganhos, enquanto outros veem como algo negativo.

A injustiça, na perspectiva da desigualdade em infraestrutura urbana, não se configura a causa primeira para mobilizar a criação das organizações da sociedade civil na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Considerando a realidade pesquisada¹⁴⁵, o principal motivo parece estar alinhado essencialmente a ajudar as pessoas mais necessitadas, seja para evitar que crianças e jovens entrem no mundo das drogas, seja para que através da cultura possa gerar laços de união e criatividade, ou seja, para aquisição de algum direito negligenciado pelo Estado. O fato é que há uma forte ausência do Estado em cumprir seu dever social. Assim as lideranças lutam por direitos e reconhecimento, e não há a ideia de revolução, nem a busca pelo poder do controle sobre o excedente. Logo, inexistente uma reclamação sistemática às operações do capitalismo e sua produção do valor. Apesar da descrença nos políticos, o modelo da democracia eleitoral não é colocado em cheque e — ao afirmarem sugestões como instaurar um governo descentralizado, eleger um pobre (trabalhador e honesto, da comunidade), aproximar o prefeito da comunidade, ampliar a comunicação, formar cooperativa — não propõem uma alternativa política à democracia liberal.

As concepções de mundo das lideranças com relação à visão do desenvolvimento urbano inserida no PDDU se assemelham em: investimento em educação, moradia,

¹⁴⁴ Mencionada por mais de uma de nossas entrevistadas, um dos motivos que fez com que realizássemos uma entrevista com Aurineide.

¹⁴⁵ Para saber mais será preciso ampliar a observação e ver quais são as origens, queixas, exigências e propósitos das demais associações.

saneamento, proporcionar maior eficiência na distribuição dos serviços públicos e garantia de atendimento na saúde. Os aspectos em destaque no PDDU são: unidade de vizinhança; estabelecer mecanismos de participação da comunidade; melhoramento dos transportes; (re)urbanizar áreas deterioradas; investimento em tecnologia. Preservar, conservar e recuperar as áreas e edificações de valor histórico, paisagístico, cultural e natural não foram citados pelas lideranças das associações. Com relação a ausência no PDDU, de acordo com a visão das lideranças, encontramos: gerar consciência dos direitos, olhar os mais carentes e sentir a dor do outro.

Obtivemos também semelhança com algumas visões daqueles que participaram do PDDU em relação às lideranças citadas neste quarto capítulo, a exemplo da visão que faz menção à educação, garantia de políticas públicas, melhoria em infraestrutura, olhar para os mais necessitados e respeito aos direitos. Quanto à ausência do que foi colocado pelas lideranças tratadas neste capítulo para aqueles entrevistados naquele período (1997-2000), vimos moradia, segurança, saneamento, dentre outros.

Quanto às semelhanças nas concepções desenvolvimento urbano, considerando as visões de mundo inseridas no terceiro capítulo, obtivemos o que se segue. Com relação ao Estatuto da Cidade, vimos os aspectos: infraestrutura urbana, moradia, saneamento e serviços públicos; mas não foram citados transporte público e lazer. Quanto à proposta metodológica encontramos a ideia de garantir as funções sociais da cidade. No tocante aos entrevistados, encontramos: saneamento, saúde, consciência dos direitos, educação, priorizar os mais necessitados, acessibilidade às políticas públicas e perceber a dor do outro. Com relação à ausência nos aspectos do desenvolvimento urbano na visão daqueles entrevistados no capítulo terceiro, tivemos as seguintes: moradia, saneamento e segurança.

Sob os aspectos da justiça (atitudes valorizadas) e da injustiça (atitudes rejeitadas), com relação às concepções encontradas no PDDU, pode-se conferir que no aspecto da justiça foram poucas as semelhanças, ficando restritas basicamente a educação e garantir serviços públicos. Outro aspecto reside no fato dos líderes solicitarem como aspecto essencial da justiça se colocar no lugar do outro, reivindicar tratamento adequado e respeitoso, sem distinção entre rico e pobre, reconhecer o valor da honestidade, entre outros. Já o PDDU aborda o atendimento aos serviços, desenvolver a economia, a participação, regularização fundiária, garantir o esgotamento sanitário dentre outros.

No que toca às injustiças, observou como semelhança: desigualdade, déficit na oferta de saúde e ausência de infraestrutura. No aspecto da justiça, enquanto o PDDU valoriza o

desenvolvimento da economia e do turismo, as lideranças estão requerendo corrigir as injustiças e a condição de que para ofertar um serviço público é necessário o diálogo com a comunidade. No que toca as injustiças, enquanto o PDDU relata a mortalidade infantil, taxa de analfabetismo e a concentração de renda, as lideranças das associações destacaram: impunidade, desonestidade, corrupção, ausência de autonomia quando existe parceria com a prefeitura, ausência de fiscalização, compra e venda de voto, violência, corrupção política, o não cumprimento da lei, a indiferença dos políticos, dentre outros aspectos que não foram abordados no PDDU.

Com relação aos entrevistados que participaram do período (1997-2000), nos aspectos da injustiça conferiu-se as seguintes semelhanças: déficit habitacional, desigualdade e não cumprimento da lei. Enquanto os entrevistados no capítulo segundo falaram dos baixos salários, da cidade tratada como mercadoria, ausência de recursos, de planejamento, de transporte, de profissionais qualificados, entre outros, as lideranças estavam mais preocupadas em corrigir a retirada dos direitos, a impunidade, a violência, a indiferença, o tratamento desigual.

Em relação às concepções de justiça e injustiça inseridas no capítulo terceiro, não houve menção à ideia de garantia ao acesso à justiça gratuita, justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, isonomia para agentes públicos e privados, atendido o interesse social e gestão democrática, como citado no Estatuto da Cidade.

Quanto às injustiças inseridas pelo Estatuto da Cidade, as lideranças não tocaram em assuntos como o uso incompatível ou inconveniente dos imóveis, a poluição e a degradação ambiental, a retenção especulativa do imóvel urbano, o uso excessivo ou inadequado do solo e o deixar de promover a adequada participação popular. Quanto a esse último aspecto, vimos que, para as lideranças, a participação é algo importante, no entanto, eles estão mais preocupados na atuação da própria associação e seus interesses específicos do que na reivindicação por algo à prefeitura, salvo aspectos pontuais. Quanto à semelhança dos aspectos da justiça, temos: igualdade e atender as necessidades dos cidadãos.

Com relação à Proposta Metodológica, houve semelhanças no sentido da justiça nos seguintes aspectos: ao promover uma cidade com garantia de serviços urbanos, na ideia de descentralização do poder administrativo como forma de ampliar a participação local, na ampliação do diálogo com as comunidades, mas não foi comentado o desenvolvimento das pessoas através das capacitações que podem ser promovidas pelo governo local. Há a crítica à ideia de cidade para poucos, porém esta crítica não é tão clara e sistemática na cabeça dos

entrevistados. Quanto à injustiça, o que parece ser unânime, para ambos os casos, é a defesa da prioridade do bem coletivo em detrimento do bem individual.

No que toca às semelhanças e diferenças na visão das pessoas que participaram da gestão (2009-2012) com relação às lideranças aqui tratadas, vimos que as principais semelhanças com relação aos aspectos da injustiça foram: compra e venda de voto, corrupção política, não cumprimento da lei, falta de moradia, desigualdade e indiferença. Quanto às principais diferenças (o que chega mais a ser “ausências”) não vimos uma crítica lúcida em relação à democracia eleitoral, à acumulação de renda, ao Estado controlado por uma elite nem à luta de classe (opressão de uma classe por outra). Quando isso foi citado, versaram apenas em relação ao tratamento inadequado e desigual entre rico e pobre.

Algumas atitudes valorizadas são bastantes consonantes, como por exemplo: ajudar o próximo, corrigir injustiças, respeitar e garantir os direitos das pessoas. Entretanto, em alguns aspectos, para aqueles que participaram de cargos públicos, há uma ampliação da visão, como por exemplo, equiparar a distribuição de renda, condenação ao não pagamento do IPTU, colocar limite no poder e no dinheiro, o questionamento à predominância da visão masculina, a observação da opressão de uma classe por outra e o rompimento da apropriação infinita permitida pelo capitalismo.

Vimos que há uma indissociabilidade entre os conceitos de desenvolvimento urbano e a ideia de justiça e combate às injustiças. A visão majoritária (de acordo com as lideranças), é que o desenvolvimento econômico sozinho não seria capaz de resolver as disparidades. A ampliação de renda foi citada, mas não com ênfase. Todos eles, ao falarem desse aspecto, colocaram apenas no sentido de ter condições mínimas para viver sem tantas dificuldades. Segundo as lideranças, de modo geral, para o desenvolvimento urbano é preciso sensibilidade para se importar com a dor do outro, desenvolver a humanização do próprio homem, acabar com algumas injustiças e reconhecer que o dinheiro não deve ser algo prioritário. Também foram considerados como elementos do desenvolvimento urbano: acesso a água potável, saneamento básico, calçamento, saúde, educação, moradia digna, distribuição equitativa dos equipamentos e serviços públicos de acordo com a demanda, além da ampliação da consciência dos direitos, segurança e a atenção com os mais carentes.

A temática sobre a justiça/injustiça foi bem abrangente. O propósito não é apenas uma predominante busca para ter acesso aos bens e serviços que promovem o bem-estar. A pesquisa mostrou que há uma presença marcante pelo desejo de reconhecimento do poder público ao trabalho desenvolvido nas associações, e repetidas vezes foi realizada a crítica ao estigma da

pessoa com baixa renda que recebe tratamento inadequado e desrespeitoso a depender das condições financeiras.

Na ideia de justiça não há um aspecto que prevaleça e sobreponha aos demais. Observou-se a valorização das seguintes atitudes: honestidade, ajuda ao próximo, colocar-se no lugar do outro, respeito, correção das injustiças, luta por direitos, prioridade do bem comum, além de outras que foram citadas. Quanto à correção das injustiças, notou-se: a crítica à indiferença política, à ausência de atendimento pelos serviços públicos, à corrupção, à violência, à compra e venda de voto. É sabido que outros temas não foram alvo de anseio por parte dos entrevistados, pois não fazem parte do propósito das associações, mas o que vimos foi a descrença com os políticos e com a justiça institucional.

Isso demonstra que a justiça socioespacial possui um caráter multidimensional, não tratando apenas do caráter distributivo dos equipamentos e da garantia de acesso aos serviços básicos e prioritários. Sua escala é bastante abrangente, desde as relações de proximidade até as relações entre governo e governados, e as possíveis interferências a nível global. Este último tema, por demais interessante, não foi, no momento, alvo de escrutínio.

Vimos sobressair alguns elementos que servem para lançar luz ao conceito de justiça socioespacial em uma perspectiva multidimensional, inserido no planejamento urbano participativo com vias ao desenvolvimento urbano. São eles, mas não apenas:

- a) Virtudes comportamentais: respeito, solidariedade, dignidade e honestidade.
- b) Correção das injustiças: tratamento diferenciado entre ricos e pobres; distribuição desigual dos equipamentos e serviços públicos; indiferença do poder público com as pessoas mais necessitadas e corrupção.
- c) Luta por direitos: moradia, saúde, educação, saneamento básico e infraestrutura urbana.

Amparados por três premissas:

- I. Diálogo visto como fundamental para a compreensão do bem do outro e para o provento da alteridade.
- II. Reconhecer que sabe o bem aquele que recebe.
- III. Descentralização territorial como base para o ambiente democrático.

Nesse intento destacaram-se do nosso campo empírico cinco aspectos valiosos (dentre outros). Foram eles: a luta por direitos; o diálogo como natureza da justiça; sabe o bem quem o recebe; atuação na perspectiva distributiva e a adesão à ética das virtudes.

A luta pelos direitos pode ser vista sob diversos aspectos. A pesquisa revelou a necessidade de um tratamento adequado e respeitoso sem distinção entre rico e pobre, entre quem está investido de poder e aquele que não está. Isso evitará a cooptação e garantirá a fidelidade ao grupo. Não significa a ausência de pensamento reflexivo ou a possibilidade de observar contradições inseridas dentro do próprio grupo. Podemos conjecturar algumas limitações que o tema nos impõe. A saber, segue-se tal problematização.

No terreno teórico da justiça, é usual buscar a objetividade e a imparcialidade como qualidade do justo. Em que ordem isso é possível? A declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proposta em 1789, foi uma pretensa busca pela objetividade, no entanto a discussão é profunda, pois sabe-se que em alguma medida somos seres objetivos e subjetivos e nos posicionamos com certo grau de parcialidade, e diversos são os fatores de influência: desejos, costumes, mentalidade social, instituições de poder, finalidade, genética herdada, ambiente, estado da técnica, entre outros.

A ideia de justiça abrange a necessidade do indivíduo se colocar no lugar do outro para reduzir o viés paroquial. A “nossa própria compreensão de mundo externo é tão amarrada a nossas experiências e pensamentos que a possibilidade de ir inteiramente além deles pode ser bastante limitada” (SEN, 2011, p. 202). Na busca por objetividade e imparcialidade como exigências da justiça, Amartya Sen distingue a imparcialidade fechada e a imparcialidade aberta. A imparcialidade fechada é quando se elabora juízos apenas com membros do grupo e a imparcialidade aberta envolve o procedimento de elaborar o raciocínio, levando em consideração pessoas não pertencentes ao grupo¹⁴⁶.

Amartya Sen observa três objetivos: o primeiro diz respeito à ampliação da visão de quem é nosso vizinho, o segundo considera que os impactos de algumas ações podem exercer influências a atores distintos e em lugares diversos, e o terceiro diz respeito à superação do paroquialismo (SEN, 2011). Desse modo, a participação é uma maneira de evitar paroquialismo e privilégios.

É possível que o olhar do outro reforce nossa visão ou promova algum tipo de reexame e, conseqüentemente, seu aperfeiçoamento. O risco apontado nessa consideração resulta do fato de que o olhar do outro (distante do grupo), às vezes, pode envolver um sistema de conceitos que não faz sentido no outro grupo.

¹⁴⁶ No primeiro conceito, o autor dialoga com as ideias de John Rawls, e, no segundo, ele utiliza a ideia do espectador imparcial de Adam Smith, a qual admite para sua proposta, refutando a imparcialidade fechada.

Existem outros problemas em torno da consideração de Sen. Um deles diz respeito ao uso inapropriado da linguagem, pois, comumente entendemos o outro com base em nossos valores. Outro aspecto considera que os juízos não são completamente desinteressados e que não há garantia de uma imparcialidade total, visto que todos os seres humanos estão imbuídos em algum sistema de valores. De acordo com MacIntyre “toda moralidade está sempre, até certo grau, amarrada ao socialmente local e particular, e que as aspirações da moralidade da modernidade à universalidade liberta de toda particularidade é uma ilusão” (2001, p.218).

A fundamentação de que o diálogo é a natureza da justiça é também visto por Amartya Sen, segundo o autor:

Quando tentamos avaliar a forma como devemos nos comportar, e que tipo de sociedade deve ser entendido como manifestamente injusto, temos razões para ouvir e prestar alguma atenção nas opiniões e sugestões dos outros, que podem ou não nos levar a rever algumas de nossas próprias conclusões. Também tentamos, com bastante frequência, fazer com que os outros prestem alguma atenção em nossas prioridades e nossos modos de pensar; nessa defesa, às vezes somos bem-sucedidos, às vezes falhamos completamente. O diálogo e a comunicação não são apenas partes do objeto de estudo da teoria da justiça (temos boas razões para sermos céticos quanto à possibilidade de uma “justiça não discutida”), mas também a natureza, a robustez e o alcance das próprias teorias propostas dependem de contribuições com base em discussões e debates (SEN, 2011, p. 119-120).

Observe o dilema, suponha que no diálogo existem dois grupos, e, hipoteticamente, o grupo chamado “A” está certo e o grupo “B” errado. Do ponto de vista do grupo A, permitir que exista intromissão do grupo B não seria proveitoso e poderia gerar retrocesso caso fosse aceita, enquanto para o grupo B, o raciocínio de considerar a opinião do grupo A poderá ser proveitosa. No mínimo, duas questões envolvem essa situação hipotética. A primeira diz respeito a como alguém embebido de uma ilusão poderá lograr luz ao outro. A segunda procede da afirmação de que um grupo esteja certo e outro errado. Quem qualifica isso? Então, no raciocínio que trata a possibilidade de olhares de fora, há um paradoxo, pois podem ocorrer avanços e reflexões positivos, tanto quanto retrocessos. Como eliminar esse paradoxo? Por essa razão estudar a justiça é uma permanente busca pela verdade e o entendimento da realidade.

A solução¹⁴⁷ para esse paradoxo foi lançada por MacIntyre sob outra argumentação, diferentemente da que Amartya Sen indicou com a ideia do espectador imparcial de Adam Smith. Então questiona (MacIntyre) como empreender um diálogo entre diferentes tradições? Segundo ele o que devemos realizar é:

¹⁴⁷ Souza (2006) também aborda a questão e propõe uma solução. Ver o tópico “o princípio da autonomia e a superação da dicotomia universalismo ético versus relativismo cultural. Inserido no livro “A prisão e a agora”.

O que esse indivíduo tem de aprender é como testar dialeticamente as teses que lhe forem propostas por cada tradição e, ao mesmo tempo, utilizar essas mesmas teses para testar dialeticamente as convicções e reações que ele próprio trouxe para o encontro. Ele deve envolver-se no diálogo entre as tradições, aprendendo a usar a língua de cada uma delas, a fim de descrever e avaliar as outras através dela. Assim, cada um desses indivíduos será capaz de transformar suas próprias incoerências iniciais em vantagens argumentativas, exigindo de cada tradição que ela lhe forneça uma visão de como essas incoerências podem ser mais bem caracterizadas, explicadas e superadas (MACINTYRE, 1991, p. 426).

A compreensão de MacIntyre é de que todos estão presos a uma narrativa de vida. A grandeza reside na possibilidade de falar a linguagem do outro e ouvir o outro em seu próprio significado. Em alguns casos sabemos que o diálogo não é possível, e para que ele possa existir é necessário: um ambiente adequado; evitar o calor da emoção¹⁴⁸; ter paciência, possuir mais perguntas do que afirmações; ativar a concentração mental; exercer o exame constante e profundo; respeitar os limites do outro; pensar através da pesquisa; combater o excesso e a escassez; interrogar e compreender a experiência e a dor do outro; refletir sobre as consequências das práticas e meditar sobre os propósitos e o sentido das coisas. Fatores esses que podem permitir a construção de um *self* maduro.

A problemática da justiça/injustiça vista pelo prisma da mediação de conflito oferta uma técnica que, em alguns momentos, gerou a proximidade com a ideia de “se colocar no lugar do outro”. Por meio desse conhecimento, uma entrevistada pontuou a importância da escuta empática como premissa para realização de uma sociedade mais justa. Ela citou algumas ações de cunho prático que devem ser combatidas, como é o caso da má fé, da mágoa, do mau uso da palavra e da visão apenas dos defeitos da outra pessoa¹⁴⁹.

Nessa construção, adota-se a seguinte reflexão como premissa para o desenvolvimento do diálogo:

Justiça é o que alguém faz para mim e que é benéfico para mim, ou o que eu faço para você que foi benéfico para mim [...]. Então justiça eu acho que é aquilo que é benéfico a quem está recebendo. [...]. Então eu tenho que ver qual a necessidade da comunidade, o que eu posso oferecer para comunidade que vai ser benéfico. Eu não posso pensar só em mim, porque senão não vai ter um resultado (Entrevista realizada com Fátima, em janeiro de 2019).

¹⁴⁸ Sobre a influência da emoção na comunicação e nas decisões, ver o tópico “Redes da mente e do poder” do livro “O poder da comunicação” de Manuel Castells, 2015. Nele o autor trabalha com os avanços das pesquisas em neurociência, feitas por António Damásio, e da ciência cognitiva.

¹⁴⁹ Para saber mais ver: Comunicação não violenta de Marshall Rosenberg.

Aqui, voltamos a um princípio utilizado por Souza, citado no capítulo segundo, “o usuário de um produto, e não o *expert* que o concebeu ou produziu, é o melhor e o mais legítimo juiz de suas qualidades” (SOUZA, 2008, p.180). Aristóteles também oferece uma reflexão nesse sentido, quando diz que a justiça é uma virtude completa, pois quem a possui não a tem apenas para si, exerce também ao próximo, e por essa razão, “se diz que a justiça, entre todas as virtudes, é o ‘bem de um outro’” (ARISTÓTELES, 1991, p. 99). De todo modo, todas as lideranças evidenciaram a importância de se colocar no lugar do outro e ajudar os mais necessitados.

O pensamento aristotélico é teleológico, isso significa que as coisas têm uma finalidade. Para saber o que significa justiça é preciso conhecer o que é o bem, a natureza e o propósito das coisas. Segundo uma de suas premissas, o bem é para onde as coisas fluem. Assim como para a arte médica a finalidade é a saúde, e a do olho é ver, a do homem é a felicidade, que é o bem supremo. Essa felicidade, por sua vez, só pode ser avaliada no percurso de uma vida inteira e não apenas em um momento. A felicidade “é uma atividade da alma conforme à virtude perfeita” (ARISTÓTELES, 1991, p.26), e neste sentido é preciso estudo e diligência.

Segundo Aristóteles (1991), existem as virtudes que são do intelecto e as virtudes morais. As virtudes do intelecto (sabedoria e compreensão) podem ser ensinadas, e as virtudes morais (liberalidade e temperança) são adquiridas através da prática, e é na pólis, no convívio, que podemos desenvolvê-las. Michael Sandel fazendo uma leitura de Aristóteles considerou que o “propósito da política é nada menos do que permitir que as pessoas desenvolvam suas capacidades e virtudes humanas peculiares – para deliberar sobre o bem comum” (SANDEL, 2012, p. 240)¹⁵⁰.

Na interpretação de MacIntyre:

As virtudes são, segundo Aristóteles, disposições para agir de modos específicos por razões específicas. Educar para a virtude implica o controle, a disciplina e a transformação dos desejos e sentimentos. Essa educação permite a uma pessoa exercitar as virtudes de modo que não apenas valorize cada virtude em si mesma, mas que também compreenda o exercício das virtudes como sendo também necessário para ser eudaimon, para que se possa desfrutar o tipo de vida que constitui a vida boa e melhor para os seres humanos. E o conhecimento que permite a alguém compreender por que esse tipo de vida é de fato o melhor só é alcançado como resultado de se ter tornado uma pessoa virtuosa. Mas sem esse conhecimento, o julgamento e ação racionais são impossíveis. Não ser educado nas virtudes é precisamente ser ainda incapaz

¹⁵⁰ Não queremos aqui fazer alusão ao pensamento aristotélico de que uns nascem para comandar e outros para obedecer. Aristóteles foi um homem de seu tempo, via a escravidão como algo natural, isso não invalida toda a contribuição teórica do autor.

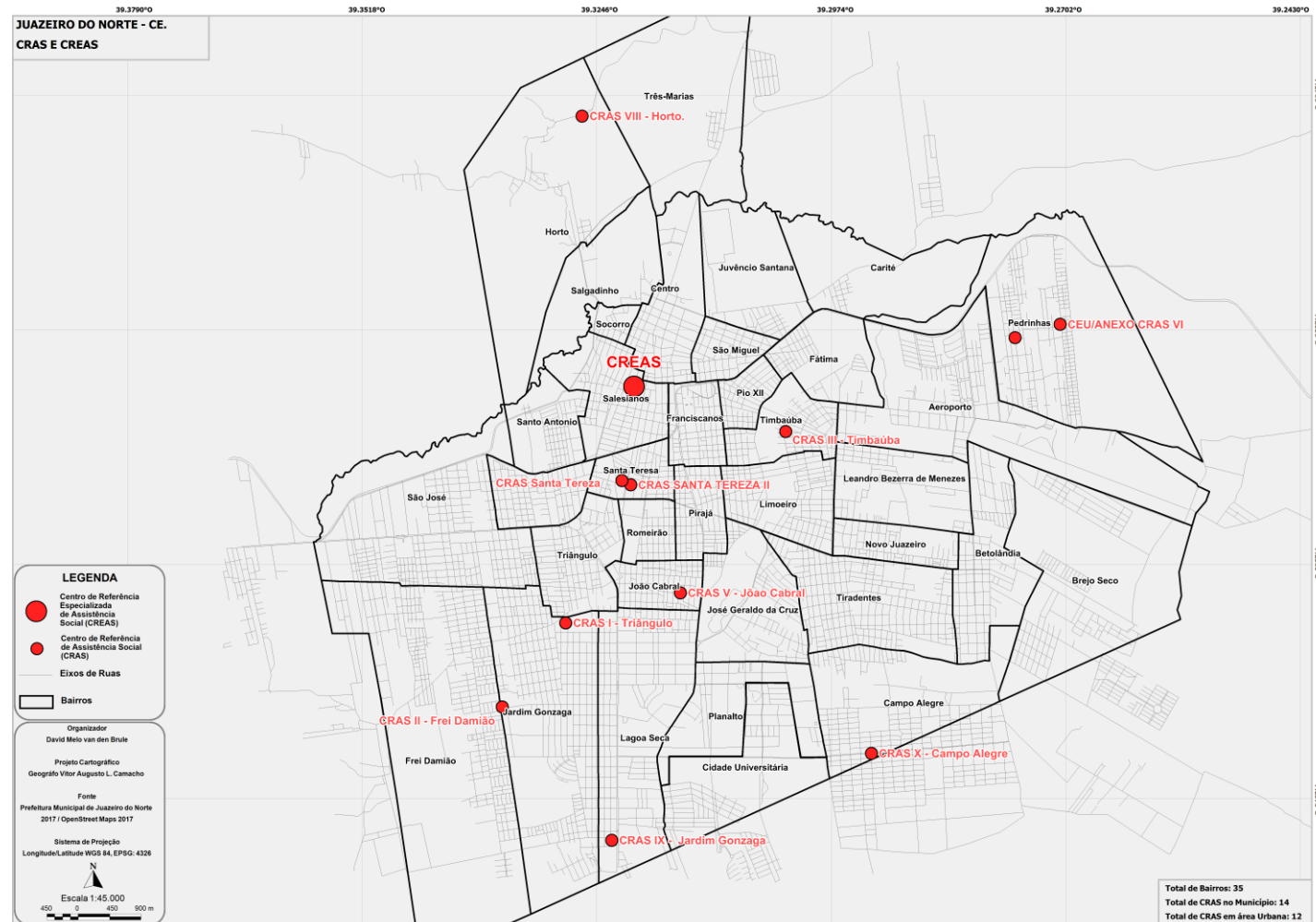
de julgar corretamente o que é bom ou melhor para si mesmo (MACINTYRE, 1991, p. 124).

De acordo com Aristóteles, a lei deve ser construída para honrar as virtudes e coibir os vícios. O autor diferencia a justiça distributiva da justiça corretiva. A distributiva é aquela que distribui as honras, os dinheiros, os bens materiais; e a corretiva acontece nas transações entre pessoas, e tem por objetivo a correção.

A perspectiva distributiva também foi observada por nossos entrevistados. Mesmo reconhecendo que essa questão distributiva não rompe com a produção e o crescimento desigual como alertado por alguns autores, essa possibilidade deve ser assegurada como forma de combater os ônus da sociedade capitalista.

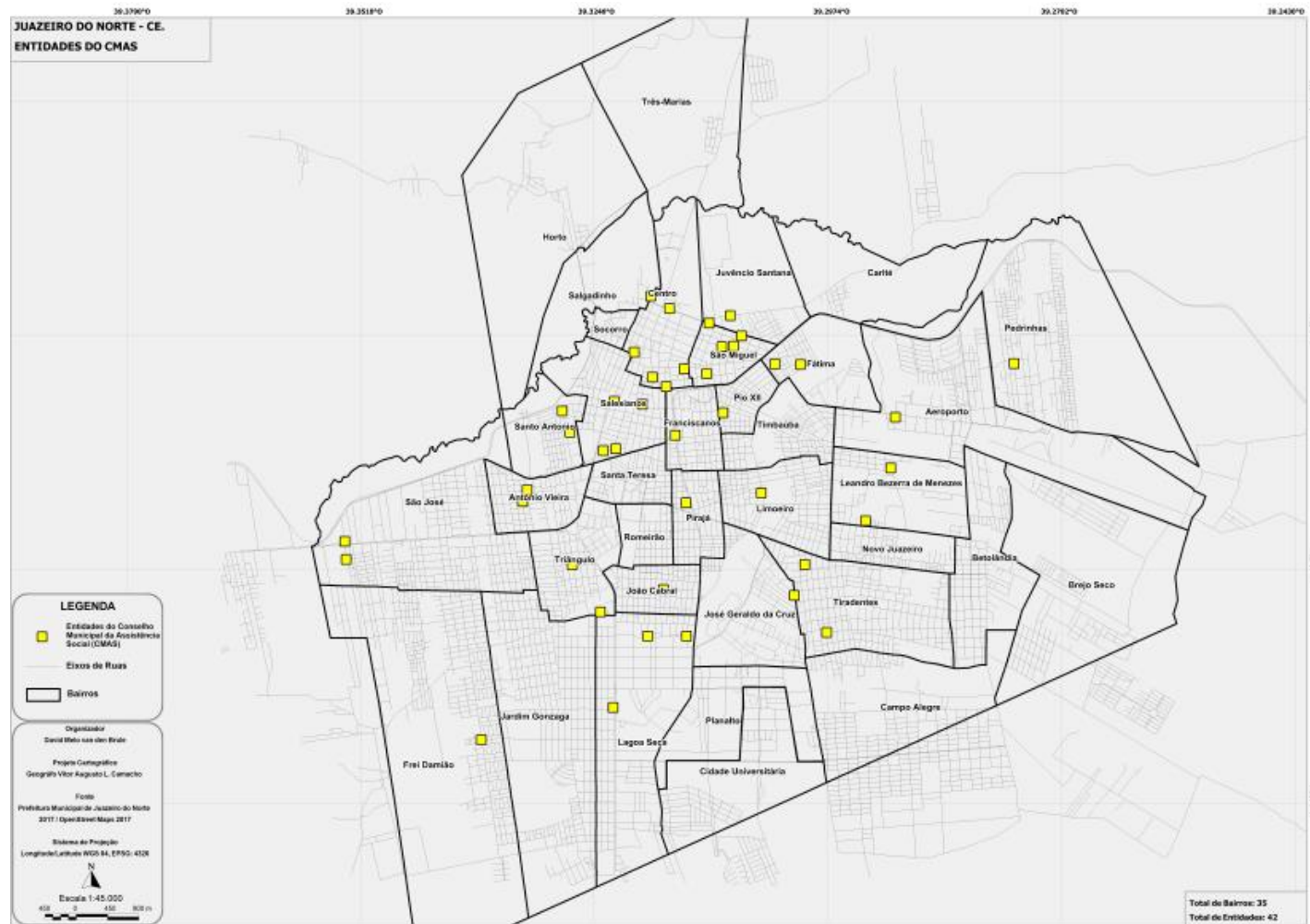
Rosário destacou bem a ideia quando falou do desenvolvimento urbano, ao conceber a distribuição espacial equitativa dos equipamentos e serviços públicos, considerando a demanda. Na ocasião, questionava a distribuição desigual dos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) e dos Conselhos Municipais da Assistência Social (CMAS). Para maior visualização do que foi falado, observe os seguintes mapas:

Mapa 14 - Distribuição espacial dos Centros de Referências e Assistência Social



Fonte: Secretaria de Assistência Social da PMJN, 2017. Adaptado: VAN DEN BRULE, 2017.

Mapa 15 - Distribuição espacial do Conselho Municipal de Assistência Social



Fonte: Secretaria de Assistência Social da PMJN, 2017. Adaptado: VAN DEN BRULE, 2017.

No mapa da distribuição dos CRAS vimos, por exemplo, que sete bairros (João Cabral, Romeirão, Pirajá, Triângulo, Franciscano, Pio XII e Limoeiro) possuem apenas uma unidade do centro, cada. A soma populacional desses bairros chega a 77.923 moradores, o que representa 31,17% da população local¹⁵¹, evidenciando uma injusta distribuição, considerando apenas o índice populacional, pois sabemos que diversos fatores devem ser estimados para alojar uma distribuição equitativa, e duas delas são a demanda e a necessidade. Quanto ao segundo mapa não parece haver uma extrema concentração na distribuição do CMAS.

No projeto lefebvriano, por exemplo, a transformação social só pode ocorrer via ruptura com o Estado. Diferente disso é compactuar com o reformismo. Para ele, justiça está em destinar a cidade aos usuários e não aos especuladores e aos promotores capitalistas. Isso exige uma reorientação do crescimento (com desenvolvimento social qualitativo dirigido para as necessidades sociais¹⁵²) e uma democracia concreta pautada na autogestão¹⁵³. Lefebvre aponta para um novo humanismo e recorre a dois aspectos: a transdução e a utopia experimental¹⁵⁴.

Semelhante ao pensamento lefebvriano, Harvey critica a justiça distributiva através das categorias marxistas (valor, valor de uso, valor de troca, modo de produção, excedente, totalidade). Problematisou o conceito de necessidade e argumenta a presença da mais-valia¹⁵⁵ como uma injustiça.

Para compreender a produção capitalista do espaço, o conceito de valor é fundamental. Em síntese, o valor¹⁵⁶ é uma relação social. O dinheiro expressa de forma objetiva essa

¹⁵¹ Considerando os dados do Censo do IBGE de 2010, portanto no momento da elaboração dos mapas o município já contava com um número maior de pessoas, o que torna ainda maior o déficit apresentado.

¹⁵² Sejam necessidades existentes e/ou necessidades ainda por serem criadas, quanto às necessidades existentes o autor cita: instrução; educação; trabalho; cultura; repouso; lazer; saúde; habitação; natureza entre outras. Quanto às necessidades possíveis de serem criadas, só um novo humanismo e seu experimentalismo poderá revelar. (LEFEBVRE, 2001).

¹⁵³ [...] “Autogestão generalizada implica o desaparecimento do Estado e o fim do político como tal”. [...] (LEFEBVRE, 1999, p.163).

¹⁵⁴ A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida quotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem-sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? (LEFEBVRE, 2001, p. 108)

¹⁵⁵ Outra forma de grafia também pode ser encontrada como mais-valor. A Mais-valia é “aquela parte do valor total da produção que é a parte posta de lado depois que o capital constante (que inclui os meios de produção, matérias-primas e instrumentos de trabalho) e o capital variável (força de trabalho) foram computados. Sob condições capitalistas, a mais-valia é em parte realizada nas três formas, renda, juros, lucro”. (HARVEY, 1980, p. 192).

¹⁵⁶ Para Marx, valor se apresenta como “o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor. (MARX, [1867], p. 162).

representação e o capital é valor em movimento¹⁵⁷. Marx fez três distinções interligadas¹⁵⁸: valor (imaterial e relacional, “tempo de trabalho socialmente necessário”) (MARX, 1867, p. 162), valor de uso (a utilidade que as coisas têm para as pessoas, é subjetivo, pode ser representado em forma de qualidades e quantidades materiais e, portanto, é heterogêneo) e valor de troca (possui um teor quantitativo, homogêneo e objetivo). Segundo Marx é “a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço” (1867, p. 158). Harvey¹⁵⁹, refletindo Marx, observa:

A relação tensa e contraditória entre a produção e a sua realização se baseia no fato de que o valor depende da existência de vontades, necessidades e desejos apoiados pela capacidade de pagar por algo em uma população de consumidores. Tais vontades, necessidades e desejos estão profundamente enraizados no mundo da reprodução social. Sem eles, como Marx observa no primeiro capítulo de *O Capital*, não há valor (HARVEY, 2018, p. 263).

Essa mudança é possível por meio de uma reorientação de nossos desejos, vontades e necessidades. Esse foi um dos aspectos destacados no campo de pesquisa, ou seja, não é possível transformação social que visa a justiça sem ter uma transformação comportamental. A valorização das virtudes como: honestidade; pacificação; bondade; dignidade, respeito; solidariedade; gratidão; cuidado; inclusão e a eliminação da transgressão comportamental, como: egoísmo; violência; corrupção; indiferença; impunidade; ambição; negação do outro; o não cumprimento dos deveres e ação que beneficia quem já possui, foram alguns exemplos elucidados. Ao mesmo tempo observa-se que a mudança comportamental pouco pode fazer sozinha diante do sistema, das instituições, sendo, então, uma mudança dialética. Não há mudança comportamental sem mudança nas instituições. Quando há mudança comportamental (reorientação dos desejos) e esses não são mais os mesmos das instituições, elas ainda irão sobreviver à custa de pessoas que compactuam com este estilo de vida, e para aqueles que obtiveram uma mudança comportamental, o uso de certas instâncias deixam de fazer sentido.

¹⁵⁷ O leitor poderá encontrar um interessante debate sobre tal questão disponível em: <https://lavrpalavra.com/2019/02/18/o-erro-de-david-harvey-na-compreensao-da-lei-do-valor-em-marx/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

¹⁵⁸ Ver HARVEY, 2013, p.32.

¹⁵⁹ Harvey, ainda em sua leitura de Marx, observou 17 contradições do capital (2016), abordou o processo de produção do espaço na era da globalização, delineou como na era da produção flexível a informação se tornou prioritária, revelou os processos da crise, verificou possíveis soluções e identificou “formas alternativas não alienadas de ser e viver” (2018, p. 129). Para buscar responder questões como: Qual seria um bom começo? Qual o caminho a trilhar? O que fazer? Quem vai fazer? Onde? Como? Por quê? Harvey publicou algumas obras, a exemplo de: *Espaços de esperança, Enigmas do capital e as crises do capitalismo, Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana, 17 contradições e o fim do capitalismo*.

Harvey (2016) debate este assunto na conclusão do livro *17 contradições e o fim do capitalismo* em: “Perspectivas de um futuro feliz, mas controverso: a promessa do humanismo revolucionário”. Naquele capítulo, o autor mostra como o exemplo de um humanismo caridoso, e por vezes contraditório, pouco é capaz de resolver as contradições do capital e o problema estrutural que ele evoca.

Para problematizar, devemos ver todos os aspectos acima citados fazendo parte de uma mesma força tarefa, mesmo que em alguns momentos as medidas sejam apenas para atenuar as desigualdades, como no caso da perspectiva da justiça distributiva. Concordamos com Souza ao considerar que, ao perseguir um horizonte revolucionário, ganhos reformistas podem ser proveitosos, contanto que não parem.

Fazemos uso da visão de MacIntyre, ao utilizar os conceitos de bens externos (fama, riqueza, status social, poder, prestígio, dinheiro), e bens internos que são adquiridos com a prática de algo. Segundo ele:

É característica do que chamo de bens externos que, quando conquistados, sempre são de propriedade e posse de alguém. Além disso, são tais que quanto mais se tem, menos há para outras pessoas. Isso, às vezes, é necessariamente o que acontece, como no caso do poder e da fama, e, às vezes, no caso do dinheiro devido a circunstâncias contingentes. Os bens externos são, portanto, objetos de uma concorrência em que deve haver tanto vencedores quanto derrotados. Os bens internos são, de fato, consequência da competição pela excelência, mas é característica deles que sua conquista seja boa para toda a comunidade que participa da prática (MACINTYRE, 2001, p. 320).

De acordo com MacIntyre a virtude é “uma qualidade humana adquirida, cuja posse e exercício costuma nos capacitar a alcançar aqueles bens internos às práticas e cuja ausência nos impede, para todos os efeitos, de alcançar tais bens” (MACINTYRE, 2001, p. 321). Segundo MacIntyre, uma sociedade que reconheça apenas os bens externos, a “concorrência seria a característica predominante e até exclusiva”. É de certo modo o que assistimos na sociedade de mercado.

Para o autor, sem as virtudes, como por exemplo as da justiça, coragem e sinceridade, “as práticas não resistiriam ao poder corruptor das instituições” (2001, 326). Em consequência, se na vida política as instituições estão corrompidas, deve-se à extinção das virtudes. A dificuldade para atuar com coerência é inerente à própria constituição do ser humano e sua ausência de conhecimento. O ser humano é em si contraditório. Uma das contradições reside na relação entre o discurso e a prática, entre o saber abstrato e o raciocínio prático exigido em contextos específicos.

MacIntyre observa que a posse de algumas virtudes pode nos deixar a esmo na sociedade de mercado:

[...] a posse das virtudes pode perfeitamente bem nos impedir de adquirir os bens externos [...]. Contudo, o cultivo da sinceridade, da justiça e da coragem com frequência, e escandalosamente, sendo o mundo o que é por contingência, nos impede de ser ricos, famosos ou poderosos. [...] se em determinada sociedade a busca dos bens externos se tornasse predominante, o conceito das virtudes poderia sofrer primeiro um esgotamento e, depois, talvez algo próximo à extinção total, embora talvez surgissem simulacros em abundância (MACINTYRE, 2001, p. 330).

Souza (2006, 2017) também aborda a questão da virtude. Observamos sua defesa alicerçada no horizonte autonomista. Segundo ele, autonomia é o parâmetro balizador maior, o qual difere da heteronomia que diz respeito a quando os outros decidem por nós. A autonomia:

[...] vem do grego *autós*, “o próprio”, mais *nómos*, que tanto significa “lei” quanto “convenção”. Ser autônomo significa, assim, “dar-se a sua própria lei”, em vez de recebê-la por imposição. O que isso quer dizer? Tomar nas mãos o próprio destino, liberdade política e percepção da história como *criação* (SOUZA, 2006, p. 69).

A autonomia se distingue nos níveis individual e coletivo, ambos complementares. Quanto à autonomia individual, é a “capacidade psicológica e a possibilidade material e institucional efetiva de cada indivíduo adulto de estabelecer fins para a sua existência e persegui-los de modo lúcido em igualdade de oportunidades com outros indivíduos pertencentes à mesma sociedade¹⁶⁰” (SOUZA, 2006, p. 70). Já a autonomia coletiva se refere à garantia de igualdade, através de instituições de atendimento das necessidades sociais e à possibilidade de participar efetivamente das decisões importantes para a vida coletiva (SOUZA, 2006).

O autor usa as palavras de Marilena Chauí, em *Convite à Filosofia*, para esclarecer o espírito da ideia do que seja autonomia,

Do ponto de vista do agente ou sujeito moral, a ética faz uma exigência essencial, qual seja, a diferença entre passividade e atividade. Passivo é aquele que se deixa governar e arrastar por seus impulsos, inclinações e paixões, pelas

¹⁶⁰ Em uma nota de rodapé esclarecedora Souza (2017) explica: Doyal e Gough ofereceram uma contribuição, no âmbito de sua “teoria das necessidades humanas”, que, com os devidos cuidados, complementa a reflexão de Castoriadis, no que tange a uma definição da autonomia individual. Mesmo dedicando uma atenção insuficiente e inadequada às restrições à real autonomia individual no interior da “democracia” representativa e do capitalismo, vale a pena levar em conta a síntese por eles oferecida a propósito das condições relativas à autonomia de um indivíduo. De acordo com eles, esta depende, essencialmente, das seguintes três coisas: primeiramente, do “grau de *compreensão* que um indivíduo tem de si mesmo, de sua cultura e das expectativas que são geradas a seu respeito enquanto membro de sua sociedade”; em segundo lugar, de sua “*capacidade psicológica* para formular opções para si mesmo”; terceiro, das “*oportunidades* objetivas para ação sobre esses fundamentos” (DOYAL e GOUGH, 1994, p. 90 apud SOUZA, 2017, p. 312).

circunstâncias, pela boa ou má sorte, pela opinião alheia, pelo medo dos outros, pela vontade de um outro, não exercendo sua própria consciência, vontade, liberdade e responsabilidade. Ao contrário, é ativo ou virtuoso aquele que controla interiormente seus impulsos, suas inclinações e suas paixões, discute consigo mesmo e com os outros o sentido dos valores e dos fins estabelecidos, indaga se devem e como devem ser respeitados ou transgredidos por outros valores e fins superiores aos existentes, avalia sua capacidade para dar a si mesmo as regras de conduta, consulta sua razão e sua vontade antes de agir, tem consideração pelos outros sem subordinar-se nem submeter-se cegamente a eles, responde pelo que faz, julga suas próprias intenções e recusa a violência contra si e contra os outros. Numa palavra, é autônomo (CHAUÍ, 2000, p. 434).

Nessa citação adotada por Souza para explicar a ideia da autonomia, observa-se algumas virtudes em detrimento de alguns vícios. São atitudes valorizadas (virtudes): domínio próprio, acuidade reflexiva, uso da razão, responder pelo que faz, reconhecer o valor do outro e pacificação. Por outro lado, rejeita a impulsividade, a paixão, medo dos outros e a ausência de liberdade.

O conceito de autonomia versa sobre a ideia de liberdade. Novamente ancorado em Castoriadis, Souza aponta que “a verdadeira liberdade humana pressupõe que cada um disponha de seu tempo” (CASTORIADIS, 2002, p. 82 *apud* SOUZA, 2017, p. 339). Em outro momento destaca que a liberdade deve levar em consideração as necessidades do grupo, para isso é preciso superar o egoísmo.

Souza indica quatro recursos para superar as dificuldades existentes e que possam surgir. São eles: descentralização territorial; exploração dos recursos oferecidos pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs); delegação de poder e as técnicas e os procedimentos de “pedagogia urbana”. Seguem os parâmetros, do maior para o de menor prioridade na visão de Souza:

1) *autonomia* (individual e coletiva), simultaneamente como *princípio* e como *parâmetro subordinador*; 2) a *justiça social* e a *qualidade de vida*, como *parâmetros subordinados gerais*; 3) a *oportunidade de participação em decisões de interesse coletivo* (que é uma forma mais precisa de designar aquilo que a mencionada escala de avaliação busca retratar), como *parâmetro subordinado particular*; 4) a *consistência participativa de processos orçamentários com participação popular*, como *parâmetro subordinado singular* (SOUZA, 2006, p. 141).

Foi considerando este arcabouço por dentro da geografia, mesmo em perspectivas diversas, mas oriunda de uma mesma tradição, que elaboramos quadros síntese de concepção de mundo e visão da justiça/injustiça sob à guisa de pensar uma geografia moral e ética; ao identificar a crítica/problema, os valores, os vícios e as virtudes e as possíveis estratégias e

soluções dos seguintes autores: David Harvey (2006, 2011, 2014, 2016, 2018), Edward Soja (2009, 2013, 2014) e Marcelo Lopes de Souza (2006, 2008, 2015, 2017). A saber:

Quadro 29 - Concepção de Mundo e visão da Justiça/injustiça (David Harvey)

CRÍTICA/ PROBLEMA	VALORES	VÍCIOS (Atitudes Rejeitadas)	VIRTUDES (Atitudes Valorizadas)	ESTRATÉGIA E SOLUÇÃO
Essência Humana Imutável, ou dada de antemão	Liberdade	Individualismo	Esperança	Controle da organização, produção e distribuição do produto excedente para benefício a longo prazo de todos
Acumulação Infinita	Igualitarismo Radical	Ganância	Coragem	Natureza como um grande bem comum
Pobreza Crônica	Humanismo Revolucionário Secular	Indiferença	Tenacidade	Criar um novo bem comum urbano
Degradação Ambiental	Autonomia	Excesso Consumista	Determinação	Gestão Democrática (autogestão)
Desigualdade Social	Racionalidade	Cultura Hedonista	Paciência	Superação da propriedade privada e do Estado capitalista
Confundir valor humano superior com renda superior	Nova Moral	Arrogância	Astúcia	Alianças anticapitalistas Novo Proletariado
Confundir êxito econômico com conhecimento superior	Verdade como processo	Desdém	Justa Indignação	Superação da infinita da acumulação de capital
Alienação	Totalidade	Visão de Curto Prazo	Razão	Nova forma de comunismo
Neoliberalismo Oligarquia	Dignidade	Privatização	Uso do Materialismo Histórico e Dialético	Teoria Correvolucionária Utopismo dialético
Opressão, degradação racial, cultural e colonial	Respeito	Colonização Humana	Ajuda Mútua	Movimentos Sociais e nova geração de estudantes com alto senso crítico

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 30 - Concepção de Mundo e visão da justiça/injustiça (Edward Soja)

CRÍTICA/ PROBLEMA	VALORES	VÍCIOS (Atitudes Rejeitadas)	VIRTUDES (Atitudes Valorizadas)	ESTRATÉGIA E SOLUÇÃO
Reestruturação econômica da globalização do capital	Liberdade	Preconceito	Esperança	Democracia regionalizada baseada na comunidade
Neoliberalismo	Igualdade	Competitividade	Solidariedade	Organizações comunitárias
Degradação da democracia participativa	Democracia	Consumismo	Coletividade	Movimentos Sociais
Desigualdade de riqueza e poder	Direitos	Individualismo	Ciência	Parceria com Universidades
Opressão e exploração	Dignidade humana	Indiferença	Respeito a diferença	Nova consciência espacial
Degradação do meio ambiente	Equidade		Iniciativa	Valorização do Espaço Público
Discriminação (raças, classes, gênero)				Democracia Participativa

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 31 - Concepção de Mundo e visão da justiça/injustiça (Marcelo Lopes de Souza)

CRÍTICA/ PROBLEMA	VALORES	VÍCIOS (Atitudes Rejeitadas)	VIRTUDES (Atitudes Valorizadas)	ESTRATÉGIA E SOLUÇÃO
Crescimento da produção e modernização tecnológica como se fosse um fim	Autonomia	Hedonismo	Transparência	Autonomia (individual e coletiva) Autogestão
Modo de produção capitalista	Igualdade	Individualismo Agonístico	Razão Reflexiva	Movimentos Sociais Emancipatórios
Globalização Econômico-financeira	Democracia Concreta	Deixa se governar pelas paixões	Proativo	Valorização do Espaço Público como bem comum
Violência Tráfico de Drogas		Impulsivo	Domínio Próprio	Horizonte revolucionário sem deixar de valorizar ganhos reformista
Racismo, xenofobia, desigualdade		Passividade	Cooperar em benefício coletivo	Orçamento Participativo, Redistribuição de Renda
Segregação		Consumismo	Honestidade	Regulação Fundiária
Degradação Ambiental		Discriminação	Clareza, Lucidez	Coibição da especulação imobiliária horizontal em larga escala
Nova Ordem Mundial		Competição Desenfreada		Descentralização Territorial
Neoliberalismo		Egocentrismo		Exploração dos recursos oferecidos pelas tecnologias de informação e comunicação
Democracia Representativa				Delegação de poder
Desemprego				Pedagogia Urbana
Degradação do Espaço Público				Superação do Estado com seu binômio capitalista + democracia representativa

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Todos os três autores acima citados estão de acordo com os seguintes problemas: modo de produção capitalista e suas consequências; degradação ambiental, desigualdade social,

neoliberalismo, racismo, opressão, exploração, ônus da globalização do capital, dentre outros. Mesmo existindo variação explicativa, são valores semelhantes para estes autores: liberdade, igualdade, dignidade e democracia concreta. Como atitudes a serem rejeitadas em maior consonância, temos: competitividade desenfreada, hedonismo, individualismo, consumismo, indiferença. No entanto, de acordo com eles, majoritariamente as atitudes valorizadas (virtudes) são: ajuda mútua (solidariedade); esperança; clareza mental. Talvez o principal desacordo seja em relação a solução ofertada por cada horizonte; Harvey com o materialismo histórico e dialético, Soja com a união do idealismo com o materialismo e Souza com a perspectiva autonomista. Ainda assim, os autores compactuam e valorizam a ideia de democracia participativa a nível de autogestão, o apoio aos movimentos sociais e a superação da infinita acumulação de capital como soluções.

Em nossa pesquisa empírica, apesar da crítica pontual e periférica ao modelo capitalista, viu-se majoritariamente na concepção das lideranças a crítica à falsa ideia de que bens materiais podem trazer, invariavelmente, a felicidade. Outra semelhança com relação à visão dos autores se trata da rejeição da indiferença e do individualismo, e com relação às atitudes valorizadas, vimos que a solidariedade (ajuda ao próximo) foi a virtude mais destacada. Sobre a solução, as ideias aparecem mais abrangentes, talvez a capacidade de se colocar no lugar do outro possa unir algumas perspectivas, mas para as lideranças de bairro não há uma adesão à ideia de autogestão como possibilidade de mudança.

O fato é que a ideia de vida boa e a felicidade estão relacionadas com a concepção de possuir um padrão mínimo para viver, ser solidário, ter paz e saúde, do que algum tipo de ascensão social. Essa perspectiva adota como meta: a luta por uma causa maior do que o benefício próprio e a preocupação com o bem do outro. Portanto, a característica dessas lideranças evidenciou que é preciso estar bem consigo e com o próximo, assim retirando o viés individualista tão promovido nos dias atuais.

5.11 ELEMENTOS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA VISÃO DA LIDERANÇA DAS ASSOCIAÇÕES

A concepção da participação vista na pesquisa de campo, mesmo se tratando de associações e não de movimentos sociais (como conceituado no início deste capítulo), corrobora com a ideia de Manuel Castells quando ele afirma:

[...] os movimentos sociais de hoje, e provavelmente aqueles que ocorreram ao longo da história (o que está além do domínio da minha competência), são

constituídos de indivíduos. Digo isso no plural porque, na maior parte do que li das análises sobre esses movimentos em todas as épocas e sociedades, eu encontrei poucos indivíduos, às vezes apenas um único herói, acompanhados por uma multidão indiferenciada, chamada classe social, etnia, gênero, nação, fiéis ou quaisquer outras denominações coletivas dos subconjuntos da diversidade humana (CASTELLS, 2012, p. 21).

Vimos isso ocorrer em duas evidências. A primeira mostra que boa parte das lideranças das associações pesquisadas foram as mesmas a maior parte do tempo, uma exceção para Associação Comunitária Partilhando Vida (ACP vida) que registrou pequena rotatividade na representação dela. No geral, tivemos associações em que durante dez anos apenas uma pessoa ficou à frente das principais responsabilidades. No caso de Francisco, sua representatividade vem desde 1983 (aproximadamente 35 anos), e não há perspectiva de sua substituição. Portanto, há condicionamento da própria associação à mobilização do representante, revelando-se assim, poucos interessados internamente para alimentar tanto o processo democrático dentro do grupo, como fortalecer e/ou desenvolver outras lideranças para fazer frente ao poder público na solicitação de suas queixas e anseios. A segunda evidência deriva do depoimento feito por Rosário, que ao mudar de bairro também leva consigo a associação e suas atividades, mostrando mais uma vez a predominância da existência associativa a uma liderança.

No início deste capítulo falamos da fecunda ideia do direito à cidade e observamos que a própria definição do que seja direito à cidade é uma condição de justiça, considerando a premissa da participação. Elaborou-se um quadro que sintetiza, na visão das lideranças, os principais motivos da ausência da participação, as principais queixas e exigências, como ampliar a participação e as concepções de vida boa. A seguir:

Quadro 32 - Percepção dos elementos da participação popular na visão das lideranças

(continua)

Nome/Bairro	Jô Araújo (Frei Damião)	Aurineide (Triângulo)	Fátima (Pedrinhas)	Rosário (Campo Alegre)	Francisco (São José)
Motivos da ausência da participação	Comodismo Falta de querer Falta de incentivo Falta de comunicação Falta de conhecimento	Falta de divulgação Falta de conhecimento Linguagem inadequada	Internet Televisão Falta de querer Falta de interesse Falta de conhecimento	Promessas que não foram cumpridas	Descrença nos políticos Falta de organização das próprias pessoas
Principais queixas	Ausência de reconhecimento do poder público	Ausência de reconhecimento do poder público	Ausência de recurso financeiro	Ausência de recurso financeiro e indiferença com a dor do outro	Invasão do terreno pelo PT
Principais exigências	Sede própria	“Reconhecimento e investimento do poder público via Associação”	Saneamento básico Assistência no geral Segurança	Sede própria	Luz, água, asfalto, calçamento, ampliação de escola, posto de saúde
Como ampliar a participação	Ter mais comunicação Gerar mais incentivo	Divulgar mais Falar a linguagem do povo Levar reuniões para dentro das comunidades Cooperativa dentro da comunidade Aproximação do prefeito com a comunidade Governo itinerante realmente preocupado em atender a população	A pessoa tem que desejar Saber que aquilo pode ser benéfico	Sessões da Câmara Municipal itinerantes (nos bairros)	Deixar de vender voto As pessoas se organizarem

Quadro 32 - Percepção dos elementos da participação popular na visão das lideranças

(conclusão)

Vida boa	Moradia digna Dignidade Respeitar Honestidade Ajudar o próximo Educar bem os filhos Está bem com Deus Visão de que a felicidade não pode ser comprada	Ter o suficiente para viver com sua família Ajudar o próximo necessitado Sua felicidade depende da do outro	Estar bem consigo mesma e com o próximo Gratidão	Saúde e paz Condições e capacidade para resolver problemas Emprego e renda para sustentar a família	Paz Saúde Não ter inimizade Ter padrão mínimo Ter direito a alimentação Não desejar mal ao próximo Quando ver uma pessoa necessitada ajudar

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Como forma de ampliar a participação, nossos entrevistados relataram: a ampliação da comunicação, o incentivo à participação, a descentralização territorial, a vontade das pessoas em se organizarem em torno de algum bem comum.

O direito à cidade, como é visto por Lefebvre, está dentro de um projeto mais ambicioso que é o direito à vida urbana e o direito à produção do espaço. Essa abordagem merece, primeiro, uma distinção entre a cidade e o urbano, a saber: a cidade é a “realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o “urbano” é realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento” (LEFEBVRE, 2001, p. 49). Com isso, Lefebvre trabalha a base material e social de forma não isolada.

A tese que o filósofo defende é:

A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFEBVRE, 2001, p. 6).

O ambiente da pesquisa mostrou, de certo modo, que há um caráter de resistência aos valores da sociedade mercantil. A existência de pessoas dedicadas a uma causa social através de um trabalho voluntário sem remuneração provoca uma ruptura com o ideal de felicidade promovido pela sociedade capitalista, que é vista como sinônimo de consumo. Igualmente como nós, Lefebvre não é pessimista, pois observa que o valor de uso persiste e resiste, ao ser marcado pelo encontro, pela beleza e pela festa (LEFEBVRE, 2001). Assim como vimos na prática social, a felicidade é vista como algo social e não um mero atributo de uma conquista individual. Em relato, vimos a crença que a felicidade é algo mútuo e que a “bondade é você estar bem com pessoas que lhe envolve, não é estar bem só para você” (AURINEIDE, 2018). Esse tipo de concepção gera uma atitude que ao realizar ações pensa-se no bem do outro, e, para saber o que é esse bem, passa pela capacidade de ouvir tais queixas e necessidades.

Para Lefebvre, o exercício do valor de uso requer um direito à cidade que é visto como:

Direito à vida urbana, transformada e renovada. [...] “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize os recursos da ciência e da arte. Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização (LEFEBVRE, 2001, p. 117).

Dessa afirmação se sobressaem duas questões. A primeira decorre do fato que há atualmente uma ausência de um consenso moral sobre esse bem supremo. A segunda é a problemática ideia que só a classe operária pode ser o agente transformador. Aqui, considera-se que o agente transformador é aquele que possui virtudes e não apenas a ideia de sujeito único conhecedor das causas e exigências de uma sociedade melhor.

A perspectiva de Lefebvre indaga sobre os fins últimos dos homens, sobre o bem supremo, sobre o sentido da história, e se pergunta para onde vamos. Ele nos diz: “se desaparecem o sentido e a finalidade, se não podemos nem mesmo declará-los mais numa práxis, nada tem importância ou interesse” (LEFEBVRE, 2001, p.106). Em outro momento, ainda sobre o direito à cidade, o autor complementa,

[...] o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 135).

Segundo Soja “o conceito de direito à cidade, tal como foi formulado originalmente por Lefebvre, reestabelece os fundamentos urbanos da busca por justiça, democracia e direitos dos cidadãos” (SOJA, 2014, p. 140, tradução nossa¹⁶¹). Na proposta lefebvriana o bem aparece como o uso do tempo para a realização da obra humana.

Ana Fani Alessandri Carlos destaca nove elementos que devem ser superados para o exercício do direito à cidade como pensa Henri Lefebvre, são eles: 1. Relações sociais povoadas pela indiferença; 2. Felicidade como sinônimo de posse de bens materiais; 3. Lógica do mercado; 4. Do cotidiano homogêneo; 5. Propriedade privada; 6. Formas de submissão e opressão; 7. Dependência econômica; 8. Ideologia urbanista e tecnicista; 9. Política assistencialista (CARLOS, 2017). Assertivas essas que coadunam com nosso parecer empírico.

Os aspectos espaciais que devem ser valorizados no projeto autonomista¹⁶², em resumo, são: os espaços para acomodar assembleias; que a tomada de decisões ocorra em várias escalas; a integração econômica; a consideração de identidades socioespaciais; a equidade nos ônus e benefícios; o impedimento de egoísmos localistas; ampliação da acessibilidade; a solidariedade; a proteção ambiental, entre outros (SOUZA, 2017). A democracia autêntica preconizada por Souza deve ser permeada por: espaço público livre e dotado de vitalidade; debates públicos

¹⁶¹ “El concepto de derecho a la ciudad, tal y como lo formulo originariamente Lefebvre, restablece los fundamentos urbanos de la búsqueda de la justicia, la democracia y los derechos de los ciudadanos”. (SOJA, 2014, p. 140).

¹⁶² Ver Souza, 2017, p. 339-341.

informados e transparentes; interação espontânea e desassombrada dos indivíduos e espaços que acolham tudo isso (SOUZA, 2006).

Certo que Souza aborda o espaço democrático de direito e não propriamente o espaço interno para associações, vimos a importância do espaço para as associações quando elas reivindicaram uma sede própria. A ausência da sede revela dificuldades para obtenção de equipamentos e realização de suas atividades, deixando os associados em uma situação de maior vulnerabilidade para receber os benefícios, sendo assim fundamental a aquisição de uma sede. Por outro lado, vimos que o acesso a uma sede própria fortaleceu a existência da associação e possibilitou ganho de infraestrutura interna (computador, instrumentos musicais, roupas etc.), permitindo um melhor desenvolvimento das atividades.

O atendimento às reivindicações pouco conta com o apoio do poder público. Em alguns casos a parceria com o poder privado foi maior. Em destaque, as principais queixas estão relacionadas à ausência de reconhecimento por parte do poder público, que aparece apenas em momento de campanha, revelando (na visão das lideranças) a indiferença e o desprezo como aspectos da injustiça.

De modo geral, as lideranças acreditam no modelo da democracia representativa. Existe a crença na “eleição de pessoas do próprio bairro” como algo positivo e necessário. Vimos também afirmações do tipo: “eleger uma pessoa honesta e pobre”, “eu mesma me candidatei”, “falta vontade política” e “é preciso elaborar um projeto para o benefício de todos”, cada uma dessas afirmações de entrevistas diferentes. Ao mesmo tempo a descrença nos políticos e a crítica à corrupção foram algo comum.

Como vimos, foram encontradas, aproximadamente, 122 associações na cidade de Juazeiro do Norte-CE ao utilizarmos a pesquisa feita com dados da Seplad/PMJN. Com o predomínio de associações de desenvolvimento e de defesa de direito. Em sua maioria são associações comunitárias e de moradores de bairro, seguidas das associações de cunho cultural e de recreação¹⁶³. A diversidade de associações, as suas diferentes finalidades e o não predomínio de associações religiosas em uma cidade com força católica expressiva católica postula a necessidade da população, através das organizações, garantir direitos, mesmo nos casos em que elas sejam de cunho assistencialista e recreativo, que buscam evitar que crianças e jovens entrem no mundo das drogas como vimos na pesquisa. Isso revela não só uma ausência do Estado, mas também a necessidade do ser humano se alinhar a um bem em comum. Assim, as percepções de mundo dos líderes ativam uma prática que atingem um bem para além do auto

¹⁶³ Nesta classificação contém associações que desenvolve atividades com arte e artesanato.

interesse. A importância dessas ações no contexto local é sentida cotidianamente, o que, de fato, caberia outra pesquisa para constatarmos o benefício que essas associações provocam naquele meio em que existem

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese que o leitor tem em mãos buscou, com base teórica e empírica, fornecer um quadro fundamentado para apresentar a perspectiva multidimensional da justiça socioespacial, dentro de um planejamento urbano participativo com vias a um desenvolvimento urbano. Esse quadro deve ser contrastado e retificado pelo contexto espaço-temporal, pois o desenvolvimento e justiça não são estabelecidos a priori, mas um esforço coletivo em permanente reflexão de sua própria construção.

Após profunda pesquisa bibliográfica, achamos coerente o posicionamento de Honneth, quando nos ensina que

[...] justiça, em seu significado, é completamente dependente da relação com os valores éticos; pois sem a fundamentação mediante uma ideia do bem, a exigência de nos comportarmos de maneira “justa” para com as outras pessoas nada significa, já que não podemos saber em que sentido lhes devemos o que é “delas”; somente quando temos clareza da consideração ética pelo outro em nosso agir comum podemos dispor sobre o ponto de vista que transmite os padrões necessários para um fazer e um permitir justos [...] (HONNETH, 2015, p.122).

As análises oferecidas nesta tese revelam algumas evidências sobre a diminuta incorporação da participação popular no processo de planejamento urbano do município de Juazeiro do Norte-CE, bem como observou as concepções subjacentes acerca do desenvolvimento urbano, da justiça e da injustiça em documentos oficiais (PDDU, Estatuto da Cidade e Proposta Metodológica) e na visão de pessoas que participaram e de pessoas que não participaram diretamente das gestões municipais, ao mesmo tempo em que viu como essas concepções estão articuladas com as concepções de vida boa (bem-estar).

Como foi visto, o nosso recorte analítico foi o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano elaborado no período de (1997-2000), sua tentativa de revisão na gestão de (2009-2012) e na atualidade (2016-2019), ao considerar as concepções dos entrevistados.

A justiça socioespacial, como a defendemos aqui, possui uma perspectiva multidimensional, porque viu-se que a justiça possui um caráter indissociável com o desenvolvimento urbano e seu conteúdo subjacente, assim, não podemos raciocinar sobre que tipo de cidade desejamos sem refletir sobre o tipo de pessoas que desejamos nos tornar (HARVEY, 2013).

De modo geral, a ideia do bem-estar aparece como propósito do desenvolvimento urbano, aspecto que vai desde a garantia ao acesso à infraestrutura, até a ideia de sentir a dor

do outro, passando pela possibilidade de gerar mais acesso à saúde, à educação, à moradia, à segurança, a saneamento, à justiça social, entre outros. Quanto às correções das injustiças, observou-se como problemas/críticas: ausência de infraestrutura, corrupção, déficit habitacional, ausência de garantia ao acesso à saúde, o não incentivo à participação popular, a desigualdade, o egoísmo, o não cumprimento da lei, a indiferença dos políticos, ações que priorizam o bem individual em detrimento ao bem comum, dentre outros aspectos. Quanto à justiça, vimos a possibilidade de garantir: saúde, educação, saneamento, moradia, infraestrutura, cuidado, equidade, participação, respeito, inclusão, atendimento aos mais necessitados, reconhecimento do outro, ajuda ao próximo, entre outros.

Neste trabalho foram muitas as ausências, a começar pela ausência de resposta da prefeitura para algumas de nossas questões. Consta-se também: o aprofundamento das questões ambientais, as questões da Região Metropolitana, os aspectos da globalização, os inúmeros problemas causados pelas desigualdades, a investigação da influência econômica na participação, entre outras. Do ponto de vista empírico e metodológico, se em nossa pesquisa nossos entrevistados fossem perguntados sobre situações de conflitos, imaginamos que outro conteúdo analítico teria sobressaído. Entretanto, vamos ao nosso recorte analítico.

O primeiro capítulo, iniciado com a questão da finalidade política, que envolve considerar no diálogo o que devemos fazer ou não devemos fazer com o bem comum, nesse sentido propôs-se defender que um valor razoável a ser inserido no seio das políticas públicas seja a justiça, para isso adentramos no pantanoso terreno do que venha a ser justiça; naquele momento, viu-se que no debate teórico de um lado temos a ideia de justiça que visa a algum bem (a um propósito), e, por outro lado, a ideia de corrigir as injustiças como ponto de partida. Nosso campo de pesquisa mostrou a indissociabilidade de ambos, ao mesmo tempo que solicitam valores como respeito, honestidade, solidariedade e a reivindicação da correção de algumas injustiças, como: a corrupção, compra e venda de voto, déficit na infraestrutura, no serviço público etc.

Embora as teorias da justiça na geografia, como vimos no capítulo primeiro, valorizem em maior número a igualdade e a ideia do direito à cidade, das quais se destacam o combate às desigualdades e busca à distribuição equitativa dos serviços, argumentamos que deve-se evitar a valorização de um polo em detrimento do outro, por isso, a perspectiva multidimensional¹⁶⁴,

¹⁶⁴ Aspecto também reconhecido por outros autores, a exemplo de Gervais-Lambony, “[...] a mobilização do conceito de justiça espacial deve estar aberto à diversidade das definições construídas sobre a justiça social. Isso traz como exigência dar centralidade à pluridimensionalidade da justiça social” (2017, p. 128).

possuindo como ponto de partida a participação popular. Compreende-se a participação como ampliação do direito de escolha e do poder de decisão, ancorada pelo paradigma da justiça.

Algumas das ideias levantadas no campo de pesquisa não foram citadas e desenvolvidas explicitamente entre os teóricos da ciência geográfica. No entanto, a crítica à segregação, à propriedade privada, diversas vezes citada no campo teórico, não se configurou como alvo de crítica para os entrevistados. Por outro lado, a redistribuição de renda e poder foi mencionada por alguns que estiveram vinculados à gestão municipal, enquanto que para as lideranças de bairros esse aspecto não foi central.

No horizonte teórico dentro da geografia, a crítica ao modo de produção capitalista é majoritária, apesar de alguns autores buscarem contribuir com a argumentação em torno do rompimento com o Estado capitalista, outros acreditam que algum tipo de mudança via Estado seja possível.

É difícil defender uma via única em torno do conceito de justiça quando o critério participativo é levado a sério; isso não significa que toda a participação evidencia a presença da justiça, pois sabe-se que em alguns casos os grupos humanos podem decidir por algo não razoável, assim, buscamos argumentar um modo de participação que leve em consideração a pedagogia urbana.

A pedagogia urbana, como a entendemos aqui, nos situa no resgate da ética das virtudes, essa perspectiva nos insere dentro da luta com o direito à cidade que através da participação o ser humano pode se tornar mais consciente de si e de sua relação com seus semelhantes na produção de um meio adequado para se viver em sociedade, ancorado no diálogo como premissa fundamental.

Nos capítulos dois e três foi observada a pouca incorporação da participação popular. No primeiro momento (1997-2000), na elaboração do PDDU e, no segundo (2009-2012), com a tentativa (não concluída) de revisão do PDDU. Entre esses dois momentos notou-se algumas diferenças. O primeiro foi marcado por sua aproximação com a ideia do empreendedorismo urbano, especialmente quando observa as linhas estratégicas traçadas no PDDU, as quais priorizaram: desenvolver o turismo religioso, o centro comercial e a economia industrial.

Mesmo com propostas como a Unidade de Vizinhança e através dela a possível construção do Fórum Visível da Comunidade no qual foi inserida a ideia da criação da Central Comunitária como possibilidade de envolver a comunidade, quando ocorreu a participação, ela demonstrou mais o caráter consultivo e colaborativo, apresentando ausência de uma perspectiva

propositiva e deliberativa, sendo inserida sem a devida conceituação e vista apenas como engajamento comunitário para preservar padrões urbanos e ambientais.

O PDDU versou sobre o desenvolvimento sustentável, enquanto a Proposta Metodológica versou sobre o desenvolvimento sustentável em outra abordagem. O PDDU visou a ideia de planejamento estratégico, elaboração de diagnóstico e a Proposta Metodológica, pensou a ideia de planejamento participativo e apreciação situacional. Assim, as ideias da Proposta Metodológica se aproximam do Estatuto da Cidade e do ideário da reforma urbana, essa proposta, como dissemos, ficou apenas no papel, como é o caso de muitos documentos.

Viu-se que a formação dos técnicos influencia a condução do processo, mas não foi capaz de decidir sobre as principais questões e nem definir as prioridades. No entanto, a formação de Joelmir, com base na pedagogia de Paulo Freire, possibilitou promover uma Proposta Metodológica em relação ao conteúdo participativo bem mais ousada do que a do PDDU dos anos 2000.

Foi observado também que a contratação de uma empresa de fora revelou sérios danos à leitura da cidade, a qual ofereceu, por vezes, uma visão que não condiz com a realidade do município em questão. Como consequência disso, elabora-se um plano que pouco reflete as ideias dos munícipes. Os projetos evidenciaram desacordo com a visão de algumas pessoas que participaram daquele momento, o que demonstrou a pouca aplicabilidade do plano, apesar de ser um marco na política urbana local. O que mais se aproximou da possibilidade de ampliação da participação foi a existência de um Conselho¹⁶⁵ Municipal do Plano Diretor que teve (segundo entrevistados) vida curta.

Embora no segundo momento (2009-2012), houvesse a presença do ideário da reforma urbana através da Proposta Metodológica e a tentativa de revisão buscasse incorporar uma ideia diferente do que ocorreu no primeiro momento, a participação popular apareceu mais na busca por atender os anseios da população por meio da tentativa de descentralização territorial sob a criação das subprefeituras, apesar disso, não configurou a semente do desenvolvimento de uma cultura participativa.

O modo de “participar” e as dificuldades para revisão do PDDU deveu-se à morosidade da gestão e aos diversos entraves, como: processo licitatório, ausência de recurso e vontade política, período eleitoral. A própria ideia de revisão do plano diretor não se configurou como algo prioritário e mesmo havendo as capacitações, como citado no capítulo terceiro, não houve

¹⁶⁵ Aqui não temos a visão ingênua de que todo conselho é garantia de participação popular, até porque a própria escolha de quem ocupará acento no conselho é, em muitos casos, determinada pelo poder executivo.

a pressão popular, seja através do Conselho, seja através das associações ou do próprio poder legislativo. Ao que parece, a vida política ocorre em outra esfera, o ideário da reforma urbana que busca por minimizar as desigualdades e gerar uma cultura participativa, em uma cidade como Juazeiro do Norte, não se apresentou como uma prática existente, apenas permeou um ideário, uma utopia para alguns dos integrantes do Núcleo Gestor.

Ao passo que o capítulo quatro observou quais são as associações que se organizam coletivamente nesta cidade, no intuito de identificar o perfil associativo da cidade e que, mesmo em uma cidade com característica religiosa marcante, apresentou uma maior quantidade de associações de desenvolvimento e defesa de direitos (33%) do que associações de cunho religioso (22%).

Ao partirmos da premissa de que a própria definição da concepção de desenvolvimento urbano é uma questão de justiça, fomos levados a ouvir as queixas, as exigências e os desejos de algumas lideranças, considerando os índices de vulnerabilidade urbana na escolha das lideranças a serem entrevistadas (dentre outros já citados). Neste intento (teórico e empírico), vimos a inflexão de uma justiça que envolve virtudes comportamentais, a correção das injustiças e a luta por direitos, amparada por três premissas: o diálogo como natureza da justiça, o reconhecimento de que o bem sabe aquele que recebe e como aspecto primordial para ampliação da cultura participativa a descentralização territorial.

A visão em comum que prevaleceu na concepção das lideranças das associações foi a motivação para ajudar o próximo e a importância de se colocar no lugar do outro. Como crítica, a indiferença, a ausência de reconhecimento e atuação por parte do poder público naquele ambiente, a compra e venda de voto, a corrupção, a ausência de saúde, de educação, de moradia, de saneamento e de infraestrutura. No entanto, a pesquisa demonstrou não haver nenhum registro de luta por algum bem externo à própria associação, assim confirmando nosso pressuposto inicial.

Mesmo que em alguns momentos as queixas e exigências fossem as mesmas, suas lutas evidenciaram o atendimento das necessidades do próprio entorno. As pessoas buscam algum tipo de ajuda e se mobilizam em torno de um bem comum, evidenciando uma lacuna do Estado em garantir direitos, isso revela a importância do caráter socioespacial para a construção da solidariedade. A proximidade é a força que une os laços construídos pelo cotidiano, visto que as lutas não são apenas uma busca por materialidade, bem-estar e democracia. O que as lideranças acusaram ser mobilizadoras de suas ações, foi basicamente a vontade de abraçar uma

causa em prol de um bem comum para além do interesse próprio e a luta contra a ausência do reconhecimento do poder público e da indiferença com a necessidade do “próximo”.

O “melhor” nessa leitura de mundo pode ser entendido como a possibilidade de atender os mais carentes, caracterizado pela existência de uma felicidade mútua, ou seja, o “melhor” foi definido como ausência da indiferença com a dor do outro. A pesquisa demonstrou que o discurso só nos serve quando alinhado a uma conquista prática, algumas pessoas estão descrentes dos políticos, porém muitos ainda vendem o voto.

Posto isto, sintetizamos um quadro das concepções de mundo — do desenvolvimento urbano, da justiça e da injustiça — na percepção dos nossos entrevistados. Com isso não se quer defender a ideia de que algum intelectual, através de pesquisa e elaboração de interpretações, possa interferir nas reais necessidades das pessoas, pois o que advogamos é o diálogo como uma das premissas, a descentralização territorial para abertura do espaço democrático e a avaliação, considerando o usuário como capaz de melhor avaliar e decidir. Isso não significa que o usuário é o único e máximo detentor do conhecimento, o exame constante é uma de nossas prerrogativas.

Quadro 33 – Aspectos gerais destacados na concepção de mundo da justiça, injustiça e do desenvolvimento urbano

JUSTIÇA (Aspectos valorizados)	INJUSTIÇA (Aspectos rejeitados)	DESENVOLVIMENTO URBANO (Aspectos considerados)
Acesso à saúde, educação, moradia, saneamento básico (infraestrutura urbana)	Insuficiência do Estado na oferta dos serviços, com destaque para o deficit na saúde, educação, moradia, saneamento básico (infraestrutura urbana)	Direito à saúde, educação, moradia, saneamento básico (infraestrutura urbana)
Ajudar o próximo, ser solidário, cooperar com o bem coletivo, cuidado	Desigualdade social (exclusão social)	Bem-estar (felicidade, vida boa)
Corrigir as injustiças	Deixar de promover a adequada participação popular	Desenvolvimento econômico com bases sustentáveis
Cumprimento da lei	Corrupção	Garantir as políticas públicas
Desenvolvimento do ser	Egoísmo, individualismo, indiferença, desprezo	Garantir as funções sociais da cidade
Equidade (dar mais atenção a quem mais precisa)	Não cumprimento da lei	Gerar emprego
Fazer a coisa certa	Priorizar o bem individual em detrimento do bem coletivo	Justiça social
Igualdade	Ganância	Consciência dos direitos
Gestão democrática	Consumismo exacerbado	Desenvolvimento social
Garantir direitos	Degradação ambiental	Distribuição equitativa dos serviços públicos
Se colocar no lugar do outro	Violência	Prioridade para o social
Respeito e dignidade	Degradação do espaço público	Perceber a dor do outro
Honestidade	Acumulação infinita	Priorizar os mais carentes

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A resistência que aqui se viu, ao observar as solidariedades através da construção de um trabalho voluntário (sem remuneração), foi a ruptura em certo aspecto com o ideário da sociedade de mercado, resistência contra um tempo cujo espaço é cada vez menos solidário, onde as pessoas estão sufocadas em seus afazeres cotidianos, sem tempo para o próximo.

Então, se não houver uma dinâmica com pressão social, a participação no planejamento urbano se transforma em técnica e os indivíduos buscarão realizar seus objetivos nas condições

das quais operam, enquanto outros vão suportando as desigualdades, desde que não os impeçam de esperar por dias melhores.

Nos relatos, de um modo geral, foi visto que existiam convites da prefeitura (mesmo que de modo incipiente) para a participação, alguns disseram receber convite para participar de algum conselho, outra relatou a participação no orçamento participativo, outra falou do plano plurianual e, em aspecto muito pontual, foi citada a participação em alguma reunião que tratou do Plano Diretor. Ao discorrer sobre algum ganho, quando solicitam algo para a prefeitura, ouvimos respostas como: “leva muito tempo, inclusive na prefeitura a gente deixou até de pedir”, “não, a gente não solicita nada à prefeitura”, “eu posso dizer que em quase 10 anos eu nunca fui atendida”. Portanto, com base na pesquisa, podemos dizer que as lideranças das associações fazem uma participação mais a nível do seu bairro para construir uma ação social, do que mesmo um controle social das ações públicas.

Apesar de os problemas nos bairros se repetirem, as lideranças quando falam dos problemas e injustiças na cidade discorrem com o conhecimento de causa relativo à sua localidade de moradia. No entanto, a visão do gestor ou daqueles que passaram por cargos públicos é uma visão por vezes ampliada, em alguns aspectos. Veem-se problemas não apenas relativos ao seu bairro, mas em alguns momentos observam-se questões estruturais e possuem uma escala alargada na avaliação da cidade. Então, viu-se que há um condicionamento espacial imposto na visão de mundo e, para romper isso, como advogamos aqui, o diálogo é fundamental. Sobre esse aspecto, o depoimento de Joelmir esclarece a questão ao considerar que os problemas em comum, quando ocorrem em mais de um bairro, deve-se através do diálogo entre as comunidades possibilitar ver a dor do outro e saber qual é o mais necessitado.

Alguns aspectos foram destacados — de acordo com a pesquisa (empírica e teórica) — para atenuar as injustiças, promover a justiça e o desenvolvimento urbano. O investimento na descentralização territorial como forma de ampliar a participação, ao lado disso, investir na sensibilidade da importância para participar, gerando amparo e infraestrutura adequada para tal, desde o investimento em comunicação à ampliação da vontade política. Deve-se investir em mediação de conflito e, por meio dela, desenvolver a cultura de paz. Buscar novas formas de economia solidária e geração de renda, com esclarecimento dos direitos e geração de conhecimento, desde o reconhecimento e valorização do ser humano à ampliação da solidariedade e consequentemente a diminuição da indiferença, do desprezo e do egoísmo.

A saúde deve ser destacada como condição prioritária e essencial da vida, esse é um aspecto da ideia da justiça, a atenção aos mais necessitados. Em uma cultura de

desenvolvimento urbano, a atenção com aqueles que não geram “valor social produtivo” (crianças, idosos, deficiente mental) é qualidade daqueles possuem virtudes.

Outras metas podem fazer parte desse objetivo, por exemplo: distribuição equitativa dos equipamentos e serviços, priorização do benefício em comum, ampliação do orçamento participativo, promoção da redistribuição de renda, preservação e cultivo da natureza como um bem em comum, estabelecimento de limites (combate ao excesso e à escassez), superação da acumulação infinita, coibição da especulação imobiliária, ampliação da valorização do espaço público, desenvolvimento da autonomia (individual e coletiva) sob o prisma da Pedagogia urbana.

A tese defendida visou demonstrar que a participação popular no planejamento e gestão urbanos é considerada como critério da justiça socioespacial. Os conteúdos da justiça devem ser preenchidos através da avaliação das características, peculiaridades, necessidades e prioridades de cada lugar, pois “um benefício” para um dado território poderá oferecer desequilíbrios ambientais e aumento das desigualdades para outros. Assim, a cada nova solução, novas problemáticas configuram-se, gerando uma miríade de conflitos que devem suscitar diversos diálogos. Equalizar isso é uma grande tarefa das políticas públicas. Para saber mais sobre esse aspecto é necessário pesquisar quais conflitos vestem o desenvolvimento urbano e quais prioridades são consideradas para qualificá-lo como bom e melhor. Segundo Souza, esse é “um esforço coletivo, a ser realizado pelos próprios protagonistas, pelos sujeitos históricos concretos, pelos homens e mulheres interessados” (2006, p. 113)¹⁶⁶. E para isso, buscamos perquirir no conceito de justiça socioespacial e apresentar sua perspectiva multidimensional.

Assim, defendemos que para pensar a ideia de justiça socioespacial é necessária a participação de diferentes agentes, pois quem conhece a dor é aquele que sente e sabe o bem aquele que recebe.

Portanto, a justiça socioespacial, em uma perspectiva multidimensional, prima pela participação como premissa, observa os condicionamentos ofertados pelo contexto espaço temporal, busca ver o mais necessitado, tem como termômetro de sua ação não prejudicar o outro, promove a paz, combate o excesso e a escassez, valoriza a virtude do servir, daquele que é capaz de ser solidário e empático com a dor do outro, prioriza o bem coletivo em detrimento do individual, limita o auto interesse e gera a possibilidade de rotatividade das decisões, busca

¹⁶⁶ Aqui não se tem a ilusão de que a participação popular fazendo uso dos instrumentos de planejamento e gestão urbanos fará uma mudança estrutural na sociedade, sabe-se que são necessárias outras mudanças a nível macro e que não foram citadas neste trabalho.

transformar a transgressão comportamental, as injustiças e luta por direitos e reconhecimento, além de considerar que a vida boa depende da relação de reciprocidade nas relações sociais. Rompe com a ideia de felicidade vista sob o prisma da individualidade, aquela que corresponde a mera aquisição pessoal, fruto do sucesso “individual”, para considerar que a vida boa, o bem-estar e a felicidade só operam quando o próximo também está bem. A felicidade desse modo é recíproca, mútua e compartilhada.

A pesquisa evidenciou que as lideranças das associações realizam as atividades voluntárias porque elas acreditam e sentem que estão fazendo algum bem, faz porque “gosta, se sente bem, acha que é algo valioso, porque que é bom, faz pelo prazer e pelo amor”.

Conjectura-se explorar melhor, em pesquisas posteriores, a possível discrepância e contradição entre nossas melhores ideias e a prática cotidiana, partindo da ideia de que a contradição é inerente e se insere dentro do próprio ser humano.

Com tudo isso, achamos que nosso papel enquanto pesquisadores é modesto, mas não menos importante ou irrelevante. Isso não impede que pesquisadores e outros interessados possam advertir contradições, questionar causas e problematizar soluções. Estamos certos que romper a barreira do egoísmo e ser solidário é um avanço para o “melhor”, ao tempo que vislumbra a ampliação do reconhecimento sobre o direito ao diálogo e da capacidade de decidir.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. A regulação urbana e o regime urbano: a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital. *In: Ensaio FEE*, Porto Alegre, p. 510-555, 1995.

ABREU, M. A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). *In: Ana Fani A. Carlos (Org.). Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 199-322.

ALVES, G. A. Privação, justiça espacial e o direito à cidade. *In: CARLOS, A.F.A.; ALVES, G; PADUA, R. F de. (org.). Justiça espacial e o direito à cidade*. São Paulo: Contexto, 2017, p. 167-178.

AMORA, Z. B.; NASCIMENTO, W. I. do. Mobilidade e centralidade: um novo enfoque das dinâmicas urbanas na cidade média de Juazeiro do Norte-CE. *In: III FÓRUM BRASILEIRO DO SEMI-ÁRIDO*, 2011, Sobral: Fortaleza, 2011. Anais [...]. Sobral, 2011. 1 CD-ROM.

ARISTÓTELES. *A Política*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Ética à Nicômaco; Poética*. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Ross. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

_____. *Livro V da Ética a Nicômaco. Os pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

_____. [1991]. *Sobre a alma*. Tradução de Ana Maria Lóio. Biblioteca de Autores Clássicos. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010.

AVRITZER, L. Um Desenho Institucional Para O Novo Associativismo. São Paulo: Lua Nova, n.39, p. 149-174, 1997.

AZEVEDO, D. A. de. A democracia participativa como sofisma: uma interpretação geográfica da democracia. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BAUER, M. et al. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Paris: Gallimard, 1976.

BENACH, N. Da Desigualdade Social à Justiça Espacial. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. Justiça Espacial e o Direito à Cidade*. São Paulo: Contexto, 2017.

BENTHAM, J. Introduction to the Principles of Morals and Legislation. Primeira edição impressa em 1780 e publicada em 1789. Londres, 1789.

BITOUN, J. Dificuldades e limites da participação na elaboração do Plano Diretor do Recife. In: IV Encontro Nacional da ANPUR, 1991, Salvador. Anais [...]. Salvador: ANPUR UFBA, 1993. p. 121-127.

_____. Estatuto da Cidade e Planos Diretores: Possibilidades para a Melhora das Cidades e Importância da Mobilização da Cidadania Local. In: BITOUN, J.; MIRANDA, L.; SOUZA, M. Â. A. (Org.). Recife: Cadernos Observatório PE, 2007.

_____. A contribuição dos planos estratégicos na gestão municipal: modernização do discurso, seletividade ou aprimoramento das práticas? In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (ORG). Presidente Prudente: Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas, 2001, p. 291-309.

BOBBIO, N. Teoria geral da Política. Brasília, DF: UnB, 1998.

BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BORJA, J.; CASTELLS, M. Management of cities in the information age. London, New York: UNCHS, 1997.

BONDUKI, N; KOURY, A. P. Das reformas de base ao BNH as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. Revista Arquitectos, São Paulo, ano 10, n.120.02, Vitruvius, maio 2010. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/10.120/3432>. Acesso: 17 jan. 2020.

BRANCO, M. L. C. As cidades médias no Brasil. In: SPÓSITO, Eliseu Savério; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar. (Orgs.). Cidades médias: produção do espaço urbano regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 245-277.

BRASIL, Ministério das Cidades. Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades, 2004. 160p.

BRASIL, Governo Federal. Estatuto da Cidade. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 17 jan. 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320p.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. PL 634/1975.

BRENNER, N. Teses sobre a urbanização. Revista Eletrônica e-metrópoles, Rio de Janeiro, n 19, p. 06-26, dez. 2014.

BRENNETOT, A. Dand Annales de géographie. V.2 N° 678, 2011, pp. 115-134. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-annales-de-geographie-2011-2-page-115.htm>. Acesso em: 19 jun. 2017.

_____. Pour une géoéthique: éléments d'analyse des conceptions de la justice spatiale, 39, 2010. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-espace-geographique-2010-1-page-75.htm>. Acesso em: 19 jun. 2017.

BRET, B. Notion à la une: justice spatiale. Géoconfluences. 2015. Disponível em: <http://geoconfluences.ens-lyon.fr/informations-scientifiques/a-la-une/notion-a-la-une/notion-a-la-une-justice-spatiale>. Acesso em: 19 jun. 2017.

CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. Revista Geográfica, n. 8, 1972, p. 19-56.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. J. L. (org.); SPOSITO, M. E. B (org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 53-74.

CARLOS, A. F. A.; ALVES, G. A. (org.); PADUA, R. F. DE (org.). Justiça espacial e o direito à cidade. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

CASTELLS, M. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. O poder da comunicação. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne; revisão de tradução de Isabela Machado de Oliveira Fraga. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. Ruptura: A crise da democracia liberal. Tradução Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 152 p.

CASTRO, I. E. de; RODRIGUES, J. N.; RIBEIRO, R. W. (orgs). Espaços da democracia: para a agenda da geografia política contemporânea. Rio de Janeiro: Faperj, 2013.

CATALÃO, I. de F. Diferença, dispersão e fragmentação socioespacial: explorações metropolitanas em Brasília e Curitiba. Orientadores: Maria Encarnação Beltrão Sposito, Loic Grasland. 2013, 190 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2013.

CEARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Infra-Estrutura (SEINFRA). Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte. Juazeiro do Norte: Plano de Estruturação Urbana, 2000, 42 p. Disponível em: <https://juazeiro.ce.gov.br/www2/Legislacao/LEI%202572-2000.pdf>. Acesso em 19 jan. 2020.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte. Lei 2.569 Lei de Organização Territorial. Plano Estratégico, 2000a.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte. Lei 2.570 Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, 2000b.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte. Lei 2.572 Lei do Plano Diretor, 2000c.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte. Estratégia de implementação, 2000d.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte: Projeto de Ordenamento da Unidade de Vizinhança Piloto – Centro / Núcleo de Comercialização e apoio aos Romeiros de Juazeiro do Norte / CE, 2000e.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte: Relatório de questões / módulo conceito, 2000f.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juazeiro do Norte - Termos de Referência para Elaboração de Projetos Executivos – Projeto Roteiro da Fé, Juazeiro, 2000g.

CEPAM, FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo, 1999. 400p.

CLAVAL, P. Espace et justice sociale. In: Espace géographique, tome 7, n. 4, 1978. p. 303-305.

CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2000.

_____. Aula Magna do curso: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?. Santa Catarina: UFSC, 2016.

COLOGNESE, S. A.; MELO, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. Cadernos de Sociologia. v. 9, Porto Alegre: UFRGS, 1998, p.143-159.

COMPARATO, F. K. Ética: direito, moral e religião no mundo. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

CÔRTEZ, S. M. V. Arcabouço institucional e participação em conselhos municipais de saúde e assistência social. In: SANTOS Jr., O. A.; QUEIROZ, L. C. & AZEVEDO, S. (orgs.). Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

COSTA, M. A. (org.). Estatuto da Cidade e Planos Diretores: Possibilidades para a melhoria das cidades e importância da mobilização da cidadania local. Cadernos Observatório, PE, 2007.

DALY, M. Beyond God the Father: Towards a philosophy of women's liberation. Boston: Beacon. 1973.

DE GRAZIA, Grazia (Org.). (1990). Plano Diretor: Instrumento de Reforma Urbana. Rio de Janeiro: FASE, 1990.

DIKEÇ, M. Justice and the spatial imagination. *Environment and Planning*, 2001.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educ. rev.* [online]. 2009, n.24, p. 213-225.

DWORKIN, R. A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ESCOBAR, A. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 211-228.

FAINSTEIN, S. Planning and the just city. In: *Searching for the Just City: Debates in urban theory and practice*. Routledge, Abingdon, 2009.

FAINSTEIN, S. (2009). Spatial Justice and Planning. *Justice spatiale Spatial Justice*. Sep., Retrieved from: <http://www.jssj.org>.

FARIA, T. J. P. Justiça espacial como referência para análise de políticas públicas no Brasil?. In: II Congresso Internacional UFES, Université de Paris Est, Universidade do Minho e XVIII Simpósio de História, 2011, Vitória. Anais eletrônicos do III Congresso Internacional UFES, Université de Paris Est, Universidade do Minho e XVIII Simpósio de História: Territórios, Poderes, Identidades. Vitória: GM Editora, 2011. v. 1. p. 1-12.

FARIA, T. J. P.; MUSSET, A. Socio-Spatial Conflicts, Justice, Resistance. Historical Preservation and Construction of Identities in Latin American Cities. *Revista Geografares*, Vitória, v. 22, p. 1-5, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/14761>. Acesso em: 19 jan. 2020.

FERES JÚNIOR, J.; POGREBINSCHI, T. Teoria Política Contemporânea: uma Introdução. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FREIRE, P. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Coleção Educação e Comunicação, 1979.

_____. Pedagogia do oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FROTA, H. B. Rede de avaliação e capacitação para a implementação dos Planos Diretores Participativos. Roteiro para avaliação dos Planos Diretores, 2008.

FONSECA, A. A. M.; BARBOSA, S. R. C. . Justiça espacial e comarcas no estado da Bahia. *GEOTEXTOS (ONLINE)*, v. 13, p. 75, 2017.

GARGARELLA, R. As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

GERVAIS-LAMBONY, P. “Justiça Espacial, experiências e pistas de pesquisa. *In*: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G. A. (org.); PADUA, R. F. DE (org.). *Justiça espacial e o direito à cidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

GRAZIA, Grazia de. Reforma Urbana e Estatuto da Cidade. *In*: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto (orgs.) *Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE. p. 53-70.

GOMES, P. C. C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMES, R. A *Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa*. *In*: MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GROF, S. *A aventura da autodescoberta*. Tradução de: Sonia Augusto. São Paulo: Summus, 1997.

HAYEK, F. V. *Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. A miragem da justiça social*. São Paulo: Visão, 1985.

HAYEK E JAMES M. BUCHANAN sobre Rawls e Justiça Social. Tradução: Robson da Silva. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal: Estudantes pela liberdade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9OEUW0fdAeo>. Acesso em: 18 dez. 2015.

HARVEY, D. *A Justiça Social e a Cidade*. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. *Os limites do capital*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Condição Pós-Moderna*. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola 1998.

_____. *A produção capitalista do espaço*. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Espaços de esperança*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobra e Maria Stela Gonçalves. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. *Enigmas do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *A Liberdade da Cidade*. *In*: HARVEY, D.; MARICATO, E.; et al. *Cidades rebeldes*, São Paulo: Boitempo, 2013, p. 27 a 34.

_____. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. 17 Contradições e o fim do capitalismo. Tradução: Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI. Tradução Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.

HOBBSAWM, E. J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. Revisão Técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLINGSDALE, Nietzsche: The Man and His Philosophy, 1965.

HONNETH, A. Luta por Reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. A textura da justiça sobre os limites do procedimentalismo contemporâneo. Rio Grande do Sul: Revista de Ciências Sociais, v. 9, n. 3, 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/6896>. Acesso em: 18 jan. 2020.

_____. Das Recht der Freiheit. Berlim: Suhrkamp, 2011.

HONNETH, A.; Krieger, S. O direito da liberdade. Tradução: Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2015, 648p.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mapa das organizações da sociedade civil. Resultado da consulta, 2018. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/resultado-consulta.html?municipio=2307304>. Acesso em: 10 de abr. 2018.

IACOVINI, R. F. G.; PINHEIRO, V. Estudo de Caso do Processo de Aprovação e Implementação do Plano Diretor de Juazeiro do Norte CE. Relatório de pesquisa, 2008.

KYMLICKA, W. Contemporary Political Philosophy. Oxford, Oxford University Press, 2006.

_____. Multicultural Citizenship. Oxford University Press, USA, 1995.

_____. Contemporary political philosophy na introduction. Oxford University Press, USA, 2002.

KIERKEGAARD, S. In: Pensador, frases. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MjEy/>. Acesso em: 21 ago. 2019

LACOSTE, Y. A geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G; BICHIR, R. M. Atores periféricos na sociedade civil: redes e centralidades de organizações em São Paulo. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 23, n. 68, p. 73-96, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000300006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 jan. 2020.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEAL, S. Fetiche da participação popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife. Recife: Ed. do Autor, 2003, 351p.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Tradução de Sérgio Martins, Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. Espaço e política. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins, Belo Horizonte, UFMG, 2008.

_____. O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, I. G. A geopolítica da favela: desafios atuais da justiça territorial no Rio de Janeiro. *Revista Cidades*, v. 13, p. 05-39, 2016.

_____. Entre a geopolítica do sentido e a justiça territorial. In: XII Coloquio Internacional de Geocrítica, 2012, Bogotá. *Independencias y Construcción de Estados Nacionales: Poder, Territorialización y Socialización, Siglos XIX-XX*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012. v. 1. p. 1-15.

LUCHMANN, L. H. H. Associativismo e democracia: um estudo em Florianópolis. Florianópolis: UFSC, 2016, 133p.

LUCKESI, C. C. Avaliação de aprendizagem componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

MACINTYRE, A. Ética y Política. Granada: Nuevo Inicio, 2008.

_____. Depois da virtude: um estudo em teoria moral. Tradução de Jussara Simões, revisão técnica de Helder Buenos Aires de Carvalho. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. Justiça de quem? Qual Racionalidade? Trad. Marcelo Pimenta Marques. São Paulo: 4ª. ed. Loyola, 1991.

MADEIRA, P. M.; VALE, M. Desigualdade e espaço no capitalismo contemporâneo: uma questão de (in)justiça territorial?. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 19, n. 2, p. 196-211, ago. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102771>. Acesso em: 18 jan.2020.

MAFFETONE, S.; VECA, S. (orgs.). A idéia de justiça: de Platão a Rawls. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MARICATO, E.; ARANTES, O.; VAINER, C. (2000). A cidade do pensamento único. 4. ed. Petrópolis: Vozes. v. 1. 192p.

MARICATO, E.; FERREIRA, J. S. W.; GENESTIER, P.; BONERANDI, E. Le Brésil, entre injustices spatiales et combat pour la justice spatiale. In: Frédéric Defaux; Pascale Philifert.

(org.). *Justice spatiale et politique territoriales*. 1ed. Paris: Presses Universitaires de Paris Ouest, 2013, p. 123-139.

MARICATO, E.; FERREIRA, J. S. W. *Justice et injustice spatiales: le cas du Brésil*. In: *Justice et injustice spatiales*, 2008, Nanterre. Colloque *Justice et injustice spatiales*. Nanterre: Université Paris X - Nanterre, 2008. p. 95-95.

MARX, K. (1875). *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O capital: Crítica à economia política*. Livro 1, v. 1. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 [1867].

MARCUSE, P. *Spatial justice: derivative but causal of social injustice*. *La justice spatiale: à la fois résultante et cause de l'injustice sociale*, tradução: Sonia LehmanFrisch, justice spatiale, spatial justice, 2009.

MERRIFIELD, A.; SWYNGEDOUW, E. (1996) *The Urbanization of Injustice*. Lawrence & Wishart, London, p. 117-136.

MIGUEL, L. F. *Democracia e representação: território em disputa*. São Paulo: Unesp, 2014.

MILL, J. S. *On liberty*. Canada: Kitchener, 1859.

_____. *Utilitarianism*. Canada: Kitchener, 1861.

MONTE MÓR, R. L. de M. *Sobre Edward Soja*. *Revista ANPEGE*, v. 11, p. 373-376, 2015. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/issue/view/36>. Acesso em 23 nov. 2016.

MOORE, G. E. *Principia ethica* Trad. de Maria Manuela Rocheta Santos e Isabel Pedro dos Santos 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

MORIN, E. *O método 4: habitat, vida, costumes, organização*. Tradução Juremir Machado da Silva, 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

NIETZSCHE, F. *Nietzsche; Obras incompletas*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

NOZICK, R. *Anarquía, Estado y Utopía* [1974]. México DF: FCE, 1991.

NUSSBAUM, M. *Las Fronteras de La Justicia*. 2006.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PDP, Plano diretor participativo. Blog do PDP. 2014. Disponível em: https://pdpjuazeiro.wordpress.com/equipes-do-pdp/nucleo_gestor/. Acesso em 09 set. 2019.

PENN, G. *Análise semiótica de imagens paradas*. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PEREIRA, E. M. (org.). A alegoria da participação: planos diretores participativos pós-estatuto da cidade. Florianópolis: Insular, 2015.

PINHO, Joelmir; QUEIROZ, R. M. F.; VAN DEN BRULE, David. Proposta Metodológica do Processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juazeiro do Norte, CE. 2012. Disponível em: <https://pdpjuazeiro.wordpress.com/docstecnicos/>. Acesso em 09 set. 2019.

PHILIPPOPOULOS-MIHALOPOULOS, A. Quem tem medo do espaço? Direito, Geografia e Justiça Espacial. Belo Horizonte: Fac. Direito UFMG, n. 70, jan/jun. 2017.

RAMMÊ, R. S. Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos: conjecturas político-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica. Caxias do Sul: EDUCS, 2012.

RAWLS, J. Teoria da Justiça. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

_____. Justiça e Democracia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. Justiça como Equidade: uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. Justiça como equidade: uma reformulação. Erin Kelly (orgs.). Tradução Cláudia Berliner; revisão técnica da tradução Álvaro De Vita. Martins Fontes, São Paulo, 2003.

REYNAUD A. Justice spatiale et État.. In: *Espace géographique*, tome 7, 1978. pp. 35-40.

RIBEIRO, L. C. de Q.; CARDOSO, A. L. In: De Grazia (org). Plano Diretor: Instrumento de Reforma Urbana. Rio de Janeiro: FASE. 1990.

RIBEIRO, L. C. de Q.; CARDOSO, A. L. (orgs). Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003, 2 ed., 2012.

RIBEIRO, Wagner Costa. Justiça espacial e justiça socioambiental: uma primeira aproximação. Estud. av., São Paulo, v. 31, n. 89, p. 147-165, abr. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100147&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 08 abr. 2020.

RODRIGUES, A. M. Políticas Públicas no Espaço. Cidades: Presidente Prudente, v. 13, p. 41-70, 2016.

ROSENBERG, M. B. Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.

ROTHBARD, M. N. A Ética da Liberdade. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 1982.

ROLNIK, R. Plano Diretor Participativo. Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: 2004. 158p.

_____. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, v. 11, p. 31, 2009.

SACHS, W. (ed.). Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SAID, E. Orientalism. New York: Pantheon: 1978.

SÁNCHEZ, F. A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial. 2. ed. Chapecó-SC: ARGOS Editora Universitária, 2010. 557p.

SANDEL, M. (1982). "O Liberalismo e os Limites da Justiça". Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

_____. Justiça: o que é a coisa certa a fazer. Tradução de Heloisa Matias e Maria Alice Máximo. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. Justiça: o que é fazer a coisa certa a fazer? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. Ideia da semana a política não ser neutra. [Entrevista] Gazeta do povo. Curitiba, 2017. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/dia-de-classico/ideia-da-semana-a-politica-nao-pode-ser-neutra-entrevista-com-michael-sandel/>. Acessado em: 10 de jun. de 2017.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Cidade, Cidadania e Planejamento Urbano: desafios na perspectiva da reforma urbana. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana. (org.). O Urbano e o Regional no Brasil Contemporâneo: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 293-314.

SANTOS JUNIOR, O. A. dos; MONTANDON, D. T. (orgs). Os Planos Diretores Municipais Pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011. 1 CD-ROM.

SANTOS JUNIOR, O. dos; WAHL, J. (orgs.). Cidade, Democracia e Justiça Social. Rio de Janeiro: FASE, RLS, 2003. 132 p.

SANTOS JÚNIOR, O. AL dos; CHRISTOVÃO, A. C.; NOVAES, P. R. Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2011.

SANTOS JUNIOR, O. dos; QUEIROZ, L. C.; AZEVEDO S. de. (orgs.). Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

SANTOS JUNIOR, O. A. dos; CHRISTOVÃO, A. C.; NOVAES, P. R. Política e Educação: ensaios. São Paulo: Cortez, 2003, p. 7.

SANTOS, M. Espaço do cidadão. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 13ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. Economia Espacial: críticas e alternativas. 2 ed. São Paulo: USP, 2007.

_____. Geografia: além do professor?. *In*: I Encontro Regional de Geografia do Sudeste. Minas Gerais: UFJF, 1996. Disponível em: http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2012/02/Geografia_Al%C3%A9m_do_professor_%20%20MiltonSantos1996.pdf. Acesso em: 21 jan. 2020.

SANTOS, B. S. Reinventar a democracia e promover a emancipação social. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. A difícil democracia: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006.

_____. Redes e movimentos sociais projetando o futuro. *Revista Brasileira de Sociologia*, p. 187-217, 2013.

_____. Associativismo civil em Florianópolis: evolução e tendências. *Revista de Ciências Humanas (CFH/UFSC)*, Florianópolis, v. 26, p. 115-134, 1999.

SCOTT, A. J. In Memoriam: Edward W. Soja, 1940-2015. *Journal Issue: Critical Planning*, 22. Disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/1bx1t6q4>. Acesso em 02 dez. 2016.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. Revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. A ideia de justiça. Tradução Denise Bottmann, Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Desigualdade reexaminada. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERPA, A. S. P. Diversidade e desigualdade em um contexto de fragmentação socioespacial: avanços e recuos. *Ateliê geográfico (UFG)*, v. 12, p. 22-38, 2018.

SIDGWICK, H. *The Methods of Ethics*. London: Mac Millan and Co, 1874.

SILVA, W. R. da. Para além das cidades: Centralidade e Estruturação Urbana: Londrina e Maringá. 2006. 280p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

SILVA, G. P.; SILVA, M. da. Políticas Públicas, justiça espacial e o programa minha casa minha vida (PMCMV) em Guarapuava, Paraná, Brasil. *Cerrados (UNIMONTES)*, v. 16, p. 260-277, 2018.

SMITH, D. M. Geography and ethics: a moral turn? *Progress in Human Geography* 21,4 pp. 583-590. 1997.

_____. Geography and ethics: how far should we go? *Progress in Human Geography* 21,3 pp. 119-125. 1999.

_____. Geography and ethics: progress, or more of the same? *Progress in Human Geography* 25,2 pp. 261-267. 2001.

_____. Moral aspects of place. *Planning Theory*, SAGE Publications, Los Angeles, London, New Delhi and Singapore, vol. 6, pp. 7-15. 2007.

_____. Back to the good life: towards an enlarged conception of social justice. *Environment and Planning D. Society and Space*, vol. 15, pp. 19-35. 1997.

SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993.

_____. En busca de la justicia espacial. Traducción: Carmen Azcárraga. Tirant Humanidades, Valencia, 2014.

_____. Para além de postmetropolis. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.136-167, jan./jun. 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/7-para_alem_da_postmetropolis_edward_soja.pdf. Acesso em: 23 nov. 2016.

_____. The City and Spatial Justice. In: BRET, Bernard et al, *Justice et injustice spatiales*. Presses universitaires de Paris Nanterre, 2010. Disponível em: <http://books.openedition.org/pupo/415>. Acesso em: 26 nov. 2016.

_____. The city and spatial justice. *Justice Spatiale: Spatial Justice*, 2009. Disponível em: <http://www.jssj.org/article/la-ville-et-la-justice-spatiale/>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SOUZA, M. L. de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2008.

_____. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. *Mercator (Fortaleza. Online)*, v. 14, p. 25-44, 2015.

_____. Por uma geografia libertária. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

_____. "The words and the things" (comentário bibliográfico sobre o livro Seeking Spatial Justice, de Edward Soja). Abingdon (Inglaterra): Routledge, 2011.

_____. Da "urbanização planetária" ao espaço geográfico complexo: multiplicidade de perspectivas e situacionalidade cultural da teoria sócio-espacial. In: Angelo Serpa; Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). Geografia Urbana: desafios teóricos contemporâneos. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 395-413.

SOUZA, M. L. de; RODRIGUES, G. B. Planejamento urbano e ativismos sociais. São Paulo UNESP, 2004.

SPOSITO, M. E. B. Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas. Coimbra: Presidente Prudente, p.291-309, 2001.

_____. As Cidades Médias e os contextos econômicos contemporâneos. Urbanização e Cidades: Perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001a.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, SPOSITO, M. E. B (org). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-146.

_____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M.; VASCONCELOS, P. de A. A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p.61-94.

TAYLOR, C. (1979). Hegel e a sociedade moderna. São Paulo: Loyola, 2005.

TEILHARD de CHARDIN, Pierre. Sobre o amor. Tradução Martha Gouveia da Cruz. Campinas, São Paulo: Verus, 2005.

TEIXEIRA, R. Desigualdades Sociais em Meio Urbano: por uma justiça espacial? Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 237 a 239, 2011. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/762>. Acesso em: 24 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Marilena Chauí discute democracia em aula magna na UFSC. UFSC.com.br, Florianópolis, 19 agr. 2016, 18:05. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2016/08/marilena-chau-i-discute-democracia-em-aula-magna-na-ufsc/>. Acesso em: 19 jan. 2020.

VAN DEN BRULE, D. M. Justiça espacial e novas demarcações (Resenha: SOJA, Edward. En busca de la justicia espacial. 2014). Acta Geográfica, v. 12, p. 234-238, 2018.

_____. Pedagogia Urbana: uma aprendizagem orientada para as virtudes. In: Jean Carlos Ferreira de Lima; Péricles Alves Batista; Wellington Alves Aragão (org.). Geografia em interfaces: diálogos e reflexões entre ensino, cidade, ambiente e turismo. João Pessoa: Ideia, 2017, p. 189-243.

_____. Espaço Geográfico vivido socialmente: uma aproximação da geografia crítica com o horizonte humanista. *Revista de Geografia*, Recife, v. 34, p. 6-26, 2017.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2010 p. 169-243.

_____. *As Ilusões do Plano Diretor*. São Paulo: 2005, 94 p. Disponível em: http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf. Acesso em: 05 de nov. 2012.

_____. Dilemas do Plano Diretor. *Revista Perspectiva*, v. 9, n.2, abr./jun. 1995. Disponível em: http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Dilemas_PD_Villa%C3%A7a.pdf. Acesso em: 19 jan. 2020.

ZORZANELLO, L. B.; SILVA, M. . O processo de emancipação político-administrativa como propulsor de justiça espacial: o caso de Goioxim e Marquinho no estado do Paraná. *GEOSUL (UFSC)*, v. 31, p. 181-200, 2016.

WALZER, J. *Esferas da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WALZER, M. (1983). *Esferas da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade*. Tradução Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WOLLSTONECRAFT, A *Vindication of the Right of Woman*, 1792.

APÊNDICE A – QUADRO GERAL DAS CONCEPÇÕES DA JUSTIÇA¹⁶⁷

(continua)

AGENTE	ASPECTOS DA JUSTIÇA
PDDU	Desenvolver a economia e o turismo Garantir o atendimento ao esgotamento sanitário, à água tratada, à coleta de lixo, ao transporte público, à regularização fundiária e à participação Garantir um serviço de qualidade e a equidade na distribuição do conforto urbano Promover cidade atraente e equilibrada física e socialmente Universalizar a saúde e educação
SUJEITOS QUE ESTIVERAM PRESENTES DIRETA E INDIRETAMENTE NA GESTÃO (1997-2000)	Acesso à saúde, educação, trabalho e lazer Atender a população mais carente Cumprimento da lei Cumprimento dos deveres e acesso aos direitos Dar a cada um conforme suas necessidades Descentralização da educação Desenvolvimento do ser Direito à cidade entendido como cidade para todos Eficiência no transporte Estabelecer ZEIS Estado democrático Estado eficiente e igualitário Igualdade Investimento na educação em especial a familiar Melhorar a infraestrutura Promover a igualdade social Serviço público de qualidade
ESTATUTO DA CIDADE	Assistência judiciária gratuita; Atender as necessidades dos cidadãos; Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; Isonomia para agentes públicos e privados, atendido o interesse social;

¹⁶⁷ O autor deste trabalho poderia elaborar algumas categorias para agrupar tais solicitações, porém não é intuito a organização quantitativa e estatística, prezando assim pela especificidade do que nossos entrevistados pontuara.

APÊNDICE A – QUADRO GERAL DAS CONCEPÇÕES DA JUSTIÇA

(continua)

	Gestão democrática;
PROPOSTA METODOLÓGICA	Combater a exclusão social e territorial; Promover a infraestrutura e os equipamentos urbanos; Promover diálogo sobre a realidade local; Promover a capacitação de gestores e técnicos dos governos municipais, conselheiros municipais de políticas urbanas e representantes da sociedade civil, especialmente sobre Estatuto da Cidade e seus instrumentos e sobre Plano Diretor Participativo, sua importância e papel; Cidade para todos; Gestão democrática;
SUJEITOS QUE ESTIVERAM PRESENTES DIRETA E INDIRETAMENTE NA GESTÃO (2009-2012)	Ação não em benefício próprio, mas em benefício de todos; Ajudar o próximo; Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo; Amparo; Colocar freio na ganância, na ambição desenfreada e na acumulação de renda; Colocar limite na acumulação de renda; Colocar limite no poder e no dinheiro; Compromisso com a comunidade; Corrigir a desigualdade; Corrigir distorções históricas; Cuidado; Dar o devido valor a cada ser humano; Equidade: dar atenção a quem mais precisa; Equidade: entendida como garantia de todos ao direito de acesso à saúde, a educação, a moradia, ao saneamento e a inclusão; Equiparar a distribuição de renda; Fazer a coisa certa; Fazer o que é certo; Garantir direitos; Gerar oportunidade para os oprimidos; Igualdade; Lutar pelo bem comum; Não se calar diante das injustiças; Promover a inclusão e o diálogo;

APÊNDICE A – QUADRO GERAL DAS CONCEPÇÕES DA JUSTIÇA
(conclusão)

	Reconhecer o valor do outro; Saber ouvir; Se reconhecer no próximo; Ser coerente, competente e correto; Todo mundo vivendo uma vida digna; Tratar as pessoas com respeito;
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES (2016- 2019)	Agir para corrigir as injustiças Colocar-se no lugar do outro Corrigir as pessoas que estão em cargos de responsabilidade social e cometem injustiças É aquilo que é benéfico a quem está recebendo Educação integral para todos Honestidade Igualdade Prometer e cumprir Respeitar e garantir os direitos das pessoas Tratamento adequado e respeitoso sem distinção entre o rico e o pobre

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

APÊNDICE B – QUADRO GERAL DAS CONCEPÇÕES DA INJUSTIÇA

(continua)

AGENTE	ASPECTOS DA INJUSTIÇA
PDDU	Concentração de renda Desigualdade na distribuição dos serviços Taxa de analfabetismo Mortalidade infantil Déficit na infraestrutura e na oferta de saúde e educação
SUJEITOS QUE ESTIVERAM PRESENTES DIRETA E INDIRETAMENTE NA GESTÃO (1997-2000)	Aplicação da lei de forma desigual Ausência de infraestrutura Ausência de Planejamento Ausência de recurso Baixo salário Centralização das escolas Cidade tratada como mercadoria Déficit educacional Déficit habitacional Desemprego Desigualdade social Egoísmo Exploração Forte carga tributária Incapacidade de atender a todos no que toca as questões de saúde Luta de classe Morosidade do Estado Não cumprimento da lei Não cumprimento dos deveres Pensamento Imediatista Pessoas mal preparadas Quantidade de imposto Serviço público que não atende a contento a população Transporte que não atende bem a população Vereadores sem preocupação com as grandes questões da cidade Votação no PDDU peso atribuído de forma desigual
ESTATUTO DA CIDADE	Deixar de promover a adequada participação popular;

APÊNDICE B – QUADRO GERAL DAS CONCEPÇÕES DA INJUSTIÇA

(continua)

	Deterioração das áreas urbanizadas; Entre outros Poluição e degradação ambiental; Priorizar o bem individual em detrimento do bem coletivo; Proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; Retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; Uso excessivo ou inadequado do solo em relação à infraestrutura urbana; Utilização inadequada dos imóveis urbanos;
PROPOSTA METODOLÓGICA	Cidade promovida para poucos; Deixar de promover a adequada participação popular; Desigualdade socioespacial; Exclusão social e territorial; Não reconhecer faltas e lutas; Priorizar o bem individual em detrimento do bem coletivo;
SUJEITOS QUE ESTIVERAM PRESENTES DIRETA E INDIRETAMENTE NA GESTÃO 2009-2012	Acumulação de renda; Ambição; Apropriação infinita permitida pelo capitalismo; Ausência do olhar para o bem público; Cidade para a loja; Cidade para o carro; Compra de voto; Corrupção política; Déficit habitacional; Degradação do planeta terra; Democracia eleitoral; Desigualdade social; Doação de terrenos; Egoísmo Estado controlado por uma elite; Exclusão social; Extinção de animais; Foco na economia; Ganância; Indiferença;

APÊNDICE B – QUADRO GERAL DAS CONCEPÇÕES DA INJUSTIÇA

(conclusão)

	Loteamento desordenado; Miséria; Modelo de Estado que não serve; Não aplicabilidade da lei; Negação do outro; O cadeirante não poder andar nas calçadas; Opressão de uma classe por outra; Poluição dos rios, do ar; Preconceito; Predominância do masculino e da razão; Tirania; Visão a curto prazo;
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES (2016-2019)	Ausência de autonomia na parceria com a prefeitura Ausência de fiscalização Ausência de investimento na população mais carente Ausência de medicamento Compra e venda de voto Corrupção Política; Desatenção com a educação dos filhos Desigualdade Desonestidade Falta de moradia Falta de saneamento Impunidade Indiferença dos políticos Não cumprimento da lei Tirar o direito das pessoas Tratamento desigual para rico e pobre Ver o que está errado e não cobrar Violência

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

APÊNDICE C – QUADRO GERAL DAS CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO

(continua)

AGENTE	ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO URBANO
PDDU	Adotar a Unidade de Vizinhança Atendimento de qualidade na saúde Bem-estar Centro comercial Desenvolvimento econômico sustentável Disciplinar o uso e ocupação do solo Distribuir a densidade demográfica Economia Industrial Educação Estabelecer mecanismos de participação da comunidade Estimular a expansão do mercado de trabalho e das atividades produtivas Garantir as funções sociais da cidade Implantar sistema integrado de planejamento e de democratização da gestão urbana Justiça social Melhorar as condições de acesso à moradia, ao trabalho, ao lazer, à cultura, aos transportes e aos equipamentos urbanos Município atraente e equilibrado física e socialmente Preservar, conservar e recuperar as áreas e edificações de valor histórico, paisagístico, cultural e natural. Promover a universalização do ensino fundamental com garantia de qualidade Promover conforto da vida urbana Promover o crescimento da cidade Promover serviços públicos igualitários e eficientes Proporcionar maior eficiência na distribuição dos serviços públicos Qualidade de vida Reurbanizar áreas deterioradas Tecnologia Turismo religioso

APÊNDICE C – QUADRO GERAL DAS CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO
(continua)

	Universalização do ensino
SUJEITOS QUE ESTIVERAM PRESENTES DIRETA E INDIRETAMENTE NA GESTÃO (1997-2000)	Acesso à educação Aplicar Unidades de Vizinhança Atuar e buscar melhorar o espaço na escala da rua e do bairro Aumento da renda per capita Construção de espaço para acolher público flutuante Controlar o uso do solo, limitando o poder do mercado imobiliário Cumprimento da função ambiental Cumprimento da função social da propriedade Desenvolvimento econômico em bases sustentáveis Emancipação da mulher Estabelecer qualidade de vida e igualdade social Estabelecer Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Exercício do ofício Felicidade Fortalecimento dos equipamentos públicos Garantir as políticas públicas Gerar emprego Gerar conforto para o cidadão Gerar emprego Gerar maior credibilidade às lideranças populares Humanizar as relações Implantação das faculdades do Ensino Superior Implementar políticas públicas que possam promover uma Cidade mais humana e mais saudável Investimento na educação Investir na base familiar Investir na caminhabilidade da cidade Investir no Aeroporto Melhoramento da qualificação profissional Melhoria da infraestrutura Ouvir a população em maior diversidade possível Participação de todos os setores Poder público eficiente Potencializar a vocação econômica da cidade Preservar o patrimônio

APÊNDICE C – QUADRO GERAL DAS CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO
(continua)

	Profissionalização do serviço público Projeto que atenda a todos Promover acessibilidade em todos os aspectos Proteger a população de baixa renda Respeitar o direito de todos Revitalização dos espaços urbanos Segurança alimentar Ter uma política de gestão e planejamento Tornar a cidade acessível (melhoramento da infraestrutura) Tratar a política ambiental e o direito ambiental Usufruir dos benefícios da coletividade Valorizar o espaço público
ESTATUTO DA CIDADE	Infraestrutura urbana Moradia Saneamento ambiental Transporte Serviços públicos Bem-estar Garantir direito à terra urbana Lazer
PROPOSTA METODOLÓGICA	Desenvolvimento sustentável visando uma cidade para todos; Garantir as funções sociais da cidade e o bem-estar para presente e futuras gerações de moradores e visitantes
SUJEITOS QUE ESTIVERAM PRESENTES DIRETA E INDIRETAMENTE NA GESTÃO 2009-2012)	Acessibilidade (física, tecnológica, comunicacional); Acessibilidade aos programas e as políticas públicas; Ampliação dos benefícios; Ampliar a capacidade de escolha; Ampliar o atendimento à saúde; Bem-estar; Cidade com água potável para todos Cidade organizada e limpa; Cidade para as pessoas; Cidade saneada; Cidades mais saudáveis; Conhecer os direitos humanos; Desenvolver o afeto entre as pessoas e afeto com o próprio espaço;

APÊNDICE C – QUADRO GERAL DAS CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO
(conclusão)

	Desenvolver o econômico; Desenvolver o físico, o intelectual, a moral, o social e o espiritual; Dignidade; Educação; Felicidade; Gerar consciência participativa; Gerar infraestrutura; Gerar oportunidade para o desenvolvimento das pessoas; Gerar oportunidade para os excluídos; Gestão participativa; Igualdade social; Inclusão; Justiça social; Mobilidade Urbana; Perceber a dor do outro; Prioridade para o social; Priorizar os excluídos; Promover saúde e educação; Reciprocidade no mundo do trabalho; Reconhecer os talentos Saúde Sensibilidade humana Trabalhar a cidadania nas escolas Utilizar o solo de forma correta Vida boa
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES (2016-2019)	Água potável Calçamento Consciência dos direitos e lutar por eles até conseguir Educação Equipamentos públicos espalhados em todo o arredor da cidade onde atenda a demanda Moradia digna Poder público olhar para os mais carentes Saneamento básico Saúde Segurança Sentir a dor do outro

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

APÊNDICE D – QUADRO GERAL DOS ENTREVISTADOS

ENTREVISTADO	FUNÇÃO	PERÍODO A QUAL ESTEVE LIGADO
Capibaribe	Coordenador do Prourb e do PDDU	1997-2000
Pautília	Assistente Social (equipe do PDDU)	1997-2000
Mário	Engenheiro Civil da equipe técnica do PDDU	1997-2000
Fulano	Advogado que participou do PDDU	1997-2000
Celestino	CDL, atuante na elaboração do PDDU/Vice-prefeito	1997-2000/2009-2012
Romão	Participou da elaboração do PDDU/Subprefeito	1997-2000/2009-2012
Eraldo	Ativista ambiental/Vereador	1997-2000
Eridan	Vereadora	1997-2000
Santana	Prefeito	2009-2012
Marta	Secretária da Seplad	2009-2012
Joelmir	Núcleo Gestor do PDP	2009-2012
Rosane	Núcleo Gestor do PDP	2009-2012
Nailê	Secretária da Seplad	2009-2012
Dênia	Assistente social (equipe técnica)	2009-2012
Zé de Amélia	Vereador	2009-2012
Tarso Magno	Vereador	2009-2012
José Marrocos	Meio de comunicação não vinculado à gestão	2009-2012
Claudionor	Vereador/subprefeito	2009-2012/2016-2019
Jô Araújo	Liderança da associação	2016-2019
Aurineide	Liderança da associação	2016-2019
Fátima	Liderança da associação	2016-2019
Rosário	Liderança da associação	2016-2019
Francisco	Liderança da associação	2016-2019

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.